UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Programa de pós-graduação em Ciência Política

Matheus Del' Arco Pinzan

**AS OCUPAÇÕES CULTURAIS NO CENTRO DE SÃO PAULO: ENCAIXES,
DESENCAIXES E AMBIGUIDADES ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO NA
GOVERNANÇA DA CULTURA**

matheus.pinzan@usp.br

São Paulo

2021

Matheus Del' Arco Pinzan

**AS OCUPAÇÕES CULTURAIS NO CENTRO DE SÃO PAULO: ENCAIXES,
DESENCAIXES E AMBIGUIDADES ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO NA
GOVERNANÇA DA CULTURA**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas para a obtenção de título de mestre em
Ciência Política

Orientador: Dr. Adrian Gurza Lavalle

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Pinzan, Matheus Del' Arco

Por As ocupações culturais no centro de São Paulo: encaixes, desencaixes e ambiguidades entre Sociedade Civil e Estado na governança da Cultura / Matheus Del' Arco Pinzan; orientador Adrian Gurza Lavalle - São Paulo, 2021. 244 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Teoria Política. 2. Teoria Política Contemporânea. 3. Novos Movimentos Sociais. 4. Ocupações Culturais. 5. Interações socioeconômicas. I. Lavalle, Adrian Gurza, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Matheus Del' Arco Pinzan

Data da defesa: 29/01/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Adrian Gurza Lavalle

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/03/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Agradecimentos

Antes de mais nada, devo todo esse trabalho, todo o processo que levou a produção dessa dissertação - e também a abertura de vários caminhos decorrentes dela - a todos, todas e todes com quem tive a oportunidade de ter alguma troca nos encontros proporcionados nas e pelas ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63. Obrigado por abrirem os portões das ocupações para mim e para essa pesquisa. Obrigado a todes pelo acolhimento e pela inspiração de luta e de vida. Um salve especial para: Wan, Alexa, Alex, Malo, Giorge, Ana, Cecília, Aline, Letícia, Camila, Paula, Moara, D'Júlia, Paolo, DUDX, Rafa, Rafa, Jorge, Diego, Jah, Augusto, Mica, Talita, Bárbara, Coquinho, Tato, Lua, Gabriel, Cindy, Rose, Roger, Pipa, Raphael, Sônia, Raquel, Fran, Justen, Fê, Sírius, Luís, Carlinhos, Valter, Flávia, Robert, Ludwig. A todo mundo com que trombei, mesmo que de maneira muito breve. Aos próximos encontros.

Agradeço imensamente a minha família por ter sempre me apoiado nas minhas escolhas e incentivado o caminho da pesquisa e dos estudos. Tuca, Edson, Tata e Lara, são incomensuráveis os agradecimentos que tenho por vocês.

Um agradecimento extra para Lara que me ouviu, discutiu, revisou trechos e participou desse processo de várias formas ao longo desses anos, obrigado pela companhia e pela parceria de sempre.

Obrigado Zé, por me incentivar a buscar uma pesquisa própria lá no NUPPs. Obrigado por ter acompanhado essa pesquisa desde a página zero, sempre com muito cuidado e atenção. Sou muito agradecido por você ter acompanhado e colaborado com esse processo todo.

Agradeço, Adrian, pela orientação nesse trabalho. Por sempre ter procurado entender a proposta do trabalho, mesmo quando essa não estava clara nem mesmo para mim, e abrir possibilidades para as minhas próprias escolhas. Obrigado pelos comentários argutos e por proporcionar reflexões profundas sobre as minhas próprias escolhas.

Obrigado Lúcia pelos comentários certos na banca de qualificação e defesa. Por incentivar a escolha de caminhos não caretas. Por compartilhar o interesse pelo emergente. Por abrir outras portas para essa dissertação.

Agradeço aos incríveis fotógrafos Rose Steinmetz e Giorge de Santi por gentilmente cederem o uso das imagens produzidas no dia-a-dia das ocupações e somarem com outros olhos e outras leituras ao presente trabalho.

Agradeço a todo grupo do Apoio Mútuo pela troca intelectual e afetiva desde antes do ingresso no Programa de Pós-Graduação até os dias de hoje. Agradeço ao grupo Poderes e Resistências por ter dado continuidade e vasão ao acúmulo criado pelo Apoio Mútuo.

Agradeço ao NDAC pelos novos diálogos. É estimulante participar dos encontros com novos/as pesquisadores/as em conjunto outros/as que são referências para mim.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida ao longo do mestrado.

Resumo

O presente trabalho visa discutir novas formas de interação entre Estado e Sociedade Civil no campo da cultura. A partir dos casos das ocupações culturais Casa Amarela e Ouvidor 63, ambas no centro de São Paulo, procura-se discutir os elementos próprios dos movimentos de ocupação, em geral, e realçar as especificidades das ocupações que apresentam esse caráter de serem voltadas para as artes e a cultura, em específico. Em seguida, trata-se do problema da institucionalização de ocupações culturais como forma de adentrar no debate sobre interações socioestatais, colocando novos tensionamentos para essa literatura. Com acúmulo das literaturas e teorias mobilizadas procura-se criar um ferramental analítico próprio para se analisar os casos em questão. Identifica-se um padrão de interação ambíguo entre essas ocupações e o Estado, sendo discutidos os principais elementos das trajetórias, recursos, repertórios de ação e concepções ideológicas das ocupações que levam aos eventuais encaixes e desencaixes com o poder público.

Palavras-chave: ocupações; cultura; interações socioestatais; governança; novos movimentos sociais

Abstract

This work aims to discuss new forms of interaction between State and Civil Society from two case studies of art squats in São Paulo city centre, named Casa Amarela and Ouvidor 63. Broadly, we seek to discuss the proper elements of the squatters movements and specifically, to stress the features of the squats dedicated to arts and culture. Next, we advance into the problem of institutionalization as a form of debating the socio-state interaction, bringing new points of tensioning to the literature. Bringing together the theories and literature mobilized, we seek to create an own analytical tool set to investigate the cases at issue. It is identified an ambiguous pattern of interaction between the art squats and the State, which takes to the discussion of the main element in the paths, resources, action repertories and ideological conceptions that lead to the eventual fits and misfits between both.

Key-words: squats; culture; socio-state interactions; governance; new social movements

Lista de abreviaturas e siglas

ACMSTC: Arte Contemporânea no Movimento dos Sem-Teto do Centro

BPM: *Blocchi di Precari Metropolitani*

CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

COMPRESP: Conselho de Preservação de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo

CLIFE: Circuito Literário das Periferias

CMP: Central de Movimentos Populares

CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CSA: Centro Social Autogestionado

CSOA: Centro Social Ocupado Autogestionado

DIY: *Do it Yourself* (faça-você-mesmo)

FAU – USP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FC: Fórum dos Cortiços

FLM: Frente de Luta por Moradia

FSAS: *Family Squatters Advisory Service*

FUC – SP: Frente Única da Cultura de São Paulo

FUNARTE: Fundação Nacional de Artes

G7: Grupo dos Sete

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

IPREM: Instituto de Previdência Municipal de São Paulo

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

Labhab: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos

LGBTQI: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, *Queers* e Interssexuais

LOM: Lei Orgânica do Município

LSC: *London Squatters Campaing*

MCP: Movimento Cultural das Periferias

MDF: Movimento de Defesa das Favelas

MinC: Ministério da Cultura

MMC: Movimento por Moradia no Centro

MOEPO: Movimento de Ocupação de Espaços Públicos Ociosos

MP: Ministério Público

MS: Movimento Social

MSTC: Movimento Sem-Teto do Centro

MRSOC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

NMS: Novos Movimentos Sociais

OSC: Organização da Sociedade Civil

ONG: Organização não-governamental

PAH: *Plataforma de Afectados por la Hipoteca*

PDE: Plano Diretor Estratégico

PDT: Partido Democrático Trabalhista

p&b: Preto e Branco

PMC: Plano Municipal de Cultura

PPPop: Parceria Público Popular

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

SMC: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

SMDU-PMSP: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Prefeitura Municipal de São Paulo

TAZ: *Temporary Autonomous Zone* (Zona Autônoma Temporária)

TCP: Teoria do Confronto Político

TMR: Teoria da Mobilização de Recursos

TMS: Teoria dos Movimentos Sociais

TNMS: Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP: Teoria do Processo Político

TPU: Termo de Permissão de Uso

TM13: Coletivo Laboratório Compartilhado Todo Mundo 13

ULC: Unificação das Lutas de Cortiços

UMM: União de Movimentos de Moradia

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP: Universidade Estadual Paulista

USP: Universidade de São Paulo

ZAD: *Zone à Défendre* (Zona a Defender)

ZEIS: Zona de Interesse Social

ZPEC-APC: Zona Especial de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Momentos de mobilização X Tipo de ocupação X Casos.....	74
---	----

Lista de Figuras

Figura 1 – Fachada.....	128
Figura 2 – print de matéria publicada pela Imprensa Oficial do Estado.....	129
Figura 3 – Entrada.....	131
Figura 4 – Portaria.....	132
Figura 5 – Laboratório.....	136
Figura 6 – <i>Clowns</i>	138
Figura 7 - Saída do Circo.....	139
Figura 8 – Piquete.....	142
Figura 9 – Flyer contra a 4ª tentativa de reintegração de posse da Casa Amarela.....	143
Figura 10 – Instalação.....	145
Figura 11 – Abertura.....	147
Figura 12 – Os infiltrados.....	148
Figura 13 – Bastidores.....	150
Figura 14 – Trabalhos associativos.....	155
Figura 15 - Apresentação de projeto.....	157
Figura 16 – Audiência.....	159
Figura 17 – Trabalho só.....	167
Figura 18 – Zeladoria.....	168
Figuras 19 e 20 – Quem vê <i>close</i> não vê corre.....	169-170
Figura 21 – Um outro lugar.....	173
Figura 22 – De ocupa para ocupa.....	175
Figura 23 – Pequena reunião pandêmica.....	176
Figura 24 – Noite cheia.....	191

Figuras 25 e 26 - Contação de histórias.....	192-193
Figuras 27 e 28 – Desfile.....	194
Figura 29 – <i>Release</i>	194
Figura 30 – Novas estruturas, as mesmas dinâmicas.....	197
Figuras 31 e 32 – Associação de fato e de direito.....	199-200
Figuras 33 e 34 – Funções.....	206
Figura 35 – Habitar as ambiguidades.....	221-224
Figura 36 – A vida é luta.....	227

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
<i>Apresentação.....</i>	<i>16</i>
Metodologia.....	20
<i>Problema de pesquisa.....</i>	<i>21</i>
<i>Copesquisa.....</i>	<i>23</i>
<i>Um estudo exploratório.....</i>	<i>26</i>
<i>Materiais utilizados.....</i>	<i>28</i>
<i>Estrutura e agência.....</i>	<i>32</i>
Estrutura da dissertação.....	34
PARTE I.....	39
1. CAPÍTULO 1 - SOBRE OCUPAÇÕES.....	40
<i>1.1.1 De dentro/corpo-ocupação.....</i>	<i>41</i>
<i>1.1.2 Pra Fora/território.....</i>	<i>47</i>
<i>1.2 Enquadramento enquanto movimento social.....</i>	<i>48</i>
<i>1.2.1 Breves considerações sobre a aplicabilidade da categoria.....</i>	<i>48</i>
<i>1.2.2 Redefinição enquanto movimento social.....</i>	<i>51</i>
<i>1.3 Ocupações no modelo neoliberal de cidade.....</i>	<i>55</i>
<i>1.3.1 Espaços entre as brechas urbanas.....</i>	<i>56</i>
<i>1.3.2 Outros mundos, outros sujeitos, outras formas de estar.....</i>	<i>58</i>

1.3.3 <i>Criatividade em disputa: Creative Cities, gentrificação e ocupações culturais</i>	61
2. CAPÍTULO 2 - OCUPAR O PRÉDIO, A PRAÇA, A POLÍTICA: DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DE OCUPAÇÕES E CICLOS DE MOBILIZAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA AMPLIADA	68
2.1 Momento I - Ocupações e movimentos por moradia.....	74
2.2 Momento II - Diversificação das ocupações, contracultura, autonomistas e centros sociais.....	81
2.2.1 <i>Ocupações alternativas: aproximação entre coletivos artísticos, políticos e culturais</i>	81
2.2.2 <i>Ocupações híbridas: novas possibilidades de usos dos espaços, novas formas de engajamento</i>	84
2.3 Momento III - Ocupações como meios, ferramentas e táticas políticas.....	90
2.3.1 <i>Ocupar para preservar</i>	90
2.3.2 <i>Ocupar para pressionar</i>	95
PARTE II	102
3. CAPÍTULO 3 - OCUPAÇÕES CULTURAIS E O PROBLEMA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	103
3.1 Encaixes socioestatais e a atuação dos movimentos sociais em uma perspectiva relacional com o Estado	105
3.2 Institucionalização e ocupações.....	110
3.2.1 <i>Institucionalização flexível e cooptação</i>	112
3.2.2 <i>Instituições anômalas</i>	114
3.3 Instituições monstruosas, uma perspectiva antagonista.....	118

4. CAPÍTULO 4 - OCUPAÇÕES DE CULTURA NO CENTRO OS CASOS DA CASA AMARELA E DA OUVIDOR	63.....	127
4.1 A criação dos projetos: conflitos internos e resistência.....		127
4.2 Conflitos com o poder público, avanços e retrocessos na disputa institucional.....		146
4.3 Ocupações na pandemia: voltar-se para dentro, espera e redes de apoio mútuo.....		165
5. CAPÍTULO 5 – DESDOBRAMENTOS: DESAFIOS DE UMA ANÁLISE DA AÇÃO CULTURAL E DA AÇÃO PÚBLICA.....		177
5.1 Da disponibilidade de dispositivos institucionais.....		179
5.2 Das diferentes trajetórias das ocupações Casa Amarela e Ouvidor 63.....		190
5.3 Do caráter questionador e das formas de organização das ocupações.....		201
5.4 Do desentendimento acerca da concepção de política pública para a cultura na cidade de São Paulo.....		211
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		220
<i>Habitar as ambiguidades.....</i>		<i>220</i>
<i>Futuras agendas de pesquisa.....</i>		<i>227</i>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		231
Filmografia.....		243
Espetáculo.....		243

Introdução

Apresentação

Essa pesquisa se iniciou no ano de 2014, mesmo sem eu ter conhecimento disso àquela época. Em um convite do tipo, “vamos no show de um amigo de um amigo?” acabei indo parar na ocupação da Ouvidor 63. “Incrível, tudo isso” era a primeira impressão que ficava, seguida, de um “pena que não vai durar muito tempo”. Recém reaberto por diversos coletivos de artistas, o prédio já estava sob processo de reintegração de posse da primeira vez que eu entrei na ocupação. Não saiu da minha cabeça durante alguns anos: qual era o sentido de se reintegrar um prédio que foi recuperado pelos próprios artistas e, em pouco tempo, se transformou em um novo espaço cultural alternativo para a cidade, se a intenção, com isso, era deixá-lo vazio?

Da Casa Amarela eu sou vizinho de bairro há mais de 20 anos. Do casarão vazio, a maior parte desse tempo. Do casarão assimilado a paisagem e que passava despercebido pela rua da Consolação. Até essa imagem ser quebrada por bonecos de pano e cartazes saindo pelas sacadas. “É um ensaio de teatro. É aberto, pode entrar!” - me falaram enquanto eu espiava pelo portão. Pouco tempo depois o casarão já tinha outra cara. Coberto de *grafittis* e pixos, mais movimentado, mais barulhento. As festas estavam incomodando os vizinhos. E tão logo já havia uma ameaça de despejo contra os ocupantes. O que incomodava era ter gente. *Gente diferenciada*, como se tornou a marca registrada do elitismo do bairro. Novamente, qual era o medo de se abrir os espaços? Por que um casarão abandonado há décadas não incomodava ninguém?

Por que não enxergar o potencial criativo que se estava fazendo desses espaços e transformar tudo em caso de polícia, como aliás é a tônica do tratamento dos movimentos de ocupação em geral em São Paulo há muitos anos? Por que as ocupações voltadas para as artes e a cultura então? O que elas trazem de novo para isso tudo?

Por um lado, existia um sentimento de que algo estava acontecendo nessa época, de que as coisas estavam mudando, porém sem certeza nenhuma do que no que isso ia dar. Uma mistura de euforia com ceticismo. Com as Jornada de Junho no ano de 2013, o mote de se tomar os espaços da cidade voltava à tona, ecoando uma onda de protestos e manifestações pelo mundo em que o estar junto e o se fazer política nas ruas retomam a centralidade, com todas as

contradições que isso possa gerar (GIOVANI, 2015). Flávia de Faria (2020) observa como na literatura esse evento é considerado um divisor de águas na maneira de organização política no Brasil. Moraes et al (2016), vão além ao entenderem Junho de 2013 como realmente um evento, ou seja, que não se encerra cronologicamente em si, mas que reverbera: “Junho está sendo”. A explosão de afetos e revoltas desse período dão pulsão a uma miríade de novas formas de manifestações urbanas, que se expressam em seu caráter híbrido, informal e precário, muitas vezes se apresentando como ocupações (FARIA, 2020; GIOVANI, 2015; MORAES et al, 2016; PIZZINATO, 2016). Apesar do momento de pressão por mudanças institucionais, essas manifestações não necessariamente se traduzem em um direcionamento claro ou específico, mas apontam novos direcionamentos, questionando os paradigmas vigentes, porém sem acabar de vez com eles ou substituí-los, coexistindo assim rupturas e continuidades (MORAES et al, 2016).

Diversas iniciativas da sociedade civil começam a ganhar o espaço (público) nessa época: Parque Augusta, Minhocão aberto, Paulista aberta, cicloativismo, movimentos de bairro, festas de rua e rolezinhos são algumas das manifestações que emergem nesse contexto, em São Paulo¹. Algumas dessas movimentações passam a ter um maior reconhecimento e a adentrar no campo das políticas públicas na realização de suas demandas. O programa Ruas Abertas e o SP na Rua, são políticas que vão nesse sentido de legitimar e reconhecer o valor dessas ações promovidas pela sociedade civil nos espaços da cidade. O movimento que se formou em torno do Parque Augusta, após uma longa disputa judicial, conseguiu levar adiante suas demandas. Rolezinhos, por outro lado, continuaram a incomodar e a serem duramente reprimidos, nitidamente por serem feitos por e direcionados para um público que não é o de classe média, que impulsiona os outros movimentos de ocupação da cidade.

As ocupações culturais no centro da cidade de São Paulo surgem nesse caldo e dizem muito a respeito de como essas novas formas de mobilização social interagem com o poder público. Isso se manifesta tanto na forma de questionar as estruturas vigentes e criadoras de consensos a respeito de para quem é a cidade, quanto na apresentação de modos inovadores de se fazer políticas na prática. Diferentemente dos movimentos desse contexto, as ocupações culturais perduram no tempo e englobam grande parte da vida dos seus participantes, ao invés de concentrarem em momentos específicos (MARTÍNEZ, 2013; MAYER, 2013). Essas

¹ ROSSI, M. São Paulo quer se apropriar de si mesma. **El País**. 13 dez 2014. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/13/politica/1418479186_366653.html>. Acesso em: 10/12/2020.

ocupações reúnem uma série de atores e elementos que colocam sob novos ângulos teorias convencionais sobre a atuação da sociedade civil em relação ao Estado e ajudam a compreender, mesmo que parcialmente, alguns aspectos importantes sobre movimentos urbanos contemporâneos.

O argumento que procuro desenvolver ao longo da dissertação visa realçar as características próprias das formas de vida, trabalho, criação e organização política nas ocupações artísticas e de que forma essas associações se relacionam com o Estado na criação de novas categorias e instrumentos de gestão para as políticas públicas. Ocupações são um fenômeno amplo que pode se manifestar em diversas áreas, como habitação, cultura, agricultura familiar, entre outras tantas (PRUIJT, 2013). Uma característica constitutiva dessa forma de ação coletiva é que, a despeito de partirem de uma ação tida como ilegal, elas encerram um potencial de institucionalização (MARTÍNEZ, 2014). Dessa forma, outro objetivo da pesquisa é compreender algumas particularidades associadas à gestão das políticas públicas de cultura, especificamente sobre as ferramentas de governança que promovem encaixes entre a sociedade civil e o Estado na gestão de equipamentos culturais, que as ocupações culturais em questão colocam. Dessa perspectiva, pode-se afirmar que as formas de gestão dos espaços públicos praticada pelos coletivos artísticos convergem e também conflitam em diversos pontos com a concepção de gestão cultural do poder público, proporcionando um ambiente de incertezas e descontinuidades tanto para os projetos promovidos e abrigados nas ocupações, quanto para as políticas públicas culturais.

Para se discutir a questão da interação entre ocupações culturais e poder público, parte-se de um referencial teórico das literaturas sobre institucionalização e movimentos sociais, que serão discutidas de maneira mais aprofundada nos capítulos seguintes. Tem-se como pressuposto que essa relação, porém, é mais tensa do que normalmente se observa na literatura *mainstream* a respeito de movimentos sociais. Devido ao caráter constitutivo da marginalidade desse tipo de associação, que transita na fronteira da legalidade e da legitimidade em suas ações diretas e por conta de seu caráter volátil e pouco consolidado e estudado no Brasil, os movimentos de ocupação voltados para as artes e a cultura podem ser entendidos como casos atípicos, em que a leitura apresenta dificuldade de explicar em seus modelos analíticos, quando sequer são considerados. Existe também, um grande desconhecimento do assunto na opinião pública e por parte dos agentes estatais, tornando ainda mais problemático esse tipo de relação socioestatal, que ainda carece de estudos mais densos que possam contribuir para uma melhor compreensão desse fenômeno.

Para além disso, ao se levar em conta as ocupações artísticas como objeto de análise, busca-se cobrir, em parte, uma lacuna teórica da literatura acerca das interações socioestatais. Apesar de assumir a pluralidade que essas formas organizativas podem apresentar, essa literatura baseia suas teorias predominantemente em associações já bastante institucionalizadas e formais, não considerando verdadeiramente essa pluralidade. Perde-se assim, parte do poder explicativo da teoria por selecionarem casos de um tipo delimitado para fazerem inferências demasiadamente amplas, conforme sugere a influente crítica do trabalho de Mark Warren (2001). Warren afirma que não devemos partir de pressupostos normativos dos efeitos das associações para avaliá-las, mas procurar entender os seus objetivos e as características das comunidades que se formam em torno delas para compreender que efeitos específicos essas produzem. O estudo das ocupações artísticas no centro, portanto, leva em consideração essa crítica e se preocupa em verificar como essas teorias operam em contextos de baixa formalidade institucional, apontando seus alcances e limitações. Além de identificar, em um nível mais empírico, novos padrões de relações entre sociedade civil e Estado no campo das políticas públicas da cultura.

Por se tratarem de associações de caráter ilegal, que se apropriam de edifícios do poder público para exercer funções que o Estado deveria gerir e ainda criticam a forma que esse promove a fruição à cultura, é contra intuitivo esperar que o governo estabeleça parcerias e reconheça essas ocupações como legítimas. Isso levaria a esperar um diagnóstico típico da literatura dos anos 90 de autonomia enquanto falta de interação entre as esperas da sociedade civil e do Estado (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015), ou se não, a previsão de um baixo padrão de interação e sedimentação desse processo nas políticas públicas, como propõe a literatura mais recente sobre encaixes e interações socioestatais (CARLOS, 2016). No entanto, negociações e parcerias oficiais já foram estabelecidas em algumas oportunidades entre o poder estatal e as ocupações, assim como tentativas de reintegração de posse que acabaram sendo barradas ou pela justiça ou pelos próprios ocupantes.

Isso nos leva a crer que há muito mais a ser trabalhado teoricamente pela literatura. Uma análise exploratória desses casos, ainda pouco estudados e teorizados, se mostra proveitosa para o desenvolvimento de um registro analítico mais fino e de uma melhor compreensão do ponto de vista de gestão desse fenômeno. Trata-se de um fenômeno complexo, que guarda suas particularidades, mas também carrega novas ideias e princípios de gestão que podem passar pelo processo de aprendizado institucional pelo poder público, gerando soluções, mecanismos

e inovações, que por sua vez podem ser adaptados para outras circunstâncias em casos semelhantes a esses.

Para o estudo das ocupações artísticas no centro de São Paulo a teoria de médio alcance das interações socioestatais (GURZA LAVALLE et al, 2019) parece ser proveitosa em um nível exploratório, uma vez que a relação que essas associações possuem com o poder público é ainda relativamente recente e pouco teorizado pela ciência política e outras áreas. Visto que as ferramentas de gestão utilizadas pela administração pública para negociar com as ocupações são pouco desenvolvidas e apresentam resultados incertos e descontínuos em alguns pontos e, apresentam soluções interessantes em outros, torna-se relevante um estudo sistematizado dos casos das ocupações em um nível *mezzo* (GOHN, 2011; ABBERS; VON BÜLOW, 2011). Para fins de se entender tanto os mecanismos que ajudam a compreender os padrões que levam a conjuntura dessa classe de eventos, quanto os diferentes resultados apresentados até então em cada uma delas, o estudo inclusive pode contribuir para uma relação mais ajustada entre ambos.

Metodologia

Nessa seção procuro enfatizar algumas das escolhas metodológicas que foram adotadas durante o processo de pesquisa. A abordagem que buscou-se realizar aqui leva em consideração os elementos mais subjetivos que envolvem a vida, as relações e a produção artística nas ocupações, bem como as suas interações com o poder público.

Para essa análise, propõem-se dois estudos de casos no município de São Paulo, o caso da “Casa Amarela” e o da “Ouvidor 63”, ambas ocupações culturais que gerem projetos de políticas públicas de maneira independente e a partir de parcerias com a municipalidade, ocupando espaços públicos que, na ocasião da ocupação, estavam abandonados pelo Poder Público.

Em primeiro lugar, a seleção dos casos se dá, por conta do envolvimento do pesquisador com as ocupações, pelos laços afetivos que foram criados com as pessoas e os espaços nesses anos como frequentador e apoiador, antes de isso se transformar em um interesse de pesquisa propriamente dito. Esse envolvimento possibilitou um maior conhecimento e proximidade com as comunidades que giram em torno das ocupações e um maior acesso às dinâmicas próprias dessas ocupações, na medida em que procurei colaborar ativamente com demandas que diziam

respeito aos interesses das ocupações e não somente aos meus interesses de pesquisa, apesar de uma coisa obviamente instigar a outra.

Em segundo lugar, dada a seleção dos casos, as propriedades que esses apresentam possuem uma variação analítica importante. Em relação a outras ocupações, essas apresentam um caráter eminentemente artísticos, diferentemente das diversas outras ocupações do centro de São Paulo, mais focadas em moradia popular. Por se localizarem no centro, região mais privilegiada de equipamentos de cultura, as ocupações selecionadas para essa pesquisa se inserem em um contexto distinto de outras ocupações artísticas, localizadas nas periferias. Essas últimas ocupações, muitas vezes acabam sendo os únicos equipamentos de cultura de um bairro ou de um distrito, o que poderia levar a outras dinâmicas de interação e outros objetivos que a presente pesquisa não teria fôlego para lidar de maneira adequada. O recorte, portanto, diminui a variação de elementos de análises referentes a diversidade de dinâmicas próprias dos territórios de uma cidade imensa e desigual como São Paulo, de maneira a enfatizar os processos internos de cada caso.

A comparação interna dos processos entre os dois casos em questão é relevante por apresentar variação nos resultados e trajetórias diferentes dentro de uma categoria muito próxima de fenômenos, sendo possível complexificar a análise e a discussão dos temas apresentados nas sessões anteriores.

A proposta de estudo das ocupações artísticas no centro visa assim, analisar as dinâmicas de interação dessas com o poder público. Esse tipo de análise possibilita, por um lado, investigar como esses arranjos complexos operam na área da cultura em um nível municipal, e por outro, analisar as inovações que essa forma específica de micropolítica pode trazer para a geração das políticas culturais. Acredita-se que essas dinâmicas ensejam padrões de mudança institucional a partir de novas percepções dos atores sobre as possibilidades de hibridização entre estado e sociedade civil na gestão dessas políticas.

Problema de pesquisa

Ian Shapiro (2002) afirma que uma pesquisa deve ser orientada por um problema e não por um método ou uma teoria específica *a priori*. A vantagem analítica de se partir de um problema, ao invés de um método ou teoria, estaria em não fechar a pesquisa em formas de

autovalidação em torno do modelo escolhido, mas abrir o leque de possibilidades do/a pesquisador/a para os diferentes tipos de análise que melhor dialoguem com o universo empírico em que se problema se insere.

Dessa forma, um problema, em um nível epistemológico, é uma construção sobre algum fenômeno não-óbvio e que ainda não se possui resposta dada pela teoria disponível. É uma formulação que articula diversas formulações de um fenômeno específico, em diálogo com questões que rendam para o debate acadêmico. Como é raro se pensar em um problema de pesquisa à margem de uma teoria, torna-se necessário o movimento constante de ida e volta aos planos teórico e empírico ao longo do processo.

A pesquisa em questão parte de um problema empírico no setor da cultura em São Paulo: coletivos de artistas encontram-se em uma situação híbrida de gestão do espaço público. A situação se torna complexa, por esses coletivos ocuparem prédios públicos e promoverem uma grade de atividades culturais sem regulamentação formal da prefeitura, apesar da existência de mecanismos e da orientação institucional para que essa regularização seja feita. Tentativas de acordos de regularização e de reintegração de posse ocorrem simultaneamente e sem sucesso, dando um contorno ambíguo a essa interação, sem que se haja uma orientação clara de tratamento em relação a casos como esses.

A remoção dos coletivos de artistas não se mostra consistente e nem simples, uma vez que esses possuem embasamento legal para exercerem as suas atividades. Apoiados no princípio da função social da propriedade, esses coletivos atendem a uma demanda social que a administração pública não cumpre, provendo espaços de criação, apresentação e formação de artistas que são marginalizados. Além disso, os coletivos das ocupações mobilizam grupos da sociedade civil a pressionar o Estado, que teria um ônus político em justificar que os imóveis deveriam continuar abandonados, ao invés de abrigarem esses projetos já em andamento.

Além disso, existem documentos oficiais que reconhecem a importância das ocupações artísticas e culturais como equipamentos públicos independentes de cultura e incentivam a formalização de algum tipo de parceria entre Estado e essas ocupações no município. Regularizações desse tipo poderiam ocorrer, por exemplo, com um acordo via Marco Regulatório da Sociedade Civil ou a outorga de um termo de concessão do espaço, previsto na Lei Orgânica do Município, como forma de incorporar esses equipamentos ao tecido do Estado e cobrir déficits atestados pelos próprios diagnósticos da prefeitura.

Apesar disso, essa regularização se torna difícil por não levar em conta algumas questões ideológicas e próprias das formas de organização desse tipo de movimento, que possui um perfil autonomista, pró ação direta e alternativo aos modos de gestão cultural de equipamentos públicos de cultura tradicionais. Essa interação ainda apresenta dificuldades devido aos desentendimentos em torno das categorias utilizadas pelos atores em relação aos termos em que esse diálogo ocorre.

Considerando o movimento de pesquisa descrito por Shapiro (2002), o problema da institucionalização colocado pela literatura sobre ocupações poderia ser reespecificado a luz da teoria sobre interações socioestatais - em uma frase -, da seguinte maneira: como o potencial de institucionalização, a despeito do caráter da ilegalidade, presente na interação entre ocupações artísticas e culturais e governo, pode trazer uma complexificação da estrutura dos movimentos e alargamento das capacidades estatais, em termos de categorias, instrumentos e princípios, na área da cultura?

Copesquisa

Em um nível epistêmico, o trabalho seguiu com a abordagem da copesquisa para lidar com esse problema. A partir dessa perspectiva, foi mobilizado e problematizado o debate acerca das interações socioestatais como referencial teórico para a análise dos casos das ocupações culturais da Casa Amarela e Ouvidor 63. Participar dos processos das ocupações foi uma parte fundamental para conseguir compreender como as práticas e as teorias se relacionam e de que formas as inovações nesses dois campos podem ocorrer. Dessa forma buscou-se responder à pergunta de pesquisa de maneira próxima e ativa.

Para isso, utilizo dos métodos da copesquisa (MALO; 2004, ROGGERO, 2013) que desenvolvo com uma base regular nas ocupações culturais, em que possuo acesso e participo como público frequentador e colaborador em atividades. Como defende Gigi Roggero (2013), a copesquisa parte da interação entre pesquisador e pesquisados, colocando os próprios sujeitos em questão como produtores do conhecimento científico, ao mesmo tempo em que considera pesquisador melhor apto a descrever uma visão de mundo conforme participa dessa construção. Acredito se tratar da minha situação em meio ao campo e que, ao adotar essas assunções, possa contribuir de uma maneira mais ampla na exposição do trabalho, com recursos que possam captar melhor a essência do campo da pesquisa, contribuindo também para o debate teórico.

A copesquisa, ou pesquisa-ação, ou investigação militante, busca sempre produzir um conhecimento situado e que colabore para a transformação social e para as lutas em que se engaja (MALO, 2004; SHUKAITIS; GRAEBER, 2007). Isso de forma alguma diminui a relevância das reflexões e da produção de conhecimento científico, mas toma em pé de igualdade as diferentes formas de saber/fazer como válidas para se entender e atuar no mundo (MALO, 2004). A partir das relações formadas e da diversidade de conhecimentos mobilizados nessa interação, procura-se reimaginar novas visões parciais de mundo na medida em que organiza formas de ação política (SHUKAITIS; GRAEBER, 2007).

Essa tradição de pesquisa deriva em grande parte da experiência do *operaismo* italiano dos anos 70, passando por diversas formas de atualização e reflexão sobre a produção de conhecimento contemporâneo, sendo desenvolvida tanto em universidades como em outros espaços alternativos, como em ocupações, coletivos artísticos, espaços de trabalho e em grupos de militantes autônomos (MALO, 2004; SHUKAITIS; GRAEBER, 2007). Esse tipo de investigação adota uma perspectiva desde os movimentos sociais e crítica ao excesso de especialização acadêmico. Procura-se romper com as fronteiras entre a produção de conhecimento em registro acadêmico e a produção em registro ativista, que tendem a olhar com desconfiança umas às outras e acabam recaindo em uma autorreferencialidade que empobrece ambas as análises (PANTERA ROSA, 2004).

Rejeita-se a concepção de pesquisa circular, isto é, como pura e simples forma de validação de pressupostos teóricos e de diálogo fechado dentro do próprio campo, entre pares que compartilham das mesmas ideias (PANTERA ROSA, 2004). Tão pouco se aceita a entrada no campo como forma de se extrair conhecimento de comunidades e grupos específicos, ou seja, sem que essas pessoas façam parte da reflexão sobre si mesmas e tenham algum retorno com a pesquisa e o processo dela. Procura-se refletir sobre para que(m) serve o conhecimento que está sendo produzido, se esse conhecimento abre possibilidades de ação ou se reitera lógicas de controle.

Existe uma questão de posicionalidade nesse tipo de abordagem² e que deve ser tratada ao invés de omitida: enquanto pesquisadores/as estamos inseridos/as no mundo a partir de nossos corpos, possuímos desejos e cultivamos relações não-desinteressadas. Para essa pesquisa isso foi um ponto de partida, eu enquanto um pesquisador universitário de classe

² Não só nesse tipo, mas em todos os tipos de produção de conhecimento, diga-se de passagem. Aqui isso apenas aparece de forma mais explícita.

média-alta, branco, homem, cis, em que medida poderia contribuir com a luta das ocupações de cultura no centro?³ Isso em momento algum foi resolvido, pois é uma questão a ser mantida em aberto, e nem acredito que o resultado desta dissertação seja a melhor forma de respondê-la, mas acredito que as situações e as trocas que se estabeleceram a partir dessa pesquisa - nem sempre de maneira harmoniosa - levaram a uma série de reflexões e a abertura de diversos caminhos possíveis de se fazer essa contribuição, inclusive teoricamente. Com isso assume-se que não só que o/a pesquisador/a interfere no campo, como também que isso é desejável, desde que de maneira a colaborar com as lutas, no caso, as ocupações culturais do centro de São Paulo.

Para essa forma de se fazer pesquisa é fundamental que o/a pesquisador/a esteja aberto/a ao campo e se deixe afetar pelas questões que atravessam, considerando teorias, explicações e modos de pensar alternativos na medida em que esses possuem valor de uso para determinadas situações (PANTERA ROSA, 2004). Partindo das errâncias e derivas do campo, busca-se “caminhar perguntando” com base em experiências concretas e não em suposições teóricas *a priori*, como forma de potencializar a ação política através da reflexão e constituição dos sujeitos (PRECARIAS A LA DERVIA, 2004; COLECTIVO SITUACIONES, 2004; COLECTIVO SIN TICKETS, 2004).

Moverse en la incertidumbre (PANTERA ROSA, 2004) é uma expressão que considero muito adequada para descrever o processo que essa pesquisa tomou desde o seu início. Em primeiro lugar, devido própria característica de instabilidade das ocupações, seja pelo fluxo de pessoas e de encontros que acontecem ali, seja pela luta diária para se manter no espaço e desenvolver os projetos, provocou mudanças de rumo e novas situações que me obrigaram a repensar diversas vezes o escopo da pesquisa e as abordagens que estava adotando. Em segundo lugar a falta de uma bibliografia que tratasse da relação de movimentos de ocupações em sua

³ Tive um grande receio de não haver interesse algum por parte dos ocupantes no projeto de pesquisa que eu estava desenvolvendo. De ser “teórico demais”, de ser alheio aos corres. De ser mais um dos tantos pesquisadores que batem nos portões das ocupações e logo somem com um trabalho pronto. Quando fui apresentar a pesquisa e pedir permissão para estar acompanhando as atividades durante as assembleias de projetos nas ocupações, no entanto, fui muito bem recebido. Na Casa Amarela, fui orientado a fazer a apresentação em uma assembleia geral ordinária, durante a sessão de apresentação de projetos, que ocorre toda segunda-feira. Me falaram que gostavam bastante de estar trocando com os/as pesquisadores/as que vão lá e que acharam interessante eu estar me propondo a realizar a pesquisa por dois anos, o que não era muito comum. Logo me falaram que havia uma ordem de reintegração de posse para o mês seguinte e que eu estava convidado para o baile-vigília que ia acontecer durante a madrugada para resistir a ação policial. Na Ouvidor 63, a assembleia em que fui apresentar o meu projeto de pesquisa não era exatamente uma assembleia ordinária. Coincidiu de ser uma das primeiras assembleias voltadas para a organização da II Bienal da Ouvidor 63. Nessa assembleia foi apresentado o projeto oficialmente para os ocupantes e colaboradores. Na sequência abriram-se as inscrições para as pessoas que gostariam de ser facilitadoras dos laboratórios. Foi aí que apresentei o meu projeto e que tinha total convergência com um dos grupos de pesquisa. Então logo me inscrevi para ser um dos facilitadores e a partir daí começamos esse processo de trocas.

intersecção com arte e cultura no Brasil de maneira próxima ao que eu estava observando em campo rendeu – depois de um longo período de tangenciamento das questões que iam surgindo através de teorias não diretamente relacionadas - uma busca ampliada que atravessasse o tema por vários ângulos, como história da arte, sociologia urbana, teoria dos movimentos sociais, filosofia e estética, institucionalismo, políticas públicas, ação cultural e estudos autonomistas. Essa abertura somada ao envolvimento com o campo, foi essencial para a construção do problema e do objeto de pesquisa, de maneira que procurei articular essas perspectivas ao longo do processo e das novas questões que as diferentes situações geravam.

Desse modo, a pesquisa segue uma abordagem metodológica polifônica e espontânea, como propõem Massimo Canevacci (2005) e Lúcia Oliveira (2007), aterrada nos problemas e situações que surgem da prática da copesquisa, como forma de se organizar um conhecimento que sirva simultaneamente para a ação política e para a reflexão teórica. Isso não representa uma falta de rigor com os termos e conceitos utilizados, mas procura-se realizar uma abordagem transversal, isto é, uma construção capaz de articular diversas áreas do conhecimento em torno de um projeto de ação política, mesmo que esse seja temporário e precário (OLIVEIRA NETTO, 2012 apud ROSAS, 2005).

Um estudo exploratório

O intuito de combinar a teoria das interações socioestatais com a abordagem da copesquisa é o de se fazer uma análise construtivista do problema colocado. Construtivismo, é entendido pelos seus proponentes como uma forma de se entender o conhecimento, ou uma descrição de mundo, a partir do quadro de referência do qual uma experiência é fundada (LESSA, 2011), isto é, as categorias e ideias mobilizadas pelos atores somente fazem sentido dentro do sistema de pensamento que as sustentam. Sendo assim, esse tipo de análise não se restringe a uma observação direta dos objetos selecionados, mas busca construí-los enquanto tal.

Outro pressuposto dessa visão é de que seres humanos são praticantes da construção de mundos. O Construtivismo assim, leva em consideração símbolos verbais e não verbais na criação de diferentes versões do mundo, em um processo de criação e recriação do que já existe na realidade (SCHWANDT, 1994).

Pensar as ocupações da Ouvidor 63 e da Casa Amarela como experiências em que essas construções de mundo são ativadas através do compartilhamento de ideias e dos modos de vida em um nível micropolítico e se expandem para uma esfera pública em sua interação com o poder público toca no centro das teorias mobilizadas, por levar a sério o poder da ação cultural, direta e coletiva como capaz de produzir mudanças institucionais. Longe de representar um relativismo vago, essas teorias consideram o cenário institucional e as relações de poder em que o embate discursivo se dá, bem como suas regras e constrangimentos, porém, busca ir além dessas limitações negativas e propor explicações sobre porque um dado curso foi escolhido em detrimento de outro (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Como já mencionado, considera-se que esse trabalho segue um eixo exploratório, entendido assim como uma forma de estudo atrelada a concepção construtivista de produção do conhecimento. Pesquisas desse tipo procuram lançar um olhar sob um diferente ângulo sob teorias já colocadas, contribuindo para a iluminação de novos conceitos, mecanismos e conexões sobre um mesmo fenômeno (REITER, 2013). Estudos exploratórios têm como ênfase uma descrição densa e rica de fenômenos ainda pouco teorizados, assumindo que em certas circunstâncias é mais produtivo explorá-los em diversas dimensões do que procurar a confirmação de explicações já existentes. Procura-se assim, criar diferentes interpretações que fazem mais ou menos sentido para um determinado fenômeno. Nosso conhecimento é situado no mundo, dentro dos valores, crenças, treinamento e cultura que cada um possui, e por isso afetamos as perguntas que lançamos, a maneira que fazemos isso e as possíveis respostas consideradas válidas durante o processo da pesquisa. Diferentemente de estudos confirmatórios, esse tipo de abordagem permite que explicações rivais possam coexistir; o que interessa aqui é a maneira como se enquadra um problema e se apresentam explicações robustas para ele.

Os ganhos cognitivos dessa abordagem vão no sentido de fornecerem novas formulações de problemas e explicações para partes anteriormente pouco exploradas das teorias, através de um engajamento do/a pesquisador/a na ampliação das ferramentas conceituais utilizadas pelas teorias, possibilitando um melhor repertório analítico, mais amplo e mais preciso (REITER, 2013). O ponto de se escolher as ocupações artísticas, em suas interações com o Estado, como casos de institucionalização estaria justamente em observar como as categorias e conceitos da teoria de interações socioestatais poderiam operar em um contexto de baixa formalização e marginalidade dos coletivos de artistas-ocupantes na criação de categorias e instrumentos de gestão. O contexto em que essa interação ocorre é bastante

distinto dos analisados pelos estudos precedentes e apresenta características mais agudas no que se refere a situação dos atores nesse processo, que ficam em um limiar de risco e de efetivação de um potencial de transformação, enquanto constroem seus projetos na prática. Acredita-se assim, que a singularidade do campo possa lançar luz sobre questões a respeito de como a teoria e o Estado lidam com temas como horizontalidade, autogestão de espaços públicos, ação direta, governança democrática, participação popular e institucionalização sob outros pontos de vista, permitindo novas incursões na literatura.

A construção que aqui está se propondo dependerá largamente de narrativas: da trajetória dos atores, das suas visões de mundo, ideologias, categorias que usam no dia-a-dia, explicações parciais dos fatos e percepções de si mesmos no mundo. Assumindo que essas ideias separadamente não constituem a realidade, mas se referem a ela, a análise leva em conta que o mundo da linguagem e da realidade são esferas interconectadas (REITER, 2013), sendo de grande importância analítica prestar atenção a maneira com que os discursos são empregados pelos atores nas suas descrições e formulações sobre a realidade.

Materiais utilizados

A pesquisa é informada em grande parte pela experiência em campo que tive entre os anos de 2018 e 2020. Contudo, não se trata de uma análise propriamente etnográfica. O que procuro fazer é uma construção da narrativa da resistência das ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63, atentando para pontos de diálogo, abertura e atravessamento entre a trajetória das duas ocupações e a produção teórica sobre ocupações, no Brasil e na Europa, sobre os processos de institucionalização de movimentos sociais.

Entender como os ocupantes pensam esses processos em que estão inseridos e as dinâmicas próprias de cada espaço através do acompanhamento e da participação de alguns deles são premissas fundamentais, práticas sem as quais não seria possível realizar a pesquisa.

Durante a pesquisa realizei visitas frequentes às ocupações, em uma base quase semanal em cada uma delas, dependendo da época e do grau de envolvimento com algum projeto específico. Foram inúmeras as trocas que ocorreram nesses momentos. Conversas sérias, despretensiosas, reuniões, rolês e todo tipo de encontro e situações fizeram parte desse aprendizado. Não há um registro formal desses momentos. A dinâmica da entrevista me pareceu forçosa para um primeiro momento e pouco adequada para um projeto de dois anos de duração

em que encontrava frequentemente com as mesmas pessoas e com as quais procurava estabelecer uma troca. De fato, há uma quantidade razoável de material disponível em que ocupantes dessas duas ocupações dão depoimentos e entrevistas, porém são para projetos diferentes: matérias de jornal, curtas, TCCs, artigos acadêmicos, materiais produzidos por eles mesmos etc. Ficava com a sensação de que as entrevistas eram uma forma (justa e válida) de se obter uma informação específica e para um determinado trabalho, encurtando um caminho e economizando tempo que seria inviável para se desenvolver um processo mais longo. No entanto, não era o tipo de relação que eu procurava estabelecer com os ocupantes. Além do mais, a pesquisa seguiu um caminho bastante tortuoso em que não estava claro desde o início quais questões eram relevantes ou o que se estava procurando de fato.

As conversas informais me pareceram um caminho melhor e mais natural para se desenvolver essa relação, abrir as possibilidades de diálogo e maturar ideias sobre a pesquisa. Somente após ter um domínio maior da literatura e uma relação mais próxima com as pessoas das ocupações é que eu considerei realizar as entrevistas. Entendo a realização de entrevistas em uma chave própria da copesquisa, isto é, como uma ferramenta de reflexão conjunta entre copesquisadores a respeito de um determinado processo. De acordo com as pesquisadoras que seguem essa linha, momentos como esse devem servir não só para se interpretar a realidade, mas sobretudo como uma forma de organização para a transformação da realidade (MALO, 2004; CONTI, 2004a; 2004b; BORIO, POZZI; RUGGERO, 2004). Mais do que uma coleta de informações e possíveis *insights* o que eu procurava fazer com as entrevistas era dar um retorno da pesquisa que eu estava desenvolvendo e pensar juntos o processo. Sendo um processo que esteve aberto durante boa parte do seu desenvolvimento, somente no final de 2019 é que a pesquisa começa a se desenhar com traços mais nítidos, com os processos de institucionalização se intensificando em ambas as ocupações, como veremos. O plano inicial foi de realizar as entrevistas entre o começo e o meio de 2020, com esse processo já mais maturado e com a pesquisa mais direcionada. Porém, com a pandemia isso acabou se mostrando pouco viável. A comunicação se tornou muito mais escassa e difícil, além de ser imprudente arriscar visitas presenciais em um momento crítico da pandemia em São Paulo.

Para essa pesquisa me refiro principalmente a essas conversas informais de maneira mais solta no texto. Não especifico quem são exatamente os/as interlocutores/as mas procuro enfatizar os momentos em que essas conversas ocorreram de maneira a contribuir para a narrativa mais geral. Aqui a falta de precisão diminui a riqueza das experiências e das visões múltiplas sobre os eventos, mas não compromete de maneira substantiva o argumento geral.

Todavia, não pareceu adequado citar nominalmente os/as interlocutores/as sem trazer de maneira adequada as trajetórias dessas pessoas e as falas de maneira precisa, optando-se por uma abordagem mais genérica.

Como forma de trazer perspectivas diversas para o trabalho o caminho adotado foi o de se criar narrativas visuais a partir da colaboração com Rose Steinmetz e Giorge de Santi. Ambos são fotógrafos nas e das ocupações. Steinmetz é colaboradora da Ouvidor 63, não reside na ocupação, mas faz seu olhar onipresente pelos andares, pelas atividades, reuniões e pelo cotidiano do prédio. De Santi é artista-ocupante da Casa Amarela, acompanha desde o início da ocupação, faz uma visão cândida e ao mesmo tempo explosiva dos diferentes períodos da Casa Amarela⁴. Com o uso das imagens, procurou-se somar perspectivas ao texto, não meramente ilustrá-lo. As fotografias falam por si mesmas e permitem diferentes leituras por parte de quem às vê.

No entanto, uma nota sobre a forma de seleção, tratamento e do seu posicionamento no texto se faz interessante para fins de exposição do processo. Em primeiro lugar entrei em contato com ambos os fotógrafos propondo essa colaboração após a defesa da primeira versão dessa dissertação, como forma de abordar o incômodo de não trazer muitas dissonâncias para dentro do texto. Ambos estiveram de acordo prontamente, porém se construiu uma diferente relação com cada. Com Giorge de Santi essa colaboração entrou em meio ao início de um ciclo de colaborações para se pensar e discutir arte e resistência, somando os nossos trabalhos na produção de conteúdo, projeto ainda em discussão. Com Rose Steinmetz isso também foi sugerido, mas ainda não muito aprofundado.

A seleção das fotos também ocorreu de maneira diversa. Ao passo que de Santi me forneceu um arquivo específico do seu acervo para esse trabalho, Steinmetz me orientou a buscar nos álbuns do seu perfil no *Facebook* pelas imagens que eu desejasse. Percorrer por esses acervos foi um misto de emoções, especialmente em um momento de pandemia, em que as medidas de distanciamento social fazem sentir a falta do contato com os amigos-artistas-ocupantes. Enfim, após realizar diversas pré-seleções, cheguei a uma construção narrativa que me pareceu cara a esse trabalho e que pudesse trazer dissonâncias. Procurei trabalhar com a ideia da ambiguidade nas imagens, como forma de refletir sobre o tema do trabalho: ambiguidade nos próprios modos de vida dos ocupantes e não relação entre as ocupações culturais e o poder público.

⁴ Três ao todo - conforme ele me explicou -, que coincidem com os mesmos três que utilizei para dividir a narrativa da trajetória de ambas as ocupações no Capítulo 4 dessa dissertação, curiosamente chegamos a essa mesma divisão.

Ao longo do texto essas imagens foram trabalhadas de dois modos diferentes. Ao longo dos capítulos 4 e 5, as fotografias são inseridas em relação com o momento que está sendo discutido no texto, guardando uma relação mais ou menos contextual, ou histórica. Nas considerações finais, essas imagens são retiradas dos seus contextos e justapostas, criando um embaralhamento, como será discutido.

Houve um tratamento das fotos para a inserção nesse trabalho. Parte delas foi convertida para preto e branco (p&b) com a utilização de um filtro simples do programa de visualização padrão do computador. A opção por passar todas para o p&b se deu, em primeiro lugar, como uma forma de se enfatizar as situações que ocorrem nas imagens, direcionando o olhar do leitor para esse elemento ao invés de outros componentes estéticos. Em segundo lugar, parte das imagens já estava em p&b durante o processo de seleção. Optou-se por seguir essa linha de maneira pragmática, ao invés de produzir ruídos desnecessários com uma mistura entre imagens coloridas e p&b. Além disso, os títulos das imagens também são de minha autoria e refletem uma visão minha das situações. Estabelecem um diálogo com as fotos, mas não pretendem defini-las.

Além desse material, são também utilizadas notícias veiculadas em mídias de comunicação e matérias produzidos pelos próprios ocupantes disponíveis nos seus respectivos sites e páginas de divulgação, devidamente referenciadas conforme são mencionadas. Essas publicações servem como forma de referenciamento, em especial ao período anterior ao início da pesquisa, em que a informação de certos processos era mais difícil de ser acessada por meio das conversas e como forma de triangulação para a checagem dos eventos.

A análise dos documentos oficiais produzidos por diferentes órgãos de governo se faz presente para o caso de instrumentos de políticas públicas, leis, relatórios e diagnósticos de gestão, também disponibilizados no decorrer do texto, quando pertinentes. São analisados os termos utilizados e as ideias que sustentam essas políticas, com o uso de uma bibliografia específica voltada a esses dispositivos ou em análise direta para se pensar os pontos de diálogo com a proposta desse trabalho. Outros materiais utilizados foram os processos jurídicos que envolvem a Casa Amarela e a Ouvidor 63, sendo dois de reintegração de posse, um movido contra cada ocupação e outro de conciliação de partes, para o caso da Ouvidor 63. Os processos são utilizados como um referencial das etapas dos processos, marcando temporalmente as trajetórias de certo modo, mas também como fonte para a análise de decisões e argumentos colocados em disputa.

O problema de pesquisa coloca em uma perspectiva interessante as dimensões de estrutura e agência. Sob a ótica das interações socioestatais, entende-se que a partir da mútua constituição entre Estado e Sociedade Civil, a institucionalização de categorias e de repertórios de ação de movimentos sociais produzem um alargamento nas capacidades estatais, ao mesmo tempo em que essa sedimentação os fazem agir de certas formas em um contexto de disputa institucional (GURZA LAVALLE et al, 2019). Em que medida essas ações são condicionadas por iterações prévias que escapam ao domínio dos atores e em que medida esses são capazes de articulá-las para interferir sobre uma estrutura, é uma questão amplamente debatida nas ciências sociais.

Archer (2003) se debruça sobre esse ponto ao afirmar que é preciso separar as análises materiais das discursivas para saber o que está em jogo em determinado fenômeno, porém não simplesmente opondo uma coisa à outra, mas entendendo isso como um processo dialético (MCANULLA, 2002). Com isso, busca-se criar um processo contínuo em que as condições materiais (estruturais) afetam os atores e esses por sua vez são capazes de alterar esse quadro através de um embate discursivo (agência), dando origem a uma nova situação-síntese desse contato (MCANULLA, 2002).

Em uma abordagem mais densa, Emirbayer e Mische (1998), introduzem uma dimensão temporal para se pensar a dimensão da agência através da ideia de emergência, ou seja, da passagem do velho para o novo considerando os diferentes contextos situacionais em que humanos são imersos. Os autores dividem as capacidades de agência para lidar com situações problemáticas em três possíveis orientações, interconectadas, porém com pesos diferentes a depender do fenômeno ou da situação sendo: a) interacional, relativa a mobilização de experiências e conhecimentos passados; b) projetiva, que lança um olhar sobre o futuro, imaginando cenários e; c) prática-avaliativa, que lida com julgamentos normativos sobre questões do presente.

Considerando essas colocações, penso no trabalho de investigação das ocupações Ouvidor 63 e Casa Amarela como possuindo um primado de agência na análise, tornando-se interessante percorrer esse caminho na análise. Ambas partem de uma questão material, a saber, a falta de espaços públicos voltados para a cultura (ou certa forma de cultura) e o abandono de edifícios pertencentes ao poder público no centro de São Paulo. Entretanto, essa dimensão

material não explica por que os coletivos de artistas decidem ocupar os prédios, transformá-los em ateliês compartilhados e mantê-los abertos da maneira que o fizeram.

Nesse ponto entra em cena as concepções ideológicas e os repertórios de mobilização que esses atores já possuíam ou tinham conhecimento anteriormente ao momento da ocupação. Por já terem participado de movimentos semelhantes ou por terem alguma afinidade com essa forma de manifestação, os atores reinventam, de certa forma, esse tipo de manifestação, ligada a luta por moradia normalmente, ao associá-la com uma demanda da cultura e expressar isso de maneira artística em suas intervenções.

A dimensão projetiva desse momento se dá no vislumbamento de poderem recriar outros mundos possíveis dentro das ocupações (prefigurações), seguindo outros princípios e formas de relação: mais igualitários, libertários, inclusivos e criativos, sendo experimentados e construídos a partir dos encontros nesses espaços. Essa construção narrativa fornece sentido para a ação dos atores em uma perspectiva de alcançarem objetivos, sejam eles pessoais ou pensados coletivamente em um nível institucional. Como uma forma de transformação da cultura ou fontes de inovação de formas de gestão, a medida em que esses projetos vão sendo realizados e reimaginados. Nesse ponto, pode-se pensar a passagem do nível micro para o macro, através da institucionalização de categorias e ferramentas de gestão advindas da interação entre as ocupações artísticas e culturais e o Estado. Por vezes conflituosas, essas interações ainda assim apresentam indícios de estarem em um processo de encaixe, isto é, na confecção de uma síntese dos modos das ocupações e do Estado por meio do alargamento das capacidades estatais.

No que concerne a dimensão prático-avaliativa, esse tipo de movimento apresenta uma característica de resistência e subversão dos meios disponíveis para recriar uma lógica nova nas brechas do Estado. A partir do diagnóstico que fazem da realidade e das deliberações que tomam coletivamente os atores performam, improvisam e encontram novas formas de subverter esses esquemas já colocados. Enquanto realizam alternativas na prática, as ocupações culturais criam uma solução radical para um problema material, ao mesmo tempo em que fomentam uma fonte de imaginação política capaz de transformar estruturas mais amplas a partir de suas ações em um nível micro.

O tempo presente recebeu mais peso nessa análise. Por conta do trabalho ser focado na interação entre as ocupações e o Estado, o tempo presente se mostra mais dinâmico para captar esse processo e seus desdobramentos. As instabilidades e faltas de garantias próprias dos

movimentos de ocupação obrigam a luta dia após dia dos ocupantes. A escrita da dissertação de certa maneira também seguiu esse processo, se reconfigurando conforme os fatos aconteciam no calor do momento. Não se exclui o peso de experiências passadas, tanto dos ocupantes, como também da luta de outros movimentos sociais, que deixam suas marcas inclusive nas estruturas do Estado afetando as lutas presentes, os chamados efeitos pregressos das instituições. A dimensão projetiva está sempre presente, mas é profundamente afetada pelas situações adversas que se sucedem, oscilando entre momentos de desesperança de permanecer no local e de grande entusiasmo com a continuação e desenvolvimento dos projetos. Esse aspecto será abordado na discussão sobre institucionalização das ocupações, que coloca essa perspectiva em pauta.

Estrutura da dissertação

A presente dissertação está dividida em, além dessa introdução, duas partes e as considerações finais. A primeira parte trata de uma conceitualização mais geral sobre o fenômeno das ocupações, sendo dividida em dois capítulos. A segunda parte delimita o problema de pesquisa e adentra nos estudos de caso, tendo em vista as discussões prévias. A segunda parte é composta por três capítulos. As considerações finais fecham a dissertação com um balanço do trabalho.

Na primeira parte procurei tratar de uma questão preliminar para o andamento da pesquisa e dos estudos de casos propriamente. Tendo em vista que as ocupações culturais no Brasil são um fenômeno relativamente recente e bastante marginal, de modo geral, esse tema passa ao largo da produção acadêmica realizada aqui. Temos uma produção considerável no que diz respeito a ocupações voltadas a moradia e movimentos de luta por habitação popular, que foram considerados de início. Todavia, essa bibliografia não mostrou adequada para tratar do fenômeno específico com que eu estava lidando. Mais do que simplesmente o tema da cultura não ser o foco desse tipo de análise - o que é central para esta pesquisa -, a maior parte dessas análises apresentava uma visão instrumentalizada das ocupações, enquanto uma tática, enquanto algo subordinado ao uso de movimentos sociais de habitação, principalmente. Não era o que eu observava em campo. Em primeiro lugar, nenhuma das ocupações com que trabalho é vinculada a este ou aquele movimento social, apresentando uma estrutura muito mais flexível e autônoma em relação às descrições de organização interna que encontrava na literatura. Em segundo lugar, por não perceber um uso meramente tático, com um fim claro a

ser atingido, mas uma miríade de demandas, agendas, projetos, desejos e de pessoas muito diferentes que se atravessavam a partir daqueles espaços. Desse modo, procurei me informar mais sobre movimentos de ocupação que escapassem a esse registro. Através de alguns contatos pontuais, de algumas indicações e de muita procura, encontrei um corpo de literatura, produzido principalmente na Europa, que não só tratava especificamente de pontos centrais para essa pesquisa, como a relação entre ocupações e cultura, como também lidava com toda uma variedade de ocupações e movimentos de ocupação em diferentes contextos, realçando as características próprias desses movimentos.

Com isso, no primeiro capítulo procurou-se conceituar, sob essas novas lentes, as ocupações enquanto objeto de pesquisa. Como mencionado, uma compreensão mais restrita do fenômeno apresentava dificuldade para lidar com os casos que estavam sendo trabalhados. Procurou-se então, enfatizar o que há de próprio das ocupações, que as diferenciam de outros movimentos sociais. Na primeira seção, são apresentadas algumas definições recorrentes na literatura específica sobre ocupações e a ideia de abertura como chave para entender a dinâmica *de dentro e de fora* das ocupações. Na segunda seção discute-se a pertinência de se pensar as ocupações enquanto um movimento social, que ganhos temos com isso e quais especificidades que caracterizam as ocupações nessa direção. Na terceira e última seção, procura-se inserir as ocupações em relação ao modelo neoliberal de cidade. São pensadas quais as novas dinâmicas que as ocupações colocam para o urbano, em termos estruturais, e que novas subjetividades são construídas a partir delas nesse processo. No último ponto dessa seção procura-se direcionar o foco para as tensões entre cultura, cidade e ocupações. Esse capítulo procura fazer um movimento de *zoom-out*, saindo dos microcosmos e ampliando para uma figura mais ampla.

O segundo capítulo procura tratar da variedade de ocupações. Diferenciar os usos, objetivos e contextos em que as ocupações se formam se mostrou uma tarefa necessária para compreender, não só os casos com que trabalhei, mas toda uma figura mais ampla em que eles se inserem. Para além de delimitar as ocupações voltadas as artes e a cultura como um tipo específico de ocupação, com esse capítulo teve-se em mente colaborar para um melhor entendimento de um problema semântico no universo empírico, em que o uso do termo passou a designar muitas coisas diferentes, sem que houvesse uma reflexão mais aprofundada sobre esses diferentes usos. Aqui houve uma extrapolação para além dos casos que eram de interesse para a pesquisa mais direcionadamente e buscou-se estabelecer uma série de correspondência entre diversos momentos históricos e movimentos de ocupação do Brasil e da Europa. Para isso, teve-se como base a tipologia para o estudo de ocupações elaborada pelo pesquisador holandês

Hans Pruijt (2013), inicialmente pensada para os casos europeus, mas de certo modo aplicável de maneira mais geral, como procurou-se colocar. O movimento desse capítulo é o de se propor um olhar mais caleidoscópico e não sistematizado ou comparativo, procurando verificar correspondências, desvios e reconfigurações a partir das figuras.

Na segunda parte trata-se mais diretamente do foco desta pesquisa, que é a relação entre as ocupações artísticas e culturais e o poder público na produção de políticas públicas. Levando em consideração o debate colocado nos capítulos anteriores, procuro reformular as questões iniciais em diálogo com as teorias desenvolvidas no Brasil a respeito das relações entre Estado e Sociedade Civil, para enfim partir para a análise dos casos pesquisados. Busca-se com todas essas discussões, construir um ferramental analítico próprio para o estudo das ocupações culturais selecionadas para este trabalho, porém espera-se poder contribuir para um melhor entendimento de fenômenos semelhantes e também poder contribuir para um debate mais amplo no plano teórico.

No capítulo três, inicia-se o diálogo entre as teorias ao tomar a institucionalização de ocupações culturais como problema de pesquisa. Acredita-se que a construção desse problema toque em pontos centrais das teorias trabalhadas até então, produzindo um diálogo fértil para se avançar nas análises. São discutidos os principais padrões de institucionalização identificados pela literatura estrangeira em compasso com os diagnósticos produzidos e as formas de abordagens elaboradas no Brasil para se pensar a relação entre Estado e Sociedade Civil. No primeiro tópico, faz-se uma revisão da literatura sobre institucionalização produzida no Brasil. Essa produção se dá em um nível de abstração teórica mais elevado, sendo discutidos os conceitos de encaixes socioestatais e domínios de agência como forma de apreender essa interação. Em seguida, procura-se refletir sobre como essa teoria dialoga com os estudos dos casos empíricos em três pontos. O primeiro desses pontos é a discussão sobre cooptação e formas de institucionalização flexível, que se desenvolve em períodos semelhantes aqui e em Amsterdam. O segundo é sobre instituições anômalas e encaixes socioestatais, em que se busca uma perspectiva mais dialógica entre ambos, porém se considerando as particularidades das ocupações. O terceiro toma outra perspectiva e procura pensar essa relação a partir do conflito; com a ideia de instituições monstruosas e antagonismo, procura-se tensionar essa discussão.

O quarto capítulo se dedica a uma primeira entrada na análise dos casos da Ouvidor 63 e da Casa Amarela. Trata-se de uma ordenação em eixos de tensão e eventos que atravessaram ambas as ocupações ao longo do tempo, em recortes que são relevantes, ou que ajudam a refletir

sobre o escopo da pesquisa. Imerso a isso, estão algumas das atividades, conversas, experiências e situações que tive junto aos ocupantes das duas ocupações no período de 2018 até a finalização da presente pesquisa, que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. A divisão se deu em três eixos. O primeiro, das tensões internas e formação dos projetos das ocupações. Esse eixo compreende os primeiros anos, em que se formam as identidades das ocupações, até o incêndio no Paissandu, evento trágico que abalou não só as duas ocupações em questão, como também várias outras no centro da cidade em suas relações com a prefeitura. Um segundo eixo explora tensões em relação ao governo e as tensões entre as próprias burocracias governo. Toma-se como principal referência desse eixo a virada no entendimento jurídico sobre as ocupações que ocorre no final de 2019, atrelada uma série de outros fatores que ganharam corpo nesse ano. O último ponto de tensão trata de uma tensão externa: a pandemia, inevitavelmente, que força uma série de reorganizações internas e articulações externas, interrupções de processos e reflexões para os ocupantes.

O quinto capítulo aprofunda as análises iniciadas no quarto capítulo. Busca-se retomar e congrega as discussões desenvolvidas ao longo da dissertação e criar um ferramental analítico próprio. A partir da literatura internacional sobre ocupações, da discussão no campo teórico sobre relações entre Estado e Sociedade Civil elaborada no Brasil e dos trabalhos de campo junto às ocupações da Ouvidor 63 e da Casa Amarela, procurou-se refletir sobre o problema da institucionalização. Em primeiro lugar, analisou-se os instrumentos e dispositivos legais que estão previstos para uma possível regularização das ocupações. Em segundo lugar buscou-se nas trajetórias das ocupações, suas diferentes estratégias e recursos, elementos para se entender como cada uma articulou seus encaixes e resistências em relação ao poder público. Em seguida, levantou-se alguns tensionamentos que a própria forma de organização e princípios ideológicos das ocupações colocam para a gestão pública, complexificando essa discussão. Por fim, retoma-se o pensamento do filósofo Jacques Rancière para se pensar os dissensos que movem essa relação, trazendo ao espaço público a contestação política, através da ação direta e da ação cultural.

Nas considerações finais pondera-se sobre o potencial e as inovações que essas novas formas de organização social trazem para se pensar e fazer política contemporaneamente. Aponta-se por fim algumas agendas de pesquisa a serem perseguidas a partir de alguns pontos levantados por este trabalho.

Parte I

O dano pelo qual existe a política não é nenhuma falta pedindo reparação. É a introdução de um inmensurável no seio da distribuição dos corpos falantes. Esse inmensurável não rompe apenas a igualdade dos lucros e das perdas. Ele arruína também por antecipação o projeto da cidade ordenada segundo a proporção do cosmos, baseada na arkhé da comunidade.

Jacques Rancière, *O desentendimento*

Capítulo 1 - Sobre ocupações

Ocupar consiste fundamentalmente em utilizar uma propriedade sem o consentimento do proprietário (PRUIJT, 2003; MARTÍNEZ, 2013), configurando, por definição, um ilegalismo (AGUILERA, 2013). No entanto, essa prática é amplamente utilizada ao redor do mundo como repertório de ação política direta, como forma radical de melhoria de condições de vida e como laboratório de experimentos artísticos, culturais e sociais.

O ato de ocupar, de maneira geral, têm como principal propósito reapropriar espaços em desuso e direcioná-los para fins políticos e sociais, sejam eles a garantia de moradia para aqueles que não conseguem pagar por ela e também não são atendidos pelas políticas públicas, promover novas formas de convívio e experimentação social, fomentar espaços livres para produção artística e cultural e preservar áreas de importância histórica ou afetiva. Assim, as ocupações intervêm no tecido urbano, evitando a deterioração de edifícios e a vacuidade de espaços públicos; através da organização coletiva e do uso de técnicas de reciclagem criativa de materiais e autoconstrução, espaços abandonados são reconfigurados em novos lares e/ou centros socioculturais não-comerciais, alternativos e de fácil acesso, promovendo a diversificação a uma série de serviços ofertados em um nível local e também ativando a construção de redes sociais e a vida urbana (MARTÍNEZ, 2015).

Ocupações, antes de mais nada, são feitas por ocupantes, pessoas que podem ter bagagens sociais e trajetórias de vida muito diferente entre si, mas que em comum empregam seus corpos, sua disposição e tempo de uma parte considerável de suas vidas para promoverem espaços autônomos e soluções de baixo custo para atenderem a falhas sociais e de justiça na cidade, como a escassez de moradia, aluguéis abusivos, má utilização do espaço público, desincentivo burocrático para organizações populares e a corrupção por detrás de projetos de renovação urbana (MARTÍNEZ, 2015). A ação direta praticada pelos ocupantes coloca em protagonismo os agires individuais na composição de vontades coletivas, gerando novas formas de resistências urbanas e de criação de mundos (OLIVEIRA, 2007). A resistência não se dá somente na luta contra forças opressivas do Estado ou do mercado, mas de maneira criativa, propondo novas formas de se viver, sentir e se relacionar com os outros e com o espaço, reapropriando não só os edifícios abandonados como também a agência e o controle sobre a própria vida dos envolvidos.

Podemos pensar as ocupações através do conceito de Zonas Autônomas Temporárias - TAZ (PIOTROWSKI, 2011) formulado pelo poeta anarquista Hakim Bey. Nas TAZ, áreas de suspensão são criadas por uma multidão que se insurge contra poderes estabelecidos, liberando essas áreas, tanto físicas como imaginárias, para a livre experimentação de formas de ação política e de novas bases sociais comunitárias, nas quais prevalecem a coabitação das diferenças e as livres formas de conexão (OLIVEIRA, 2007). O caráter fugaz das TAZ, caracterizado pela intensidade da experiência do momento presente e ao mesmo tempo pela sua capacidade de se dissolver após esse pico – e antes que se possa reprimi-la, controlá-la, ordená-la - e ressurgir em outro lugar, encontra-se presente no cerne das ocupações. A vontade de fazer e construir algo em que se acredita coletivamente vai além da incerteza gerada pela falta de garantias próprias dessa ação - em termos legais, institucionais, de segurança, de quanto tempo será possível resistir/residir no local, se será possível começar ou finalizar algum projeto antes de uma reintegração de posse ou outro evento que possa desmobilizar a ocupação -, evidenciam o potencial que essa ação possui enquanto processo transformador. Lúcia Oliveira (2007) descreve as experiências contemporâneas em que o processo, mais do que os resultados, toma a centralidade na mudança da visão de mundo e modo de vida das pessoas como pertencentes a ação cultural

em sentido amplo. A intensidade de uma experiência de pico, vivida no presente, opera uma mudança substantiva no sujeito. As novas formas de organização e ação baseadas na participação, na igualdade, no respeito às diferenças, na alegria e no desejo já anunciam o que se busca.

Massimo Canevacci (2005), toma as experiências de suspensão urbanas juvenis para conceituar as culturas eXtremas, como, em suas cacofonias e dissonâncias, capazes de provocarem efeitos intermiáveis (*ex-terminus*) nos corpos e nas subjetividades das pessoas, como efeitos que continuam acontecendo mesmo depois da suspensão e abrem assim zonas de fuga para criação de novos mundos.

1.1.1 De dentro/corpo-ocupação

O filme *La Estrategia del Caracol*, do colombiano Sergio Cabrera - e um clássico do circuito das ocupações -, retrata a luta de uma comunidade de ocupantes, estabelecida há mais de 50 anos em um casarão histórico e abandonado, de posse de um empresário abastado, contra a ordem de desalojamento. Para pôr em prática o plano mirabolante de retirada do casarão, os

ocupantes, percebendo que não conseguirão resistir mais por vias legais, constroem um mecanismo de eixos, roldanas e polias e literalmente retiram todo o interior do casarão e o transportam, na surdina, para outro local desocupado, para recomeçar tudo outra vez. A metáfora da desconstrução interior ao longo de um processo colaborativo traz a dimensão da transformação da realidade e da possibilidade de se imaginar novas configurações da vida. No filme, pessoas de diferentes perfis sociais (jovens, idosos, trabalhadores formais e informais, travestis, carolas, ciclistas, um *culebrero*, anarquistas, comunistas, famílias e famílias ampliadas que se formaram e se constituíram dentro dessa ocupação) são capazes de realizar algo fantástico, sem apagar suas diferenças, e retrabalhar, a partir dos escombros, algo novo e ainda incerto, contudo tendo clareza de que o fazem por justiça e pela dignidade do coletivo, a despeito da lei e das desvantagens de se enfrentar um oponente mais poderoso. *AHI TIENEN SU HIJUEPUTA CASA PINTADA*, se despedem os ocupantes nos muros do fundo do casarão após explodirem a faixa, revelando o vazio que aquele lugar representa sem a comunidade que há décadas dava vida ao espaço. Mesmo chegando ao fim de um período, a vida na ocupação forma e prepara seus ocupantes para darem início a outras ocupações em outros cantos, em outros dos tantos espaços de abandonados, ou mesmo a agirem diferente no modo de se relacionar e socializar em espaços não-ocupados - como o caracol, que se desfaz de sua morada provisória para seguir jornada em busca de uma nova casa, dando continuidade ao movimento espiral, amplo, crescente que carrega em sua concha.

Ocupantes e ocupações vêm e vão, se formam e se desfazem, mas os projetos desenvolvidos nesses espaços e os modos de gestão e vivência permanecem para a população. Mais do que isso, ao proporcionarem um espaço que torna a população simultaneamente usuária e colaboradora desses bens comuns, as ocupações contribuem para o aprofundamento da justiça social, igualdade e da democracia direta (MARTÍNEZ, 2015).

A experiência proporcionada em espaços ocupados, ou liberados, conecta uma série de atividades políticas com o desenvolvimento de práticas coletivas de autogestão de várias dimensões da vida (MARTÍNEZ, 2012). Por meio da organização coletiva e da mobilização de esforços, na ética do *faça-você-mesmo* (*DIY*), são formados grupos e distribuídas tarefas para: a) realizar atividades cotidianas como a recuperação das condições do imóvel, a divisão de comida e outros recursos, limpeza, grupos de apoio mútuo; b) engajamento em atividades mais propriamente políticas como deliberações a respeito dos princípios e usos do espaço, o comparecimento a manifestações, reuniões e debates e a promoção de campanhas e; c) desenvolverem projetos socioculturais como oficinas, aulas, cursos, festas, shows,

apresentações de teatro e circo, cineclubes e exposições. Para conseguirem desenvolver essas atividades, ocupantes e suas redes de apoiadores e colaboradores se envolvem ativamente na troca de conhecimentos e experiências que cada um possui, resultando no aumento do capital social, aprendizado mútuo (MARTÍNEZ, 2012). Por se tratarem de espaços que não pertencem nem a iniciativa privada e nem ao Estado, todas as propostas de atividades são elaboradas e levadas a cabo pelos próprios proponentes e a quem mais se interessar ou as considerarem valiosas para o coletivo. Nesses processos é necessário tanto o desenvolvimento de habilidades práticas e funcionais como também de habilidades democráticas de fala, escuta, respeito, negociação, convencimento, apoio e solidariedade, para se criar um ambiente em que esses projetos possam realmente se desenvolverem de maneira autônoma e coletiva pelos diferentes grupos que possam querer fazer uso do espaço comum.

Nesses espaços, costuma prevalecer a prática da negociação contínua como forma organização. Regras, acordos comuns e deliberações passam por assembleias para serem aprovados. Questões de convívio e resolução de problemas individuais e coletivos dos ocupantes podem ser levados ao coletivo. As relações são construídas na prática dentro das ocupações, não havendo um modelo pré-definido que se aplique a esses espaços. A abertura do espaço abre também a possibilidade de se repensar as formas de se conviver e se relacionar nesse espaço; de acordo com Margit Mayer (2013),

[...] squatting is a two-fold experience: it involves, first, the actual act of civil and social disobedience, which then allows other counter-cultural and militant practices to take hold, prefigurative free spaces to be built, and thick bounds of solidarity to be forged. Horizontal and assembly-oriented forms of self-organization are as essential to this practice as cooperative management and direct democracy.

Normalmente, visa-se construir uma sociabilidade distinta da vida que se leva fora das ocupações, que ofereça mais oportunidades e apoio aos que, de algum modo se encontram excluídos ou marginalizados da sociedade. Por não possuírem renda para pagarem por um lugar onde morar, por levarem um estilo de vida não-convencional ou nômade, ou por não encontrarem espaço para desenvolverem seus trabalhos em circuitos tradicionais, ocupantes buscam mais do que sanar um problema individual de moradia, mas fomentar espaços seguros para que pessoas marginalizadas possam se estabelecer e se realizar, dentro dos seus desejos e aspirações.

Em comparação com outros tipos de ativismos, ocupar compreende praticamente todas as relações da vida das pessoas que estão envolvidas (MARTÍNEZ, 2012). Relações de gênero, sexualidade, interpessoais, de convívio, familiares e emocionais são tensionadas cotidianamente, obrigando ocupantes refletir e transformar suas opiniões e abordagens prévias ao ambiente da ocupação, agora que essas relações passam a serem permeadas pelos novos acordos. Questões de convívio, ou outrora tidas como particulares, quando não acontecem de serem resolvidas entre as próprias pessoas envolvidas, podem ser levadas para o coletivo buscar algum modo de resolvê-las - caso seja considerado que uma determinada atitude ou postura esteja comprometendo o bem-estar, saúde física e mental ou a segurança dos ocupantes ou ainda colocando em risco a imagem do coletivo para fora da ocupação. Em casos extremos é colocada em votação a expulsão de uma ou mais pessoas, porém normalmente se tentam outros meios menos punitivistas e mais inclusivos e pedagógicos para se evitar essa situação, como rodas de conversa, procedimentos de justiça restaurativa, acompanhamento psicológico, atividades lúdicas, artísticas ou de formação voltadas para determinado assunto em questão ou até mesmo a aproximação das pessoas em desavença através de trabalhos diários em que elas tenham que colaborar⁵. Esse modo de vida intenso dessa forma de ativismo torna a vida privada e comunal dos ocupantes tão demandante quanto a vida pública (idem). Conta-se e depende-se da colaboração e da troca de habilidades coletiva para que, desde as coisas mais básicas até a realização de projetos sociais voltados para o público aconteçam, sendo o trabalho de se fomentar um ambiente que não reproduza os mesmos modos de injustiça, violência e opressão social tão significativo quanto efetivamente a entrega de um projeto, uma atividade ou mesmo de uma política pública em si.

Experiências de ocupações deixam traços, marcas nos corpos. Expressam um desejo de cidade, de se fazer ser representado nos espaços urbanos (LIMA; ARAÚJO, 2016). Como apresenta Silvana Nascimento (2016), corpo e cidade apresentam uma interação constitutiva. As dimensões da cidade no corpo e do corpo na cidade trazem esse jogo de produção de espaços através dos gestos que os corpos desenham na cidade. Os relatos dos artistas ao adentrarem a ocupação Prestes Maia são bastante significativos, ao dizerem que se “sentiram ocupados” por aquele espaço (OLIVEIRA NETO, 2012). Podemos pensar na ideia de um corpo-ocupado como aquele que carrega uma revolta, um desejo de transformação, de preenchimento de um vazio urbano, expresso pelos imóveis ociosos, mas também de um preenchimento de um vazio de

⁵ Esses e uma diversidade de métodos alternativos foram observados em campo e em relatos de membros de outras ocupações a respeito de como lidar com conflitos internos.

contato, de compartilhamento, de se estar junto no lugar em que se reivindica. São corpos indisciplinados (OLIVEIRA, 2007), que insistem em vivenciar a cidade de uma maneira que foge ao que é imposto, ao mesmo tempo em que imprimem os seus próprios traços na urbe. Como colocam Pizzinato et al (2016), “ocupar a cidade pode ser ocupar-se de si mesmo”, mais que uma forma de agir, estaríamos nos referindo a uma forma de ser, uma nova ontologia que oscila entre os níveis micropolíticos e macropolíticos, entre o local e o global, passando necessariamente pela relação com e na cidade.

1.1.2 Pra fora/ território

Dentro das habilidades sociais que são apreendidas dentro das ocupações, está a capacidade de reflexão sobre o espaço físico e social ocupado, em relação com a vizinhança e com os diferentes níveis de governo nos assuntos urbanos (MARTÍNEZ, 2012). O diálogo estabelecido com o território em que as ocupações se inserem é fundamental para se repensar o papel da comunidade no espaço urbano (ASARA, 2019). São levantadas e postas em disputa questões antes não imaginadas, ou relegadas para segundo plano: para que(m) serve esse espaço? Qual deve ser a função social desse espaço? Quem pode ou deve ter acesso e direito ao seu uso? Eu posso? Porque, como e desde quando esse espaço está abandonado? É legítimo esse espaço estar sendo reivindicado? Quem são essas pessoas? Como chegaram aí? Aí o que se faz? É legítimo o abandono? O novelo de questionamentos que se desenrola com a presença de uma ocupação no território pode ir muito longe, mas dificilmente passa despercebido, provocando, nem sempre de forma favorável, uma negociação no processo, em que os ocupantes vão propondo e oferecendo respostas para essas perguntas.

Por meio dessa negociação contínua ocupantes produzem espaço, nos termos de Lefebvre (DE MOOR, 2106). Ao implementarem delimitações espaciais, temporais e sociais do que é desejável, ou não, dentro de determinada comunidade, o sentido do espaço físico é ressignificado. Esse novo significado atribuído pelos ocupantes normalmente destoa do imaginado por governos ou corporações, proprietários do terreno, sendo o ato ilegal da ocupação uma forma de cidadãos excluídos desse processo de negociação tomarem parte nesse processo de produção de cidade (idem), reivindicando seu “direito à cidade”. Observar os processos de negociação social que ocorrem pela significação de um determinado espaço em disputa se mostra uma boa ferramenta para se analisar espaços ocupados, porém, como adverte

Joost de Moor (2016), é preciso compreender os processos de negociação internos que se dão em cada um desses espaços para se entender o sentido das demandas e das políticas propostas pelos ocupantes para o âmbito público.

Espaços ocupados proporcionam condições para que subjetividades radicais e contracondutas emergjam, através da formação de comunidades autônomas e do questionamento e transformação das relações de poder disciplinadas e restritas (DADUSC, 2019). Ao agirem nessa brecha criada em meio a espaços e relações hegemônicas de poder, os ocupantes repensam maneiras de se estar no mundo, transformando suas próprias subjetividades conforme vão agindo para transformar sua realidade (OLIVEIRA, 2007). Frequentemente se nota uma conduta antiautoritária e anti-hierárquica⁶. Os códigos de (contra)conduta criados para preservar os princípios igualitários das ocupações não configuram quadros rígidos de normas, ao invés, servem como guias a serem seguidos, com espaços para interpretações, avaliações de circunstâncias e criatividade para se chegar a alguma solução e não engessar as tomadas de decisão. Assim, parte importante das decisões tomadas em ocupações vem da construção cotidiana de práticas e do improviso.

Ao se recuperar um espaço abandonado busca-se fazer cumprir uma função social que essa propriedade não vinha desempenhando, ou ainda, redefinir qual seria essa função em nível local, comunitário e prático. De Moor (2016) coloca que um enquadramento chave para se entender como se dão essas (re)definições passa pelo conceito de abertura do espaço. Em primeiro lugar movimentos de ocupação partem do diagnóstico de que, na era neoliberal, espaços urbanos encontram-se cada vez mais escassos (em parte pelo seu desuso) e gentrificados, restringindo o acesso a cidadãos mais destituídos e impossibilitando o desenvolvimento de atividades não-comerciais. Decorrendo disso, ocupantes se opõem as restrições impostas pela ideia de propriedade e procuram destituí-la através de proposições de uso do espaço que não se convertam em relações de posse (Idem). Um grupo, ou coletivo, ou movimento, que ocupa um determinado imóvel logicamente não se torna proprietário daquele imóvel e nem sequer visa isso (mesmo que isso possa acontecer no futuro, a depender de finalidades e condições específicas da ocupação), mas busca legitimar suas motivações

⁶ Ocupações organizadas por movimentos sociais de moradia em São Paulo tem um forte caráter hierárquico e também apresentam traços de formas de democracia representativa, uma vez que determinam figuras de coordenadores e de direções em planos mais macropolíticos, que por sua vez estão submetidos a outras figuras nodais dentro do movimento. Todavia isso não impede a criação de espaços de resistência e questionamento às formas de conduta neoliberais, como veremos adiante.

ideológicas na medida que é capaz de ressaltar o valor societal comum daquele espaço através da abertura e devolução do espaço ocioso para a sociedade (Idem). No entanto, vale ressaltar que cada ocupação estabelece essa abertura *nos seus próprios termos*, uma vez que nem toda abertura irrestrita é factível, em termos práticos, ou mesmo desejável em termos ideológicos (Idem).

Para além de atuarem na luta por direitos fundamentais de maneira mais pragmática, é importante ressaltar que as ocupações servem para explorar novas formas de democracia direta, criam inovações políticas e sociais e desenvolvem modos de vida prefigurativos pós-capitalistas (MAYER, 2013). Recusa-se a maneira convencional de se viver no tempo presente, marcada por relações impessoais, individualizadas, consumistas. Há uma urgência em se criar uma alternativa, em não se contentar com as vias formais/legais de mudança e ação social. O ato de se ocupar um imóvel percebido como injustamente abandonado e viver nele de acordo com princípios comunitários de igualdade e coletividade performa uma prefiguração de um modelo de reprodução urbana e social alternativo (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018). Ativa-se um potencial de ação disruptivo ao se promover uma liberação cognitiva do meio urbano, possibilitando um deslocamento da percepção de um espaço ocioso e restrito para uma oportunidade de melhoria de vida e transformação social no imaginário comum (PRUIJT, 2013).

1.2 Enquadramento enquanto movimento social

Ocupações apresentam uma relação complexa com a categorização enquanto movimentos sociais. Parte da literatura, como já mencionado, entende essa forma de organização de maneira instrumental e a serviço de movimentos sociais específicos. É comum associar ocupações a uma prática dos movimentos sem-teto ou de moradia. Enquanto um repertório de ação, a prática de se ocupar pode apresentar efeitos próprios para os movimentos, porém em termos analíticos esse recorte não permite um entendimento mais amplo do fenômeno. Outra parte da literatura, enfatiza as suas características próprias e a diversidade de objetivos e formas de manifestação que as ocupações podem apresentar. Olhando para o universo empírico atentamente, não são raras as organizações formadas a partir de ocupações que não se identificam com pertencentes a movimento algum, ou que até rejeitam essa classificação. Essa pesquisa parte do segundo registro ao entender que ocupações apresentam

uma ambiguidade para com essa categoria. Gurza Laval, Castelo e Bichir (2004) observam que essa ambiguidade está relacionada ao uso do termo servir tanto para se designar a atores empíricos específicos, quanto para organizações individuais ou coletivas esparsas em torno de temas específicos. Sendo assim, a formulação movimentos de ocupação poderia estar tanto associada a um conjunto de atores específicos (como movimentos de moradia que fazem o uso de ocupações), como a diversas formas difusas de mobilização que identificam com a ideia de ocupação (amplamente, manifestações e intervenções urbanas que têm como mote o direito à cidade).

É preciso compreender como os atores se entendem e seus objetivos em um plano empírico para fazer jus ao sentido de suas ações. Todavia, a relação entre ocupações e movimentos sociais é teorizada pela literatura e apresenta definições diferentes conforme o caso ou o problema colocado. Ocupações *podem* ser movimentos sociais independentes ou associados a outros tipos específicos de movimentos sociais (MARTÍNEZ, 2012; 2014). Ocupações podem ser entendidas como uma tática ou um instrumento (PRUIJT, 2013), ou como um repertório de ação (TATAGIBA et al, 2012; BRACONI, 2017). Podem ser uma forma de protesto (MAYER, 2013). Podem também serem categorizadas enquanto uma ação coletiva, de maneira abrangente (PIZZINATO et al, 2016). Como veremos adiante, no capítulo 2, todas essas acepções são válidas, a depender do tipo de manifestação que estamos nos referindo como ocupação. Nessa seção argumenta-se quais são os ganhos analíticos que temos com esse enquadramento enquanto movimento social e que especificidades devemos levar em consideração quando fazemos a associação para o caso das ocupações.

1.2.1 Breves considerações sobre a aplicabilidade da categoria

De acordo com Mayer (2013), ocupações constituem uma forma única de protesto por, simultaneamente, fazerem demandas explícitas ao Estado e por também oferecerem uma solução radical para as causas de subjacentes a falta de estrutura e habitação. Outro ponto crucial é que esses espaços não são somente utilizados para viver coletivamente, mas também os são para a auto-organização e empoderamento dos ocupantes. Atividades de contracultura e militância são construídas e laços de solidariedade são forjados nesses espaços cooperativos e geridos horizontalmente. Apesar de não saltarem aos olhos pela mobilização de grandes números de população em torno de suas pautas, como é de se esperar tradicionalmente da prática de movimentos sociais, ocupantes atuam conjuntamente a outros movimentos sociais e

são relevantes para endereçar problemas-chave nos contextos sociais em que operam (MARTÍNEZ, 2013).

Tendo em vista o potencial que essa forma de manifestação apresenta em diferentes escalas ao redor do mundo, na criação de uma sociedade vibrante e alternativa aos tradicionais modos estatais e mercadológicos de transformação, escassa atenção tem sido prestada a esse fenômeno enquanto um movimento social (MAYER, 2103; MARTÍNEZ, 2013). Torna-se necessária uma visão mais aprofundada das questões e dos desafios colocados por essas dinâmicas de interação, experimentação e crítica na sociedade. Coberturas sensacionalistas por parte da mídia tradicional (normalmente em casos de reintegração de posse, incêndios ou outros desastres) e a subvalorização que esse tema possui em meio as publicações acadêmicas, devido a sua heterogeneidade e marginalidade, acabam simplificando a análise quase somente a lugares-comuns como: a natureza criminal do ato de se ocupar, ao aspecto subcultural e marginal da identidade e do estilo de vida dos ocupantes e de uma certa característica juvenil ou rebeliosa do movimento (MARTÍNEZ, 2013).

Essas dimensões podem estar simultaneamente presentes em ocupações ou não, tornando difícil assumir quaisquer generalizações a respeito do conjunto de ocupações que as identifiquem enquanto um fenômeno coeso *a priori*. Pode se mostrar um equívoco falar sobre ocupações de maneira pouco concreta ou pouco refletida, por, em primeiro lugar desconsiderar a pluralidade de condições, composições, objetivos e trajetórias, perdendo-se de vista os saberes locais e específicos fomentados pela experiência de cada ocupação. Um exemplo normalmente mencionado na literatura diz respeito as ocupações por privação que não são articuladas com movimentos sociais e não fazem demandas explícitas, tentando se manterem ocultas aos olhos públicos como estratégia de permanência no local; devido a suas características, pouco se sabe quantitativamente e qualitativamente dessas ocupações para ser possível associá-las a uma análise mais ampla. Em segundo lugar, pode mesmo até ser irresponsável caracterizar todas as ocupações de determinada maneira por isso não condizer com a visão dos próprios ocupantes sobre si mesmos, colaborando com uma narrativa que muitas vezes é desfavorável para os objetivos da ocupação, como a estigmatização pela ilegalidade, precariedade ou radicalismo, ou ainda colocando tipos de ocupação em conflito uns com os outros, ao se estabelecer quais desempenham boas ou más práticas enquanto ocupantes (ETC DEE, 2016; MILLIGAN, 2016; MARTÍNEZ, 2019).

Ao invés de recair sobre abordagens tradicionais das ciências sociais (econômica, cultural, institucional), Martínez (2013) propõe que o estudo das ocupações seja complementado de modo a realçar as suas complexidades próprias: a formação de redes transversais de relacionamentos com outros movimentos sociais; os diferentes contextos em que atuam e; sua capacidade de reflexividade, criatividade e provisão de bens públicos. O autor assim, apresenta as ocupações enquanto um movimento rizomático, em que livres conexões operam na junção de pontos nodais entre pessoas, ideias, eventos e espaços, que se refazem não-linearmente através de rupturas, variação, reconciliações e alianças, liberando formas de expressão e de transformação. A figura do rizoma sugere uma forma de organização oposta a pivotal, entendida como a estrutura rígida de partidos, sindicatos e instituições políticas; no rizoma, as redes operam de maneira não-exclusiva em que diferenças e até mesmo contradições não precisam ser apaziguadas para a realização de um objetivo comum (OLIVEIRA, 2007), permitindo a formação de estruturas flexíveis, reconfiguráveis, capazes de ação e sem necessitarem de enraizamento institucional ou de lideranças (Idem).

Martínez (2012) observa que, dada a diversidade de objetivos, formatos e tipos de ocupação, a constituição de um movimento de ocupações de fato acontece em circunstâncias de organização bem específicas. Normalmente, ocorre a articulação de diversas ocupações em ações pontuais, voltadas contra forças especulativas do mercado, ações repressivas do Estado ou, na sua omissão em políticas públicas, sem que isso crie necessariamente uma organização duradoura com a estrutura de um movimento social. Porém, enquanto uma luta de pauta mais difusa e coletiva, por condições melhores de moradia ou por novas formas de organização social, podemos entender teórica e praticamente diversas ocupações como parte de um movimento que, em suas particularidades e circunstâncias únicas, produzem “atividades de protesto”, com um “repertório de ação não institucionalizado”, frequentemente marcado pela desobediência civil, e “mobilizando redes de redes” sem qualquer formalidade de filiação ou de deliberação, em prol de objetivos comuns (MARTÍNEZ, 2012). Ainda de acordo com o autor:

Squatting is, above all, direct action aimed to satisfy a collective need through social disobedience against the oppressive protection of property rights. The mostly temporary appropriation of abandoned spaces is a partial attack on the unjust distribution of urban goods, but is also a grassroots political intervention at the core of urban politics. Squatters defy the rules of the urban growth machine both for the sake of their own needs and to promote citizen's protests that can be easily imitated until the last vacant space is reclaimed by those who are dispossessed.

1.2.2 Redefinição enquanto movimento social

Ao entendermos as ocupações como movimentos sociais de uma natureza não-convencional, rizomáticos, como coloca Martínez (2013), temos um ganho analítico de poder diferenciar as articulações que são formadas em torno das ocupações, sem que isso necessariamente esvazie as suas propriedades e direcione o foco para outros movimentos sociais. Um ganho ao trabalharmos com essa abordagem é o de poder se compreender melhor as relações que os ocupantes levam com outras formas de organização para fora da organização da ocupação, como por exemplo, quais relações específicas essa forma apresenta para com o Estado e de que maneira as ocupações atuam na articulação de diferentes tipos de movimentos sociais, coletivos, ou mesmo, de indivíduos.

O debate acerca das relações entre Estado e movimentos sociais vem sendo elaborado desde a década de 60. Passando por momentos de redefinição de seu objeto, a noção de movimento sociais estaria, resumidamente, 1) em um primeiro momento, mais vinculada com as teorias marxistas de classe e mobilização, sendo a Teoria da Mobilização de Recursos a sua forma de análise, levando em consideração as estratégias e a dimensão micro-organizacional dos movimentos; 2) associadas a estruturas de oportunidade, voltando-se para o contexto macropolítico e para a dimensão cultural na formação de movimentos, denominada de Teoria do Processo Político e; 3) pautados pelos aspectos simbólicos e cognitivos, configurando grupos identitários que disputam a esfera da vida e as concepções de bem-estar na sociedade, sendo conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais (ALONSO, 2009). De acordo com o autor José Bernardo Toro (2007), nessa última categoria, os atores da sociedade civil envolvidos nesses tipos de processos estariam focados em pautas que dizem respeito justamente a anseios mais cotidianos e locais e através de redes de comunicação, que darão início a um processo mobilizador que pode culminar na formação de um movimento social organizado, ou não, fomentando, ainda assim, o desenvolvimento de instâncias de participação coletiva na sociedade civil.

Movimentos de ocupações podem ser identificadas com a família dos Novos Movimentos Sociais (PRUIJT, 2013; MARTÍNEZ, 2012; BRACONI, 2017). Movimentos desse tipo são caracterizados por perseguirem objetivos políticos e culturais (ALONSO, 2009), ensejarem novos padrões de identidades culturais, em que seus ativistas tendem a transitar e a participar de diversos movimentos. Os ativistas dos NMS tentam implementar seus ideais em

estruturas de redes informais, flexíveis e entusiasmadas, privilegiando sua autonomia em relação a processos de burocratização e tecnocratização, observada em movimentos sociais tradicionais (PRUIJT, 2013; MARTÍNEZ, 2012; BRACONI, 2017).

Além disso, existe um caráter constitutivo entre ocupações, Novos Movimentos Sociais (como feministas, ambientalistas, pacifistas) e outros movimentos marginais e alternativos (trabalhadores e estudantes autonomistas, antifascistas, de solidariedade, alter-global etc). Historicamente, a prática de ocupar espaços abandonados foi utilizada por esses movimentos como forma encontrar espaços em que pudessem se fortalecer e desenvolver os seus aspectos mais radicais (MARTÍNEZ, 2013). Com a multiplicação das ocupações, esse amálgama começa a ganhar contornos de um movimento de características urbanas, colaborando para a formação de uma cena política alternativa e de práticas contraculturais que se tornam próprias do movimento de ocupações, assim como a conexão com outros movimentos sociais (MARTÍNEZ, 2012; 2013).

Essas características são observáveis em ocupações ao redor do mundo, sendo possível enquadrá-las em uma figura teórica mais ampla; seguindo a definição de Della Porta e Rucht (1995), ocupações fazem parte da categoria de movimentos sociais da esquerda libertária, ou radical. Essa definição se dá, em primeiro lugar, por ocupações comporem parte de um movimento internacional, que conecta redes de ativistas e pesquisadores através de redes informais de aprendizado mútuo e de intercâmbio entre ocupantes, demonstrando apoio e atuando em níveis local e internacional para outras ocupações se estabelecerem, evitarem serem reintegradas e servindo como plataformas de divulgação e articulação de atividades políticas, entre outras. Em segundo lugar, enquadramentos políticos subjazem às motivações dessa rede para além da solução de problemas materiais imediatos dos ocupantes, como a luta contra especulação imobiliária, escassez de moradia, os direitos absolutos a propriedade privada e a produção capitalista do espaço urbano.

A conexão entre modos de vida e modos de luta auto-organizados e a promoção de expressões contraculturais e de ideais de radicais de esquerda, geralmente encontrado nas ocupações, apontam para a constituição de um movimento urbano, autônomo e radical, persistente e de orientação pragmática (idem). Em primeiro lugar, pela dimensão da autonomia se entende o esforço de se estabelecer e institucionalizar internamente uma identidade política e cultural em um nível local, descentralizada e autogestionada, se diferenciando de outros atores políticos como partidos e sindicatos. Isso não exclui que movimentos desse tipo não se

conectem com outros atores da sociedade e ajam em conjunto ou através de atores institucionalizados, como partidos ou meios de comunicação. A ideia de autonomia, desse modo, não deve ser entendida em uma conotação liberal e individualista, mas contida na ideia de “autonomia social” (BOOKCHIM, 1995), que preserva uma relação dialética de dependência entre indivíduos e sociedade na constituição de comunidades de iguais no meio urbano (MARTÍNEZ, 2012).

Ocupações, bem como greves de rentistas, podem ser consideradas como estratégias específicas a movimentos urbanos, com o intuito de promover a cidade como valor de uso, ao invés da comodificação dos espaços (PRUIJT, 2013). Participantes desse tipo de movimento tem como foco exercerem algum grau de controle sobre o seu meio urbano diretamente, na produção do espaço, nas interações do tecido social da cidade e no processo político local, apresentando uma conexão íntima entre uma grande variedade de atividades políticas e o desenvolvimento coletivo e autogestionado de diversas esferas da vida (MARTÍNEZ, 2012).

A conexão entre movimentos de ocupação e de rentistas ou de habitação, em particular, recebe destaque na literatura, por mostrar uma relação profícua em termos de cooperação e ganhos para ambos, sendo estudados os casos de Londres e Madri (MILLGAN, 2018), Roma (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018), Varsóvia e Poznań (POLANSKA; PIOTROWSKI, 2015). De maneira geral, as autoras mostram como a partir da crise financeira de 2008, provocada pela bolha no setor imobiliário, esses movimentos foram capazes de criar redes de apoio mútuo como forma de proteger a crescente população que se encontrava desprovida de teto, gerando um fluxo de pessoas, mais ou menos envolvidas com a militância, para dentro do universo e dos modos de vida das diferentes ocupações. Ocupações cumpriram um papel importante não somente na provisão de abrigo, como um resultado imediato dessa interação, como também na reestruturação política e nas estratégias de reivindicação do movimento por habitação durante os anos seguintes a crise. Demandas foram reenquadradas de maneira a abranger pautas mais amplas e mais críticas do que somente por melhores políticas de habitação, termos como “direito à cidade” e *urban commons* passaram a estar mais presentes nos discursos desses movimentos, bem como um teor mais anticapitalista e antigentrificação, sugerindo uma maior radicalidade vinda dessa interação. A própria postura do movimento muda, se torna mais aguda e pressiona mais as autoridades, apesar dos resultados dessas estratégias variarem de um caso para outro (POLANSKA; PIOTROWSKI, 2015). Mesmo em certos casos, em que movimentos de rentistas escolheram não incorporar termos mais radicais ou apoiar explicitamente o ato de se ocupar, como estratégia de atingir um público moderado mais amplo, esses movimentos não

deixam de apoiar o movimento de ocupações por outras vias mais indiretas (MILLGAN, 2018). Graziololi e Caciagli (2018) mostram, por fim, que a combinação da atuação na esfera política institucional, mais encabeçada por movimentos de habitação, com as práticas sociais cotidianas de produção social das ocupações, baseadas na horizontalidade, em assembleias e em ações diretas foram capazes de rearticular o sentido e a forma das demandas de maneira complementar. No Brasil essa mudança é observável também com o deslocamento da pauta de movimentos de habitação. Passa-se de uma demanda por “casa já!”, do final do período da ditadura militar e começo da redemocratização, para uma demanda por autogestão da moradia, advinda, em partes, das experiências dos mutirões e das ocupações em centros urbanos, como afirma Donizete Fernandes de Oliveira, da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

Cabe destacar que, apesar da volatilidade dos vínculos estabelecidos e da incerteza de um desenvolvimento à longo prazo - instabilidade que é própria das ocupações -, as articulações que são formadas não se tratam de relações efêmeras e com troca de efeitos apenas internos entre os movimentos. Identifica-se, na literatura, os *outcomes* em políticas públicas dessas articulações podem ser observados em diferentes contextos urbanos. Na Holanda a pavimentação para a colocação em pauta da luta por habitação na agenda pública só foi possível graças ao forte histórico da atuação dos movimentos de ocupação por lá (PRUIJT, 2103), ao passo que na Alemanha, as ações diretas localizadas de ocupar conjuntos de casas que estavam visadas para serem demolidas para darem espaço para projetos de “requalificação urbana”, foram capazes de, não só frear um processo especulativo em específico, como também mudaram o enquadramento dos planos de desenvolvimento urbano em um nível legal, obrigando empreendedores a diminuir significativamente os impactos de seus projetos no território (HOLM; KUHN, 2013). No Brasil, em São Paulo, mais especificamente, os movimentos de luta por moradia que começam a ocupar prédios no centro da cidade, conseguem colocar na agenda a desigualdade e os problemas habitacionais e de requalificação dessa região, mapeando os espaços ociosos e sendo pioneiros na recuperação das condições desses espaços, o que levou a criação de novas políticas específicas para essa região e a consolidação de políticas já existentes que ainda não haviam sido implementadas, em que ocupações foram os pilotos desses programas (NEUHOLD, 2009). Corrobora-se assim para análises que levem em conta ocupações para além de formas de protesto alternativas, mas como movimentos, ou em relação com movimentos, que são capazes de tecer arranjos institucionais e emplacar efeitos concretos nas políticas públicas, de forma surpreendentemente duradoura (MARTÍNEZ, 2013).

1.3 Ocupações no modelo neoliberal de cidade

A literatura internacional sobre ocupações dá especial destaque para como as ocupações se inserem no tecido urbano dentro de um paradigma neoliberal de cidade. Os formatos e reivindicações dos movimentos de ocupação urbana variam conforme o regime urbano (PRUIJT, 2003). Contemporaneamente, movimentos de ocupação retomaram o espaço e o debate público, manifestando-se sob novas configurações. Uma nova onda ganha a cena - depois de um período de estagnação - em grande parte provocada pela crise imobiliário-financeira de 2008 (MARTÍNEZ, 2013. MILLIGAN, 2018) e em parte pelos protestos do *Occupy Wall Street* (MAYER, 2013). Esses eventos estão intimamente interligados e expõem bem as formas de poderes hegemônicos e contrapoderes contemporâneos. Ocupações existem há um longo tempo, em diversos lugares do mundo, porém, para entender as formas de manifestação contemporâneas dos movimentos de ocupações, torna-se necessário verificar que relações essas guardam com a produção do urbano em registro neoliberal.

O caráter abertamente confrontativo dessa manifestação chama a atenção para a produção de espaço vazios na cidade e para as injustiças e desigualdades produzidas pelo capital especulativo (MARTÍNEZ, 2015). Na prática, ocupar envolve modos participatórios de ação para gerar mudanças e conseguir o que foi até então negado, sendo a expressão primária de uma luta pelo espaço urbano (MUDU, 2013). Com isso, por meio das ocupações é negociado o sentido do espaço urbano em questão (DE MOOR, 2016) em um processo contínuo de mobilização e abertura radical contido na noção de “direito à cidade” lefebvriana (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018). Se pensarmos de uma maneira mais ampla, podemos entender esse conjunto de características como uma forma de resistência à comodificação e privatização dos espaços urbanos, relações sociais e modos de vida pautados pela agenda neoliberal de austeridade nas grandes cidades (MAYER, 2013; MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014; DADUSC, 2019, 2020).

Nessa seção procura-se traçar os modos com que a ativação de ocupações coloca em tensão o regime neoliberal, através da disputa colocada pelo espaço público, pela engendramento de novas subjetividades e pela disputa em torno da criatividade nas cidades, discussão não só cara para esse trabalho, mas central para o entendimento dos processos contemporâneos de mobilização social e produção do espaço.

1.3.1 Espaços entre as brechas urbanas

De acordo com David Harvey (2005), o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização estão intimamente interligados: recorre-se a expansão física da área em que se possa obter lucro como uma forma de solução para crises de acumulação, resultando nas abordagens agressivas de regeneração urbana (VASUDEVAN, 2011). Esse processo de cerceamento provocado pela acumulação de capital que ocorre nas cidades se dá através da destruição criativa e da despossessão. Esses termos são empregados pelo geógrafo David Harvey para designar a valorização da terra por meio da captura/privatização de espaços de uso comum e pela transformação de um terreno como forma de realizar o seu valor de troca, normalmente tendo o Estado como um ator fundamental para essa operação.

Podemos pensar por meio desses conceitos ações de privatização dos espaços públicos em diversas cidades do mundo: áreas públicas de posse privada, ou pseudo-públicas⁷, em Londres; projetos de “renovação urbana” no centro da cidade de São Paulo, como o polêmico projeto “Nova Luz”; e as obras que acompanham os chamados Mega Eventos em diversas cidades, são manifestações bastante notórias do modelo neoliberal de produção de cidade. Essas ações impulsionadas por grandes atores econômicos e Estado - nos moldes do processo de *growth machine* de Molotch (1976) -, visam principalmente aumentar o valor de áreas deterioradas, devido ao seu abandono em termos de investimento e infraestrutura ao longo dos anos, por meio de grandes projetos que alteram brutalmente a paisagem e a forma de se relacionar com esse espaço. Uma vez que se busca o maior lucro possível, preços de moradia, aluguel, comércio local e serviços são elevados, provocando a expulsão das populações locais e a subsequente securitização do espaço. Arquiteturas inóspitas, higienização social, segregação espacial e falta de transparência e participação nas decisões tomadas são marcas deixadas por esses processos na cidade.

Correlata a essa lógica, a ação especulativa praticada por diversos atores na cidade mantém espaços vazios e abandonados. Agentes especuladores consideram que não devem direcionar seus investimentos em determinados espaços e em determinados momentos por

⁷ MICHEAL, C. et al. Revealed: the insidious creep politics of pseudo-public spaces in London. **The Guardian**. 24 jul 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2017/jul/24/revealed-pseudo-public-space-pops-london-investigation-map>>. Acesso em: 12/08/2020.

diferentes razões, mantendo-os fora do estoque de mercado e causando sua deterioração e a diminuição da oferta de habitação e espaços de convívio (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014). Vacância essa que se traduz no *déficit* de habitação, população em situação de rua, endividamento devido ao setor mobiliário, no gasto significativo da renda com o pagamento de aluguéis abusivos em vários centros urbanos ao redor do globo. Além disso, a falta de espaços públicos e abertos de encontro nas cidades prioriza o convívio permeado por espaços privados e comerciais, significando na exclusão daqueles que não podem pagar para usufruir a cidade. Nas cidades, onde essas políticas tem suas expressões mais acentuadas, isso se traduziria no afastamento dos centros de poder e na criminalização de corpos e expressões dissidentes.

Simbolicamente, a ocupação de imóveis vazios em áreas centrais ou valorizadas expõe a vacuidade do debate político (MARTÍNEZ; PIAZZA; PRUIJT, 2013). Levam a sério os princípios de participação e engajamento que constantemente são evocados pela administração pública como forma de melhorar a legitimidade e eficiência dos serviços públicos prestados (BAIOCCHI; GANUZA, 2016). Ironicamente, quando cidadãos se engajam em ocupações como solução coletiva de problemas sociais que não vem sendo endereçados pelo Estado ou pelo setor privado, esses mesmo são tratados como criminosos e marginalizados no discurso público (MARTÍNEZ, 2019; ETC DEE, 2016).

Ocupações surgem como uma organização coletiva que nasce em resposta a violência expressa pela falta, pelo endividamento e pela segregação socioespacial causada pelo modelo neoliberal de produção de cidade (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018). Essa forma de organização coletivas faz uso de meios ilegais e disruptivos para combater a causa desses problemas, colocando em xeque um dos pilares desse sistema, a saber, a propriedade privada (MAYER, 2013; MILLIGAN, 2018).

Ocupações se relacionam diretamente com esse sistema por aturem justamente na tentativa de corrigir falhas e injustiças desse sistema através das brechas que o próprio modo de produção de cidade proporciona. Áreas e imóveis vagos e a existência de uma população sem um teto ou em condições precárias de habitação são condições necessárias para a ocorrência de ocupações, por indivíduos em necessidade ou na formação de um movimento coordenado e articulado (PRUIJT, 2003; MARTÍNEZ, 2013).

É sabido que muitas ocupações ocorrem devido a privação e a situação de extrema vulnerabilidade que pessoas e famílias passam, tendo como foco principal a solução imediata dessa necessidade básica e direito fundamental que é a habitação. Apesar de não manifestarem

ou enunciarem essa ação como um ato político anticapitalista, podemos entender essa forma de solução de vida como uma consequência direta e uma reação a maneira neoliberal de produção de cidade e a ineficiência das políticas públicas de habitação. Coloca-se (em prática) o direito a uma vida digna acima do direito absoluto a propriedade; o direito de fazer uso dos espaços que estão disponíveis e deveriam cumprir uma função à sociedade ao invés de sua comodificação.

Outras ocupações, no entanto, pautam abertamente a luta anticapitalista, denunciando os agentes que praticam a especulação imobiliária, organizando protestos e articulações de movimentos pelos direitos à moradia e aos espaços livres (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014). Além disso, promove-se dentro dos espaços ocupados formas de vida alternativas que procuram se desvencilhar das relações impessoais, individualizadas e comodificadas próprias de uma subjetividade neoliberal. Recuperam-se não apenas os espaços que estavam em desuso, como também esses passam a se apresentar como uma oportunidade de reapropriação da própria vida que havia sido negada aos ocupantes, devido ao endividamento ou à privação de direitos básicos. Por meio da construção coletiva e de uma nova sociabilidade comum, próprias da dinâmica da vida em ocupações, busca-se romper com formas de dominação do sistema capitalista simultaneamente em níveis micro e macropolíticos (DADUSC, 2019).

1.3.2 Outros mundos, outros sujeitos, outras formas de se estar

No campo da literatura especializada em ocupações, toma-se a tradição foucaultiana de pensamento para analisar os efeitos causados pela segregação espacial promovida pelas políticas neoliberais de austeridade na cidade em forma de biopolítica. Entende-se o neoliberalismo não apenas como um sistema econômico, mas também como produtor de subjetividades (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014). Modos de vida são forjados por essa agenda cotidianamente e de maneira sutil, através de técnicas de controle e disciplina, que passam desde a produção do espaço até as microtecnologias de controle do corpo (DADUSC, 2019).

Cesare di Felicianantonio (2016), tendo em foco os movimentos de ocupações italianos, analisa o endividamento como o principal dispositivo do neoliberalismo para a aprovação de reformas e para o controle de pessoas. As políticas de austeridade implementadas ao redor do mundo engendram uma normalização de um discurso de insustentabilidade fiscal devido ao “excesso” de políticas sociais e de bem-estar, o que justificaria os cortes nesses programas e a

precarização da vida e das condições de trabalho dos mais pobres, em nome de uma promessa de melhora econômica que proviria dessa readequação. Dentro da lógica neoliberal, direitos não são mais garantidos; é preciso “merecê-los”, jogar dentro das regras do jogo e fazer a sua contribuição de acordo com norma e valores aceitos (SCHIPSTAL; NICHOLS, 2014). Nesse contexto, não operam mais relações clássicas de poder, mediadas por formas de conflito social bem delimitados: todo o corpo social estaria sujeito ao controle das formas de vida em sentido amplo (econômico, cultural e social) (OLIVEIRA, 2007). O endividamento rege a subjetificação das relações sociais e sua reprodução, provocando o sentimento de fracasso e autorresponsabilização desse fracasso pelos sujeitos que passam por momentos de privação decorrente do próprio funcionamento do sistema (FELICIANTONIO, 2016).

Estabelecendo preceitos morais e construindo subjetividades disciplinadas, torna-se mais potente o aparato de repressão que mantém em curso a ordem da implementação da agenda neoliberal (DADUSC, 2020). Voltando-se para o caso holandês, Deanna Dadusc e ETC Dee (2014) analisam como a produção de um pânico moral em torno dos movimentos de ocupação - em função dos seus modos alternativos de vida, aparência e uso do espaço - foi capaz deslocar a opinião pública. Por meio de campanhas midiáticas e com o recrudescimento da repressão aos movimentos de ocupação, a população média holandesa, já familiarizada com as ocupações em certo grau, passa a ter um sentimento de ameaça da ordem da cidade. Ao invés de uma luta por direitos fundamentais, o deslocamento operado por essa campanha para a associação de movimentos de ocupação à insegurança resulta na criminalização do ato de ocupar e abre caminho para a gestão da vacância dos espaços por empresas de segurança privada. O desenrolar desse caso é bastante peculiar, mas ilustra bem o fato da estigmatização dos movimentos de ocupação que ocorre em diversas partes do mundo, como desordeiros e não merecedores do teto que os abriga (DADUSC, 2020), por “não trabalharem duro para pagarem aluguel como todos os demais”, como questiona o policial no documentário *Creativity and the capitalist city*, de Tino Buchholz - pensamento que antecede o questionamento de por que há pessoas sem casa, se há espaços subutilizados? Ou ainda, por que a realização do trabalho é pagar o aluguel? - sentimento constante de sufocamento advindo da necessidade de precisar quitar as dívidas.

Esse modo de captura dos mais diversos aspectos da vida afeta não só as condições materiais como a própria forma de se estar no mundo. Todavia, devido a sua amplitude abrem-se brechas para subvertê-lo e reafirmar as diferenças e novas subjetividades que escapam ao seu domínio (OLIVEIRA, 2007). As ocupações atuam nessa esfera oferecendo formas de

resistências com a abertura de espaços autônomos pela ação direta. Esses espaços operam contra a lógica da privatização, do aluguel e do trabalho assalariado (DADUSC, 2019), ganhando força em momentos de crises sistêmicas (MARTÍNEZ; CATTANEO, 2014) e se desenvolvendo mesmo em contextos inóspitos a essas práticas, por meio de subversões de discursos dominantes (SCHIPSTAL; NICHOLS, 2014).

A experiência de uma prefiguração de outra sociedade possível nesses espaços se mostra como potência de ruptura com esse sistema hegemônico, abrindo caminhos para a reconfiguração de uma subjetividade outra. Ainda seguindo uma linha de pensamento inspirada em Foucault, temos que a noção de poder se configura enquanto uma relação de força circular, ou seja, que nunca se esgota completamente, mas contém em si própria a possibilidade de ruptura. Di Felicianantonio (2016) observa como essa ruptura, essa subjetificação outra que não a neoliberal dominante, ocorre em dois tempos: primeiro, com o gesto radical de ruptura com ciclos de endividamento e de precarização da vida com o ato de ocupar (os espaços vagos deixados pela concentração de propriedades); e segundo, através da desconstrução da noção de mundo individualista provocada pelo endividamento. Nesse processo, toma-se como base o entendimento coletivo da situação estrutural que leva as pessoas a se engajarem em ocupações e buscarem uma outra forma de se estar com os outros.

Nesse ponto, os autores entram em diálogo com o pensamento *operaista* italiano, principalmente com a obra de Toni Negri, mas também com outros autores dessa tradição, no sentido de que a realização de novas possibilidades políticas e práticas democráticas só podem se dar através da luta e da ação, levando em conta como os processos de subjetificação e criação de identidades conduzem a transformações no próprio sistema (FELICIANTONIO, 2016). A noção de identidade não é essencializada e dada como fixa, como quer a ideologia de controle neoliberal, mas constantemente retrabalhada na medida em que se luta contra as formas de opressão e de controle desse sistema, que tende capturar até mesmo os modos de vidas alternativos que surgem e assimilá-los a mesma lógica (OLIVEIRA, 2007; FELICIANTONIO, 2016; DADUSC, 2019).

O conceito de multidão é designado para pensar lutas e movimentos contemporâneos que não se fixam sob uma égide identitária, mas são compostos por uma quantidade incomensurável de singularidades em relação, que se refazem a partir destas mutações e escapam pelas frestas do poder hegemônico (OLIVEIRA, 2007). Movimentos multitudinais não buscam tomar o poder para si, substituindo uma hegemonia por outra, nem o concebem o

público como equivalente ao Estado, o que seria o mesmo que aceitar uma vontade geral única e se sobrepondo a outras, mas operam em um nível intermediário, entre coletivo e individual, de abertura de possibilidades para a experimentação compartilhada de uma vida ampla e de novas formas radicais de democracia (Idem).

O comum é o conceito que rege a multitude e opera contra a reprodução da lógica capitalista, sendo oposto a comodificação (DADUSC, 2019). A comunização (*commoning*) pode ser entendida em dois âmbitos: tanto em sua forma organizativa, isto é, uma prática e uma relação social de autogestão coletiva, geralmente pautada pela assembleia (HARDT; NEGRI, 2017), quanto na esfera da produção e compartilhamento: de espaço, de bem materiais e imateriais, reapropriando espaços, ressignificando modos de vida e produzindo geografias autônomas (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018).

Se tomarmos esse ponto de vista, as ocupações são nós de resistência ao modelo neoliberal de cidade (MUDU, 2013). A auto-organização e as tomadas de decisões coletivas nos diluem as noções de propriedade e autoridade, abrindo espaço para uma outra socialização, configurando pequenas multitudes em cada espaço ocupado. Podemos considerar as ocupações como uma forma específica de “comuns urbanos”, uma vez que engajadas diariamente a combater a comodificação e a transformar o tecido urbano através da reapropriação de espaços que possibilitam, ao mesmo tempo, oferecer soluções para as desigualdades estruturais e se experienciar um modelo radicalmente diferente de vida e de reprodução urbana (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018; DADUSC, 2019).

1.3.3 Criatividade em disputa: Creative cities, gentrificação e ocupações culturais e artísticas

Otília Arantes (2000) analisa como o urbanismo, dos anos 1980 em diante, mesmo em suas expressões que sinceramente se acreditavam mais críticas e progressistas e em relação aos planejadores modernos da geração passada, são também instrumentalizados pela ideologia neoliberal, resgatando a ideia dos planejamentos estratégicos. Porém, dessa vez, com o sinal trocado, ao invés de controlar os avanços desenfreios do capital sobre o solo das cidades, são próprios urbanistas e planejadores os impulsionadores desse processo de acumulação. A confluência entre planejadores e empreendedores vai além do compartilhamento da gramática corporativa para designar as intervenções na cidade, mas se trata de um programa

hierarquizador e intensivo de disciplinação de significados nas cidades: a reprodução acachapante da estética do poder hegemônico.

O crescimento, dentro dessa lógica - e operado pela figura do planejador-empREENDEDOR - somente pode se dar pela produção espetacularizada de “locais de sucesso”, devidamente ordenados e segregados para se mostrarem competitivos e atraírem investimentos no mercado global das cidades. É preciso vender uma imagem de cidade, é preciso tornar a cidade uma imagem, na qual o desenho arquitetônico e urbanístico toma lugar de destaque. A combinação de recursos públicos e privados é destinada para impulsionar o lucro em terrenos onde o crescimento pode ser o maior possível, isto é, as chamadas parcerias público-privadas entre planejadores e empreiteiros visam, principalmente, em intervenções pontuais e de grande impacto, transformar os locais mais deteriorados em belas mercadorias.

Todavia, não é só pelo molde da paisagem urbana que o neoliberalismo se impõe. O planejamento estratégico, mais do que vender os grandes projetos, também delimita que tipo de cidadão ali se espera: pioneiro, competitivo, meritocrata, de bem, cívico, contribuinte, consumidor de estilo de vida. Esse planejamento se apoia na mesma âncora identitária neoliberal de fixação e controle, produzindo espaços em que se vende essa forma de vida ao mesmo tempo que expulsa, segrega e criminaliza todas as outras expressões possíveis que podem perturbar essa ordem. Em nome do crescimento, do qual todos querem tirar sua parte, *fabricam-se de consensos*⁸, instrumento de manutenção e ordem dos conflitos sociais em que se criminaliza a pobreza e se normaliza a precarização do trabalho e da vida. É dentro da coalizão pró-crescimento, da qual fazem parte o planejador, o empreendedor, o promotor cultural e também os atores rendatários do meio urbano, que são definidos os próprios termos em que se pode partilhar/pleitear esse ganho sobre o espaço, assim como a própria maneira de se estar nele.

Arantes (2000) chama a atenção para o papel que joga a cultura nessa dinâmica, enfatizando que o setor da cultura não opera como mero acessório ou marcador do poder no

⁸ Há aqui uma convergência com os termos e a forma de pensamento do filósofo Jaques Rancière (1996) a respeito de se entender o consenso como pertencente a uma ordem oposta *ao* político, sendo, portanto, polícia (ou *a* política), instrumento da ordem com o intuito de evitar mudanças e reconfigurações na divisão das experiências sensíveis (estéticas) por parte daqueles que são excluídos da elaboração dos próprios termos em que se dá essa disputa. A homogeneização estética do regime urbano neoliberal da qual fala Arantes (2000) reforça ainda mais essa linha de pensamento. O dissenso, como próprio *do* político, capaz de gerar movimento e transformação, passaria necessariamente pelo dano causado por aqueles que não entram na conta - da coalizão de crescimento, no caso -, aos termos em que se dá a disputa. O que Otilia Arantes (2000) observa é justamente ao contrário: a confluência de termos, de objetivos, de projetos, de desejos, imposta pela lógica neoliberal no tecido urbano força o consenso como se não houvesse outra alternativa.

território, mas como uma engrenagem central na máquina do crescimento urbano. Retomando Molotch (1976), Jameson (1991) e Debord (1991), Arantes coloca que a cidade pós-moderna vende, antes de mais nada, ideologias; lugares imaginados com promessas de bons negócios e geração de empregos, em torno dos quais se formam os consensos. Dessa forma, o impulsionamento de uma vida cultural se faz a melhor garantia para os negócios. Porém, não é qualquer expressão cultural vale para esse processo. Torna-se necessário que essas expressões estejam alinhadas com os pretextos da coalizão do crescimento: elas devem estabelecer um alto padrão de consumo cultural; mostrar que através de suas enormes filas e todo tipo de aparato incluso, que exposições e eventos são um sucesso; celebrar as fachadas dos equipamentos culturais, em suma, passar a ideia de segurança, bom gosto, civilidade e prosperidade que são próprios de um local *diferenciado*.

Consoante, está expressa a mesma violência causada pela concentração e segregação das intervenções do planejamento urbano. Os excessos de recursos, investimentos, bens culturais e boa imagem dessas intervenções culturais e urbanas, contrastam e reforçam as ausências e os preconceitos impostos aos que estão nas periferias dos centros de crescimento da cidade, fora de qualquer consenso. Em outras palavras, a dimensão cultural entra como parte que torna aceitável e atraente esse tipo de produção do espaço - não se produzem consensos de crescimento sem essa construção ideacional.

No começo dos anos 2000 surge o discurso em torno das *Creatives Cities*, a partir da publicação de Richard Florida (2002), que redescreve as relações de trabalho e a reorganização do capitalismo internacional a partir das chamadas classes criativas. Em sua análise, o autor coloca as artes e a cultura como os principais instrumentos para o desenvolvimento urbano e para implementação de políticas de competitividade entre as cidades, estabelecendo, através da difusão dessa ideia, um paradigma na administração pública (BRAGAGLIA; KRÄHMER, 2018). Para além de uma análise econômica, a intervenção de Florida, com a definição de classe criativa, cria um arquétipo do cidadão urbano desejável: aquele com alto grau de educação; que compartilha valores cívicos e de responsabilidade individual; que dispõe de uma grande quantia de recursos econômicos, empregando-os de maneira ativa e criativa na construção de um ambiente efervescente em sua comunidade (SCHIPSTAL; NICHOLLS, 2014), ou seja, condizentes com a subjetividade neoliberal mencionada anteriormente. Dessa forma, um melhor desempenho das cidades no mercado global passaria necessariamente pela concentração geográfica dessas pessoas, que por sua vez criariam o ambiente procurado por outros

semelhantes, por firmas e por empreendimentos de alto valor, interessados nessa força de trabalho inovativa e dinâmica (Idem).

Tendo isso em vista, o discurso criado em volta das *Creatives Cities* fornece o enquadramento ideacional para governantes ao redor do mundo justificarem a preferência por cidadãos de classe média-alta como foco das políticas públicas. Isso ocorre em detrimento de outras classes, contribuindo para os processos de gentrificação e de emburguesamento da vida cívica e do associativismo civil, uma vez que privilegia organizações que aderem a esse discurso e por sua vez socializam seus integrantes dentro das normas e valores morais neoliberais (SCHIPSTAL; NICHOLLS, 2014; BRAGAGLIA; KRÄHMER, 2018). Mais do que isso, o discurso economicista sobre a criatividade não só justifica as desigualdades como naturais da própria economia criativa, como pouco traz de realmente criativo ou de inovação; apenas reforça a lógica e o modo neoliberal de produção de políticas públicas de crescimento e exclusão (BUCHHOLZ, 2015; SCHIPSTAL; NICHOLLS, 2014; BRAGAGLIA; KRÄHMER, 2018).

Podemos nos questionar: qual o papel que arte e cultura jogam em relação às ocupações em meio a esse processo? Tomando em perspectiva o processo criticado por Arantes (2000), temos os promotores culturais enquanto agentes pertencentes a coalizão de crescimento, tão importantes quanto planejadores e empreendedores. Somada a essa, a sintetização com valorização às avessas de Florida (2002), se mostra como uma contraparte ideal para a operacionalização das políticas neoliberais ao redor do mundo, tendo como eixo central o setor criativo. Ocupações atuam em pontos centrais desse modelo de funcionamento, recuperando espaços deteriorados e fomentando uma dinâmica cultural nessa recuperação. Nesse sentido, poderia a ação dos ocupantes ir de encontro aos interesses das coalizões de crescimento, mesmo que de maneira não intencional?

A existência de projetos artísticos e culturais desenvolvidos em ocupações e espaços ocupados, bem como a relação entre coletivos de arte e movimentos de ocupação, já é relativamente bem documentada (MOORE; SMART, 2015; OLIVEIRA NETO, 2012). Porém, o debate a respeito dos efeitos provocadas no tecido urbano ainda é um pouco controverso, devido as diferentes experiências ao redor do mundo e por ainda se tratar de uma vertente específica campo que necessita de maiores pesquisas (MOORE, 2012).

A principal polêmica na literatura especializada surge no debate entre os autores Hans Pruijt (2003) e Justus Uitermark (2004), em relação a possibilidade de cooptação de ocupações

que desempenham atividades artísticas e culturais na cidade de Amsterdam pelo poder público. Nesses artigos iniciais, Pruijt discute se a ação de ocupantes em um bairro pode levar a gentrificação desse, por justamente trazer benefícios de reparo para os edifícios deteriorados, dar novas funções para espaços vazios e principalmente por propiciar espaços de desenvolvimento artístico e cultural, atuando assim como uma espécie de pioneiros - que apesar de não disporem de muitos recursos econômicos, fazem de fato um uso criativo e contribuem com o surgimento de novas cenas culturais -, fornecendo elementos que despertam o interesse de empreendedores para investirem no processo de crescimento e exclusão daquela região. O autor argumenta que pode haver essa correlação, porém isso seria um efeito não-intencional da ação dos ocupantes. Para se concretizar como um processo gentrificador, de acordo com Pruijt, outros fatores seriam muito mais relevantes, havendo ainda a dependência da ação do Estado em parceria com o setor privado na implementação de um regime urbano.

Por outro lado, Uitermark aponta como as mudanças no desenvolvimento econômico urbano passam a tomar a cultura como um elemento cada vez mais central e que além disso, há uma maior fragmentação nos movimentos de ocupação. Essas duas condições permitem ao Estado agir de modo a domesticar os movimentos de ocupação através de sua cooptação, por meio de regularização⁹ desses espaços, ao invés da sua repressão. Assumindo o discurso das cidades criativas, ao enquadrar suas demandas para o governo local como contribuidoras para uma cidade mais vibrante e mais produtiva, os movimentos de ocupação passaram a ser ouvidos pela municipalidade. Ao receber as demandas dos ocupantes por esse viés, a prefeitura se dá conta de que talvez fosse mais interessante para a imagem da cidade e para atrair mais investidores manter as ocupações do que reintegrá-las. Muda-se assim a orientação da administração de Amsterdam para lidar com os casos das ocupações voltadas para as artes e a cultura, agora como possível alvos de políticas públicas e parcerias.

No entanto, o poder público de Amsterdam desenvolveu uma política que fazia isso de forma seletiva. Tendo em vista a fragmentação dos movimentos, o governo passou a regularizar apenas as ocupações mais focadas em desenvolver projetos artísticos e culturais e de baixo confronto político, ao mesmo tempo que intensificaram a repressão as que possuísem um caráter mais radical. Essa política levou a uma mudança no comportamento das ocupações, que visando manter seu espaço e sua existência, passaram a moderar seus discursos e a

⁹ O problema da institucionalização/regularização de espaços ocupados será tratado com mais profundidade no capítulo III.

voltarem-se mais para o fomento cultural mais convencional do que crítico, tentando se enquadrarem na concepção do governo para poderem aderir a essa política. Uma vez regularizadas sob essas condições de contrato, as ocupações acabam se tornando quase prestadoras de serviço da prefeitura e indo de encontro com as políticas neoliberais promovidas pelas coalizões de crescimento, o que as coloca em uma posição ambígua nesse novo contexto.

Essa situação leva um paradoxo, como colocam Bragaglia e Krähmer (2018). De acordo com as autoras, partes da classe criativa que frequentemente se opõem às políticas neoliberais, entendendo a cultura e as artes como uma forma de luta e combate às injustiças, procuram atuar junto às ocupações como forma de evitar esse inchaço cultural, fomentando circuitos alternativos e produzindo espaços autônomos. No entanto, ao procurarem colaborar com esses espaços, esses atores acabam, por sua vez - apesar de suas intenções e da luta local -, desempenhando exatamente o tipo de prática que as políticas das *Creative Cities* apreciam para aumentar a sua competitividade no setor cultural, ao construírem uma imagem de cidade alternativa e inovadora, levando a uma “complexa relação dialética entre oposição radical e potencial cooptação” (idem).

Diante desse problema colocado pelo discurso das *Creatives Cities*, a análise de Schipstal e Nicholls (2014) toma uma perspectiva inversa ao verificar que competição interurbana contribui para uma homogeneização estética, tornando cada vez mais explícita a procura de governos por lugares e espaços alternativos, dissonantes e *underground* como alvo de políticas de desenvolvimento urbano. Ao invés de representar apenas um constrangimento para os ativistas críticos e contenciosos que atuam nesses territórios, o discurso das *Creatives Cities* poderia também se tornar uma brecha para mobilização. Ativistas assim, valem-se desse discurso para buscarem mudanças mais profundas ao atuarem simultaneamente por “dentro” e por “fora” do governo, fazendo da cultura um recurso de legitimação de suas demandas e possibilitando traçar diferentes estratégias, nos diferentes cenários políticos, para continuarem a exercerem seu direito à cidade (SCHIPSTAL; NICHOLLS, 2014; BRAGAGLIA; KRÄHMER, 2018).

Por fim, Tino Buchholz (2015), tendo em vista esse debate, enfatiza o papel que os movimentos sociais desempenham na disputa por um desenvolvimento urbano criativo e democrático. Grande parte do problema decorre de criatividade não ser um fim em si mesma, mas uma forma de se fazer algo. A mobilização desse termo em torno de uma agenda neoliberal não deve encerrar o tema, descartando a abertura de outras possibilidades para ocupações

voltadas para as artes e a cultura atuarem de maneira transformativa. Sabe-se do risco de captura das ações culturais no território por parte de governantes e empreendedores, porém isso não deve imobilizar a ação dos coletivos que lutam por uma outra forma de se viver a cidade. São inúmeras as experiências em que arte e cultura são capazes de melhorar a vida das pessoas de um território de maneira responsável, comunitária, democrática, participativa e combativa a lógica da propriedade, do despejo e da exclusão, contando com a ação de movimentos sociais em que participam moradores locais, ativistas e segmentos da própria classe criativa nesse engajamento. O autor e documentarista é assertivo ao colocar a criatividade como uma questão de luta, ao invés de um privilégio de uma classe; criatividade é antes de tudo uma condição necessária para aqueles que buscam sobreviver na cidade neoliberal, que distorce esse conceito em uma forma de auto exploração e autodestruição - é preciso ser constantemente inovador e produtivo para não ficar para trás na competição urbana. Cabe assim, às lutas e aos movimentos sociais fazerem uso do poder criativo para promoverem formas de vida mais justas e abrirem alternativas ao neoliberalismo, retomando a criatividade da sua captura pela cidade capitalista.

Capítulo 2 - Ocupar o prédio, a praça, a política: diferentes configurações de ocupações e ciclos de mobilização em uma perspectiva ampliada

É possível se falar em uma genealogia, ou uma certa tradição dos movimentos de ocupação no caso europeu, onde esse movimento é mais consolidado e é possível identificar ciclos, fases e períodos distintos, verificando-se a relação com governos locais, movimentos sociais, artísticos e culturais, mudanças nas estratégias utilizadas e as diferentes adaptações que ocorreram nas passagens dos contextos políticos e sociais ao longo da história. A trajetória do desenvolvimento desse movimento na Europa não é linear, tipos de ocupação e estratégias se sobrepõem em todos os casos ou se manifestam em espaços de tempo distintos nos diferentes países. O que procuro fazer não é uma análise sistematizada, mas um sobrevoo pelas diferentes formas de manifestação desse fenômeno, realçando algumas das características que possam oferecer um mínimo conhecimento mais objetivo sobre a história dos *squatters* e material de reflexão para se pensar os casos estudados nessa dissertação.

Paralelamente, busca-se reconstruir conjuntamente a trajetória dos movimentos de habitação e ocupação na cidade de São Paulo – principalmente, mas abordando alguns outros casos que ajudam nessa compreensão em outras cidades do Brasil –, relativamente mais recentes em comparação com alguns dos casos europeus observados, mas não menos instigantes, estruturados e significativos. Apesar de guardar diferenças temporais e próprias que uma metrópole da América Latina, muito peculiar como São Paulo, pode apresentar em comparação a outras grandes cidades da Europa, em termos de desenvolvimento urbano e de formas de atuação de movimentos sociais, acredita-se que de um ponto de vista analítico essa aproximação seja profícua para se integrar algumas ferramentas analíticas e a começar se estabelecer um diálogo dentro do campo.

Em comparação com o Norte Global o estudo sobre ocupações no Sul apresenta características muito distintas em relação a maneira como é abordado. Contextos socioeconômicos, processos de urbanização e de desenvolvimento das cidades, perfil da população em ocupações, arquitetura e tipo dos espaços ocupados, políticas públicas direcionadas as ocupações, relações com o Estado e a própria ideia do que se refere com o uso do termo ocupação podem variar imensamente, tornando aproximações difíceis ou até mesmo incompatíveis. Aguilera e Smart (2016), por outro lado, entendem que justamente essas

diferenças podem trazer um maior enriquecimento analítico para se entender o fenômeno em uma perspectiva mais ampla, sendo possível superar obstáculos e confusões nos termos para desenvolver uma agenda de pesquisa que una as contribuições das tradições dos dois hemisférios.

Em primeiro lugar o estudo das ocupações no Sul difere do Norte em escala e na natureza do terreno ocupado. Ao passo que no Norte normalmente estuda-se edifícios ocupados, no Sul é mais comum o estudo de assentamentos de terra ocupados, isto é, o uso não autorizado de faixas de terra em que ainda não há construção, geralmente seguida da autoconstrução de barracas e podendo alcançar uma grande extensão e grande número de população, como no caso de algumas favelas (AGUILERA; SMART, 2016). Não que não existam ocupações de assentamentos de terra no Norte e não haja a prática de se ocupar prédios no Sul, porém há um contraste na manifestação desses fenômenos. As ocupações de assentamento no Norte são consideravelmente menores, não chegando a serem quantitativamente relevantes na maioria dos casos, apesar de poderem apresentar semelhanças nas formas de construção, organização e nas condições de vida (Idem). No Sul, por outro lado, esse tipo de prática constitui uma parte significativa, se não a maior parte, do crescimento das cidades e da produção de novas moradias, sendo que quase metade da população de cidades mais empobrecidas moram e trabalham em condições ilegais (Idem). As organizações comunitárias que surgem das ocupações de assentamentos, frequentemente bem organizadas, não somente produzem moradia e estrutura independentemente dos planos dos governos e de desenvolvedores privados, como também pressionam governantes por melhorias para além do que são capazes de fornecerem por si mesmos. Essas organizações têm sucesso em alguns casos, sendo efetivamente alvos de políticas públicas de melhorias pontuais, como o recebimento de equipamentos e serviços públicos ou mesmo sendo incorporadas ao tecido urbano formal da cidade em grandes planos de urbanização (Idem). Assim, a literatura sobre urbanismo e habitação voltada para o Sul enfatiza o caráter da informalidade como contraponto a uma visão dos padrões e intervenções observados desde o Norte, adquirindo maiores consequências na produção de cidade e desafiando noções convencionais de espaço através da construção de “espaços públicos insurgentes” (Idem).

No Norte Global, argumentam Aguilera e Smart (2016), a prática de ocupações, tanto de edifícios como de assentamentos de terra ocorrem por diferentes motivações, em diferentes locais e por diferentes grupos. A ocupação de assentamentos de terra, por exemplo, é muito mais associada a forma de moradia de comunidades ciganas, tratadas com estigma e

perseguição há séculos na Europa, e a algumas comunidades de imigrantes em extrema pobreza, normalmente como uma solução provisória enquanto não encontram outra forma de habitação. Existem comunidades em condições de moradia precária, no entanto, nem sempre essas habitações estão em situação de ilegalidade, podendo até mesmo incluir conjuntos habitacionais públicos em seu território, havendo uma diferenciação dos chamados *slums* ou *shanty towns* em torno disso, os que utilizam solo regularizado tendem a ser relativamente comuns nas periferias das cidades e possuem melhores qualidades de habitação, ao passo que as ocupações ilegais dos terrenos praticadas pelos grupos mencionados tendem a ser extremamente precárias e efêmeras. Por estarem em constante risco de despejo e seus habitantes em risco de deportação, essas comunidades acabam por não conseguirem se consolidar de maneira mais duradoura e estruturada, como ocorre no Sul Global (AGUILERA; SMART, 2016). Apesar de menores em termos populacionais e de impactos de menor escala no tecido urbano, movimentos de ocupação no Norte são capazes de empregar um discurso mais radical e produzirem efeitos em políticas públicas. Esses movimentos de ocupação são capazes de influir em modelos de desenvolvimento urbano e na maneira como cidadãos e *policy makers* concebem a governança e a vida urbana, estendendo suas pautas para além da luta por moradia, colaborando para se reimaginar novos modos de vida e reprodução social alternativos aos modos capitalistas e comodificados de produção de espaço (Idem).

Opta-se pela comparação entre ocupações no Norte Global com ocupações no Brasil, por, em primeiro lugar, para o interesse desta pesquisa (ocupações de cunho cultural), haver um maior acúmulo dessa literatura no Norte. Devido à essa manifestação ser mais comum lá do que na América Latina, em que é mais comum se observar ocupações de assentamentos de terra ociosos em larga escala, os tipos de efeitos produzidos no tecido urbano são outros, bem como as abordagens teóricas, como mencionado acima. Em segundo lugar, com proposto por Smart e Aguilera (2016), a comparação sobre um mesmo fenômeno em realidades diferentes pode ser ainda mais produtiva em termos analíticos, por trazer à tona elementos que superam regionalismos e aprofundam a discussão em uma outra perspectiva.

Para levar adiante essa correspondência entre ocupações no Norte e no Sul global, serão enfatizadas as principais variações de um momento para outro em relação com as diferentes configurações de ocupação, seguindo a tipologia de Pruijt (2013). Existem diversos tipos de ocupantes e de ocupações, suas trajetórias e resultados podem variar muito a depender de vários fatores, como localização da ocupação; se há ou não interesse especulativo naquela região; a composição social dos membros da ocupação; suas inclinações políticas e filosóficas; a relação

de maior conflito ou não com as autoridades; envolvimento com a comunidade local; suas demandas e enquadramentos; e mais particularmente, até do tipo de imóvel ocupado (PRUIJT, 2013).

Na literatura brasileira o estudo sobre ocupações é relativamente recente, em parte por se tratar de uma prática que começa a ganhar fôlego no final dos anos 90 no Brasil, e em parte por ser entendido como um repertório de ação de movimentos sociais (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012; BRACONI, 2017; NEUHOLD, 2009). O entendimento enquanto repertório de ação é, sem dúvidas, uma categoria útil para se entender o fenômeno politicamente em algumas de suas manifestações. Todavia, essa abordagem não capta a riqueza e a complexidade do fenômeno, enquanto uma coisa em si, plural, dotado de uma enorme potência criativa/conflitiva. Ocupa-se não somente para realizar demandas junto ao poder público, mas para se propor a ir radicalmente além disso, uma vez que se mistura com a própria vida dos seus participantes, como tentei expor no capítulo anterior, e como indica crescente abertura para um campo de estudos específico sobre esse fenômeno (SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE, 2013; 2014; 2018), em diversas áreas do conhecimento (MOORE; SMART, 2015; LOPES, 2014; BELLO; FALBO, 2020).

Ainda na literatura brasileira, sobre esse fenômeno são identificados dois tipos de ocupação: a) *ocupação-denúncia*, ocupações com o objetivo de se fazer uma denúncia a falta de políticas públicas para solucionar os problemas de habitação e visibilizar os espaços ociosos da cidade, a fim de colocá-los em negociação, sem a intenção de se estabelecer nesse local e; b) *ocupação-para-morar*, aquelas que também fazem essa denúncia, mas se estabelecem no local ocupado sem prazo pré-determinado para saírem do local, enquanto simultaneamente negociam com autoridades a regularização da ocupação ou o atendimento dos ocupantes pelas políticas públicas existentes (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017). Existe também um ruído na utilização da palavra, que pode acabar sendo designada tanto para intervenções pontuais na cidade, especialmente as de cunho cultural como shows, performances, festas, festivais etc., ou mesmo de maneira menos refletida ou até mesmo estetizada, ainda dentro do campo das artes, como sinônimo para uma residência ou uma exposição. Como mostram Neuhold (2009) e Oliveira Neto (2012), a disputa pelo vocabulário coletivo com a utilização do termo ocupação, se torna uma pauta mais sistemática dos movimentos sociais de moradia no centro a partir de meados dos anos 2000. A utilização do termo e a sua disputa no discurso público têm como objetivo reverter uma imagem negativa que era (ainda é) associada ao movimento contida no termo “invasão”, amplamente veiculado nos meios de comunicação (NEUHOLD, 2009). Na

descrição de Oliveira Neto (2012), o grupo de artistas e intelectuais envolvidos em barrar a reintegração de posse da Ocupação Prestes Maia possui como uma das principais metas operar essa inversão de termos e de lógicas no discurso público. Os outros usos do termo no meio artístico e cultural ainda são bastante polêmicos, como já coloca Oliveira Neto (2012) e como procuro discutir mais adiante. A reapropriação e a diversificação do seu uso mais recentemente, por não só movimentos de habitação, mas muitos outros tipos de mobilização no Brasil, é assunto deste capítulo.

O emprego do termo ocupação, e seus correspondentes em outros lugares do mundo também varia. Em países de língua espanhola há uma distinção entre *ocupas* e *okupas*, com *k*, por exemplo, sendo que o segundo está mais atrelado a uma identidade anarquista/autonomista, ao passo que o primeiro a movimentos de moradia, ou de outra ordem. Centros Sociais Autogeridos (CSA) e Centros Sociais Ocupados Autogeridos (CSOA) também são outra variação atrelada a um tipo específico de ocupação que se manifesta em diferentes países, como veremos adiante. Convenciona-se na literatura internacional o uso do termo *squat/squatting* para se referir ao fenômeno de maneira geral, que apresenta uma menor polissemia do que uma tradução direta para o inglês como *occupation*, que possui sentidos de carreira profissional, ação militar, ou uma atividade regular, de acordo com o *Cambridge Dictionary*.

A falta de interação com a literatura internacional e a falta de clareza analítica nos termos utilizados na diferenciação desse fenômeno - que apesar de comum em diferentes centros urbanos ao redor do mundo é bastante heterogêneo -, dificulta possíveis trocas de fermentas, experiências e diálogos. Além disso, perde-se de vista a figura ampla do fenômeno da prática de ocupações ao redor do globo, assim como a formação de diferentes movimentos de ocupação ao longo de décadas e suas conexões com diversos outros movimentos em lutas locais e globais.

Ocupações podem assumir diferentes configurações a depender de seu propósito. Hans Pruijt (2013) fornece uma tipologia bastante influente na literatura especializada em ocupação para que se possa dimensionar e diferenciar essas diferentes práticas dentro de uma mesma perspectiva. Considerando fatores como demandas e enquadramentos, a tipologia poderia ser resumidamente descrita nas cinco categorias seguintes: a) ocupação baseada em privação, em que pessoas em extrema situação de pobreza são alocadas em prédios ocupados, podendo ser uma ação efetivada por movimentos sociais ou por si mesmas; b) ocupação como uma estratégia de moradia alternativa, em que pessoas ou comunidades ocupam imóveis de todo tipo com o

intuito de desenvolverem estilos de vida não convencionais; c) ocupações empreendedoras, em que são desenvolvidas diversas atividades de cunho social e cultural dentro de um mesmo espaço; d) ocupações preservacionais, em que um terreno é ocupado para evitar uma alteração planejada indesejada; e) ocupações políticas, quando se tem o intuito de reivindicar uma pauta pela tomada dos espaços estratégicos.

Esses tipos podem se sobrepor ou migrar de um para o outro a depender da trajetória das ocupações, uma ocupação pode começar como uma reivindicação política específica e pontual e se transformar em uma ocupação empreendedora de longa duração, por exemplo. Normalmente espera-se obter um longo período de uso do imóvel ocupado, seja para o desenvolvimento de algum projeto ou como forma de melhoria de vida, isso pode se dar por meio da legalização ou da resistência.

Dessa forma, podemos entender as ocupações tanto como um meio para endereçar uma crítica direta por uma demanda social, mobilizada por algum movimento, como a luta por moradia, anti-especulação imobiliária, contra reformas, lutas ambientalistas, como também um fim em si mesmas, promovendo uma solução radical para as causas dessas demandas, através da auto-organização coletiva, empoderamento e auto-gestão (MAYER, 2013).

O capítulo segue uma divisão em três *Momentos*. A ideia de se trabalhar com momentos tem como objetivo articular a argumentação através da dupla conotação que a palavra apresenta. A primeira, de se guardar uma relação com o tempo de maneira alusivamente cronológica das ocupações, isto é, um posicionamento no tempo relativamente alongado (aqui referenciados como pós-guerra, contracultura e neoliberalismo). A segunda conotação, visa realizar um recorte de características das configurações de ocupações, que por sua vez, não guardam uma relação dura com o tempo, sendo observadas em diferentes lugares em diferentes épocas. Como procuro ressaltar, existe uma relação entre os períodos cronológicos e as características e formas de se fazer ocupações, que informam a tipologia utilizada. Porém, a ideia aqui, é justamente poder realizar esse deslocamento no tempo e mapear como os diferentes tipos de ocupação se desenvolveram aqui e lá.

Na tabela a seguir, está esquematizada a relação entre momentos de mobilização (primeira coluna) pelo tipo de ocupação que os caracterizam (segunda coluna). Na terceira coluna estão os casos de movimentos que desempenham esses tipos de ocupação discutidos ou mencionados ao longo do capítulo. A repetição de alguns casos em mais de um tipo de ocupação é proposital e indica sobreposição de tipos de ocupações, ou seja movimentos que promovem

mais de um tipo de ocupação, ou mesmo ocupações específicas que apresentam características de mais de um tipo.

Tabela 1 – Momentos de mobilização X Tipo de ocupação X Casos

Momento	Tipo de ocupação	Casos
Momento I - ocupações por moradia	Ocupações baseadas em privação	FC, FLM, MSTC, MTST, LSC, FSA, BPM, <i>Coordinamento, PAH</i>
Momento II - diversificação das ocupações: contracultura, autonomistas e Centros Sociais	Ocupações enquanto estratégia alternativa de moradia; Ocupações empreendedoras (ou de projetos)	<i>Provos</i> , Marias da Consolação, FLM (LGBT); Prestes Maia (Sábados Culturais, ACMSTC), Casa Amarela, Ouvidor 63, Hotel Cambridge, 9 de Julho, <i>Autonomia Operaria, La Cavalerizza Reale, TeatroValle, Das Gängeviertel, Can Battló</i>
Momento III - ocupações como meios, ferramentas e táticas políticas	Ocupações preservacionais; Ocupações políticas	<i>La Cavalerizza Reale, TeatroValle, Das Gängeviertel</i> , Parque Augusta, Ocupe Cocó, Ocupe Golf, Ocupe Estelita; <i>Autonomen, Lotta Continua, Reclaim the Streets, FUC, Ocupa MinC, Secundaristas, Occupy Wall Street, Primavera Árabe, 15M, Indignados, Coletes Amarelos</i>

Fonte: Elaboração própria. Baseada na tipologia de Hans Pruijt (2013)

2.1 Momento I - ocupações e movimentos por moradia

Sabe-se que a prática de ocupar prédios abandonados é utilizada desde o pós-guerra na Europa de maneira mais sistemática, porém casos de resistência individual e esporádica são datados desde o final do século XIX, como a prática de alguns inquilinos de se recusar a pagar o aluguel ao se deixar uma casa e repetir isso sucessivamente em outras propriedades

(AGUILERA, 2017). Com a Revolução Industrial e a introdução de mais mecanismos democráticos na virada do século, essa ação começou a tomar um caráter mais coletivo e se tornar mais visível publicamente, com a formação de grupos de defesa por diretos de habitação, contra a lógica da propriedade privada e engajados em ação direta, nos primeiros anos do pós-guerra (Idem).

Em São Paulo, as lutas por moradia têm início entre os anos de 1950 e 1960, na Zona Sul, em ocupações de assentamentos de terra em áreas de mananciais. A organização coletiva que começa a se formar nesse momento para resistir às tentativas de despejo geram instrumentos de luta e organização, como assembleias populares. Essas lutas começam a estabelecer laços com outros atores sociais importantes com arquitetos e assistentes sociais, estabelecendo uma estrutura para o que nos anos 70 se organizaria como o Movimento de Defesa das Favelas de São Paulo (MDF). Esse movimento se espalha pelas periferias da cidade ao longo dos anos 80 e passa a organizar ações com o intuito de dar visibilidade a vulnerabilidade das condições de moradia daquelas pessoas e a pressionar o poder público por serviços básicos e regularização dos terrenos ocupados (BRACONI, 2017).

Uma primeira diferencia marcante é de que os movimentos de moradia que nascem no contexto paulistano têm como foco a ocupação de terrenos desocupados e em zonas periféricas da cidade e não edifícios ociosos em áreas mais urbanizadas. Isso leva a um fenômeno notadamente distinto: a formação de favelas e a criação de movimentos de favelas. Esse tipo de formação urbana é bastante incomum na Europa, com algumas aproximações possíveis como nos casos de Madrid (BOGADO; SOLANAS; MANZANO, 2019) e em escalas significativamente menores e com outras particularidades em algumas cidades como Paris (as *bidonville*) e Roma (as *borgate*), por exemplo. Não é foco desse trabalho abordar os movimentos de favela ou suas possíveis correspondências, o que nos interessa aqui são algumas semelhanças em termos de organização e de pautas: a utilização de ocupação de espaços vazios da cidade como forma de moradia e de pressão política, a forma autônoma de organização (em relação a partidos políticos e sindicatos e também para a realização das autoconstruções) e o questionamento da noção de propriedade, mesmo que de maneira não consensual entre movimentos e participantes (BRACONI, 2017).

Os movimentos de favelas que se multiplicaram ao longo dos anos 80 foram capazes de dar bastante visibilidade para as pautas do movimento, sensibilizando e cidadãos e governantes em torno da questão da habitação e efetivamente conseguindo algumas vitórias e melhorias de

condições de vida. Por outro lado, os moradores de cortiço da região central da cidade, que historicamente viviam em condições tão precárias ou até mesmo piores que os moradores de favelas não conseguiam ter suas pautas atendidas pelo poder público. Essa população não era atendida por estarem situados em uma área valorizada da cidade, devido justamente aos planos de requalificação urbana dos governos municipais, que deliberadamente tinham como foco a expansão da cidade para as periferias, acompanhada da expulsão dos trabalhadores pobres para essas mesmas áreas sem infraestrutura, e o atraimento de investimentos que valorizassem região (BRACONI, 2017; KOWARICK, 1980).

Essa condição de invisibilidade dos cortiços permanece até os anos 90 em que esses moradores começam a se organizar coletivamente por melhores condições de moradia e políticas públicas voltadas especificamente para a questão dos cortiços e da moradia no centro da cidade (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017). As primeiras ações organizadas partiram do Movimento dos Quintais da Mooca e consistiram na ocupação da Secretaria de Bem-Estar Social e do Edifício Martinelli como formas de pressão para a criação de unidades habitacionais no centro. Foi reivindicada a desapropriação de dois cortiços e de suas respectivas reabilitações para se transformarem em moradia popular. O primeiro deles a ser atendido pelo poder público foi o da rua Madre de Deus, em que os moradores chegaram a expulsar o proprietário, através de vias de fato, devido aos constantes abusos e intimidações que esse praticava (NEUHOLD, 2009).

Esse primeiro ciclo é caracterizado pelo perfil social das pessoas envolvidas: pobres, trabalhadores e em condições de vulnerabilidade severa, por não terem outra opção de moradia, condizendo com o modelo de **ocupação baseada em privação** de Pruijt (2013). Essas pessoas acabavam por não se enquadrar nos critérios sociais que os governos locais estipulavam para receberem alguma espécie de auxílio com moradia, como por exemplo, não serem casadas, no caso da Holanda, ou não serem casadas e com filhos, no caso da Inglaterra (PRUIJT, 2013), ou simplesmente por não haver políticas direcionadas especificamente para aquele grupo e território, como no caso de São Paulo. Entrando em um ciclo vicioso por não conseguirem habitação nem pelas vias do mercado, por não poderem arcar com os custos ou já terem sido despejados, e nem pelas vias públicas por não se enquadrarem nos critérios das políticas públicas, essas pessoas procuravam, ou eram encontradas, por essas organizações de defesa do direito de habitação, que as realocava em ocupações que a própria organização promovia.

As primeiras vitórias das lutas por moradia no centro de São Paulo impulsionam a criação de diferentes associações de moradores de cortiços em diversos bairros da cidade, culminando na articulação dessas lutas isoladas entorno da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1991. A ULC é a primeira entidade a representar a luta dos cortiços em São Paulo de maneira coletiva, pautando o direito por moradia no centro da cidade, sendo essa filiada à União de Movimentos de Moradia (UMM) e a Central de Movimentos Populares (CMP), nos níveis estaduais e federais, respectivamente (NEUHOLD, 2009). Essa primeira organização atua na defesa dos direitos dos moradores de cortiços e na identificação de imóveis ociosos no centro da cidade que estariam aptos a desapropriação e ao encaminhamento para a reabilitação para serem destinados a políticas públicas de moradia popular, reivindicando em diferentes níveis de governo políticas voltadas especificamente a questão dos cortiços (Idem). A principal forma de atuação nesse período se dá pela denúncia dos espaços ociosos e na busca pelo atendimento de programas governamentais, como o Programa de Atuação em Cortiços. Os movimentos buscavam o acesso por meios institucionais, recebendo auxílio de assessorias técnicas e ONGs, o que acabou por gerar uma relação tensa com os integrantes dos movimentos, que eram excluídos dos lugares de decisão e elaboração dessas políticas (idem).

Nos anos seguintes, essa organização vem a se fragmentar em diferentes movimentos que passam a atuar na região central, devido a dissidências políticas e organizacionais entre os coordenadores, em especial entre aqueles que defendiam uma forma de atuação mais conciliadora e institucionalizada e aqueles que eram mais pró ação direta (BRACONI, 2017). É somente a partir de 1997, com o Fórum dos Cortiços, dissidência da ULC, que esses movimentos começam a organizar ocupações de edifícios e terrenos variados, ociosos ou em dívidas, como estratégias de pressão. As ocupações começam a ser utilizadas como moradia provisória e como forma de abertura para de canais de diálogo para o cumprimento das políticas públicas.

A novidade desse período pós 1997 é de que as ações por moradia no centro se tornam coordenadas, com pautas pré-definidas e mobilizam redes de apoiadores, produzindo e consolidando os discursos de denúncia da falta de cumprimento da função social da propriedade e a desigualdade na cidade (NEUHOLD, 2009). Exemplo da organização dessas novas articulações de movimentos de sem-teto ao final dos anos 90 é o aumento expressivo do número de ocupações em 1999 - dezessete novas ocupações - e a realização da chamada “mega-ocupação”, uma ação que mobilizou cerca de 6000 integrantes de diferentes movimentos de moradia para a ocupação de seis edifícios ociosos simultaneamente, além da organização de

passeatas que protestavam contra as tentativas de reintegração de posse e as políticas de limpeza social no centro (NEUHOLD, 2009).

Diversas campanhas de ocupação em larga escala também foram organizadas em países europeus da metade do século XX em diante. Tendo como foco prover moradia para populações em situação de vulnerabilidade, como no caso de recém chegados imigrantes de países do Norte da África, por exemplo, foram ocupados espaços como: conjuntos de habitacionais inativos, conjuntos de prédios de escritórios e bases militares ociosas (PRUIJT, 2013).

No caso inglês, durante o pico das ocupações entre os 1960 e 1980, organizações como o *Family Squatting Advisory Service* e a *London Squatting Campaign* tiveram um papel fundamental na identificação de pessoas e famílias desamparadas e de prédios abandonados, assim como no levantamento e divulgação de informações que pudessem ser úteis para essas pessoas ou servissem para gerar apoio e visibilidade na sociedade para a questão da habitação. Essas organizações constatarem, assim como no caso de São Paulo, a contradição e a injustiça de um enorme estoque de imóveis ociosos na Grande Londres enquanto milhares de pessoas em condições precárias de habitação ou mesmo sem-teto (PRUIJT, 2013; MILLGAN, 2106).

Em Roma, a primeira organização de luta por moradia surge em resposta a uma ação truculenta da polícia que resultou na morte de um jovem ativista na periferia da cidade, durante a reintegração de posse de um espaço ocupado, dando origem, em 1974, ao *Coordinamento Cittadino di Lotta per la Casa*. Ativo e altamente relevante nas lutas contemporâneas por habitação e outras questões urbanas, o *Coordinamento* tem destaque na integração das lutas por moradia com outros direitos cívicos e sociais e no atendimento da população imigrante, sistematicamente desfavorecida no modelo urbano de habitação romano (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018).

Tanto no caso da cidade de São Paulo como nas experiências europeias, evidencia-se um modo de ação bem organizado, coordenado e centralizado, com critérios claros de quem poderia morar em uma ocupação (pessoas em situação de grande vulnerabilidade e de dispossessão) e que tipos de imóveis poderiam ser ocupados (imóveis que estivessem fora do estoque de moradia ou que não fossem destinados a planos de habitação popular) (PRUIJT, 2013).

Uma diferença marcante, no entanto, é a distinção social que existe entre ativistas e ocupantes na Europa. De acordo com Pruijt (2013), uma característica dos movimentos

europeus de moradia que realizam essa configuração de ocupação baseada na privação é que as pessoas encarregadas de abrirem as ocupações e organizarem operações de logística e de novas ações diretas não se encontram em situação semelhante àquelas em que de fato vão morar na ocupação. Ativistas possuem normalmente origens de classe média e têm papéis muito bem definidos enquanto proponentes, organizadores e apoiadores dessas ações, ao passo que os ocupantes se encontram na posição de pessoas que necessitam de ajuda (idem). Nas ocupações organizadas por movimentos sem-teto e de moradia no centro de São Paulo, apesar de se observar uma estrutura organizacional interna bastante hierárquica, com funções de coordenação e direção bem marcadas e respeitadas pelos demais ocupantes, o que gera certa distinção, as lideranças desses movimentos, assim como as pessoas que tomam iniciativa de propor e realizar novas ocupações são os próprios ocupantes e integrantes do movimento, que se tornam lideranças em função de sua atuação dentro da ocupação e da participação em grupos de formação política organizados pelo movimento que fazem parte (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017). Apoiadores como intelectuais, ativistas, artistas e jovens de classe média contribuem para os movimentos e participam ativamente em determinados momentos, mas não tomam o protagonismo dessas ações e nem da organização do movimento.

Todavia, como observa Milligan (2016; 2018), não se deve entender essa diferença como um fator de despolitização ou como uma solução assistencialista para problemas individuais de pessoas desfavorecidas em nenhuma instância. A autora critica a caracterização de Pruijt por sugerir um esvaziamento de um potencial emancipatório e político nessa configuração, que argumenta estar presente não só nos seus resultados em termos de políticas públicas, mas também nas formas de organização coletivas e afetivas do dia-a-dia, enfatizando a agência dos ocupantes nesse processo.

De todo modo, as organizações desse primeiro momento fazem críticas a ineficiência das políticas públicas e a falta de sensibilidade do governo em relação a essas pessoas. Enquadrando suas demandas na esfera do cuidado, do respeito e da dignidade das pessoas em situações críticas de moradia, a estratégia dos movimentos de ocupação angariava apoiadores, pressionava o governo por melhores políticas e dificultava uma ação truculenta de reintegração posse, por implicar em um custo alto em termos de repercussão negativa, uma vez que isso colocava a imagem do governo como agressor daqueles que deveria estar cuidando (PRUIJT, 2013).

Esse modo de organização, por outro lado, acaba tendo alguns efeitos reversos com o passar do tempo. Destaca-se a suscetibilidade dos movimentos a cooptação por parte dos governos, que por meio da legalização, ao invés da repressão, são capazes de desmobilizar a ação desses movimentos. Isso é possível de acontecer devido os governos, ao cederem licenças de uso para as ocupações a) exigirem em contrapartida a desistência da atividade de organizar mais ocupações (PRUIJT, 2013); e por b) gerarem uma clivagem interna entre os ocupantes mais moderados (compatíveis com os planos de governo, portanto aptos a receberem licenças de uso) *versus* ocupantes mais radicais (não confiáveis, portanto ilegais), contribuindo para a estigmatização do segundo grupo, na opinião pública (AGUILERA, 2017; MILLGAN, 2018).

No caso de São Paulo, esses efeitos são observáveis a partir dos anos 2000. Ao longo da gestão Marta Suplicy (PT), alguns movimentos param de realizar ocupações com o intuito de se estabelecerem no imóvel, organizando apenas ocupações temporárias como forma de darem repercussão a suas pautas e abrirem canais negociação (NEUHOLD, 2009). Essa mudança de estratégia está relacionada a aproximação com o governo, que de fato cria novos canais de diálogo com esses movimentos nessa gestão, chegando a colocar representantes desses movimentos em quadros de políticas públicas. Isso, por um lado, fornece a esses movimentos um maior acesso a instâncias de tomada de decisão, que usam desse encaixe para começar a implementarem políticas públicas e seguirem com suas agendas. Por outro lado, nota-se uma mudança de tom nos discursos e reivindicações, mais moderado em relação ao governo municipal, o que gera divergências e dissidências entre os movimentos de moradia, que ficam de fora desse encaixe. Nesse contexto é criada a Frente de Luta por Moradia (FLM), com o objetivo de abarcar diversos movimentos, inclusive os de práticas mais radicais, que se viram excluídos dessa aproximação (NEUHOLD, 2009).

Movimentos mais recentes, em especial, organizados após a crise financeiro-imobiliária de 2008, como a *Plataforma de Afectados por la Hipoteca*, na Espanha e o *Blocchi Precari Metropolitani*, novamente em Roma, atualizam essa forma de organização nesse novo contexto. Além de continuarem a efetuar novas ocupações e lutando contra tentativas de reintegração de posse, esses movimentos apresentam uma maior articulação com outros movimentos de base em torno de pautas mais amplas e de longo prazo, como por exemplo, questões ligadas ao direito à cidade e o direito à moradia enquanto direito universais; questões relacionadas a imigração e as condições de moradia de imigrantes nas cidades europeias; e a exploração praticada por bancos e campanhas anti-despejo. De uma maneira mais descentralizada, horizontal e capilarizada, esses movimentos promovem novas e alternativas experiências de se habitar e

produzir o meio urbano, no contexto europeu (MILLIGAN, 2018; GRAZIOLI; CACIAGLI, 2018)

2.2 Momento II - diversificação das ocupações: contracultura, autonomistas e Centros Sociais (anos 60 em diante)

2.2.1 Ocupações alternativas/ aproximação entre coletivos políticos, artísticos e culturais

Tanto no Reino Unido quanto na Holanda, ocupar não constituía necessariamente uma ofensa legal até 2010, o que tornou desses países laboratórios de experimentações das possibilidades do ato de ocupar e contribuíram para uma maior diversificação dos formatos de ocupação e de condutas dos movimentos na segunda metade do XX (PRUIJT, 2013).

A partir de meados dos anos 60 e início dos anos 70, essa experimentação começou a tomar maior relevância para os movimentos, tendo como o expoente desse período os *krakers* holandeses. Associados a coletivos artísticos de contracultura, notoriamente com o coletivo anarquista *Provos* - famoso por produzirem soluções criativas para problemas sociais na cidade -, ativistas abriam imóveis (no caso do *Provos*, essa abertura era sinalizada com a típica assinatura do movimento de pintar a porta e o batente do imóvel de branco) que pertenciam a conjuntos habitacionais do governo e destinavam a cidadãos que estavam em longas filas de espera, em sua maioria jovens adultos, maiores atingidos pelo desemprego no pós-guerra (PRUIJT, 2003).

Nesse momento, existe uma maior conexão com grupos de esquerda radical e de contracultura. Eventos do tipo *happennigs* e a possibilidade de criação de pequenas utopias nos interiores de espaços ocupados passam a atrair uma parcela mais ampla e diversa da população. Pessoas que não necessariamente se encontram em condições drásticas de vida, mas que buscam o envolvimento com a contracultura da época em termos de ativismo político e de criação artística, como jovens de classe média, músicos, artistas visuais encontram nesses espaços uma cena propícia, ao mesmo tempo em que enxergam a possibilidade de prover para si próprios uma solução mais barata de habitação (idem).

Uma primeira experiência de aproximação entre movimentos de ocupações e movimentos culturais e artísticos em São Paulo acontece nos anos de 2003 a 2007, na Ocupação Prestes Maia, organizada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Paralelamente ao

crescimento e consolidação dos movimentos de moradia na cidade, no campo das artes, é observado um ressurgimento de coletivos de artistas que utilizavam o espaço público como terreno de sua ação. De certa forma influenciados pelo movimento situacionista e a geração de artistas brasileiros dos anos 1960 e 1970, esses novos coletivos criticam a espetacularização da cultura, questionam o circuito institucional das artes e procuram incidir politicamente com seus trabalhos (OLIVEIRA NETO, 2012).

A convergência entre esses movimentos ocorre a partir da proposição de alguns artistas em realizar uma exposição de arte contemporânea no espaço da ocupação. Buscando novas formas de escapar ao espaço formal e institucional das artes, os coletivos de artistas se aproximam de outros coletivos de ativismo político, como os movimentos de moradia, e identificam a Ocupação Prestes Maia, a maior ocupação do Brasil naquela época, como um enorme potencial de romper essa fronteira (idem).

A exposição *Arte Contemporânea no Movimento Sem-Teto no Centro* ou, *ACMSTC*, contou com dezenas de artistas e coletivos e foi organizada em um curtíssimo período de tempo, cerca de três semanas, por meio de chamados *online* e divulgação boca-a-boca no meio artístico. Os artistas-proponentes participaram de reuniões do MSTC para explicar sua proposta e aprová-la nas assembleias da ocupação, criando um primeiro contato pessoal entre artistas e ocupantes. A *ACMSTC* ocorre em todos os andares da ocupação sem seguir uma linha curatorial ou qualquer critério que conectasse os trabalhos em si; alguns realizaram obras novas para a exposição; outros trouxeram trabalhos prontos; alguns artistas propuseram a participação dos moradores na elaboração e execução do trabalho; outros não, resultando em uma exposição “desconfigurada”, nos termos de um dos artistas-proponentes, gerando estranhamentos, desconforto, desvios, participação e contradições próprias da colisão de universos tão dispares para a realização de uma ação específica e completamente não convencional àquele tempo (OLIVEIRA NETO, 2012).

Podemos entender esse evento como um disparador de relações que gerou tensões, uma vez que os artistas foram praticamente expulsos ao fim da exposição, devido aos desentendimentos entre artistas e moradores e ao descontrole que a exposição provocou no acesso de pessoas a ocupação, que havia estipulado normas rígidas em relação ao acesso. Todavia, o evento também foi capaz de aproximar movimentos artísticos e de moradia, o que viria a reverberar em novas atividades conjuntas entre alguns desses mesmos artistas e o MSTC

nos anos seguintes e se tornar um marco para a discussão e elaboração de novas estratégias de intervenção urbana e de aproximação entre arte contemporânea e ativismo (idem).

Ocupar nesse modo passa de uma falta de opção para uma escolha, constituindo um ato de empoderamento, ao invés de estigma, aos olhos de seus praticantes. Esse tipo condiz com a configuração de **ocupação enquanto estratégia alternativa de moradia**, em que o perfil social de quem ocupa, bem como o tipo de imóvel, são bem menos rígidos e organizados do que no modo anterior (PRUIJT, 2013). Imóveis que nunca foram direcionados para a habitação, apartamentos de luxo, casas que estão em planos de demolição ou construções amplas que não possuem divisões de apartamentos são preferidos por essa modalidade, como forma de não entrar em disputa pelos mesmo espaços que ocupações por privação e aumentarem o estoque de habitação disponível.

Algumas associações entre movimentos culturais e políticos que preservam um modo de vida não-convencional são bastante frequentes no tipo de ocupação enquanto estratégia alternativa de moradia, como as ocupações *punks*, feministas e LGBTQI. Ocupações promovidas e voltadas especificamente a esses grupos se formam com o intuito de se viver comunalmente entre pessoas que possuem um estilo de vida semelhante e estigmatizado socialmente; ou como muitas vezes ocorre em ocupações feministas e LGBTQI, como forma de criação de um ambiente seguro em que pessoas dessas comunidades possam acolher outras semelhantes que passaram por situações traumáticas em decorrência do machismo ou da LGBTQIfobia, sendo que em ambas os ou as ocupantes se fortalecem mutuamente e através dessas ocupações e encontram uma forma de estabilidade e realização. Azomox (2015), mostra que a busca por espaços independentes em ocupações na Alemanha não era suficiente por conta de muitos espaços ocupados reproduzirem machismos e discriminações de gênero dentro das próprias ocupações; tomando o mote “o pessoal também é político” e as novas ondas de movimentos por igualdade de gênero, mulheres, pessoas trans e LGBTQIs passam a organizar, a partir de 1968, ocupações voltadas para a sua própria comunidade, assumindo diferentes configurações e composições, porém tendo como pilar a não-discriminação dentro desses espaços. No Brasil, ocupações desse tipo são muito pouco documentadas e estudadas, havendo mais registros na historiografia *punk* (GALLO, 2008) do que nos outros casos. No entanto, existem registros jornalísticos de algumas dessas experiências, como no caso de uma

ocupação LGBTQI organizada pela FLM no centro de São Paulo¹⁰ ou no caso da Ocupação Marias da Consolação, organizada de maneira autônoma com o intuito de abrigar principalmente mães solteiras em um sobrado antigo que funcionava como bordel¹¹.

Em comparação com a atuação política do momento anterior, esse momento é mais aberto e descentralizado, tornando as demandas e as ideologias mais diversas e menos direcionadas a uma pauta ou demanda diretamente para o governo. Ao invés disso, há uma ênfase na construção de uma cena de ocupações diversa, na troca de informações, apoio e solidariedade, entre si e com outros movimentos sociais de características semelhantes, o que se mostra de grande importância para a formação da infraestrutura dos movimentos nos anos seguintes (PRUIJT, 2013).

2.2.2 Ocupações híbridas/ novas possibilidades de usos dos espaços, novas formas de engajamento

Outra tradição de ocupação de grande destaque é a que se desenvolveu na Itália, principalmente nos anos 70. Os *Centri Sociali* são ocupações de imóveis de diferentes tipos (casas, galpões, escritórios, escolas, áreas militares, hospitais, docas, fábricas etc) abandonados e passam a abarcar diferentes projetos de cunhos socio-cultural e político, como atendimento médico e jurídico, teatros, cinemas, *shows*, festas, *raves*, oficinas de conserto, bares, cafés, ateliers, galerias de arte, espaço para encontros, eventos, reuniões e campanhas políticas etc, podendo serem mais voltados para uma ou outra atividade específica, ou uma combinação de uma variedade delas.

Esses espaços seguem princípios da autogestão coletiva e são muito influenciados pelas ideias do movimento *Autonomia Operaria* italiano (MUDU, 2013), decorrente das experiências das greves e das ocupações das fábricas italianas e francesas nas décadas anteriores. Nessas experiências, os trabalhadores, ao pararem com a produção industrial e ocuparem seus locais de trabalho como ponto de reunião, começavam a tomar o controle de suas vidas rejeitando os modos de vida capitalista impostos pela jornada de trabalho fabril, sendo essa produção coletiva

¹⁰ DOCE, N. Ocupação oferece refúgio contra violência a comunidade LGBT de São Paulo. **G1**. 9 dez 2016. Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ocupacao-oferece-refugio-contr-violencia-a-comunidade-lgbt-de-sao-paulo.ghtml>>. Acesso em: 04/06/2020.

¹¹ Ocupação Marias da Consolação. **Mídia NINJA**. 25 nov 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=6VtQ11HNob0&fbclid=IwAR0GN3MZ1nODoBetSXgghn6bVV8vH9upSYc6_4gGxO4vPaKmqY8o66IsJGo&app=desktop>. Acesso em: 04/06/2020.

muitas vezes mais importantes do que a pauta da greve em si, por melhores salários ou condições de trabalho, por exemplo. O movimento da *Autonomia Operaria*, surge após o auge do *operaismo* italiano, corrente intelectual que fazia uma análise distinta do marxismo tradicional, enxergando momentos de crise não como um colapso da capacidade capitalista de atender as demandas, mas como “a explosão de relações sociais, cuja grande complexidade não poderia ser resumida a rompida relação de capital-trabalho” (MUDU, 2013). Com a abrupta mudança no modo de produção italiano; passando do fordismo para uma economia baseada em finanças, moda e serviços, grandes áreas se encontraram vazias e espaços de sociabilidade são retirados da população. Isso possibilitou às organizações que surgem desse caldo a oportunidade de ocupar espaços nos formatos de Centros Sociais. Mais arraigadas aos níveis locais e de bairro, essas organizações se opõem aos partidos e sindicatos tradicionais, mesmo os de esquerda, apesar das origens operárias e estudantis (idem).

Esse modelo se diferencia dos outros por promover atividades que vão além da habitação, promovendo oferta de serviços, oportunidades de trabalho e formação, expressão artística e cultural, sociabilidade e construção de identidades recuperando assim os espaços vazios deixados pelo declínio de partidos e de grandes espaços de trabalho (PRUIJT, 2013). Para além de atenderem aos anseios locais, Centros Sociais cumprem uma dupla função na estruturação dos movimentos de ocupação: fornecem espaço e estrutura para encontros, reuniões, organização, expressão e troca entre ativistas de diversas áreas, bem como são as manifestações mais visíveis e abertas ao público em geral, chamando a atenção da mídia, autoridades locais e vizinhos, o que os tornam excelentes pontos de recrutamento de novos ativistas e participantes, ou mesmo visitantes e simpatizantes, com um menor grau de comprometimento (MARTÍNEZ, 2012).

Voltando ao caso da colaboração entre coletivos de artistas e o MSTC na ocupação Prestes Maia, após um ano e meio do desencadeamento do primeiro evento, os coletivos de artistas voltam a realizar trabalhos na ocupação. Dessa vez, a chamado dos ocupantes e com um objetivo pré-definido bem claro: tentar barrar um novo mandado de reintegração de posse que havia sido emitido. Frente a isso, os coletivos artísticos se rearticulam em um movimento intitulado *Integração Sem Posse*, com o objetivo pontual de realizarem uma ação política e midiática no espaço da ocupação. A ação tinha como intuito chamar a atenção para a luta do movimento e pautar a discussão sobre a produção do espaço urbano. Além disso, visava disputar os termos utilizados no discurso público (OLIVEIRA NETO, 2012): ocupação ao invés de invasão, como era normalmente veiculado nos meios de comunicação (OLIVEIRA NETO,

2012; NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017). Essa ação não recebe a divulgação esperada pelos organizadores, mas por outro lado a reintegração de posse não ocorre. Os artistas então decidem continuar a realizar intervenções nas semanas seguintes como forma de manter a resistência e a mobilização, em eventos que ficaram conhecidos como *Sábados Culturais*, a princípio não previstos (OLIVEIRA NETO, 2012).

Nos *Sábados Culturais*, o espaço do subsolo da ocupação começou a ser utilizado semanalmente para a realização de atividades, oficinas, exposições, exibição de filmes, rodas de conversa propostas pelos artistas e pelos moradores. Como mostram os relatos colhidos por Oliveira Neto (2012), diferentemente da *ACMSTC*, esses eventos foram mais efetivos e afetivos, criando laços entre os moradores e coordenadores da ocupação e os artistas, resultando na abertura desse espaço ao público e a no desdobramento em outras atividades abertas, como a *Escola Popular Prestes Maia*, em que atividades abertas eram ministradas por moradores e artistas, tendo como eixo o compartilhamento horizontal de saberes e a *Biblioteca Comunitária*, que parte da iniciativa de um morador e recebe grande destaque posteriormente. Essas iniciativas colaboram não só para a mudança da imagem da ocupação para fora do prédio, mas também funcionam como um dispositivo de hibridização da ocupação, que passa a ser capaz de reunir diferentes setores como o artístico, de lutas por moradia, de reforma urbana, de educação em torno de um projeto social que visava atender diferentes demandas da população, em especial populações de maior vulnerabilidade, de maneira colaborativa.

Essa configuração consolidada na Itália e observada em desenvolvimento no segundo momento da Ocupação Prestes Maia é denominada por Pruijt (2013) de **ocupação empreendedora, ou de projetos** (em uma terminologia mais recente que busca afastar a ideia neoliberal do vocabulário corporativo). Esse modelo se difunde notadamente por locais como Espanha (MARTÍNEZ, 2013) e Reino Unido (ETC DEE, 2016), em que o próprio termo Centro Social foi adotado, mas também assume outras variações em outros países como *Broedplaatsen* (Espaços Geradores), na Holanda (PRUIJT, 2013; ETC DEE, 2018) ou *Free Spaces*, no caso de Christiania, maior comunidade autogerida a ocupar um enorme terreno na Dinamarca durante décadas (ZINOVICH, 2015) e utilizado também por alguns espaços na Alemanha. Em todos esses casos, essas ocupações são fundamentais para a criação de um circuito alternativo de organização política e cultural nas suas respectivas cidades. Chegam a quase se colarem a própria imagem cultural da cidade, como no caso de Amsterdã, em que a cena musical produzida dentro das ocupações, começa a influenciar a produção *mainstream* (ETC DEE, 2018), ou no caso de Berlim em que a cena de música eletrônica encontra nesses espaços forma

de se desenvolver e a encontrar uma solução de baixo custo para reunir o público, assumindo a estética dos galpões abandonados, *grafittis* e materiais improvisados, marcas da cultura *underground* da cidade (SCHISPTAL; NICHOLLS, 2014).

Em São Paulo, após a experiência embrionária dos *Sábados Culturais* na Ocupação Prestes Maia, interrompida pela reintegração de posse efetuada em 2007, observaríamos o surgimento de novas ocupações que reúnem essas características em 2014, com as ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63. Essas ocupações, desde seu início até hoje, seguem a proposta de abrirem espaços para a participação de cidadãos e coletivos desenvolverem projetos voltados a arte, cultura e outros projetos sociais. Diferentemente da Ocupação Prestes Maia, essas duas ocupações não são organizadas por movimentos de moradia, partindo da iniciativa de grupos de artistas e tendo em suas composições exclusivamente pessoas que trabalham e vivem de arte, nas mais diversas formas possíveis. Ocorre aqui um deslocamento em relação a experiência da Prestes Maia. Em primeiro lugar, a comunidade que se forma em torno dessa ocupação é outra, ao invés de pessoas em situação de privação ou dificuldade habitacional, o foco dessas ocupações é abrigar artistas independentes, muitos deles que atuam com arte de rua, não possuem necessariamente treinamento formal ou acadêmico e que não se inserem no circuito formal das artes. Outro ponto importante é a concepção de uso misto permanente do espaço desde seu início, funcionando como moradia para os artistas e como espaço de trabalho, colaboração criativa e de apresentação e desenvolvimento dos projetos. Essas duas ocupações recebem e desenvolvem diversos projetos propostos por não-moradores, à exemplo dos *Sábados Culturais* e da *ACMSTC*, na Prestes Maia, mas dadas as características mencionadas, as propostas de trabalhos e projetos vêm muito mais das iniciativas dos moradores e criadas coletivamente nesses espaços.

Outras ocupações surgem por volta desse período e também podem ser analisadas por meio da categoria de ocupações de projetos. Nas periferias da cidade, em que há uma luta por mais espaços culturais devido ao déficit de equipamentos públicos nessas regiões¹², localizam-se o maior quantingente de ocupações voltadas a execução de serviços diversos, como culturais. Nesses casos, nem sempre a utilização do espaço ocupado envolve moradia das pessoas que ocupam, funcionando mais à maneira de um centro cultural comunitário em que pessoas e coletivos recuperam um espaço em desuso e o gerem coletivamente para desenvolverem

¹² De acordo com o diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano em parceria com a UNESCO. Disponível em < <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/gestao-compartilhada-de-equipamentos-publicos/>>. Acesso em: 07/09/2020.

projetos naquele território. Algumas dessas ocupações se articulam pelo Bloco de Ocupações Culturais de Espaços Públicos, organizado a partir do Movimento Cultural das Periferias, como estratégia de pautarem suas demandas coletivamente junto ao poder público, pressionando por mais investimentos e equipamentos públicos de cultura nas periferias e também pela regularização dos espaços ocupados.

Outras ocupações, originalmente voltadas à moradia e organizadas a partir de movimentos sociais passam a desenvolver um uso híbrido por volta do mesmo período, como as ocupações Hotel Cambridge¹³ e a 9 de Julho, ambas geridas, novamente, pelo MSTC, e de maneira semelhante a experiência da Prestes Maia. Nessas ocupações, as unidades habitacionais dos imóveis ocupados são destinadas à pessoas em busca de moradia participantes do movimento. Paralelamente, são designados espaços exclusivos para atividades abertas ao público, como uma galeria no piso térreo ou a parte exterior para almoços coletivos e exibições de filmes. No caso dessas últimas ocupações, a estrutura do movimento é de grande importância para o funcionamento dessas atividades. Bem mais desenvolvida do que no final dos anos 90 e começo dos anos 2000, movimentos como o MSTC atualmente recebem muito mais destaque e contam um enorme número de apoiadores na sociedade, entre intelectuais, artistas, políticos por exemplo. Contam assim, com muitas proposições que vem de fora da ocupação, muitas vezes de figuras renomadas das artes, da academia e do universo ativista, o que demonstra um amadurecimento dessa forma de colaboração e do processo de abertura ao público dessas ocupações. Esses eventos passam a ser bastante frequentados por jovens, moradores da região

¹³ O filme *Era o Hotel Cambridge*, de Eliane Caffé, faz uma incursão ficcional por dentro da ocupação, que contou com uma produção colaborativa com o próprio movimento. Para além de tocar em diversas questões como a luta por moradia, a situação dos imigrantes e refugiados no Brasil e as dinâmicas internas da própria ocupação, o filme traz uma interessante abordagem sobre a produção cultural dentro da ocupação. O espetáculo de teatro que é ensaiado e apresentado pelos ocupantes fala com bom humor dos processos colaborativos que misturam arte e luta. Podemos pensar como uma meta-representação sobre a produção do próprio filme. No entanto, em dado momento do filme, Dona Carmen Silva recebe um ocupante novo que chega à ocupação dizendo que tinha acabado de sair da ocupação da Rua do Ouvidor. Referindo-se ambos genericamente a Ouvidor 63, na fala seguinte, Dona Carmen Silva diz que essa ocupação seria de certa forma “complicada” porque não tem projeto. A parte de qualquer polêmica ou possível intencionalidade ou verossimilhança, essa fala coloca uma questão interessante. Tendo em vista a literatura aqui mobilizada, chama a atenção se pensar o que é projeto? De uma perspectiva de movimento de moradia podemos entender o termo como o projeto político do movimento, algum objetivo claro e uma estrutura de disciplina para implementar certo modo de ocupação, como vimos antes, mais hierarquizado e disciplinado. Por outro lado, de uma perspectiva de espaço cultural, podemos pensar a categoria projeto de uma maneira mais múltipla, mais instável e intermitente, própria da dinâmica cultural, aberta às diferentes ideias do que pode vir a ser aquele espaço. Podemos ainda nos questionar se essa terminologia realmente afasta uma conotação corporativa para se pensar as ocupações com as características mencionadas nessa seção, ou se ela reitera uma lógica neoliberal, de se pular de um projeto para o outro para se manter, por exemplo. Não pretendo resolver esse embaraço. Fica o registro da polissemia que esse termo pode apresentar. Ao longo da dissertação essa categoria continuará a ser utilizada para se referir às ocupações com as características aqui descritas, em especial para as voltadas à cultura por convenção e por falta de um termo melhor até então.

e pessoas interessadas nas atividades, despertando um maior interesse no público frequentador sobre as próprias ocupações e sobre os movimentos de moradia.

Em relação aos governos, esse tipo de ocupação provoca reações muito diferentes ao longo do tempo e dos locais. Por promoverem uma série de atividades e serviços a um baixo custo e alternativas aos circuitos comerciais, ocupações de projetos são capazes de despertar uma grande legitimidade aos olhos da população que entra em contato com essas ocupações. Mesmo sem estarem envolvidos com algum movimento de ocupação em si, é provável que segmentos da população vejam como positiva a atuação dos coletivos de ocupação para comunidade, quando esses coincidem de atender aos desejos da comunidade em que estes inseridos - o que, inclusive, dificulta uma ação de reintegração por parte do governo. Assim como em ocupações exclusivamente de moradia, governos podem também oferecer licenças de uso a esses centros, incorporando-os em maior ou menor grau aos equipamentos estatais. Em Paris, onde a maior parte das ocupações são de projeto e voltadas para as artes, a regularização de uma delas abriu uma janela de oportunidades políticas para as outras também entrarem com pedidos de concessão do espaço (AGUILERA, 2017). Novamente, efeitos colaterais dessas políticas são a perda da radicalidade e da experimentação desses projetos. Uma vez regularizados, esses projetos podem ter de seguir contratos de condutas, metas e resultados, regularizações sobre regras internas etc, podendo gerar resultados desanimadores, como se tornarem pontos turísticos pitorescos; se tornarem executores de políticas de governo de maneira precária; desmobilizarem o restante da cena ou até mesmo contribuírem pra planos de gentrificação. Esse dilema, de continuar ilegal e radical, ou abrir mão disso em troca de uma maior segurança e estabilidade não ocorre sempre. Soluções criativas e arranjos diversos possibilitam que ocupações, mesmo regularizadas, continuem atuantes e críticas e compondo o circuito de ocupações em outros contextos, ensejando novos tipos de institucionalização (PRUIJT, 2013; MARTÍNEZ, 2013), como veremos adiante.

Ambas as configurações desse *Momento II* são de grande interesse por constituírem parte significativa do que veio a ser o movimento de ocupação na Europa. A difusão dessa prática pelo continente, pelo menos em sua parte Ocidental, se deve, em grande parte, às redes que foram estabelecidas ao longo dos anos 70 e 80 entre os *squatters* de diferentes países, que possuíam contatos pessoais entre si e organizavam viagens para a troca de experiências e conhecimentos (OWENS, 2013). Essa cultura de intercâmbio entre ocupantes possibilitou a replicação de suas práticas em outros países e também constituiu uma certa identidade de um movimento de maneira geral em torno pautas comuns de caráter libertário. A experiência

holandesa e sua difusão foi capaz de gerar diversas células autônomas em diferentes países, com expertise em oferecer uma solução radical para o problema de habitação e proporcionar espaços de discussão e práticas libertárias e de contracultura. A tradição italiana amplia esse repertório por abrirem os espaços ocupados ao engajamento da comunidade local, que passa a ser ao mesmo tempo usuária e colaboradora dos serviços prestados nos Centros Sociais.

No Brasil, esses tipos de ocupação ainda são muito recentes e pouco abordados pela literatura. Porém, ocupações de projetos apresentam um grande potencial de desenvolvimento, uma vez que atuam em setores sensíveis das políticas públicas, fornecendo soluções mistas para alguns déficits crônicos nas cidades como habitação popular em regiões centrais, equipamentos e serviços de cultura em áreas periféricas e espaços de convívio na cidade como um todo. Ao recuperarem espaços ociosos por meio de ações coletivas e técnicas de reciclagem e coordenarem suas atividades através de uma autogestão popular, comunitária e participativa, ocupações de projetos acabam se tornando uma alternativa às políticas públicas convencionais e a incitativas de mercado, gerando menos custos e podendo ser mais ajustadas as demandas do público que atendem em determinada região.

2.3 Momento III - ocupações como meios, ferramentas e táticas políticas

2.3.1 Ocupar para preservar

Ocupações podem deliberadamente não serem um fim em si mesmas, mas servirem como ferramenta, tática ou barganha a favor ou contra outras pautas e planos. Grandes obras públicas e planos de renovação urbana, podem afetar drasticamente não só a paisagem, como também o funcionamento, a sociabilidade, os modos de vida e a composição social dos moradores de um território. Todavia, nem sempre os habitantes locais são de fato levados em consideração nas tomadas de decisão sobre os rumos desses processos de transformação. Durante esses impasses, criam-se oportunidades para grupos de ativistas se engajarem na ação direta para prevenção de transformações indesejadas e promoverem outras formas de desenvolvimento do uso do terreno (PRUIJT, 2013). A ocupação dos pontos críticos em que determinada mudança estava prevista para ocorrer, além de inviabilizar a execução dos planos, torna esses espaços, abandonados ou esvaziados, populados de novo, gerando uma forma alternativa de “revitalização”, não pelas obras e reformulações físicas e estruturais dos espaços,

mas pela presença de corpos e pessoas e pelas novas relações que essas passam a estabelecer com esses espaços.

Essa configuração, denominada **ocupação preservacional** (PRUIJT, 2013), pode assumir diferentes escalas e o envolvimento de diferentes grupos de ativistas. Prédios históricos, teatros, cinemas e potencialmente qualquer imóvel que possa ter uma carga afetiva ou importância histórica para uma determinada comunidade podem ser reapropriados com o intuito de se resistir a reconfiguração do espaço. Essa ação pode ser encabeçada por associações de bairro, grupos de estudantes ou comunidades em torno de alguma área específica, como cultura, patrimônio etc.

A ação coletiva para frear planos de requalificação urbana pode tomar grandes proporções. Nos anos 70, Berlim, Londres, Paris e Amsterdã registraram os ocorridos de vilas inteiras chegarem a ser ocupadas como forma de barrar os planos de demolição dessas casas, que tinham seus terrenos visados para a construção de conjuntos comerciais, escritórios ou hotéis (PRUIJT, 2013; AGUILERA, 2017). Seguindo um repertório clássico de obstrução das máquinas de demolição ou o impedimento do seu uso pelo risco levantado pela presença dos corpos dos manifestantes nas casas - piquetes e piquetes humanos. Além desses métodos, essa ação também pode seguir formas alternativas para realizar esse impedimento.

Em Hamburgo, o conjunto de casas históricas *Gängeviertel* - antigo conjunto habitacional destinado aos trabalhadores portuários, mas contemporaneamente localizado em uma área rica da cidade - foi ocupado em 2009, em reação da venda desse espaço para um investidor holandês. A ocupação ocorreu nos primeiros dias no formato de um festival, contando com muitos artistas, público, cobertura da mídia e a presença de políticos locais. Apesar da ação ter sido elaborada a partir da discussão sobre antigentrificação, aumento de preços de aluguel, exploração da produção cultural e do trabalho social, ficou claro para os ativistas que eles não foram expulsos justamente por terem recebido uma cobertura positiva e por coincidirem com planos de estratégia neoliberal de urbanismo criativo, que a cidade estava tentando implementar (FRAESER, 2015). Todavia, sabendo dessa condição e lidando com diversas contradições internas, o grupo de ocupantes conseguiu reenquadrar suas demandas em um viés artístico que contemplasse o uso comunitário e não especulativo do espaço, no formato de uma associação para a gestão dos projetos culturais e uma cooperativa para a gestão das casas, conseguindo a legalização e cessão de uso de 75 anos, em 2019.

Áreas grandes e não necessariamente com espaços construídos como praças, parques, trechos de rios, bosques e áreas verdes em geral também podem ser ocupadas por grupos de ativistas, ligados a pautas ambientalistas ou não dentro dessa configuração. Esses grupos atuam com o intuito de barrar obras de infraestrutura como a construção de rodovias, ferrovias, metrô, ou como tentativa de pressionar o governo a melhorar as condições ou de fato estabelecer uma nova praça ou parque na cidade. Para atingirem seus objetivos, é fundamental para esses ativistas que consigam enquadrar muito bem suas demandas e comunicá-las ao público de maneira clara, fazendo valer suas propostas de convívio, preservação ambiental e anti-gentrificação sobre as vantagens que são anunciadas pelo plano que estão se opondo, como, por exemplo, uma suposta melhora econômica ou de infraestrutura para o território (PRUIJT, 2013).

Em diversos casos, manifestantes conseguem resistir às pressões imobiliárias por renovação e tem suas pautas atendidas por governos, sendo o caso de Berlim um dos mais notórios. Lá, o movimento organizado a partir de ocupações para frear os planos de renovação urbana foi capaz de implementar regulações legais que diminuem os impactos e tornam os planos de renovação mais cuidadosos e graduais (HOLM; KUHN, 2013; PRUIJT, 2013).

Em São Paulo e em Fortaleza, movimentos de ocupação preservacional atuaram na mudança de planos urbanos propondo como alternativas a implementação de parques.

O movimento Ocupe Cocó se forma em Fortaleza em 2013, com o intuito de barrar a construção de um viaduto que atingiria parte de uma área de preservação. Os manifestantes ocupam a área que começava a ser desmatada e passam a organizar campanhas para mobilizar apoio e discutir outras formas possíveis para solucionar os problemas de trânsito daquela região e, a partir disso, repensarem a mobilidade urbana como um todo, chegando a organizarem um concurso de projetos de arquitetura para apresentarem uma alternativa a prefeitura (BRASIL; CAVALCANTI, 2015). Alguns anos após o início das manifestações, e com o acúmulo gerado pelos encontros que elas suscitaram, em 2017 é criada a lei que regulariza o Parque do Cocó, impedindo que essa área sofra mais alterações, bem como um expressivo aumento na quantidade de ciclovias na cidade (RODRIGUES, 2016).

Em São Paulo, em 2014, diversos movimentos e coletivos se organizaram para realizar a ocupação de um terreno entre a rua Augusta e a rua da Consolação, no valorizado centro da cidade. O terreno pertencia a uma construtora que visava erguer sobre as ruínas de um colégio e uma área de Mata Atlântica originária; mais um empreendimento de luxo. Havia uma

movimentação há décadas para que esse terreno fosse transformado em um parque municipal, porém, apenas após a abertura do terreno com a ocupação e as diversas atividades e formas de apropriação comunitárias que se desenvolveram nesse espaço que essa luta se fortaleceu e recebeu destaque para avançar. A rede formada a partir da ocupação envolvia grupos de ativismo, moradores da região, artistas, urbanistas, arquitetos, antropólogos, ambientalistas e cidadãos de maneira geral, interessados em participar da preservação e da criação do parque por meio de encontros, festas e discussões livres. O complexo movimento que se estabeleceu, apesar de ter sido expulso do espaço por meio de uma reintegração de posse efetuada pela polícia, teve desdobramentos interessantes e manteve-se ativo. Seguindo da mesma forma auto-organizada e aberta, o embate foi levado ao âmbito jurídico, visando desapropriação e regularização do parque (OLIVEIRA, 2019), que enfim foi aprovada em 2019, nos moldes levantados pelos inúmeros fóruns, encontros, assembleias, grupos de trabalho e de estudo que se formaram para a criação desse projeto comunitário (idem).

A ocupação de espaços da cidade enquanto forma dos cidadãos darem vida ao seu desejo do que pode vir a ser esse espaço - muitas vezes contrariando planos que parecem inexoráveis -, demonstra o poder afetivo que as relações criadas com o espaço e com as pessoas envolvidas nesse processo podem, de fato, reverterem modos de produção urbana e abrirem possibilidades de se transformar a realidade a partir de organizações comunitárias e da proposição, na prática, de uma alternativa ao modelo vigente. Esse processo não se dá pela renovação, no sentido convencional de destruição para a reconstrução de um outro projeto, voltado para atrair outro público, uma vez que se entende que esse espaço estava “morto”, mas pela abertura e liberação das potências que ali estavam, nas estruturas físicas e nas pessoas, capazes de ousarem a imaginar outras formas de convívio e conexão a partir do que consideram que deve ser reconhecidamente um espaço de todos. Apesar do nome dessa configuração, a intenção claramente não é manter as coisas como estavam, normalmente abandonadas, deterioradas ou inativas, mas recupera-las em um novo uso, de maneira coletiva e consciente a não causar ainda mais danos e impactos indesejados pelas comunidades locais.

2.3.2 Ocupar para pressionar

Ocupações possuem um sério poder de conflito: chamam a atenção da mídia, colocam em questão a autoridade do governo sobre espaços e incentivam a população a tomar o controle e agir diretamente sobre o meio urbano. Durante os anos 70, grupos ligados a ideias

autonomistas e anti-autoritários, como os *Autonomen* na Alemanha, ou *Lotta Continua*, na Itália, passaram a promover ocupações como forma de chamar atenção para pautas políticas e incentivar a radicalização do movimento (PRUIJT, 2013). O foco aqui não é necessariamente proteger um espaço para que ele continue ocupado ou seja direcionado para outro fim, mas justamente na produção de um fato político que essa ação vai gerar, levantando uma série de questões, como a denúncia de más condições de habitação ou a violência policial, por exemplo. Essa configuração é denominada de **ocupação política** (PRUIJT, 2013), por seu principal objetivo ser pressionar e chamar atenção para pautas políticas através do tensionamento do conflito, que toma forma simbólica e física no ato ocupação.

Ao longo dos anos 90, principalmente, essas duas configurações foram bastante praticadas por movimentos ambientalistas e de alterglobalização. O movimento *Reclaim the Streets*, em Londres; em suas manifestações, utilizava a prática de ocupar os espaços públicos com grandes festas não-autorizadas, produzindo espaços de suspensão, desordem e construção coletiva em meio as ações diretas, que simultaneamente geravam fatos políticos, como a interdição de vias públicas, e também eram formas de os manifestantes experimentarem diretamente - mesmo que por um lapso de tempo - as pautas que estavam sendo reivindicadas, como a descolonização e o resgate dos espaços públicos enquanto espaços de se estar e socializar - não como passagens (OLIVEIRA, 2007). Outros eventos que recebem destaque nessa década e na seguinte são os Dias de Ação Global. Esses protestos, organizados *on-line*, tomaram simultaneamente lugar em diversas cidades ao redor do mundo em repúdio aos encontros de organizações transnacionais (como a Organização Mundial do Comércio) para definir políticas neoliberais a serem implementadas e seguidas mundialmente.

Esse período marca uma convergência desses protestos com as diferentes configurações de ocupação. Para além de atenderem e em algumas ocasiões se engajarem ativamente na organização e realização desses protestos, as experiências das ocupações influenciaram ou instigaram a própria forma de protesto praticada por esse movimento global (MARTÍNEZ, 2013). Esses protestos eram marcados pelo uso de práticas disruptivas e de radicalização, uma vez que o risco de repressão era muito elevado por visar autoridades de alto escalão mundial e também por se valerem de repertórios artísticos e festivos durante os protestos, colocando a ocupação das ruas como espaços de democracia direta, ação conjunta e sociabilização de grupos muito diversos (OLIVEIRA, 2007, MARTÍNEZ, 2013), mas que possuíam em comum o discurso de busca por maior autonomia social e crítica a ordem capitalista de produção (MARTÍNEZ, 2013). Outro traço em comum que movimentos de ocupação e alterglobais guardam é a

influência e o apoio manifesto ao movimento Zapatista, na forma de organização descentralizada, sem lideranças e que rejeita a ideia de tomada o poder, mas procura fomentar a coexistência de uma multiplicidade de formas de vida na prática (OLIVEIRA, 2007; MUDU, 2013; MARTÍNEZ, 2013).

A maior conexão experienciada nesse momento, seja física, é promovida pela característica mobilidade e circulação de ativistas de movimentos de ocupação e alterglobais. Mobilidade virtual, em primeiro lugar, devido a difusão da internet e ao maior uso de equipamentos tecnológicos como forma de articulação e expressão política. Em segundo lugar, em torno de ideais comuns entre esses movimentos, o que marca uma nova forma de solidariedade internacional (MUDU, 2013). Mais proativa e de mão-dupla, essas experiências renovam táticas, ideais e alianças dos movimentos, o que colabora para a expansão da rede de atuação dos movimentos de ocupação. Movimentos de ocupação deixam de serem restritos apenas aos níveis locais em que atuam, e se colocam como atores relevantes em lutas mais amplas, na inovação de repertórios de protesto, fornecimento de estrutura, circulação de ideais libertários e no desenvolvimento cotidiano de outras formas possíveis de vida (MARTÍNEZ, 2013).

Para além de grupos de orientações mais radicais, diferentes grupos podem utilizar essa tática como forma de radicalizar suas lutas e chamarem uma maior atenção para suas pautas, como grupos de estudantes, artistas, profissionais de um determinado setor ao ocuparem prédios, salas, reitorias, locais de trabalho ou órgãos de governo. Em São Paulo, ativistas e trabalhadores da área da cultura vem se organizando através da Frente Única da Cultura São Paulo (FUC – SP) pautando o fim do congelamento dos repasses para a cultura, que atingem a marca de 43,5% do total destinado para a Secretaria, que concentra a maior parte do bolo de recursos que são destinados às políticas públicas. Proporcionalmente, essa contenção do repasse causa um grande impacto nas políticas implementadas, uma vez que a SMC recebe a menor quantidade de recursos entre as secretarias do município, o equivalente a menos de 1% do orçamento total.

No dia 30 de Maio de 2017, a Secretaria Municipal de Cultura foi ocupada por manifestantes organizados que protestavam contra o congelamento e os cortes e não cumprimento dos editais nos programas VAI e Vocacional da prefeitura. O estopim da ocupação ocorreu quando o então secretário de cultura, em uma reunião, ameaçou um membro

de um coletivo que faz a gestão da Casa de Cultura Ermelino Matarazzo¹⁷, que começou como uma ocupação auto-organizada, devido à ausência de equipamento de cultura naquela região. Durante a gestão anterior (Haddad - PT), foi firmado um acordo entre a prefeitura e a ocupação, que passou a receber cerca de 16 mil reais por mês para continuar gerindo as políticas culturais que desenvolvia, prestando contas ao poder público. Apesar do valor muito baixo, em relação aos recursos destinados a outras organizações parceiras da prefeitura, nessa reunião, foi solicitado pelo secretário que a organização continuasse exercendo as mesmas funções e atendendo aos mecanismos de controle previstos no contrato, porém sem receber esse repasse. Essa proposta de retirada do fomento da prefeitura, de um tipo de parceria que havia acabado de passar por uma fase de “teste” (período de 6 meses) sem ser constatada nenhuma irregularidade, somada a agressividade do secretário durante a reunião, gerou uma tensão entre os atores que levou ao encerramento contrato naquela reunião, tornando o espaço cultural ilegal novamente.

Durante o ano de 2016, a estratégia da ocupação de aparelhos de cultura foi utilizada por movimentos ligados a cultura como forma de pressionar o poder público em diferentes níveis, reivindicando melhorias nas condições de trabalho e disputando as diretrizes das políticas públicas nesse setor.

As ocupações de diversas instituições centrais da Cultura, que ocorreram em 21 capitais do país, como a FUNARTE e o Palácio Gustavo Capanema, sede do MinC no Rio de Janeiro em repúdio a decisão de rebaixar o Ministério da Cultura (MinC) a uma pasta adjunta do Ministério da Educação¹⁸, somadas às ocupações promovidas nas Fábricas de Cultura nas periferias de São Paulo pelos secundaristas¹⁹, demonstram uma efervescência na organização política desse setor. As diferentes articulações do setor cultural que se formaram nesses contextos promoveram espetáculos, concertos, debates e oficinas abertas ao público, contando com o apoio massivo da comunidade artística no preenchimento de uma extensa grade de

¹⁷ Na ocasião, foi divulgado um áudio em que o secretário chega a ameaçar fisicamente os gestores do espaço ocupado durante a reunião. VICE Brasil. Secretário de Cultura de SP ameaça 'quebrar a cara' de agente cultural em reunião. **VICE**. 25 abr 2017. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/nej83k/andre-sturm-cultura-de-sp-ameaca-quebrar-a-cara-de-agente-cultural>. Acesso em: 22/02/2019.

¹⁸ G1 São Paulo. Ocupação da Funarte de SP é por tempo indeterminado, dizem artistas. **G1**. 23 abr 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/ocupacao-da-funarte-de-sp-e-por-tempo-indeterminado-dizem-artistas.html>>. Acesso em: 15/06/2019.

¹⁹ BÉRGAMO, M. Após ocupação da Casa das Rosas, jovens seguem com manifestação. **Folhapress**. 17 jun 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1792532-jovens-ocupam-a-casa-das-rosas-em-protesto-contras-cortes-e-prisoas.shtml>>. Acesso em: 06/06/2019.

atividades nessas ocasiões. Geridas pelos próprios artistas e trabalhadores da cultura, com quem mais quisesse participar do funcionamento desses espaços-protesto, as mobilizações receberam destaque significativo na mídia e proporcionaram o envolvimento de muitas pessoas com equipamentos de cultura subutilizados, por possuírem uma programação insuficiente ou pouco acessível, como foi considerada (pelos próprios manifestantes) a FUNARTE.

Talvez o movimento mais expressivo de ocupações experienciado na história recente brasileira tenha vindo das ações dos grupos de estudantes secundaristas no final de 2015. Em protesto a uma tentativa de remanejamento administrativo, que implicaria na remoção de milhares de alunos e no fechamento de centenas de escolas, o movimento tomou conta de uma grande parte das escolas públicas da região metropolitana de São Paulo, logo se espalhando por diversas cidades e capitais do país, ecoando as manifestações chilenas pela educação de 2006 (ARONI, 2017). Os diferentes grupos de estudantes se organizaram por meios digitais estabelecendo uma rede de apoio entre as escolas, em que todo o funcionamento, a manutenção e o desenvolvimento das atividades no espaço era feito pelos próprios alunos, recuperando inclusive, diversos espaços dentro das próprias escolas, tudo maneira horizontal e autogerida, algo próximo a uma *TAZ* (DE SORDI; MORAIS, 2016). Por meio de chamamentos públicos e de divulgação por mídias independentes, os secundaristas mobilizaram imensa rede de apoiadores, muitos artistas, professores e figuras públicas de grande visibilidade, que voluntariamente realizaram aulas públicas, festivais de arte e de música²⁰, passeatas e oficinas das mais diversas, que foram fundamentais não só para os alunos, que passam a ver que outras formas de educação e cultura são possíveis, mas também para o envolvimento de pessoas de fora das ocupações. Essas atividades eram abertas a todos - menos a polícia e a grande mídia -, provocando uma mudança na opinião pública, que passa a respaldar e a aderir às ocupações (COPIANO, 2017), obrigando o governador Geraldo Alckmin a revogar o decreto da reorganização, em meio a um embate judicial e tentativas de repressão com o uso da Polícia Militar²¹. Os alunos reivindicavam as ocupações das escolas não só como uma estratégia para evitar o desmonte, mas também como uma experiência de formação política. Nota-se que o engajamento e o efeito de mudança na cultura políticas desses jovens foi muito além de uma luta pontual, mas se desdobrou em outras iniciativas que continuaram a partir desse evento.

²⁰ Destaca-se a organização do festival Virada Ocupação, que em dois dias recebeu a inscrição de 816 artistas e bandas, 705 produtores e 941 midialivristas para participarem voluntariamente do festival. Para um balanço do festival: <<https://www.viradaocupacao.minhasampa.org.br/>>. Acesso em: 29/03/2021.

²¹ PORTAL do Aprendiz. Retrospectiva: o movimento secundarista que chacoalhou a educação brasileira. **Portal do Aprendiz**. 30 dez 2015. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/12/30/retrospectiva-2015-o-movimento-secundarista-que-chacoalhou-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 12/06/2019.

Muitos jovens relatam terem experienciado uma transformação na maneira de ver e agir sobre o mundo, levando essa experiência de autonomia e horizontalidade para outras esferas de sua vida (ANDRADE, 2016; DE SORDI; MORAIS, 2016). Reverberações ainda podem ser sentidas nas artes, em trabalhos como o da *Coletiva Ocupação*, composta por jovens que participaram desse movimento, no espetáculo de dança *Quando Quebra Queima*, uma performance vibrante que passa através da experiência corpórea uma síntese desse momento histórico ao público-participante, ou ainda no documentário *Espero tua (re)volta*, de Eliza Capai, que traz como protagonistas três estudantes em uma leitura do Brasil pós-manifestações de 2013.

Na última década, podemos observar novas manifestações que atualizam essa forma de ação direta. Desde 2011, graças ao fenômeno do movimento *Occupy*, que protestava contra as desigualdades sociais e falta de democracia direta, em Nova Iorque, o termo “ocupação” voltou a entrar em voga tanto no vocabulário popular, quanto no jargão especializado. O termo passa a ser utilizado para designar uma porção de manifestações, não necessariamente conectadas entre si, mas que carregam em comum a ideia de se proporcionar algo como uma nova experiência baseada na reapropriação de um determinado espaço e na transformação desses espaços pela presença dos corpos. Movimentos sociais de grande destaque internacional como a Primavera Árabe, o *15M* na Espanha, as diferentes vertentes do *Indignados* na Europa e dos desdobramentos do *Occupy* nos Estados Unidos e mais recentemente os “Coletes Amarelos”, na França, ocupavam praças, rotatórias e locais públicos para se reunirem e se organizarem coletivamente em demonstrações que não se encerravam com o protesto combinado, mas permaneciam como espaços de convivência e debate político permanente, promovendo uma presença contínua do protesto no espaço público (MAYER, 2013), reivindicando pautas radicais como a queda de regimes ou o aprofundamento da democracia direta, a começar dali, daquele instante.

Parte II

A invenção da política opera em atos que são ao mesmo tempo argumentativos e poéticos, golpes de força que abrem e reabrem tantas vezes quantas for necessário os mundos nos quais esses atos de comunidade são atos de comunidade. Eis por que o “poético” não se opõe ao argumentativo. É também por isso que a criação dos mundos estéticos litigiosos não é a simples invenção de linguagens aptas a reformular problemas intratáveis nas linguagens existentes.

Jacques Rancière, *O desentendimento*

Capítulo 3 - Ocupações culturais e o problema da institucionalização

O que se institucionaliza de fato quando se regulariza uma ocupação? É o prédio? O uso que se faz deste? É um modo de organização social? Ou uma forma de vida? O problema que a institucionalização levanta quando pensamos em ocupação se torna bastante ambíguo, devido às próprias características da forma ocupação, que atravessa todas essas questões. Seria pouco dizer que se trata da institucionalização de termos/conceitos ou repertórios de ação de um movimento, porque o que está sendo mobilizado é radicalmente mais amplo do que isso. Não é apenas uma forma de inserir dentro do arcabouço estatal um vocabulário mínimo que permita a assimilação e a operacionalidade de instrumentos em troca de controle sobre essas organizações, mas um conflito antagonista, um desentendimento, que visa não só receber uma parte do comum, mas alterar os próprios termos em que essa distribuição acontece na prática, nos termos de Rancière. É possível que a institucionalização não implique em uma forma de controle, mas represente uma reconfiguração dessa disputa?

Abordagens mais tradicionais da teoria dos movimentos sociais - assim como alguns debates dentro do meio ativista - tendem a considerar o processo de institucionalização como o encerramento do ciclo de mobilização de movimentos sociais, uma vez que esses perdem autonomia ao se tornarem parte do aparato burocrático ao qual se opõem. Chaga a haver certo tabu em se discutir essa questão em alguns círculos, especialmente ativistas, por se partir de um pressuposto de esse processo intrinsecamente levaria a burocratização e ao esvaziamento do poder de gerar mudanças sociais mais profundas com o movimento. Há, por outro lado, um número expressivo de ocupações que se recusam a entrar em qualquer negociação com governos locais, partindo de análises próprias bastante objetivas e pragmáticas. Isso levanta um problema se de fato é interessante para os ocupantes seguirem as vias institucionais para atingirem os seus objetivos, ou se esse processo é mais custoso e inviável do que permanecerem irregulares.

O problema da institucionalização de ocupações, em especial as voltadas a projetos socioculturais, é discutido sobre diferentes perspectivas. Bastante atrelado ao momento histórico da mobilização desses movimentos, esse debate lida muitas vezes com os problemas específicos que cada discussão está inserida. Neste capítulo, busca-se fazer um levantamento dessa discussão, as diferentes formulações e possíveis análises desse problema no campo

específico, colocando-o em relação a como se foi discutido esse processo de maneira geral (para movimentos sociais como um todo) no Brasil, nas últimas décadas.

Procuro fazer um paralelismo ao discutir como a teoria brasileira sobre institucionalização de movimentos sociais pensou essa relação e chegou a resultados muito semelhantes a literatura específica sobre ocupações produzida na Europa. Na primeira seção discute-se o conceito de institucionalização desenvolvido pela literatura brasileira. Tratam-se de formulações mais abstratas, com o intuito de entender, de maneira geral, como movimentos sociais e Estado interagem e os efeitos que essa interação produz em políticas públicas. Apesar de reconhecer avanços que essa teoria apresenta para o debate contemporâneo, critico como algumas das suas concepções e pressupostos lidam com dificuldade com o caso das ocupações, e potencialmente, de diversos movimentos de raiz autonomista e contenciosa, tão fundamentais para se entender os movimentos contemporâneos. A ideia aqui é de que essas experiências ganham intensidade e densidade, estressando os conceitos propostos pela teoria. Na segunda seção, parte-se para como o campo na literatura específica se articulou para tratar desse problema tendo em vista o universo empírico. São formulados diagnósticos que levam em consideração as características próprias das ocupações nessa interação. A crítica que se faz a essa abordagem é de que ela produz discussões circulares e também não lida de forma suficiente com a complexidade das interações entre Estado e movimentos sociais contemporâneos. Na última seção, procura-se tensionar o debate trazendo as dimensões do conflito e da criatividade como geradores de potências. Procura-se realçar como essas duas dimensões andam juntas nos processos de institucionalização das ocupações e que novas perspectivas elas podem trazer para o debate sobre interações socioestatais.

Assim, o argumento a ser desenvolvido aqui vai no sentido de apontar para os alcances e limitações que os dois corpos de literatura apresentam. Dessa forma, o ferramental analítico desenvolvido pelo conjunto de literatura a respeito da interação entre movimentos sociais e Estado desenvolvida no Brasil recentemente se mostra mais complexo para tratar do tema das ocupações artísticas, uma vez que consegue superar pressupostos dicotômicos que produzem um dos principais ruídos nas análises das interações com Estado nas ocupações culturais da Europa, a saber, se a institucionalização estaria ligada a perda ou não da radicalidade e autonomia dos movimentos. Em esforços mais recentes, autores europeus têm procurado voltar mais o olhar para os efeitos que movimentos de ocupação produzem em políticas públicas culturais ou de habitação adotando uma perspectiva mais interacionista (ASARA, 2019; GARCÍA; CORTINA-ORIOL; AGUILERA, 2019). Todavia, autores desse campo ainda

esbarram em análises contextualistas e pouco desenvolvidas no que se refere a *como* ocorre essa institucionalização, contida, não raras vezes na ideia um tanto vaga de institucionalização flexível (PRUIJT, 2003) ou anômala (MARTÍNEZ, 2014).

Por outro lado, a literatura especializada em ocupações na Europa traz uma série de problemas novos para essa literatura sobre movimentos sociais brasileira. Em primeiro lugar, não é trivial que as questões da autonomia e da radicalidade sejam tão centrais nesse debate. Essas duas características constituem não só uma das principais formas de interação com o Estado, expressa pela via da ação direta, como também compõem a identidade desses movimentos. Movimentos de ocupação são muito mais contenciosos e disruptivos em suas táticas e modos de organização que os movimentos observados pelo corpo de literatura brasileiro, sendo essa dimensão do conflito pela ação direta não tão explorada enquanto forma de interação com o Estado. Outro aspecto importante é a recusa de uma parte desse movimento a se institucionalizar e os efeitos que isso produz, em um nível institucional inclusive, algo também pouco explorado pela literatura brasileira, por pressupor uma conveniência na institucionalização e um caráter artefactual das associações.

Torna-se interessante, nesse momento, verificar os pontos de intersecção e contraposição entre a ação desses coletivos artísticos e o aparato do Estado, especialmente no que tange à regulação formal e às políticas públicas voltadas à cultura. Isto é, para além de realizar um levantamento dos fatores que levam um grupo a se organizar e atuar fora de um padrão convencional - muitas vezes ameaçado pela administração pública através de cortes de recursos e despejos, e discriminado por setores da sociedade civil - o capítulo busca tratar das nuances que estruturam uma série de relações entre Estado e grupos organizados a partir de ocupações em torno da cultura. Cabe investigar quais os critérios e pressupostos que levam ao reconhecimento formal de uma determinada ocupação e não o de outra(s)? Que contribuições e quais dificuldades essas ocupações trazem para a governança da cultura?

3.1 Encaixes socioestatais e a atuação de movimentos sociais em uma perspectiva relacional com o Estado

No Brasil, a produção acadêmica sobre sociedade civil encontrou um problema semelhante ao debate sobre ocupações culturais e institucionalização, por conta do contexto

político em que se desenvolveu no pós-transição e por também tomar referencialidade na Teoria dos Movimentos Sociais (GURZA LAVALLE et al, 2019). Assumia-se uma distinção estrita entre sociedade civil e Estado, identificando momentos históricos de maior ou menor autonomização das políticas e dos atores, perdendo poder explicativo de casos empíricos por essencializar os objetos estudados (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015). Essa forma de abordagem também se faz presente para o caso das ocupações na Europa, dando início a um intenso debate, como veremos na sequência. De acordo com os autores, essas abordagens seriam restritivas para compreender as interações socioestatais e a ação dos movimentos de incidir sobre políticas públicas (GURZA LAVALLE et al, 2019).

A institucionalização é definida pelos autores como a transformação de algo em instituição, podendo se referir a “valores, interesses, demandas e recursos de atuação de MS e OSCs” (GURZA LAVALLE et al, 2019). Como já mencionado, o conceito de institucionalização pode se referir a uma miríade de processos, especialmente quando pensada para o caso das ocupações. Para a presente análise verificaremos os processos de institucionalização nos registros das políticas públicas e do reconhecimento de formas de organização, de maneira mais próxima a literatura. Com a discussão da bibliografia específica sobre ocupações e institucionalização, procuro adicionar outro registro que destoa da análise de interações socioestatais, que é o da institucionalização da criatividade dos movimentos sociais, pensada a partir do conflito.

A institucionalização aqui opera na chave do devir, sendo utilizada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil como forma de implementar agendas periféricas no sistema político (Idem). Algumas dúvidas em relação a essa teoria emergem ao se ter proximidade com os casos das ocupações. Que agendas periféricas são essas e de que maneira elas são implementadas pelo sistema político? Agendas periféricas todas são passíveis de serem implementadas por um mesmo sistema político ou existem agendas que são incompatíveis em algum grau com ele? Em caso negativo, isso às exclui sistematicamente, ou ainda assim é possível que haja institucionalização? Como é feita essa tradução, o que se ganha e o que se perde na passagem?

Um ganho analítico que a literatura recente trouxe ao se desvencilhar da Teoria do Confronto Político, predominante tanto nas análises de movimentos sociais brasileira quanto na literatura europeia especializada sobre ocupações, foi entender a noção de autonomia como relacional e não absoluta. Ao se entender o conceito autonomia como a falta de interação com

o Estado, torna-se pouco produtiva a análise que visa explicar as dinâmicas socioestatais, uma vez que ambos, sociedade civil e Estado, se constituem mutuamente, ou seja, a autonomia não implica na ausência de relação com o Estado ou na submissão a ele (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015; ABBERS; VON BÜLOW, 2011). Assim, uma proposição teórica que explore as diversas interfaces de interdependência socioestatal, nos fornece um melhor ferramental teórico e analítico para compreendermos os padrões de interação e eventuais encaixes e desencaixes entre as políticas do Estado e sociedade civil (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 172).

Eduardo Marques (2006) propõe uma análise do tecido relacional do Estado como forma de captar essas nuances e as interações entre Estado e sociedade civil. A elaboração de redes de vínculos entre os atores que sustentam o Estado, seja por procedimentos e relações formais ou mesmo informais, permitem um maior poder explicativo para situações de contingência e mudança na produção de políticas. Essas redes além de fornecerem mapas explicativos das conexões socioestatais também são de grande importância para se compreender como o contexto político e interacional afeta os repertórios e delimita as escolhas dos atores políticos nesse processo (MARQUES, 2006).

A noção de permeabilidade (MARQUES, 2000) ajuda a entender como se dão os efeitos dessa relação entre público e privado no Brasil. Ao analisar como as diferentes configurações institucionais e disposição dos atores no contexto político influenciam um determinado tipo de arranjo e acesso ao poder público, pode-se entender melhor os mecanismos de influência entre os setores público e privado, através de uma rede de vínculos que os integram (MARQUES, 2006, p. 33).

Para o caso das ocupações culturais temos não exatamente atores privados no sentido em que observa Marques, mas atores contenciosos e muitas vezes informais ou mesmo ilegais que operam aberturas de espaços, tornando-os em algum sentido públicos ou comuns. Esses atores engajam em interações especialmente complexas com o Estado, seja por motivos de repressão ou de negociação para a concepção de políticas públicas. Como veremos, as redes que esses atores conectam podem variar imensamente, articulando diversos movimentos sociais e outras ocupações para pressionar o poder público ou mesmo colocando seus próprios integrantes em postos-chave do aparato estatal. Como coloca Marques, essas redes de interação são de grande interesse para se explicar como determinadas políticas são elaboradas através da

ação de movimentos sociais. Nessa pesquisa, procura-se pensar como as redes dos movimentos de ocupação atuam na produção de políticas públicas para o setor cultural.

Theda Skocpol propõe uma abordagem centrada na *polity* (SKOCPOL, 1995) para compreender as relações entre estado e sociedade civil de uma maneira não determinista, voltando seu olhar para os encaixes socioestatais²². Valendo-se de características do institucionalismo histórico como o estabelecimento ou mudança da organização institucional e partidária, o impacto que essas regras têm sobre a formação de identidades e estratégias de ação de grupos organizados e o efeito de políticas pré-estabelecidas nas políticas posteriores, sua abordagem visa a combinar a análise de estruturas partidárias e escopo do eleitorado com as relações socioeconômicas e padrões culturais de uma determinada sociedade para entender a formação de identidades sociais politizadas e a orientação e capacidade política de ação de grupos organizados (SKOCPOL, 1995, p. 48).

É preciso adicionar que a existência do encaixe socioestatal não impede que a organização do movimento continue a atuar internamente de maneira a fortalecer suas próprias pautas e convicções, articulando-as em seus repertórios organizacionais para garantir um acesso privilegiado na administração pública. A noção de encaixe leva em consideração as noções de instabilidade e de alcance limitado da influência, podendo o movimento seguir atuando por dentro e por fora da via estatal simultaneamente para alcançar um objetivo (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2016, p. 19).

Carlos, Dowbor e Albuquerque (2016) aproximam o conceito de encaixes socioestatais (SKOCPOL, 1995) com o de permeabilidade (MARQUES, 2006) de modo a produzir uma análise que leva ambas as partes em consideração, de forma combinada. Com isso, temos um modelo de análise dinâmico e estrutural, capaz de dimensionar as características institucionais que permitem que esse processo aconteça. Considerando tanto os processos de interação institucionais como as trajetórias dos movimentos, esse modelo busca verificar essa relação por meio de elementos do Estado e da sociedade civil, para compreender processos de mudanças institucionais e culturais.

Gurza Lavalle, Carlos, Dowbor e Szwako (2019) compreendem essa linha de abordagem inspirada em Skocpol e no neoinstitucionalismo histórico como vantajosa por

²² O conceito de encaixes socioestatais atenta para como as estruturas governamentais podem promover oportunidades de acesso a determinados grupos ao poder público (ao mesmo tempo que afasta outros grupos e oposições desses espaços) (SKOCPOL, 1995, p. 54).

superar essa dicotomia analítica e a ideia de uma exogeneidade explicativa em noções como “contexto político” e “estruturas de oportunidade”, presentes na Teoria dos Movimentos Sociais (ALONSO, 2009). Apesar disso, na visão dos autores, as categorias desenvolvidas por essa abordagem ainda estariam subexploradas e subteorizadas, sendo necessária uma maior diferenciação analítica capaz de corresponder a essa dinâmica relacional e endógena. Os autores propõem então uma diferenciação nos tipos de encaixes socioestatais: horizontal, referente a variedade de acessos que um movimento pode ter ao arcabouço do Estado; e vertical, referente ao grau de subordinação que esse encaixe proporciona. A configuração desses diferentes tipos de encaixes em um determinado setor de políticas públicas é denominada pelos autores de domínio de agência. Esse conceito contém a ideia de que ao mesmo tempo em que se permite um maior poder de descrição desses atores coletivos no âmbito público, esse são estimulados a agirem. Os domínios de agência favorecem em diversos sentidos determinados atores e dificultam o acesso a outros atores, não sendo *a priori* nem positivos nem negativos normativamente, mas fruto desse processo de interação (GURZA LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2019).

A conceitualização de institucionalização pressupõe o conflito imbuído nos processos de sedimentação da relação entre Estado e Sociedade Civil. Por definição, o conflito produz efeitos quando ele é normalizado dentro dos canis aceitos de contestação. Pouca atenção tem sido voltada nesse registro para como a disrupção e a imprevisibilidade causada por movimentos sociais também podem produzir efeitos significativos dentro das instituições estatais. Tão pouco se discute a violência que esse processo pode significar. No caso das ocupações isso fica patente, visto que muitas vezes negociações e interações são iniciadas forçosamente, via ação policial e com o risco eminente do despejo em perspectiva. Não se trata, pois, sempre de um cálculo estratégico ou do desejo de ter um acesso privilegiado ou de se ter o controle sobre um determinado setor. Às vezes é um procedimento de defesa, uma questão de sobrevivência, ou a necessidade de se abrir espaços para se trabalhar e desenvolver processos criativos e coletivos que simplesmente não aconteceriam por vias convencionais que levam a essa interação. Não obstante, essas ações também produzem efeitos concretos nas políticas públicas e legitimam formas disruptivas de ação como processos transformadores na sociedade. Entende-se essas formas de ação não convencionais como fontes criadoras fundamentais para se compreender não só a forma de organização e atuação dos movimentos sociais contemporâneos, mas também como elas abrem espaço dentro das instituições convencionais para processos de inovação e mudança.

Do outro “lado” dessa abordagem, o debate sobre capacidades estatais atenta para os processos de sedimentação das demandas da Sociedade Civil na institucionalidade como uma forma de produção de categorias cognitivas que possibilitam a legibilidade dos diferentes atores e processos sociais por parte do aparato estatal (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2019). Desloca-se o sentido de como o mundo é apreendido pelos atores políticos, possibilitando a operacionalização de novos arranjos institucionais provindos da interação entre atores estatais e não-estatais, partindo de fontes não clássicas de poder (Idem). O processo de alargamento das capacidades estatais não se dá de maneira linear ou explicitamente proposital desde o seu início, mas através da sociogênese estabelecida pela interação entre as formas que movimentos sociais concebem suas reivindicações *vis-à-vis* a atuação do Estado, de maneira dinâmica em que categorias e práticas vão adquirindo novos significados em seus usos (Idem). Esses processos de simplificação e absorção de categorias e repertórios das formas de conhecimento enraizados na experiência local (*metis*) são indispensáveis para a elaboração de políticas que possam traduzir essas realidades para as práticas estatais, possibilitando o aprendizado institucional no nível dos instrumentos de gestão e o acesso de novos atores ao tecido do Estado através do processo da permeabilidade estatal ao longo do tempo (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2019).

3.2 Institucionalização e ocupações

A relação entre ocupações, Estado e proprietários é mais frequentemente observada pela via da repressão (MARTÍNEZ, 2014). Não obstante, diversas ocupações ao redor do mundo negociam com proprietários privados e autoridades locais condições para se manterem ativas nos imóveis ocupados. Esse tipo de interação costuma ter um papel pivotal na vida das ocupações, uma vez que pode representar o esgotamento dos recursos para resistência, a perda da radicalidade do movimento e sua cooptação, por um lado, ou, pode também se mostrar como uma estratégia de dupla ação do movimento, que passa a atuar simultaneamente pelas vias institucionais e continua a promover ações radicais (MAYER, 2013).

A existência de projetos artísticos e culturais desenvolvidos em ocupações e espaços ocupados, bem como a relação entre coletivos de arte e movimentos de ocupação, não é novidade (MOORE; SMART, 2015; OLIVEIRA NETO, 2012; BRAGAGLIA; KRÄHMER, 2018). Porém, o debate a respeito dos efeitos provocadas no tecido urbano e nas políticas públicas ainda é um pouco controverso, devido as diferentes experiências ao redor do mundo e

por ainda se tratar de uma vertente específica dentro do campo que necessita de maiores pesquisas (MOORE, 2012).

Essa seção visa discutir como o problema da institucionalização foi tratado pela literatura produzida na Europa sobre ocupações. A literatura é informada por casos empíricos e pela análise da trajetória dos movimentos de ocupação ao longo de décadas. A contribuição seminal para esse debate vem da Holanda, novamente, dado o destaque que o movimento de ocupação possui lá, especialmente no setor cultural. Essa contribuição consiste em um debate entre Hans Pruijt, um dos autores mais influentes no campo e Justus Uitermark, outro pesquisador conterrâneo a respeito da possibilidade de cooptação dos movimentos de ocupação por parte do governo. Essa discussão tem desdobramentos ao longo do tempo, sendo frequentemente referenciada em diversos trabalhos que passam por esse assunto. Ela fornece uma base para a contribuição de Miguel Ángel Martínez, principal autor no campo, com a produção acadêmica mais volumosa e substantiva sobre ocupações na Europa, além de importante articulador do *Squatting Everywhere Kollektive*, rede de pesquisadores e ativistas que constitui parte significativa do campo. Dentre diversas contribuições, Martínez aprofunda a discussão iniciada pelos pesquisadores holandeses sobre institucionalização. Tendo como referência os casos espanhol, o autor conceitua as ocupações enquanto instituições anômalas, atentando para seu caráter ambíguo e conflituoso. O caso espanhol é bastante comentado pela literatura, havendo pesquisas bem desenvolvidas que avançam em uma compreensão mais relacional entre Estado e Sociedade Civil realizadas por outros autores. Acredita-se que esse debate é pertinente para se prosseguir com a ideia de se fazer um paralelo com a literatura brasileira sobre institucionalização, proposta para esse capítulo.

Os parágrafos que se seguem nessa seção estão divididos em duas subseções. A primeira traz a discussão do caso holandês, destacando a relação entre institucionalização e cooptação. A segunda tem como referência o caso espanhol, mas pode ser pensada de maneira mais geral, realçando as características das ocupações em seus impactos inusitados sobre políticas públicas. Ambas as seções fazem, no primeiro parágrafo, uma breve contextualização do momento histórico e dos processos que são analisados pelos diversos autores para tratar do problema da institucionalização de ocupações, notadamente de caráter cultural. Em seguida procura-se expor como esses processos foram teorizados e quais as contribuições que essas formulações trazem para a análise aqui proposta.

3.2.1 Institucionalização flexível e cooptação

Em Amsterdam, o movimento de ocupações culturais possui uma longa tradição, remontando ao coletivo anarquista de contracultura *Provos* nos anos 60 (PRUIJT, 2013). Apesar de ter constituído uma parte significativa da vida cultural e de circuitos alternativos da cidade, as ocupações culturais, foram marginalizadas e reprimidas pelos governos locais até o final dos anos 90 (BOSCHMA, 2015). A partir de 1998, essas ocupações se juntam em assembleia denominada *Gilde van werkgebouwen aan het IJ* (Guilda de espaços de trabalho de IJ) e passam a pressionar o poder público por reconhecimento, demonstrando seu valor para a economia criativa da cidade - ameaçando inclusive se transferirem para outras cidades como Barcelona ou Berlim – e a importância desses espaços para as carreiras de artistas emergentes (BOSCHMA, 2015; UITERMARK, 2004a). Como resposta a essa pressão, em 1999, é criada a política do *Broedplaats Amsterdam* (Espaços Geradores de Amsterdam), que não apenas reconhece, como distribui fundos públicos para esses projetos existentes e incentiva a criação de novos espaços geradores, como espécies de incubadoras de projetos (BOSCHMA, 2015). O que chama a atenção dessa política - que ainda está vigente²³ - é que ela incorpora o próprio termo que os ocupantes utilizavam para se referirem aos seus espaços de trabalho/vida (DEE, 2018). A utilização do conceito teve grande importância na institucionalização de uma série desses espaços nos anos seguintes. Todavia a apropriação que o governo local faz do termo foi bastante controversa, por impor uma série controles na forma de organização dos coletivos e exigir resultados em contrapartida ao subsídio, destoando da concepção que era praticada pelos ocupantes bem antes da institucionalização. Esse desentendimento trouxe uma série de efeitos colaterais para o movimento, como a perda de radicalidade e criatividade dos projetos, cooptação e a clivagem entre ocupações culturais (BOSCHMA, 2015; DEE, 2018; UITERMARK, 2004a).

A principal polêmica na literatura especializada surge no debate entre os autores Hans Pruijt (2003) e Justus Uitermark (2004b), em relação a possibilidade de cooptação de ocupações que desempenham atividades artísticas e culturais na cidade de Amsterdam pelo poder público. Ambos os autores chegam ao diagnóstico de que a Teoria dos Movimentos Sociais não é suficiente para lidar com os movimentos de ocupação. Discordando do previsto por essa teoria,

²³ O próprio site do município apresenta uma página específica, na seção de artes e cultura, com instruções para o cadastro no programa, além de conter informações dos diferentes espaços e um mapa dos equipamentos (mais de 60 atualmente), disponível em: < <https://www.amsterdam.nl/bestuur-organisatie/organisaties/organisaties/bureau-broedplaatsen/>>. Acesso em: 15/11/2020.

Pruijt (2003) argumenta que a institucionalização ocorre sem a perda da radicalidade e identidade do movimento. De acordo com o autor, o movimento de ocupação teria a particularidade de, além de ser um meio para conseguir demandas, como habitação ou espaços de cultura, por exemplo, a própria ocupação seria um fim em si mesma, em termos de construção da identidade do movimento.

Uitermark (2004a, 2004b) concorda em partes, apontando que o movimento, ao longo do tempo, foi capaz de criar uma infraestrutura e ir readequando seus *frames* conforme os diferentes contextos políticos. Uitermark, em sua crítica, adiciona que a Teoria dos Movimentos Sociais observa agentes coesos e que o movimento de ocupação é descentralizado e heterogêneo, buscando, não tomar o controle sobre uma determinada agenda ou *polity*, mas incentivar a coexistência de várias formas de se apropriar da cidade. A dimensão da forma de vida que os ocupantes tem/desejam ter é relevante, pois se torna um *frame* que vai além da luta por uma política específica. Essa dimensão, não somente não tem como ser institucionalizada, como também pode se perder com o processo de institucionalização; o que explicaria, por um lado, a persistente recusa a se envolver em processos de institucionalização por uma parte considerável do movimento.

Pruijt (2003) chama a atenção para as formas negativas de institucionalização que podem ocorrer: a) integração, quando as estruturas desenvolvidas pelos ocupantes são assimiladas pelo aparato estatal e os ocupantes passam a se tornar prestadores de serviços do governo; e b) cooptação, quando nesse processo de assimilação pelo Estado há uma mudança nos objetivos principais perseguidos pelos ocupantes para que essa integração aconteça. Na visão do autor, essas formas de institucionalização negativas estariam mais propensas a acontecer dependendo do regime urbano (mais voltado a uma orientação de mercado, ou mais provedor de serviços públicos, por exemplo), e combinadas a um grau de repressão por parte do Estado levariam a desmobilização do movimento, processo que o autor denomina de *institucionalização terminal*. Todavia, Prujit sugere que o movimento de ocupação apresentaria uma maior resistência a esse processo do que outros movimentos sociais: a própria experiência de se viver outras formas de vida em ocupações levaria a radicalização, especialmente quando associada a contracultura e modos de vida alternativos. Dessa forma, movimentos de ocupação não seriam levados a uma perda de identidade com a institucionalização, configurando, ao invés disso, um padrão de *institucionalização flexível*, em que os movimentos seriam capazes de alternar entre práticas mais convencionais e práticas mais conflitivas e radicais.

Observando casos mais próximos aos anos 2000, Uitermark (2004b) verifica um padrão de comportamento diferente do movimento. O autor observa como a fragmentação de partes e demandas dentro do movimento, somadas a uma crescente centralidade da cultura no plano econômico urbano levaram a cooptação de movimentos para esse enquadramento; por fornecerem serviços que seriam interessantes para o governo local na competição interurbana, ocupações artísticas conseguiram um maior acesso a regularização do que outras. O poder público de Amsterdam desenvolveu uma política que fazia isso de forma seletiva; tendo em vista a fragmentação dos movimentos, o governo passou a regularizar apenas as ocupações mais focadas em desenvolver projetos artísticos e culturais e de baixo confronto político, ao mesmo tempo que intensificaram a repressão as que possuísem um caráter mais radical. Essa política levou a uma mudança no comportamento das ocupações, que visando manter seu espaço e sua existência, passaram a moderar seus discursos e a voltarem-se mais para o fomento cultural mais convencional do que crítico. Ao tentarem se enquadrar à concepção do governo para poderem aderir a essa política, diversas ocupações se tornaram quase prestadoras de serviço da prefeitura. Para além de perderem o caráter questionador nas suas atividades, essas passam a desempenhar um papel de polos criativos convencionais, indo de encontro com as políticas neoliberais promovidas pelas coalizões de crescimento, o que as coloca em uma posição ambígua nesse novo contexto.

Dadas essas características, Uitermark (2004b) nota um padrão de interação com o Estado distinto do esperado por Pruijt (2003), por poder apresentar casos de cooptação onde o autor afirmava ser mais improvável, e também nota um padrão distinto da Teoria dos Movimentos Sociais por não necessariamente pressupor a perda da identidade do movimento, uma vez que esse era fragmentado e capaz de comportar identidades mais radicais e identidades mais moderadas coexistindo. O autor conclui que o caso do(s) movimento(s) de ocupação não são isolados e que essa situação pode ser observada para outros movimentos, cabendo uma investigação mais aprofundada sobre as consequências das interações entre movimentos e entre governo e movimentos sob as tendências recentes de políticas públicas urbanas neoliberais de tipo *soft*.

3.2.2 Instituições anômalas

Em Barcelona, assim como em diversas cidades da Espanha, as ocupações culturais existem desde os anos 70, como iniciativas populares de tomadas de espaços abandonados na

construção de espaços de sociabilidade (MARTÍNEZ, 2013). A experiência dos centros sociais, como são denominadas ocupações desse tipo por lá, é profundamente arraigada a cultura de engajamento cívico autônomo em um nível local, ao mesmo tempo que conectada com diferentes movimentos sociais urbanos, em nível nacional, e (alter)globais (MARTÍNEZ, 2013; 2015, DEBELLE et al, 2018, GARCÍA et al, 2018). A proliferação dessa forma de engajamento levou ao endurecimento de penas e medidas de repressão por parte do governo às ocupações ao longo das décadas seguintes (MARTÍNEZ, 2013; DEBELE et al, 2018). Os movimentos de ocupação, no entanto, se mostraram surpreendentemente duradouros e cada vez mais presentes na disputa pelo espaço urbano, tecendo arranjos institucionais complexos e emplacando efeitos concretos nas políticas públicas (MARTÍNEZ, 2012). Com a crise financeiro-imobiliária de 2008, esses movimentos tomam um papel central na disputa política institucional, recebendo destaque para a eleição da prefeita Ada Colau, ativista do centro social *ES Magdalenes* e da *Plataforma Afectados por la Hipoteca* (PAH), em Barcelona, em 2015, como um marco da virada na relação da prefeitura com as ocupações (DEBELE et al, 2108; GARCÍA et al, 2108). A partir dessa gestão, a prefeitura começa a incentivar as iniciativas locais de participação mais intensamente, criando arcabouços para a regularização dessas iniciativas de maneira a respeitar suas próprias formas de organização e autogestão. O caso emblemático dessa mudança é o da regularização do centro social *Can Battló* em 2019, através do *Programa de patrimonio ciudadano de uso y gestión comunitaria*²⁴, como uma “nova forma de interação entre a instituição pública e iniciativas cidadãs comunitárias”, ancorada na noção de “uso comum” dos espaços.

Miguel A. Martínez (2014) dá sequência ao debate sobre institucionalização atentando para a ambiguidade que a legalização de ocupações traz para as relações entre movimentos sociais urbanos e governos locais²⁵, ou seja, não fica claro se essa interação levaria a uma assimilação ao aparelho estatal, e a consequente perda de autonomia e radicalidade, ou se essas regularizações levariam a formas alternativas de institucionalização. O autor então propõe um enquadramento analítico que leve em conta 1) os efeitos que os movimentos urbanos produzem na vida das pessoas envolvidas; 2) as relações de poder entre movimentos e autoridades e; 3) o

²⁴ Documento disponível em : < https://ajuntament.barcelona.cat/participaciociutadana/es/noticia/se-aprueba-la-concesion-de-can-batllo-a-la-asociacion-espacio-comunitario-y-vecinal-autogestionado_789812>. Acesso em: 15/11/2020.

²⁵ O autor exemplifica essa ambiguidade com o paradoxo de que uma ocupação, uma vez regularizada, deixa de ser um instrumento de pressão contra a especulação imobiliária. Mesmo que ela mantenha suas práticas e modo de organização, ela não possui mais esse poder de tensionamento, que, entre outras características, faz dela uma organização radical.

contexto político em que os movimentos se formam, tendo em vista os *outcomes* diretos e indiretos (não-intencionais ou até mesmo contraditórios) que os movimentos provocam nessa relação.

A partir desse modelo, e tendo em vista os tipos de institucionalização elaborados por Pruijt (2003), Martínez (2014) deriva três tipos de institucionalização em que a integração (legalização) e a cooptação *podem ser* um dos *outcomes* esperados em cada tipo, são eles: I) integração do movimento em instituições estatais, em que métodos disruptivos e não convencionais dão lugar a processo de negociação burocráticas com o Estado e a participação de seus membros em estruturas convencionais de políticas públicas; II) consolidação de novas instituições por movimentos sociais, em que são criados e legitimados circuitos alternativos ou subculturais no *mainstream*, ou seja, produzem algum grau de aceitação social e; III) **criação de instituições anômalas**, em que formas contraculturais de experiência social se desenvolvem a despeito de terem aceitação social ou legalização de suas práticas, permitindo um alto grau de autonomia e criatividade para a autoexpressão, que pode vir a ser ou não legalizados, porém não sendo esse o principal objetivo. Esse último seria o tipo mais comum entre ocupações, que visam, antes de mais nada, solucionar ou oferecer alternativas a problemas estruturais via ação direta. Nos dois últimos tipos, prevalecem o uso de métodos disruptivos e não convencionais, porém, esses podem ser combinados com métodos convencionais de organização e reivindicação.

Nesse modelo, a perda de radicalidade e autonomia não estariam necessariamente implicados no processo de institucionalização, mas associados a outros fatores como a capacidade dos movimentos de continuar a estabelecer redes com outros movimentos radicais e manter formas de protesto não-convencionais. O autor assim fornece um melhor ferramental analítico para lidar com os diferentes movimentos de ocupação e as diferentes interações estratégicas, afastando estereótipos de movimentos autônomos que vivem a parte da sociedade convencional, como se poderia imaginar das ocupações voltadas às artes, mas que, de uma forma ou de outra, estão em constante negociação com o Estado²⁶. Mais do que isso, essas interações, por partirem de avaliações e visões de mundo próprias de cada grupo, produzem uma série de efeitos indiretos, como um maior engajamento em interações convencionais e formalização do movimento, no caso de ocupantes moderados (pró-institucionalização), e no

²⁶ O autor mostra, todavia, que essas negociações são mais predominantemente defensivas (de resistência a tentativas de reintegração de posse) do que propriamente sobre a regularização dos espaços ou de participação nas políticas públicas.

maior reconhecimento e legitimidade das demandas e formas alternativas de protesto de movimentos devido ao uso de táticas não-convencionais de pressão praticadas por setores mais radicais (antenegociação) (MARTÍNEZ, 2018).

Ainda de acordo com o Martínez (2018) esses efeitos tendem a ser subestimados pela literatura ou a serem tratados como um mero repertório de organização para a reprodução do movimento. Porém, como analisa para o caso espanhol, essas pequenas vitórias e concessões são capazes de minar a coesão de elites no poder e pavimentar caminhos e ferramentas de resistência para outros movimentos sociais. Ao incidirem sobre políticas públicas, quer o façam intencionalmente ou não, ocupantes são capazes de estabelecerem constrangimentos a outros atores aos quais se opõem em determinados setores. Diante dessa situação aparentemente contraditória, o autor aponta a necessidade de estudos que vão em uma direção de explorar como a articulação entre agência e estrutura ocorre nessa produção.

Em trabalhos mais recentes, essa perspectiva é melhor desenvolvida por pesquisadores que se atentam aos efeitos dos movimentos de ocupação nas políticas públicas ao verificarem os potenciais de inovações em políticas públicas urbanas e formas de gestão a partir dessa relação. García, Cortina-Oriol e Aguilera (2019) observam padrões bastante interessantes nessas interações ao longo dos ciclos de mobilização de três cidades espanholas, em que ocupações culturais (centros sociais): a) substituem as políticas locais, por abrirem espaço para atividades alternativas ou de interesse do território em que atuam em que os equipamentos públicos não são capazes ou não tem interesse em oferecer; b) são plagiadas por atores públicos, que imitam discursos, formas de organização e estética das ocupações dentro de espaços públicos convencionais, podendo isso ter um efeito de maior ou menor grau na descentralização desses espaços, ou não e; c) na dessetorialização das políticas públicas, em que projetos em formatos mais experimentais e são abertos para a delegação de autonomia e gestão a coletivos locais, fora da administração pública.

Viviana Asara (2019), nesse sentido, vai mais afundo ao ver o processo de relação entre Estado e sociedade Civil como dialético, interconectado e de grande importância para geração de inovações sociais de fato. A autora, através do prisma da coprodução do serviço público, atenta para como os processos complexos de combinação de táticas disruptivas e negociação com Estado foram capazes de promoverem uma plataforma de serviços geridos comunitariamente em torno da ocupação de uma planta industrial abandonada em Barcelona. De acordo com a autora, a atuação em níveis múltiplos de institucionalização como a

formalização de cooperativas, associações para tocarem projetos com recursos públicos, a realização de novas ocupações, a atuação em conselhos e reuniões de planejamento urbano potencializaram os *outcomes* do movimento. Ao mesmo tempo, esse manteve suas diretrizes de democracia horizontal e participação nas tomadas de decisão, chegando a receber fundos públicos para suas demandas, porém sem cederem a interferências na forma de gestão desses recursos. A autora descreve esse movimento como uma resistência às políticas de austeridade neoliberais: ao desenvolverem toda uma economia alternativa e comunitária em torno de bens públicos não associados a uma ideia estatal e governados como “comuns urbanos”, a plataforma empoderou a comunidade local no sentido de se apropriar desses serviços como provedora e usuária simultaneamente, além de terem inspirado e até contribuído diretamente para políticas públicas estatais com conhecimento e que não estava acessível aos agentes do Estado.

3.3 Instituições monstruosas, uma perspectiva antagonista

Tomando um outro ponto de vista, Rowan Milligan (2016, 2018) parte da perspectiva da democracia radical para discutir o lugar *da política* na relação entre ocupações e o Estado. Essa literatura traz para o centro o conflito como parte fundamental da democracia; para além das disputas nas arenas de manutenção do poder (o *político*), o dissenso, isto é, a capacidade de colocar em disputa os próprios termos em que se dá a disputa, é considerado como o que move o político e a expressão real da democracia (MOUFFE, 2005; RANCIÈRE, 1996). Ao analisar como as ocupações se comportam nesse paradigma, a autora aponta para as limitações de uma perspectiva agonista (quando o conflito é traduzido nos termos do debate público de maneira equilibrada e não violenta), uma vez que se nota uma desproporcionalidade de força na contestação do espaço público. De acordo com Milligan, ocupações expõem uma fratura entre Estado e a comunidade de ocupantes e seria um equívoco relevar a dimensão da violência com que isso ocorre²⁷. A separação nós/eles colocada nessa disputa seria melhor apreendida por uma perspectiva antagonista, dessa maneira. A autora reivindica essa perspectiva não só como necessária, como também desejável, uma vez que as ocupações representam um conflito que não pode ser domesticado ou disciplinado para dentro do corpo do Estado tal como ele é

²⁷ A violência ocorre aqui em diversos níveis. Muito além de confrontamentos físicos com a polícia em situações de reintegração de posse e da violência psicológica causada pelas constantes ameaças de despejo e da instabilidade que isso provoca na vida dos ocupantes, a violência toma uma forma epistêmica quando é reiterada em tribunais, por exemplo, ao deslegitimar a forma de luta dos ocupantes por direitos fundamentais, por estarem fora do “razoável” dos limites aceitos pelo Estado liberal para se fazer uma contestação pública.

constituído, pois coloca diretamente em confronto uma das maiores fundações do *status quo*, que é a propriedade privada (MILLIGAN, 2018).

Ao desafiarem a dicotomia entre público e privado com a “publicisação” (ou abertura) dos espaços e a prefiguração de formas vida nesses espaços, ocupantes impõem seus ideais na prática através do conflito. Milligan (2018) critica a forma com que as teorias sobre movimentos sociais frequentemente recaem sobre a avaliação da significância que um determinado movimento tem ao medirem sua capacidade de produzir mudanças por dentro do Estado, em processos de institucionalização. A abordagem que a autora propõe vai no sentido de ir de encontro ao que escapa disso, isto é, de se entender, para além dos resultados, os afetos que são despertados e reverberam nas pessoas envolvidas com as ocupações durante o processo. A perspectiva afetiva procura entender como os pequenos gestos e mudanças de atitudes das pessoas - de desobediência, de conflito, de recusa etc.-, podem significar grandes atos de resistência ao modelo hegemônico de cidade neoliberal. Esses atos configuram uma forma de retorno a política nos conflitos urbanos, sendo fundamental para a compreensão de como as lutas políticas tomam determinados caminhos e não outros, através das subjetividades que são criadas nessa luta e das brechas que se abrem nessas ações políticas.

As formas de organização cumprem um papel importante na produção de mudanças e inovações institucionais. Por mobilizarem uma série de mecanismos funcionais e identitários disponíveis em nossa sociedade para cumprirem uma determinada tarefa, os processos de organização colaboram para reflexão e moldagem dos padrões de ação ao longo de um processo de mudança (CLEMENS, 1993, p. 772). Assim, o foco de análise nos repertórios de organização²⁸ e sua interação com os demais atores e instituições políticas se apresenta como uma chave profícua para o aprofundamento da compreensão da relação entre elementos culturais e institucionais. Esses repertórios são notáveis especialmente na forma com que as ocupações artísticas os apresentam; a forma criativa de se manifestarem publicamente em suas reivindicações, de se mobilizarem para resistirem a ataques e o convívio interno no dia-a-dia, são elementos fundamentais para se entender como as formações de identidades coletivas nos diversos processos de ocupação lidam de maneiras distintas ao instituírem suas próprias formas

²⁸ O conceito de repertórios organizacionais, propõe que em certas situações, um movimento opta por uma estratégia de organização e ação diferente da que se espera ser mais eficiente, como uma organização hierarquizada e partidária, por exemplo, para perseguir seus objetivos, valendo-se de uma variedade de ferramentas e opções para cada situação, visando não só introduzir suas pautas na agenda do debate público, como também expressar as posições que defende para os próprios membros da organização e para os demais (CLEMENS, 1993, p. 771).

de funcionamento e como levam isso para fora das ocupações, em relação com instituições públicas, por exemplo.

Dessa forma, para um melhor enquadramento analítico, a noção de sucesso ou fracasso de um caso, deve ser substituída pela noção de efeitos internos e externos para se avaliar os resultados que os movimentos sociais provocam em sua interação com o Estado. Nessa perspectiva observa-se as consequências tanto pessoais e biográficas de seus participantes na construção de identidades e formas de organização (intramovimento) quanto as consequências no contexto político e cultural (extramovimento) (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2016, p. 6). Esses efeitos políticos externos podem ser analisados pela ótica da produção de bens coletivos, que são gerados através do Estado e podem ter influência em direitos e práticas democráticas de maneira contínua ou na formação de novas práticas (idem, p. 7). Simultaneamente, é de se esperar que a vivência nas ocupações artísticas tenha efeitos internos mais ou menos duradouros na vida dos indivíduos que passam por essas experiências comunitárias, e isso, com efeito, seja levado, reproduzido e reinventado em outras instâncias e espaços de criação artística, organização política e trabalho coletivo, tanto públicos como privados.

A coletânea de textos *monster institutions*²⁹, elaborados para o periódico *transversal texts*, procura discutir justamente a relação entre a produção de subjetividades e instituições por novos movimentos sociais, tendo como objeto de destaque as ocupações, em especial as de projetos. Cedillo (2007) inicia a discussão apontando para a necessidade de criação de novas instituições que respondam as novas formas de organização política como uma forma viável de potencializar essas novas subjetividades que emergem das lutas contemporâneas. Partindo da observação de Deleuze (in LAPOUJADE, 2004), de que instituições e instinto possuem o mesmo radical e que ambas são formas de se satisfazer desejos e necessidades, o autor aponta para o potencial criativo de se pensar instituições como organizações não necessariamente associadas a uma carga excludente e limitante, associada ao aparato estatal.

O problema da institucionalização é recolocado aqui como uma forma de exercer o poder sem se cair em uma imitação dele, ao mesmo tempo em que se gera transformações dos meios de vida e a produção de novas singularidades. Tomando a obra de Toni Negri como referência, Cedillo vê uma solução para esse problema pela via do processo de institucionalização dos movimentos em uma chave criativa. Para o autor, é necessário se

²⁹ Coletânea disponível em: < <https://transversal.at/transversal/0508>>. Acesso em: 30/11/2020.

fomentar espaços de autodeterminação e criatividade em uma perspectiva de trabalho negativo negriana, isto é, em uma recusa as formas vigentes de organização social. De acordo com a pesquisadora Di Giovani (2015 apud EXPOSITO, 2014, p. 228),

Como gesto essencial da revolta política e como uma espécie de grau zero da construção de futuros comuns, a “liberação do espaço” condensa iconoclastia e criação, como define Expósito: o gesto de negação, em que habitualmente uma mistura de fúria e festa despojam os poderes instituídos de sua legitimidade, opera junto com uma dinâmica instituinte, a construção de uma institucionalidade própria (mesmo transitória), que pode aparecer para a racionalidade dominante como uma invenção monstruosa.

Instituições nessa perspectiva compõem a “grande tática” de movimentos contra-hegemônicos. Projetam e programam outras formas de vida na realidade. Partindo desse lugar de recusa, a institucionalização de movimentos é vista como um meio para se produzir novas subjetividades, individuais e coletivas, descontínuas e mutáveis, a partir da reapropriação das condições de produção e reprodução do *self*, como discutido na seção 1.3.2, do primeiro capítulo.

Os centros sociais, ou ocupações de projetos, são uma das formas de maior destaque das instituições dos movimentos (CARMONA; HERREROS; CEDILLO; SGUIGLIA, 2008; UNIVERSIDAD NÓMADA, 2008). Essas ocupações operam como laboratórios em que as combinações e encontros de subjetividades múltiplas advindas de diversas lutas sociais e identidades políticas se encontram e se recompõem, dando origem a novas subjetividades. Centros Sociais são locais que permitem a estabilidade (inclusive financeira) e a maturação dos projetos dos coletivos através do debate e da produção de conhecimento coletivo fora dos moldes convencionais, isto é, são instituições que rompem com a noção dicotômica de público e privado na sua forma de gestão. Ao operarem nessas fronteiras, produzem curto-circuitos baseados em novas formas de cooperação (CARMONA et al, 2008).

As características próprias da forma centro social e sua capacidade de responder aos desejos atuais dos movimentos sociais - após a ressaca dos movimentos alterglobais e da onda de participação institucional via Estado -, configuram esse tipo de organização política e social como instituições monstruosas. Etimologicamente, monstros são aqueles que mostram, que revelam. Causam espanto por evocarem uma manifestação desconhecida e colocá-la em conflito com os pressupostos vigentes. A alegoria do monstro opera, em um sentido político, na fronteira entre o que é normalizado e o que é diferença, expressa de maneira radical. Ao

longo da história, em diversas culturas, a figura do monstro vai sendo ressignificada à medida em que se normaliza certo estranhamento social e se constrói um novo. Em desdobramentos contemporâneos, grupos tidos como minoritários ou radicais – pois diferentes ou incompreensíveis – podem ser tomados por monstros. Por que não pensar os ocupantes e as ocupações nessa chave? Ocupações tratam-se de experimentos de novas formas de instituições e organização social, partindo do confronto colocado pela luta por espaço no contexto metropolitano (CARMONA et al, 2008; SALVINI, 2008). Põem à mostra o vazio deixado pela especulação e pelo descaso com uma população muitas vezes invisível. Se representam medo e curiosidade para os que estão do lado de fora, podem significar um novo modo de vida, a realização de um desejo, para os que as veem de dentro.

Ainda de acordo com os autores supracitados, os centros sociais se opõem a ideia de governança metropolitana (CARMONA et al, 2008; SALVINI, 2008; UNIVERSIDAD NÓMADA, 2008). A noção de governança é entendida por esse conjunto de autores como o apaziguamento do conflito e a formação de um consenso necessário para o controle da vida social onde as formas tradicionais de poder não operam mais (UNIVERSIDAD NÓMADA, 2008; ATELIER OCCUPATO ESC, 2008). Através da produção de subjetividades consoantes ao neoliberalismo, ou seja, que carregam uma noção de “administralização” da vida, estruturas de poder hegemônico são capazes de ordenarem e segregarem os fluxos sociais e políticos que emergem da experiência comunitária, neutralizando seu potencial criativo (UNIVERSIDAD NÓMADA, 2008). O que as experiências das ocupações artísticas, ou de projetos, sugerem, todavia, é algo distinto: um movimento no sentido de retomada de soberania pela população de baixo para cima, uma vez em que todo o processo de gestão dos espaços e de deliberação, implementação e execução dos projetos é feito pelos próprios moradores e colaboradores das ocupações.

Paul Hirst (1994), em uma vertente radical do pluralismo, avalia normativamente esse tipo de movimento como positivo para as relações entre Estado e Sociedade Civil; considerando que estruturas muito hierárquicas e burocráticas como o Estado e as grandes empresas – principais fomentadores das artes e cultura, via administração direta e indireta – apresentam um problema de *accountability* e eficiência para desenvolverem políticas em níveis locais. O autor propõe que se desloque a autoridade para os mais baixos níveis da governança efetiva de um determinado setor, ou seja, para associações autogeridas. Como fontes primárias da governança democrática, essas associações seriam capazes de atenderem melhor as necessidades e demandas específicas de uma sociedade complexa, cabendo ao Estado identificar, proporcionar

recursos e respeitar a autonomia dessas associações. Na perspectiva de Hirst, inverte-se o sentido da relação socio-estatal: associações devem mudar a estrutura estatal pela descentralização e pela tomada de funções para si e não o Estado alterar as associações para que essas respondam aos seus moldes. Os centros sociais configuram situações políticas em que é possível se experimentar outras formas de relações sociais criadas a partir do conflito pelo espaço, fomentando, na autogestão de um espaço comum, a heterogeneidade e a mistura das singularidades que escapam ao modelo de governança metropolitana (UNIVERSIDAD NÓMADA, 2015).

Com isso, o conjunto de textos discutidos no periódico da *transversal texts*, lança uma reflexão sobre como devemos pensar essas novas formas de instituição. Ocupações de projetos apresentam um caráter híbrido, transitam por territórios aparentemente contraditórios entre relações formais e informais, institucionais e *anti-establishment*, de busca por recursos materiais e por produção de significados e subjetividades, decorrentes da diversidade de recursos e repertórios próprios das ocupações. Esse caráter pode se manifestar monstruoso; por adentrar em territórios desconhecidos e incertos da criação social, essas instituições produzem um imaginário potente para se pensar outras formas de se fazer política e fornecem protótipos mentais para orientar outro modo de se traduzir novas formas de ação em novos paradigmas de comportamento político e organização da vida social (UNIVERSIDAD NÓMADA, 2015). Aponta-se assim para a necessidade e urgência de se identificar e diferenciar os aspectos de inovações políticas e institucionais que existem nesses tipos específicos de experimentação (MEYER, 2013; MARTÍNEZ, 2013; UNIVERSIDAD NÓMADA, 2015).

Dessa forma, temos que não apenas a ação por dentro dos caminhos institucionais convencionais é relevante para se entender o efeito que movimentos sociais produzem em políticas públicas ou no reconhecimento de novas formas de organização social. No caso das ocupações de caráter cultural e artístico isso muitas vezes ocorre de maneira não-intencional e não-calculada, diferentemente do que sugere a literatura sobre interações socioestatais. Certamente o objetivo de movimentos sociais não é se manterem informais, pois isso sequer pode ser considerado um objetivo, como bem apontam Gurza Lavalle et al (2019). Porém, entender o potencial de transformação social não institucionalizado é fundamental para se entender as mudanças contemporâneas. Movimentos sociais se apresentam cada vez mais sobre estruturas descentralizadas e flexíveis, sem necessariamente coordenação vertical e pautas pré-definidas. Incorporam discursos antisistêmicos e se recusam a fazer parte de formas convencionais de atuação política. Ou seja, procuram criar seus próprios modos de vida, suas

próprias instituições em suas prefigurações de mundo. Estar atento aos espaços de criação e experimentação em que são traçadas essas linhas de fuga torna-se fundamental para se entender processos mais amplos de mudança.

Di Giovani (2015) retoma a definição de David Graeber sobre ação direta para analisar a relação entre as artes e o ativismo: “podemos dizer que combinar arte e ativismo não é fazer de tudo, até arte, para alcançar a liberdade, mas fazer tudo como se já fosse livre - como se tudo fosse arte”. Ainda de acordo com a leitura de Graeber da autora, as “artes de abrir espaços” encerram um potencial criativo, sendo a ação criativa definida como “aquela que desloca continuamente o que é estético e o que é político”, que propõe novos recortes e enquadramentos a cada instante e assim, “desafiam o privilégio das autoridades de definir o que está acontecendo”.

Há um descompasso inerente entre a vida social e o mundo das instituições. A primeira sempre antecede a segunda. Ao se trazer as dimensões da criatividade e do conflito para o centro do debate sobre institucionalização, procuro enfatizar o processo de mudança política em sua dimensão estética, *a política*, no sentido amplo. De acordo com Rancière (1996), o dano é um elemento fundamental para o movimento de criação que a política proporciona. É somente através do conflito e do questionamento das formas aceitas de se fazer a disputa que se pode redistribuir o que é comum em novas configurações, de maneira a incluir os que não são contabilizados nas distribuições do poder.

Tendo isso em mente, o que procuro atentar para a forma com que a relação entre conflito e criatividade opera no debate sobre institucionalização. Nos registros mais atuais sobre institucionalização o conflito é pressuposto como uma fonte geradora de inovação, através da sociogênese (GURZA LAVALLE et al, 2019). Porém, ele necessariamente passa pela sua normalização e rotinização quando adentra o campo institucional. O conflito perde um sentido forte de criatividade e se sedimenta como forma de controle e repetição. Uma passagem da política para o político. As ocupações culturais sugerem um potencial de disrupção contínua, de constante deslocamento, um dano incomensurável. Não obstante, isso se expressa em formas institucionais, ao seu modo: anômalo, monstruoso. Não se trata simplesmente de duas esferas separadas, dois tipos de repertórios de ação paralelos. Acredito que eles estejam profundamente imbricados.

A formação de ocupações parte da ruptura, do dano, para utilizar os termos de Rancière (1996), causado por aqueles que estão excluídos sistematicamente da distribuição do que é

comum em algum sentido (artístico, cultural, social, econômico etc). Ocupações, apesar de bastante concretas e urgentes, também funcionam na chave do devir; são uma luta ampla contra desigualdades profundas causadas por falhas estruturais e pela própria lógica do modelo neoliberal de produção de cidade. Para se combater essa lógica é preciso não só imaginar outras, mas criá-las, colocá-las em prática, experimentar. Retomar as instituições para o registro da criatividade, como forma de libertação e não de controle. As novas instituições que aí são formadas atravessam as esferas vida das pessoas, ganham volume e reconhecimento. Alargam-se inclusive dentro do Estado, porém aí não se encerram.

Ao voltar-se para um tipo de ator pouco estudado pela literatura brasileira sobre interações sociestatais, que interage com o Estado de maneira altamente contenciosa e ambígua, a literatura europeia identifica outros padrões de interação pouco explorados pela literatura brasileira, levantando questões sobre o alcance da teoria. Ao nos voltarmos para os casos podemos ter um melhor dimensionamento desses problemas. Em Amsterdam, ocorre uma institucionalização do tipo simbólica (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2019), porém a tradução do termo empregado pelos movimentos de ocupação para o arcabouço estatal vai no sentido do apaziguamento do conflito social e da desarticulação do movimento. Como lidar com essa interação? Em Barcelona, o movimento ocupa, em um sentido amplo, postos chave na política institucional, ao mesmo tempo em que força o reconhecimento de sua organização tal como ela é, levantando questões sobre o *trade-off* entre encaixes e autonomia³⁰. Em São Paulo existe uma disputa em aberto: se por um lado, o governo parte de um diagnóstico semelhante ao de Amsterdam e procura integrar as ocupações ao aparato estatal por meio de políticas públicas, por outro lado, o movimento de ocupações culturais luta pelo reconhecimento de suas próprias formas e categorias, como em Barcelona, levando a uma relação ambígua, como procuro trabalhar nas próximas páginas.

Para a análise efetiva dos casos da Casa Amarela e da Ouvidor 63, estudados nessa dissertação, serão utilizados os conceitos de encaixes socioestatais, em ambos os níveis (vertical e horizontal), o conceito de capacidades estatais e de institucionalização de valores (simbólica) e de formas organizacionais (técnico-práticas) de movimentos sociais. Em diálogo com isso, será utilizado o conceito de complexificação das estruturas dos movimentos sociais para se

³⁰ A teoria dos domínios de agência pressupõe certo *trade-off* entre esses elementos para explicar o acesso de certas organizações ao aparato estatal. Como colocam os autores, a teoria revisita o neocorporativismo que tem como um pressuposto uma troca de influência no aparato do Estado pelo poder de controle do Estado sobre determinada organização.

analisar como mudam os movimentos nesse processo. Acredita-se que essas ferramentas analíticas ajudam a compreender o processo de interação entre as ocupações culturais do centro de São Paulo e o Estado, em certos pontos, sendo mais adequadas para lidar com os casos empíricos, evitando-se um debate essencialista a respeito da forma de atuação dos movimentos.

Os diagnósticos de institucionalização flexível e anômala serão utilizados como quadros de referências por pensarem a institucionalização de ocupações em um registro que é próprio para as particularidades do fenômeno, havendo convergências com a literatura sobre interações socioestatais ao se verificar uma estratégia dupla de ação das ocupações. Descarta-se a ideia de cooptação como um diagnóstico automático dessa interação, mas tem-se em vista que essa pode ser um problema empírico relevante em algumas situações. Da literatura específica sobre ocupações ainda serão trabalhados os possíveis *outcomes* que essa interação pode apresentar, verificando-se os efeitos intencionais e não-intencionais sobre as políticas públicas.

Por fim, de um ponto de vista mais amplo, tem-se a ideia do antagonismo como uma forma criadora e que guarda um potencial de reconfiguração estética como um pressuposto para o caso das ocupações culturais. Contudo, não como meramente um pressuposto de plano de fundo, essa assunção possui implicações sérias teoricamente e desdobramentos para a análise dos casos. Procuro enfatizar como os desentendimentos entre ocupantes e poder público operam na produção de novas formas institucionais. O conflito e a criatividade são dimensões que estão presentes durante toda a trajetória dos movimentos analisados, desde ações em um nível micro até processos de um nível elevado de negociação com o Estado e nas diversas formas de resistência.

Capítulo 4 - Ocupações de cultura no centro: os casos da Casa Amarela e da Ouvidor 63

Este capítulo visa introduzir as trajetórias das ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63. Procuro construir uma narrativa da resistência dessas duas ocupações analisando os momentos históricos e as tensões que são colocadas nesses processos. Ambas as ocupações são atravessadas por processos semelhantes que vão construindo suas identidades e formando suas relações com a institucionalidade. Todavia, as ocupações apresentam maneiras distintas de lidarem com o processo de institucionalização, apresentando resultados diferentes. Procuro enfatizar como as formas de instituição desenvolvidas pelos movimentos realizam perfis diferentes de ocupações através de processos complexos de interação. Se por um lado temos que a Casa Amarela consegue se adaptar a formas mais convencionais de institucionalização, sem que isso represente grandes perdas para os seus objetivos, por outro lado, temos que na Ouvidor 63 os caminhos são mais tortuosos, mas encontram formas inovadoras de criarem processos de institucionalização adequados, ou que façam sentido para suas características.

A primeira seção procura investigar os primeiros momentos das ocupações e explorar as tensões internas que definem, em certo grau, o perfil dos ocupantes e o projeto de cada ocupação. Na segunda seção, as tensões observadas são referentes as burocracias estatais nos processos de negociação. Por último, adentra-se na tensão externa provocada pela pandemia e como ela afetou esse processo.

4.1 A criação dos projetos: conflitos internos e resistência

A ocupação Casa Amarela surgiu no dia 20 de fevereiro de 2014, com a proposta de transformar um antigo casarão abandonado - de posse do Instituto Nacional do Serviço Social e tombado pelo CONPRESP, em 2006 - localizado na esquina da rua da Consolação com a Visconde de Ouro Preto em um espaço de experimentação, produção e apresentação artística, gerido pelos próprios artistas. Compartilhado e mantido por mais de cinquenta coletivos artísticos, o espaço é descrito pelos seus gestores como um ateliê compartilhado e segue o mote

da ocupação dos espaços ociosos da cidade, promovendo um trabalho continuado de programação e formação artística e cultural, dialogando com a população do entorno e fomentando a difusão e o acesso à cultura³¹.

Figura 1 – Fachada

Foto: Girge de Santi

Durante um primeiro momento da ocupação, havia uma forte identificação da gestão da Casa Amarela com o Movimento de Ocupação de Espaços Públicos Ociosos (MOEPO), rede de coletivos de artistas ligados às artes cênicas, principalmente, com uma proposta de ocupação dos espaços ociosos na cidade para criação de espaços culturais compartilhados e idealizadores do projeto. Nessa gestão, o movimento pautou continuamente o reconhecimento da ocupação pelo poder público em negociações diretas com a Secretaria de Cultura Municipal (SMC) e por meio de cartas direcionadas ao então secretário da SMC, Juca Ferreira e a ex-Ministra da Cultura e ex-prefeita, Marta Suplicy, apresentando suas propostas e justificativas para a utilização do espaço por meio de um acordo de comodato ou de cessão para os coletivos de teatro, sendo representados juridicamente pela Cooperativa Paulista de Teatro³². Apesar de manifestarem boa disposição para firmarem o acordo, os funcionários públicos envolvidos nessa negociação pouco fizeram para o encaminhamento das propostas. O movimento então,

³¹ ANDRADE, M. Ocupações culturais em São Paulo, Brasil. **Transnational Dialogues**. 10 mar 2014. Disponível em: <<https://transnationaldialogues.eu/ocupacoes-culturais-em-sao-paulo-brasil/>>. Acesso em: 13/10/2017.

³² Cartas disponíveis em: <<https://ateliocompartilhado.wordpress.com/about/propostas-p-rep-publicos-casa-amarela-consolacao/>>. Acesso em: 13/10/2017.

realizou diversas passeatas para pressionar os representantes da prefeitura e para barrarem um mandato de reintegração de posse solicitado pelo Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM), que esperava receber o imóvel como pagamento de dívida do INSS para a prefeitura quando esse foi ocupado³³.

Figura 2 – print de matéria publicada pela Imprensa Oficial do Estado

A ocupação Ouvidor 63 - situada na antiga sede da secretaria de cultura, na rua do Ouvidor - conta com um edifício de treze andares abandonado que já havia sido ocupado pelo Movimento por Moradia no Centro (MMC) entre 1997 e 2005. Com o Festival da Revitalização Holística do Centro Histórico de São Paulo, no 1º de Maio de 2014, o prédio foi reocupado por diversos artistas, que se encarregaram de torná-lo um espaço utilizável para a acomodação de pessoas, obras, exposições, para a realização de shows e outras atividades abertas à população. O edifício pertence a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), porém, após o despejo dos integrantes de movimentos de moradias em 2005, ficou abandonado até a nova ocupação. Diversos prédios na região são ocupados por movimentos de moradia como o

³³ IGLESIA, B. Pelo direito à cidade, à cultura e à arte, ocupação Casa Amarela faz intervenção na Alesp. **Vaidapé**. 4 jun 2015. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2015/06/pelo-direito-a-cidade-a-cultura-e-a-arte-ocupacao-casa-amarela-faz-intervencao-na-alesp/>>. Acesso em: 13/10/2017.

MSTC (Movimento dos Sem-Teto do Centro), sendo as ocupações Mauá e a Prestes Maia, localizadas no bairro da Luz, as mais conhecidas³⁴. A Ocupa Ouvidor 63 se insere nesse contexto com o objetivo de se tornar um ponto de encontro e referência entre as ocupações do centro, proporcionando o aprendizado e o acesso a arte e fomentando o debate político. Visa, além disso, implementar uma lógica diferente das ocupações de moradia, ao associar a permanência no local com uma residência artística³⁵.

A ocupação do edifício da Ouvidor 63 contou nos primeiros anos com coletivos artísticos ligados a cena de ocupação de espaços públicos de Porto Alegre, como o Andróides Andróginos, idealizadores do projeto e responsáveis pela gestão no primeiro momento³⁶. Além dos coletivos de Porto Alegre, a ocupação contou com a participação de outros coletivos de São Paulo como a VOODOOHOP, uma das pioneiras na renovação da cultura de festas de rua na cidade, especialmente em áreas centrais valorizadas, trazendo o debate sobre especulação imobiliária e gentrificação em suas intervenções na urbe³⁷. A Ouvidor 63, segue desenvolvendo uma vasta grade de atividades abertas a população e servindo de ateliê compartilhado entre artistas marginalizados no centro de São Paulo e para todos que desejam se envolver com arte. Porém, permanece sem o reconhecimento junto ao poder público municipal e sofrendo constantes ameaças de despejo ao longo de sua trajetória. O prédio já foi posto a leilão duas vezes pelos proprietários, todavia, nenhuma oferta foi efetuada e os artistas continuam intensificando suas atividades e sua estrutura com o passar dos anos, questionando as práticas de gestão do espaço público e das políticas para as artes e para a cultura em centros urbanos³⁸.

³⁴ VASSALLO, R. Ocupa Ouvidor 63 e a arte em meio ao abandono. **Jornalismo Júnior**. 1 ago 2014. Disponível em: <<http://jornalismojunior.com.br/sala33/ocupa-ouvidor-63-e-a-arte-em-meio-ao-abandono/>>. Acesso em: 13/10/2017.

³⁵ FERNANDES, S. Ocupa 63 quer oferecer oficinas de arte para moradores de outras ocupações no centro. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2015/04/predio-ocupado-por-artistas-quer-oferecer-oficinas-para-ocupacoes-do-centro-de-sao-paulo-8225.html>>. Acesso em: 13/10/2017.

³⁶ Membros do coletivo e outros participantes de fato saíram em espécie de caravana, deixando o sul do país com o intuito de realizar esse projeto e se estabelecerem nessa ocupação, como segue a história oral da ocupação. A matéria da Revista Trip também faz um bom registro do momento e dos primeiros dias da ocupação. BRIDI, C. Ocupados. **Trip**. 9 mar 2014. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/ocupados>>. Acesso em: 23/10/2020.

³⁷ OTONI, I. Quem são os novos moradores do Ouvidor 63. **Spessosp**. 19 mar 2014. Disponível em: <<http://spessosp.com.br/2014/05/19/saiba-quem-sao-os-novos-moradores-ouvidor-63/>>. Acesso em: 13/10/2017.

³⁸ VEIGA, E. Ouvidor, 63, há 3 anos nas mãos dos artistas. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ouvidor-63-ha-3-anos-nas-maos-de-artistas,70001756912>>. Acesso em: 13/10/2017.

Figura 3 – Entrada

Foto: Rose Steinmetz

Um dos pontos mais fascinantes das ocupações, que salta aos olhos de quem vê e que perpassa por boa parte dos seus integrantes é a possibilidade de conseguirem viver uma vida que é negada a maior parte deles. Os ocupantes conseguem sobreviver através de sua arte no centro de São Paulo, em um espaço comunitário em que as trocas de conhecimento e experiências entre os moradores e a comunidade que frequenta o espaço. Essa troca colabora para o desenvolvimento artístico de cada um e garante um amplo acesso a esse conhecimento que muitas vezes é restrito a uma comunidade muito fechada, seja pelo capital social/cultural necessário para ter entrada nesses espaços ou mesmo pelo custo que isso implica, como se inscrever em cursos, comprar material, ter acesso a um espaço de ensaio ou um ateliê para produzir. A ideia de residência artística relacionada à permanência no local e a prática da gestão coletiva do espaço, proporcionam uma troca entre os artistas e uma grade ampla de atividades abertas ao público.

A organização interna dessas ocupações também chama a atenção por ser horizontal e descentralizada, destoando do modelo de gestão dos equipamentos públicos de cultura e de certa forma confrontando esse modelo. Apesar das mudanças na recente trajetória dos movimentos, a forma de organização interna e deliberação continua praticamente idêntica a dos primeiros dias de ocupação. Na Casa Amarela, os grupos e indivíduos que ocupam o espaço se dividem em Comissões Administrativas e realizam assembleias semanais para decidirem as

matérias e projetos referentes a ocupação³⁹. Na Ouvidor 63, além da assembleia geral, cada andar conta com a sua própria organização interna e deliberações próprias, sendo as funções de portaria, limpeza e manutenção revezadas entre os artistas⁴⁰.

Figura 4 – Portaria

Foto: Rose Steinmetz

Visando um diálogo mais próximo com a população no fomento de políticas públicas para a cultura e questionando os critérios de seleção e implementação das políticas pelo poder público, as ocupações desenvolvem projetos e atividades abertos ao público e a participação de diversos coletivos e indivíduos que não possuem espaço e acesso aos equipamentos culturais oficiais, propondo uma concepção de gestão dos espaços comuns e de ateliês compartilhados. No entanto, apesar da promoção de uma grande variedade de atividades culturais e do acesso e participação da população na gestão do espaço, as ocupações artísticas e culturais do centro de São Paulo, diferentemente de alguns casos europeus, não são reconhecidas pelo poder público e sofrem constantes ameaças de remoção do espaço.

³⁹ BRANDÃO, M. *Ocupar o Patrimônio: reflexões sobre estudos de caso*. Disponível em: <http://sites.usp.br/outrosurbanismos/wp-content/uploads/sites/165/2016/12/TFG_Marina-Branda%CC%83o.pdf>. Acesso em: 13/10/2016.

⁴⁰ AFP. Ouvidor, 63: uma fábrica de ideias no coração de São Paulo. **Exame**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/ouvidor-63-uma-fabrica-de-ideias-no-coracao-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 13/10/2017.

Em ambas as ocupações, os respectivos proprietários dos imóveis entraram com um processo de reintegração de posse contra os ocupantes poucos meses após os atos das ocupações, dando início a uma disputa judicial que incluía nominalmente alguns dos ocupantes. Nesses primeiros momentos, nas duas ocupações, existe uma presença considerável de grupos de jovens, artistas e apoiadores de classe média, tanto como público como nos núcleos das gestões, a quem esses processos estavam sendo direcionados. De acordo com alguns moradores que acompanharam esse momento, esse primeiro processo de reintegração de posse foi bastante decisivo para a trajetória das ocupações por ter provocado uma divisão entre as pessoas e coletivos que decidiram ficar, correndo os riscos do desandar do processo, e as que se afastaram das ocupações. Nesse sentido, grupos de artistas mais periféricos e de baixa renda notadamente tenderam a ficar, ao passo que alguns grupos de classe média se afastaram. Esse movimento teria dado maior espaço para esses grupos de artistas periféricos assumirem um maior protagonismo na ocupação, em termos de gestão e de projeto, bem como a atrair mais artistas das periferias para ocuparem os imóveis, o que teria contribuído para uma mudança significativa no perfil dos ocupantes e da ocupação. Logicamente, alguns artistas de classe média continuaram durante o processo de reintegração, ajudando na resistência e contribuindo com projetos, podendo ter permanecido inclusive bastante tempo nas ocupações. Seria incorreto também afirmar que os grupos de artistas de classe média monopolizavam as decisões do coletivo.

Todavia, existia uma tensão a respeito do modo de se fazer as coisas e de para que(m) servia aquele tipo de ocupação que estava colocada, que veio a se acentuar durante esse processo. Questões bastante fundamentais a respeito do caráter da ocupação passaram a ser levantadas e rediscutidas, como, no caso da Ouvidor 63, se a ocupação deveria continuar com a proposta artística ou se tornar exclusivamente de moradia, o que seria uma questão mais urgente no centro de São Paulo, tendo em vista as lutas dos movimentos de habitação do centro, que passam inclusive por aquele prédio. Ou ainda, em continuando com a proposta artística e de moradia, quem deveria ter direito a morar nessa ocupação? Na Casa Amarela, por outro lado, o projeto inicial não previa a moradia a longo prazo naquele espaço, mas a abertura de locais de trabalho artístico compartilhados. Entretanto, questionava-se quem de fato teria acesso a esses espaços compartilhados em meio a um bairro nobre da cidade se não se garantisse estrutura e permanência que o imóvel podia oferecer para os artistas, especialmente para os que tivessem menos ou nenhuma estrutura e quisessem participar da construção do projeto. Havia

a preocupação de que um enfoque demasiado voltado para a âmbito artístico poderia levar a elitização do projeto, nesse sentido.

Os debates internos que sucederam essa primeira ameaça de despejo se intensificavam, refletindo sobre o papel daquelas ocupações e reconfigurando as suas composições internas. Enquanto isso, os coletivos passaram a adotar uma estratégia de ganhar tempo na justiça, entrando com recursos no processo, inviabilizando o cumprimento dos mandatos ou fazendo pressão sobre políticos e demonstrações públicas para conseguirem apoio para permanecerem no local e darem continuidade aos projetos que estavam se formando nas ocupações.

Em meados de 2015, o coletivo Laboratório Compartilhado Todo Mundo 13, (TM13) assumiu o papel de gestão do espaço da Casa Amarela trazendo uma abordagem distinta das propostas pelo MOEPO. Menos focado na linguagem do teatro e mais identificado com a arte urbana e de periferia, o coletivo trouxe a Casa Amarela não só uma grade de atividades mais voltada a cultura hip-hop, periférica e indígena como também uma alteração na própria concepção do espaço, alterando o nome da ocupação para Quilombo Afroguarany Casa Amarela. A ideia de transformar a Casa Amarela em um "quilombo urbano" está ligada a noção de resistência desses movimentos periféricos em uma área valorizada no centro da cidade⁴¹.

Aqui ocorre uma mudança importante na trajetória da Casa Amarela. A gestão do Ateliê Compartilhado Casa Amarela, identificada com o projeto do MOEPO, apresentava um perfil de ocupação enquanto centro cultural desde o seu início e uma grande disposição de seguir vias institucionais para a regularização do projeto com propostas bem definidas⁴². Após os desentendimentos e disputas internas essa gestão sai de cena⁴³ e dá lugar ao TM13, que também possui uma identificação com a ocupação de espaços públicos através da cultura, porém com outro enfoque, como mencionado acima, e com outro tipo de abordagem para com o poder público. O TM13 tem como característica a articulação de grupos de cultura de rua e antes de assumir a gestão da Casa Amarela já havia patriciado da ocupação da Escola de Bailado, no Vale do Anhangabaú, junto ao coletivo Anhangabaroots, que também atuava na região

⁴¹ LEÃO, G. Casa Amarela se estabelece como "quilombo urbano" no centro de SP. **Sobrevida em São Paulo**. Disponível em: <<https://www.sobrevivaemsaopaulo.com.br/2016/02/04/casa-amarela-se-estabelece-como-quilombo-urbano-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 13/10/2017.

⁴² Apresentação do movimento disponível em: < <https://ateliecompartilhado.wordpress.com/about/propostas-p-rep-publicos-casa-amarela-consolacao/>>. Acesso em: 28/12/2020.

⁴³ Não foi possível encontrar mais informações das atividades do MOEPO, nem páginas ou perfis depois que esses deixam a gestão da Casa Amarela, o que leva a crer que o movimento se desarticulou algum tempo depois.

realizando atividades e festas no vale⁴⁴. Existe uma sobreposição entre alguns dos membros desses dois coletivos, o que é importante para se entender a mudança do perfil do projeto da Casa Amarela, quando ocorre a mudança da gestão e na forma de atuação da nova gestão.

Sob a nova gestão, a Casa Amarela passou a desenvolver atividades educativas sobre história da África e cultura Guarani reivindicando o fomento das leis 10.639/03 e 11.645/08. Os principais públicos para quem os artistas passam a se apresentar são os alunos das escolas municipais como a EMEI Gabriel Prestes, na região da Praça Roosevelt, dentre outras tantas que compõem a região. Esse trabalho foi tão difundido e enraizado nesse circuito, que levou a Casa Amarela a integrar, em diversos anos, a programação da Virada da Educação. Além disso, a ocupação mantém uma grade de atividades e oficinas abertas a população com essa temática e desenvolve trabalhos com população em situação de rua⁴⁵. Artistas da ocupação são constantemente chamados para apresentações de dança de rua, para exibição de peças infantis e contações de histórias em escolas, tetos e outros equipamentos de cultura da região, como na Biblioteca Infantil Monteiro Lobato. Além disso, mantem uma grade de atividades e oficinas abertas, fomentando um trabalho artístico-educativo continuado na região⁴⁶.

⁴⁴ Folha Ilustrada. Atividades da invasão cultural são coordenadas por gestão coletiva. **Folhapress**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/06/1464385-atividades-da-invasao-cultural-sao-coordenadas-por-gestao-coletiva.shtml?fbclid=IwAR3fKWVKnhlt2IT1Z1uUfWfSPrl-Regp4OQmPNBwofRgTT8kn9aaXdnxmas>>. Acesso em: 28/12/2020.

⁴⁵ LEÃO, G. Casa Amarela se estabelece como "quilombo urbano" no centro de SP. **Sobrevida em São Paulo**. Disponível em: <<https://www.sobrevivaemsaopaulo.com.br/2016/02/04/casa-amarela-se-estabelece-como-quilombo-urbano-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 13/10/2017.

⁴⁶ Idem.

Figura 5 - Laboratório

Foto: George de Santi

Outras atividades de destaque promovidas pela ocupação são os eventos de batalhas de poesia, o *slam R.U.A.*, que integra a Casa Amarela ao pulsante circuito de *slams* da cidade São Paulo, em especial com as batalhas organizadas nas periferias da cidade. Além disso, a ocupação abriga atividades semanais voltadas à cultura Hip-Hop, em suas diversas linguagens e fundamentos, como a dança, o *grafitti*, o rap e remixagem. Em uma outra vertente, na *Academia do Dancehall*, são ministradas aulas de dança do estilo jamaicano, que vem ganhando voga recentemente nas periferias da cidade⁴⁷. Mais do que uma aula de dança, ensina-se sobre a cultura jamaicana, contextualizando, a partir das músicas e os passos, o contexto sociopolítico da Jamaica em aproximação com a cultura e o contexto histórico das periferias no Brasil.

⁴⁷ Para conhecer mais sobre o movimento dessa cultura em São Paulo: The Summer Hunter. “FYA”: o doc que dissecou a cena do dancehall na periferia de SP. 18 set 2018. Disponível em: < <https://thesummerhunter.com/fya-documentario-dancehall-sao-paulo/>> Acesso em: 08/03/2021.

No ano de 2015, o casarão em que se situa a ocupação Casa Amarela e os outros dois imóveis que compõem o complexo arquitetônico foram transferidos para a posse da SMC. No entanto, essa transferência não pode ser concluída, pois estando o imóvel ocupado, o processo não poderia seguir até que o imóvel estivesse completamente vazio. Os rumos da ocupação nesse período se tornam incertos; além das constantes ameaças de reintegração de posse, agora por parte da prefeitura, é levantado em 2016 uma proposta da gestão municipal de transformá-lo em um centro de direitos humanos, contrapondo-se ao projeto da SMC de mantê-lo como espaço de produção artística ⁴⁸. Nesse período, a Casa Amarela almejou conseguir uma regularização para continuar desenvolvendo suas atividades e, apesar de já terem sido várias as negociações com diversos gestores públicos, nenhuma delas foi levada adiante.

Na Ouvidor 63, houve também uma mudança significativa de perfil após essas discussões, mesmo com a decisão de se manter o projeto de espaço artístico e de moradia. Coletivos que eram bastante atuantes nos momentos iniciais foram se distanciando, seja pelos processos judiciais que estavam correndo, por conflitos internos ou simplesmente por terem decidido desenvolverem seus projetos em outros espaços, o que é bastante comum nessa ocupação, que possui uma alta rotatividade entre os seus membros. Os novos moradores que foram chegando, apesar de muito diversos, vinham mais frequentemente das periferias da cidade, trazendo essa questão mais fortemente para o centro do projeto da ocupação. A ideia de o edifício ser simultaneamente um espaço de criação coletiva e também moradia inclusiva, desempenhando essa dupla função social para os artistas-residentes passa a se tornar mais sólida.

Além disso, houve uma intensificação do fluxo de pessoas vindas de outras cidades e países para a Ouvidor 63. A ocupação logo se tornou uma referência no circuito de artistas-viajantes no Brasil e na América Latina, atraindo artistas, especialmente os circenses, para dentro da ocupação, que por sua vez formam seus próprios coletivos a partir dessa reunião. Com um perfil mais nômade e multicultural o convívio entre artistas brasileiros e estrangeiros nem sempre se deu de maneira pacífica. Houve muitos conflitos nesses primeiros momentos, em que esses novos grupos não se sentiam parte do coletivo da Ouvidor 63 e não participavam das decisões coletivas, descumprindo assim com alguns acordos. Alguns outros grupos mais antigos, por sua vez, acusavam esses novos moradores de serem irresponsáveis e criarem cisões

⁴⁸ LEÃO, G. Casa Amarela se estabelece como "quilombo urbano" no centro de SP. **Sobrevida em São Paulo**. Disponível em: <<https://www.sobrevivaemsaopaulo.com.br/2016/02/04/casa-amarela-se-estabelece-como-quilombo-urbano-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 13/10/2017.

dentro do coletivo. Essas tensões não se resolveram e continuaram existindo, de certa maneira, enquanto houver essa abertura e esse fluxo de encontros entre pessoas tão diferentes. Fato é: hoje é praticamente impossível pensar a Ouvidor 63 sem a presença intercultural e sem a participação dos/as imigrantes, *viajeros/as* e *hermanos/as* que hoje compõem cerca de 40% dos habitantes da ocupação, segundo estimativas internas. Os q diálogos, os sonidos, as comidas, o estilo e os projetos passam a ter uma mistura cultural mais presente em suas dinâmicas, que vêm a se consolidar como um traço forte no perfil da ocupação. Canclini (2017) comenta o hibridismo das culturas latino-americanas como inerentes a sua própria formação. Essas zonas fronteiriças que se criam trazem todos os conflitos e contradições do estranhamento entre culturas diferentes. Em uma mudança para uma condição pós-moderna isso é rearticulado pelos povos e pelos artistas de maneira a habitarem essas zonas híbridas reformulando suas próprias identidades. Na Ouvidor 63 isso se condensa de uma maneira muito particular, ativando esse movimento constantemente.

Figura 6 - Clowns

Foto: Rose Steinmetz

Os diferentes coletivos artísticos que habitam a Ouvidor 63 atualmente promovem diversas atividades de cunho social como o Circompromisso, em que artistas circenses, em sua maioria vindos de diversos países da América do Sul, realizam apresentações de variedades, as *varietés*, para crianças e para a população em geral em locais públicos da cidade. Outra atividade que vai nesse sentido são os coletivos de costura e brechós instalados no edifício, que

trabalham com o conceito de moda sustentável na reciclagem e na reutilização de peças na confecção de novos artigos personalizados (*upcycling*). Esses coletivos também organizam feiras e encontros com outros brechós da cidade, além da realização desfiles com as marcas da Ouvidor 63 em locais públicos, como por exemplo na passarela do Terminal Bandeira, localizado bem em frete a ocupação⁴⁹.

Figura 7 - Saída do Circo

Foto: Rose Steinmetz

A mudança no perfil dos ocupantes, tanto na Ouvidor 63, quanto na Casa Amarela, todavia não significou no distanciamento de artistas de classe média de modo geral, mas na reorganização do papel que esses teriam no coletivo. Artistas com esse perfil, e inclusive outros com carreiras já consagradas, continuaram a desenvolver, propor, e participar de projetos nas duas ocupações, porém atuando muito mais como colaboradores e apoiadores externos do que se envolvendo nas tomadas de decisões internas do coletivo da ocupação. Começa-se a se estabelecer uma diferenciação mais clara entre membros de fora e de dentro das ocupações, criando-se espaços de discussão e deliberação diferentes para essas duas “categorias” de participantes. Isso não implica necessariamente na exclusão de pessoas que não moram nas ocupações das tomadas de decisões, mas indica, talvez, um melhor ajuste do grau de abertura

⁴⁹ PACCE, L. Confira o desfile que rolou na segunda Bienal de Artes da Ouvidor 63. 14 set 2008. Disponível em: <<https://www.lilianpacce.com.br/e-mais/confira-o-desfile-que-rolou-na-segunda-bienal-de-artes-da-ouvidor-63/>>. Acesso em: 18/06/2019.

das tomadas de decisão nas ocupações, evitando desgastes para os ocupantes, que já vivem em um ambiente bastante intenso, por questões de convívio no dia a dia e da própria situação de incerteza das ocupações. Por outro lado, pode-se pensar que esse movimento trouxe uma maior concisão para o projeto das ocupações como um todo, uma vez que dentro do núcleo dos ocupantes passou-se a se consolidar uma noção mínima de projeto em comum.

A construção desses projetos comuns se mostra bastante complexa e perpassada por conflitos, não só em relação ao poder público, como também, em grande dose, interno às ocupações. A apresentação de um enfoque mais definido após as formações dos perfis das ocupações é de grande importância para que os artistas-ocupantes consigam dar longevidade e perenidade para os seus trabalhos e projetos. Porém, por estarem lidando com justamente um processo de abertura dos espaços, essa definição pode se tornar bastante delicada. Busca-se um ponto que seja amplamente inclusivo, que é um dos princípios das ocupações, mas que não inviabilize a possibilidade de se consolidar os projetos que lá são desenvolvidos. Direcionar os esforços para realizar uma ação coletiva que aja no sentido de legitimação dos ocupantes frente a outros atores sociais e estatais é uma tarefa difícil nesse caso, mas que pode se mostrar benéfica para os interesses dos ocupantes em uma perspectiva de prazo mais longo. Para isso, alguns processos de sedimentação são necessários. É preciso se pensar formas de criar referências para os próprios ocupantes e para o público de fora da ocupação a respeito de como são feitos os trabalhos lá.

Um bom exemplo que ilustra essa forma de atuação foi, nos anos de 2016 e 2018, o conjunto de artistas que ocupam o prédio da Ouvidor 63 realizarem a Bienal de Artes da Ocupa Ouvidor 63. Com a intenção de integrar artistas de diversas linguagens que habitam no prédio, bem como artistas colaboradores de fora, as bienais abriram o prédio todo como espaço expositivo durante cerca de 10 dias, que não por acaso, coincidem com os primeiros dias da abertura da Bienal de São Paulo. No ano de 2018, a II Bienal da Ouvidor apresentou um diferencial em relação a primeira edição por privilegiar um processo de construção e criação coletiva. Cerca de sete meses antes da abertura, foram criados 16 laboratórios abertos de oficinas e grupos de estudo dos mais diversos formatos, os quais seriam responsáveis pela elaboração e curadoria das obras apresentadas para a bienal. Segundo o relatório apresentado⁵⁰, ao final da II Bienal, foram 214 artistas envolvidos no processo, entre residentes da ocupação e

⁵⁰ Relatório completo disponível em: https://issuu.com/moarabrazil/docs/relatorio_bienal2018?fbclid=IwAR2hQS4kKojCQGkyrTuVi64iWiyBgfzhAFTK6vXsUxbCE610h8Ig1Sml8_A. Acesso em: 31/05/2019.

artistas convidados, 7 eventos gratuitos, 37 rodas de conversa e cerca de 570 horas de vivência. Isso tudo foi realizado sem qualquer recurso fixo destinado a promover as atividades, isto é, apenas contando com a estrutura do espaço da ocupação, doações de materiais e principalmente da disposição, organização e vontade dos participantes de fazerem os laboratórios e a exposição acontecerem.

Participei do início a conclusão desse ciclo como um dos facilitadores do Laboratório de Novas Maneiras de se Organizar Socialmente, laboratório que tinha um caráter mais próximo a um grupo de pesquisa. O laboratório realizava encontros semanais para debater e compartilhar experiências de resistência e convívio, que de alguma forma traziam um acúmulo para se pensar maneiras disruptivas de se organizar coletivamente. O laboratório tentava atender uma demanda interna da ocupação, que era a de fomentar um arcabouço político mais comum e compartilhado entre os moradores. Além disso, esse laboratório recebia destaque por atravessar o tema principal da II Bienal que era “Compartilhar Novos Mundos Possíveis”, sendo mencionado diversas vezes em atividades de outros laboratórios e da programação da Bienal. Acredito que contribuímos em parte para esses objetivos nas nossas discussões e encontros, além de termos disponibilizados materiais de pesquisa em arquivos compartilhados. Pontualmente, realizamos eventos nesse sentido como: promover um encontro com integrantes da *ZAD – Zone à Défendre*, uma importante ocupação preservacionista francesa, uma oficina de comunicação não-violenta, com uma pesquisadora do tema convidada, além de vários encontros de discussão e formação.

No entanto, um dos eventos que produzimos que talvez tenha sido mais urgente foi a Roda de Conversa com Ocupações Artísticas, que reuniu ocupações que desenvolvem atividades artísticas e culturais no centro e nas periferias, logo após o incêndio do edifício ocupado Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu. Além de representar uma tragédia por si só, ao deixar sete mortes e diversas famílias desabrigadas no local da queda, o incidente deu início a uma nova onda de perseguição as ocupações na região do centro. A prefeitura de São Paulo promoveu uma bateria de vistorias nas ocupações do centro, com o intuito de identificar as ocupações com problemas de manutenção ou em risco, acelerando processos de reintegração de posse. Nesse período, a Ouvidor 63 e a Casa Amarela se solidarizaram com os ex-moradores do “prédio de vidro”, como era conhecido o edifício Wilton Paes de Almeida, realizando almoços e atividades culturais com as crianças acampadas no Largo do Paissandu, durante o período em que essa população ainda esperava uma resposta de realocação por parte do governo.

Figura 8 – Piquete

Foto: Rose Steinmetz

Nesse contexto de grande tensão, a Roda de Conversa com as Ocupações Artísticas tinha como intenção criar uma rede de apoio entre as ocupações que estavam em situações semelhantes, trocando conhecimentos e formas de se organizar e resistir a tentativas de reintegração de posse. Os pontos de vista eram variados passando por soluções mais institucionais-partidárias, como a defesa de mandatos coletivos, ou mais radicais como na proposição de novas ocupações, demonstrando uma grande heterogeneidade nos repertórios e objetivos de cada ocupação.

A Ouvidor 63 precisou se mobilizar para conseguir materiais e recursos para realizar a manutenção necessária para que o prédio passasse pela vistoria. Em um esforço coletivo para a realização de mutirões de reparos e de lançamentos campanhas *online* para conseguir apoio, a Ouvidor 63 conseguiu passar por essa vistoria, resistindo a ataques como cortes de luz e água no prédio, isso tudo em meio ao processo da Bienal. A estrutura que se formou em torno da Bienal serviu inclusive para ajudar a articular essas campanhas através do Laboratório de Novas Mídia e Comunicação, convocando apoiadores a colaborarem com as doações.

A Casa Amarela não entrou na lista de ocupações atingidas por essa bateria de vistorias, por já ter passado por outra vistoria pouco tempo antes do incêndio ocorrido, em função de uma nova ordem de reintegração de posse que foi emitida no começo de 2018. Nessa situação, a Casa Amarela procurou resistir a ordem lançando um baile na ocupação para inviabilizar a ação

da polícia que estava prevista para o dia 20 de março. A tática remontava aos eventos que o coletivo produzia no Vale do Anhangabaú e já havia sido utilizada e funcionado em uma outra tentativa de reintegração de posse, em que o casarão lotado elevou o risco da operação policial a ponto de essa ser cancelada⁵¹. Dessa vez, o baile estava preparado, porém o mandato foi cancelado um dia antes do previsto, devido à pressão exercida pelo ex-senador Eduardo Suplicy (PT)⁵² sobre a SMC, fazendo com que o secretário recebesse o coletivo e reabrisse negociações, suspendendo esse mandato⁵³.

Figura 9 – Flyer contra a 4ª tentativa de reintegração de posse da Casa Amarela

O relatório elaborado após essas vitórias, mostrou que a grande maioria das ocupações estava em condições muito melhores do que a prefeitura imaginava, sendo necessárias medidas simples e pontuais para melhorar a segurança de seus moradores⁵⁴. No entanto, essa notícia não chegou nem perto de ter a circulação dada pela mídia em comparação com um suposto esquema

⁵¹ Esse episódio foi marcante para o coletivo da Casa Amarela, pois simbolizou bem a proposta da nova gestão: a resistência foi feita principalmente por pessoas da periferia, artistas de rua, pixadores, grafiteiros, entre outros, que na oportunidade cobriram o casarão de *tags* e *grafittis*. A ação foi considerada por muitos, principalmente os vizinhos, como um ato de vandalismo, que ficaram chocados com o desrespeito ao patrimônio histórico, apesar de esse estar abandonado há décadas e ninguém se chocar. Após o momento de tensão, o coletivo adotou a estética para o casarão com orgulho. O casarão, inclusive, passou a ser procurado como locação para ensaios fotográficos e gravação de vídeo por conta dessa estética, que simbolizava a apropriação da periferia por aquele espaço no centro. A mistura interessante de elementos das chamadas alta e baixa cultura tornam aquele espaço único e ativam a memória histórica e afetiva daquela construção em um tempo presente, enquanto sendo feita, utilizada. Mesmo assim, os ocupantes vêm enfrentando incontáveis críticas sobre o assunto ao longo dos anos devido a polêmica instaurada pelos pixos e *grafittis*.

⁵² O ex-senador visitou algumas vezes tanto a Casa Amarela quanto a Ouvidor 63, sendo um apoiador de ambas as ocupações e mantendo contato com alguns dos ocupantes. Em alguns momentos críticos ele é acionado ou se manifesta a favor das ocupações, como nesse caso e nas audiências públicas, como veremos.

⁵³ A suspensão do mandato de reintegração de posse foi anunciada bem no começo do baile, que seguiu em um clima bem menos tenso e de comemoração.

⁵⁴ Rolnik, R et al. Ocupações de prédios em SP estão em condições melhores do que prefeitura imaginava. **A cidade é nossa**. 2 ago 2018. Disponível em: < <https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2018/08/02/ocupacoes-estao-em-condicoes-de-seguranca-muito-melhores-do-que-prefeitura/>>. Acesso em: 31/05/2019.

de cobrança de aluguel e da criminalização de lideranças dos movimentos sociais de moradias por supostamente serem responsáveis pelo incêndio no Paissandu. O *mainstream* do jornalismo, criminalizava integrantes de movimentos sociais e pouca importância davam ao descaso de muitos anos do poder público, proprietário do prédio tombado, pelo imóvel e pelas famílias que lá viviam, contribuindo para a mistificação de como funciona uma ocupação e sobre seus habitantes. Nesse contexto foram decretadas sem evidências as prisões de Dona Carmen Silva, liderança do MSTC que não possuía qualquer relação com a ocupação que acabou com o incêndio, assim como foram efetivadas as prisões preventivas de outras pessoas ligadas a movimentos sociais de habitação⁵⁵.

Curiosamente, a veiculação que tiveram as ocupações artísticas foi positiva, apesar de terem bem menos espaço nas coberturas. Isso ocorreu por conta da comparação implícita que ficava com outras ocupações, já que as ocupações artísticas não eram vinculadas a nenhum movimento social e nem praticavam qualquer cobrança de “aluguel”, a principal associação que se tentou forjar nas incriminações. Além disso, as ocupações utilizaram os espaços que tiveram na mídia para apresentarem o trabalho sociocultural que desenvolviam, atraindo um pouco mais de simpatia por parte do público e colaborando para o entendimento de que se tratava de um outro tipo de ocupação. Tanto é, que durante as reuniões das ocupações que passariam a pelas vistorias com a Defesa Civil, o caso da Ouvidor 63 claramente destoava das demais, sendo necessário ser realocada para uma outra comissão que envolvessem a SMC no processo.

Tendo superado essa dura etapa, a Ouvidor 63 conseguiu realizar a II Bienal dentro dos prazos previstos. A pré-abertura aconteceu na sede da vizinha e parceira para esse projeto Red Bull Station, contando com a participação da curadora independente Diane Lima, em conversa com Moara Brasil e Paula Monroy, facilitadoras do Laboratório de Curadoria da Bienal. A pré-abertura também contou com performances, apresentações de malabares e *skate*, além de um cortejo de volta para a Ouvidor 63 e um encerramento com um desfile sobre a passarela do Terminal Bandeira. A Bienal em si contou também com diversas atividades e exposições ao longo da semana, chegando ao fim de um ciclo longo e conturbado, porém que representou um grande crescimento para os que se envolveram e para o coletivo.

⁵⁵ Jornalistas Livres. Justiça de São Paulo concede liberdade a líder sem-teto Carmen Silva. **Brasil de Fato**. 4 out 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/04/justica-de-sao-paulo-concede-liberdade-a-lider-sem-teto-carmen-silva>>. Acesso em: 23/10/2020.

Figura 10 - Instalação

Foto: Rose Steinmetz

A Casa Amarela também saiu fortalecida desse processo que sucedeu ao incêndio do edifício no largo do Paissandu. Tendo barrado mais uma reintegração de posse e aberto um novo canal de diálogo com a SMC, passou-se a se estudar a possibilidade de se chegar um acordo em que o coletivo da ocupação receberia uma nova sede mais próxima ao Anhangabaú, local de origem das atividades do coletivo. Essa proposta não foi muito bem desenvolvida, não ficando claro se os ocupantes teriam de deixar o casarão, ou não. Apesar do diálogo e das especulações que se formaram, essa proposta foi por fim abandonada. Todavia, isso indicava uma maior disposição ao diálogo entre os membros da ocupação e o poder público. Nesse período o coletivo conseguiu desenvolver importantes parcerias com Sesc e com outras instituições de cultura públicas e privadas, além de dar sequência a sua própria agenda, com a realização do II Fórum da RUA, em setembro desse ano, por exemplo.

No dia 28 de dezembro de 2018, ambas as ocupações foram reconhecidas como Pontos de Cultura, certificado emitido pelo governo estadual, via programa Cultura Viva. A certidão de Ponto de Cultura confere um *status* de reconhecimento das atividades que já são promovidas na sociedade civil e torna os grupos inscritos e reconhecidos pelo programa, aptos a receberem recursos do governo por meio de premiação. Apesar de estarem há quase cinco anos desenvolvendo atividades abertas a população e, de forma espontânea, cumprindo com os principais critérios do programa Cultura Viva - que são referentes ao desenvolvimento integrado e diversidade cultural, sendo avaliados pelos critérios de empoderamento, autonomia

e cultura como economia (BARROS; ZIVIANI, p. 64, 2011) -, o trabalho desenvolvido nas ocupações ficou poucos pontos abaixo da nota necessária para serem premiados com os recursos do programa.

O recebimento do selo do Ponto de Cultura está longe de representar algum tipo de desfecho para essa história. O reconhecimento institucional em nível estadual, que conferiria aos coletivos de artistas alguma garantia e segurança, além de representar um alinhamento de princípios com as propostas da gestão pública, levanta mais questões do que soluciona: como as orientações estaduais e municipais da administração pública da cultura podem ter entendimentos tão distintos em relação aos mesmos casos? Que interpretação prevalece? Como coordenar essa relação entre poder público e ocupações artísticas em diferentes níveis?

4.2 Conflitos com o poder público: avanços e retrocessos na disputa institucional

O ano de 2019 foi bastante movimentado para as duas ocupações tanto em termos de produção cultural, como de costume, mas sobretudo no que se refere a movimentação na esfera jurídica a respeito da disputa em torno dos imóveis, marcando uma nova etapa nas relações com o Estado.

Logo no início do ano, a Ouvidor 63 recebeu a notificação informando que o recurso solicitado pelo coletivo contra a reintegração de posse requerida por parte da Fazenda do estado de São Paulo, em 2017, havia sido negado pela quarta Câmara de Direto Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Foram alegados problemas nas condições do prédio que inviabilizariam a manutenção do centro cultural. A decisão da justiça de negar o recurso dos ocupantes havia sido desfavorável, porém não de todo modo. Considerava-se o projeto desenvolvido pelos artistas como positivo para a cidade, uma vez que os artistas recuperaram um prédio que havia sido amplamente negligenciado, tanto pelo poder público, como por possíveis compradores, visto que foi a leilão duas vezes e não recebeu nenhum lance. A exemplo desse abandono, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) não aceitou o decreto publicado pelo estado de São Paulo concedendo a permissão de uso do edifício para implementação de, ironicamente, um centro cultural e de divulgação científica, alegando que o edifício seria inviável para o que a Universidade pretendia.

O processo entrou assim em análise, considerando tanto a reintegração de posse como a manutenção do centro cultural. Se por um lado ficava evidente que os coletivos já estavam

executando projetos por si próprios que diversos setores, públicos e privados, não tiveram interesse em realizar, o que lhes conferia uma vantagem no processo jurídico. Por outro, as condições do prédio representavam um dos maiores entraves para uma virada no entendimento da justiça. Tendo isso em vista, os coletivos da Ouvidor 63 organizaram o festival Ouvidor Resiste!, nos últimos dez dias de março de 2019, com o objetivo de arrecadar recursos para realizarem as reformas e melhorias necessárias para a próxima vistoria. O festival contou com mais de 50 atrações, entre shows, festas, oficinas, aulas e apresentações, tendo destaque para o show de abertura de Chico César⁵⁶.

Figura 11 – Abertura

Foto: Rose Steinmetz

⁵⁶ O show de Chico César foi particularmente potente nesse festival, pois envolve uma relação de longa data com o prédio e com o movimento de ocupações. Gegê, irmão de Chico, foi uma das lideranças do movimento que ocupou o endereço da Rua do Ouvidor, 63 do final dos anos 90 a meados dos 2000. Gegê foi perseguido e preso arbitrariamente como uma forma de desarticular o movimento e a ocupação, que naquela época representava uma das mais importantes e imponentes ocupações de São Paulo, sendo o processo que levou a sua ocupação um divisor de águas para os movimentos de habitação, de acordo com os relatos colhidos por Neuhold (2009). Para mais sobre o caso de Gegê: BESSI, R. Caso Gegê: quais mãos orquestram o julgamento. Outras Palavras. 18 abr 2011. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/sem-categoria/caso-gege-quais-maos-orquestraram-o-julgamento/>>. Acesso em: 06/10/2020.

Além desse vínculo, Chico mencionou durante o show, feito apenas com um violão e um amplificador da ocupação para um porão lotado, como aquela ocupação lhe lembrava de todo o potencial, da criatividade e da vontade que ele mesmo tinha quando veio a São Paulo gravar seu primeiro CD, *Aos Vivos*, que tocou praticamente inteiro durante o show, junto com o repertório do novo show que estava lançando: *ANTIFA*. A atmosfera de conflito e solidariedade que se formou no show parecia um prenúncio dos acontecimentos que viriam a se desenrolar, tanto no caso do processo da ocupação como no cenário mais amplo da política nacional.

Com os recursos obtidos no festival os artistas-residentes direcionaram seus esforços para identificarem e começarem os reparos necessários, dessa vez mais estruturais que os exigidos pela última vistoria. A última vistoria ocorreu logo após o incêndio do edifício Wilton Paes e visava principalmente verificar se não havia possíveis focos de incêndio, como fiações expostas, entulhos inflamáveis, obstrução em portas de saída e elevadores, botijões de gás irregulares e etc. Na presente vistoria o foco era a identificação de infiltrações, rachaduras em paredes, janelas, parapeitos ou qualquer outro que pudesse trazer perigo a vida dos moradores e do público ou que colocasse em risco o próprio edifício. Os primeiros espaços que foram reformados foram o terraço e o porão, com o intuito de vedá-los para não permitirem infiltrações que pudessem atingir os eixos do prédio. Foi realizada também uma vistoria na caixa da água e alguns reparos na parte hidráulica. Um grupo de trabalho interno, ironicamente chamado de “Os infiltrados”, ficou responsável de acompanhar e relatar possíveis problemas andar por andar, buscando orçar, conseguir pareceres e assessoria técnica e resolver esses problemas.

Figura 12 – Os infiltrados

Foto: Rose Steinmetz

Se a Ouvidor 63 começa o ano pressionada, a Casa Amarela tem um começo de ano mais ameno. Procurando melhorar suas estruturas internas, especialmente na parte de comunicação e de organização, o coletivo abre chamadas para voluntários e forma grupos de trabalho para essas frentes, do quais eu cheguei a participar também, comparecendo às reuniões e tentando colaborar com sugestões, propostas, trabalhos organizativos e até mesmo em

cobertura de eventos. Para além da divulgação dos eventos e atividades que ocorrem regularmente na Casa Amarela, como *slams*, brechós, apresentações de teatro, aulas de inglês e *dancehall*, por exemplo, esses grupos de trabalho foram importantes para aumentar o fôlego do coletivo para dois eventos que estavam por vir.

Dois projetos de grande destaque que aconteceram nesse período foram a participação da Casa Amarela como polo de referência na região central do Circuito Literário das Periferias (CLIFE), organizado em parceria com a Companhia das Letras, e no evento Estéticas da Periferia, em parceria com a organização Ação Educativa e a prefeitura de São Paulo, entre outros. O CLIFE tinha uma proposta de oferecer uma seleção de livros do catálogo da editora e estrutura para a realização de ciclos de leitura e encontros abertos para a discussão dos livros em diferentes pontos da cidade, em que a tônica fosse a literatura “periférica”. Por se tratar de um ciclo, esse evento teve uma duração mais longa, contando com um processo de formação das coordenadoras de cada região, além da distribuição de um livro por mês, indo de julho até novembro de 2019. O ciclo na Casa Amarela contou com um bom atendimento e uma boa apropriação pelos participantes do começo ao fim, deixando a projeto de se organizar um clube de leitura próprio da ocupação para o ano seguinte.

O Estéticas da Periferia foi um evento mais concentrado, realizado na ocupação durante a última semana de agosto, mas que se dilui em apresentações pontuais em outros locais ao longo do mês seguinte. Durante esse evento, o coletivo da Casa Amarela pode apresentar suas atividades regulares para um maior público durante a semana e também realizar programações especiais nos finais de semana, como visitas guiadas pela ocupação, batalha de *break*, *slam*, troca dos *grafittis* do muro da fachada, fórum com educadores e educadoras que trabalham com o ensino das culturas afro e indígenas e um debate sobre a própria ocupação, patrimônio e restauro.

Esses dois eventos foram bastante relevantes por se tratarem de parcerias com outras entidades bastante consolidadas e terem em comum o reconhecimento do trabalho desenvolvido na Casa Amarela como uma referência no centro da cidade para o desenvolvimento da cultura periférica, o que reforça novamente o projeto da ocupação e também o papel do coletivo como gestor e parceiro competente para projetos culturais.

Figura 13 – Bastidores

Foto: George de Santi

Apesar desse momento positivo, a Casa Amarela também foi notificada de um pedido de reintegração de posse. Isso ocorreu devido ao Ministério Público ter entrado com um processo contra o IPREM em 10 mil reais a cada dia que permanecesse a indefinição a respeito da situação das ocupações culturais. Esse mesmo procedimento foi adotado para a Ouvidor 63, em que o requerido no caso era a Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo. A movimentação do Ministério Público obrigou o IPREM a entrar novamente com um pedido de reintegração de posse para não passar a ser multado, enquanto buscava algum outro tipo de solução, ao passo que no caso da Ouvidor 63, a própria Secretaria da Fazenda pede a suspensão temporária da reintegração de posse para se dar início a uma negociação.

Todavia, existe uma importante mudança que acontece no novo processo, que corre em paralelo com o de reintegração de posse e é de autoria do Ministério Público contra os proprietários dos imóveis ocupados. Além de notadamente a inversão das partes, em que os proprietários passam a ser requeridos e não requerentes, houve uma substituição no juiz de direito que recebeu ambos os processos. Esse, por sua vez, sendo notificado dos trabalhos que eram desenvolvidos nas ocupações e possuindo um entendimento distinto dos magistrados anteriores sobre os casos, tomou decisões mais conciliatórias, ao invés de determinar a reintegração de posse das ocupações, como já havia sido feito algumas vezes. Foi determinada a abertura de uma junta de conciliação para negociar alternativas a essa medida mediante

audiência pública, envolvendo também o município nesse processo, por ser responsável pela ordenação de uso do solo na cidade.

A primeira audiência foi marcada para o dia 19 de junho de 2019 com representantes da Fazenda do Estado de São Paulo, proprietário do imóvel, e do município responsável pelo uso do solo e representantes do coletivo da Ouvidor 63, com o intuito de se avançar em alguma resolução. Nessa audiência foi afastada a hipótese de risco estrutural do prédio. Graças aos laudos oficiais, que atestaram melhorias nas condições do prédio, não haveria risco eminente, porém, foi indicada uma série de outros requisitos que precisariam ser aprimorados para as próximas vistorias, de acordo com a Defesa Civil do Município de São Paulo. Diante desse cenário, que dificultava uma argumentação no sentido de uma reintegração de posse por questões “técnicas” e pressionado de ser multado pela indefinição da situação do prédio pelo Ministério Público, a proposta apresentada pelo estado de São Paulo é a de que o coletivo da Ouvidor 63 compre o prédio, transferindo de uma vez por todas as responsabilidades sobre o prédio para o coletivo de artistas. Nessa mesma audiência foi solicitado para o coletivo da Ouvidor 63 que estabelecessem uma associação formalizada para darem continuidade as negociações, em nova audiência marcada para o dia 11 de setembro de 2019.

Enquanto isso, a Casa Amarela recebeu no dia 27 de agosto uma vistoria composta por integrantes de diversas secretarias do município de São Paulo, com o intuito de abrir diálogo e buscar uma solução para a ocupação. O tom desse diálogo foi bem mais propositivo do que em contatos anteriores, no sentido de dar uma resolução a situação da ocupação. Chama a atenção a abordagem extrajudicial no caso da Casa Amarela ter sido a adotada pela prefeitura nesse momento. Essa abordagem provavelmente indica uma antecipação que conferisse mais agilidade a um possível acordo, levando-se em consideração a pressão colocada pela multa diária no processo de autoria do Ministério Público e a lentidão com que andavam as decisões da justiça no processo do caso da Ouvidor 63. De qualquer forma, esse canal foi aberto dando início a uma série de reuniões entre o coletivo e a prefeitura.

Na audiência de 11 de setembro, solicitada pelo coletivo da Ouvidor 63, foi apresentada uma resposta para a proposta de compra do edifício, demonstrando a inviabilidade dessa alternativa. De acordo com os levantamentos realizados pelo coletivo, o valor estimado da compra do edifício era de um milhão de reais, algo próximo ao esperado de se arrecadar com as tentativas de leilões que não receberam lances. Além disso, o coletivo passaria a ser responsável de arcar com as reformas e licitações necessárias para o funcionamento de um

centro cultural convencional. Apenas as reformas necessárias para tornarem o edifício apto para o funcionamento nos mesmos padrões que um centro cultural convencional, ou seja, reformas pelo edifício inteiro, foram orçadas em torno sete milhões de reais, sem contar os custos da regularização de alvarás e eventuais impostos atrasados. Considerando a realidade econômica do coletivo que se sustenta principalmente de arte de rua, da reciclagem de materiais para produção de arte e da contribuição, normalmente espontânea, do público em eventos, era evidente que os valores eram absolutamente impraticáveis. Isso foi argumentado durante a audiência pela tesouraria do coletivo, em que se pensou um cenário em que seria mesmo difícil de imaginar algum tipo de campanha de financiamento que atingisse essas metas. Além disso, foi colocado o fato de os ocupantes já destinarem grande parte dos seus recursos para melhorias nas condições do prédio, não havendo um fundo substantivo para ser utilizado para os mesmos fins.

Mais do que isso, a proposta da aquisição do prédio parecia colocar muito mais problemas para adiante do que solucionar. Isso se daria, porque a compra do edifício - mesmo que hipoteticamente viável - implicaria em grandes impactos em pelo menos duas frentes. A primeira estaria relacionada a uma dimensão pragmática, observando que esse processo levaria a um aumento substancial em gastos com despesas, manutenção e tramites burocráticos, que a regularização por meio da compra do imóvel requereria. Esses gastos destoariam em termos de escala e de modelo econômico praticado na ocupação, abrindo brechas para endividamento e problemas de gestão no momento seguinte. Na segunda frente, essa mais voltada aos princípios envolvendo a ocupação, haveria um problema colocado pela pressuposição de algum grau de enrijecimento e hierarquização vindos do *status* que a posse do edifício poderia desencadear. Visto que um dos princípios motores da ocupação é que o espaço é público e não pertence a ninguém e a nenhum grupo (inclusive os de dentro da ocupação), a ideia do imóvel se tornar privado (mesmo que de posse de alguma entidade do coletivo) afetaria profundamente um dos pilares da organização e modo de produção do coletivo.

Aqui torna-se interessante pensar como a institucionalização interessa aos ocupantes. Para além de uma resposta binária, positiva ou negativa, cabe a reflexão de que tipo de institucionalização condiz com os interesses das ocupações. A negociação em torno da compra do edifício coloca bem esse problema, uma vez que levanta uma ambiguidade constitutiva da forma que os ocupantes se relacionam com a institucionalização. Se por um lado interessa aos coletivos o reconhecimento enquanto legítimos gestores dos espaços ocupados, o que os pouparia da disputa constante contra a reintegração de posse e possibilitaria uma maior

continuidade dos projetos desenvolvidos, por outro, a aquisição do edifício não é interessante por trazer a dimensão da posse e a responsabilização pelos custos, que além de incompatíveis com os princípios da ocupação, não seriam interessantes de um ponto de vista mais pragmático. Tendo isso em vista, como os ocupantes são capazes de explorar essa área cinzenta na qual se encontram para forçarem os limites institucionais para a articulação uma forma de reconhecimento que lhes caibam?

Diante da inviabilidade da proposta de compra do prédio, uma nova audiência foi marcada para novembro desse mesmo ano. O intuito era o de se avaliar melhor as propostas colocadas na mesa de negociação e regularizar alguns pontos que o próprio coletivo poderia fazer para viabilizar a continuidade das negociações, como a criação de uma associação legal da Ouvidor 63. Esse passo era necessário pois permitiria o coletivo a receber um CNPJ, criar uma conta bancária em nome da associação e estar apto legalmente a negociar com o Estado.

Cabe-se ressaltar que o coletivo não havia ainda entrado nesse processo de regularização formal pela falta de necessidade para as propostas que vinham desempenhando até então: as parcerias com coletivos e outras instituições eram geridas de maneiras desburocratizada e prezando pela horizontalidade nas decisões, prevalecendo as decisões tomadas em assembleias, evitando uma forma associativa que pudesse levar a uma hierarquização interna ou destoasse do modo de funcionamento proposto.

Como foi então o processo da abertura da Associação Cultural Ouvidor 63? Assessorados pelo advogado que passou a acompanhar o processo da ocupação antes da primeira audiência, os ocupantes deram início a um processo de reformulação do estatuto interno, realizando campanhas internas para divulgar o máximo possível esse processo e para os próprios ocupantes tomarem maior conhecimento das regras internas da ocupação. Desde o início desse processo era discutida criação da associação enquanto uma tática do movimento para lidar com o Estado e conseguir avanços em termos de reconhecimento e garantia da continuidade dos projetos desenvolvidos. Enfatizava-se que o modo de funcionamento do coletivo continuaria sendo soberano, mesmo com a criação de uma entidade legal, que deveria seguir processos diferentes de decisão, gestão, documentação e responsabilização. As regras do novo estatuto foram discutidas em assembleias gerais e optou-se por criar uma colegiada com membros voluntários da ocupação, sem a necessidade de filiação a associação para os demais e sem que isso implicasse em qualquer perda de direitos. A colegiada teria como funções atuar

na frente jurídica de maneira mais sistemática, informando o coletivo dos andamentos dos processos, além de procurar novas soluções que se adequassem ao caso da Ouvidor 63.

A primeira delas veio no próprio formato do tipo de associação que foi registrado. Tendo em mente o quão significativo é a organização horizontal da ocupação, buscou-se um formato de associação que não estabelecesse posições de hierarquia, com presidência, vice-presidência, diretoria etc. A associação foi registrada em um formato não-presidencialista, muito atípico para essa finalidade, mas previsto por lei, sendo necessário para o advogado entrar por duas vezes com um recurso na Receita Federal. Os auditores não reconheceram de imediato esse tipo de associação, pois não havia nenhum nome na função de presidência, havendo um entendimento de irregularidade, que depois da apresentação dos recursos foi corrigido, abrindo um novo precedente, uma vez que apesar de existir a possibilidade da criação desse tipo de associação não havia registros da sua implementação.

Até mesmo coletivos que visam a horizontalidade acabam por recorrer ao modo convencional de associação presidencialista, mesmo que entre si saibam que esses cargos seriam fictícios e não correspondem à realidade e à dinâmica do grupo. Em nota escrita para a divulgação do feito jurídico, ficam explícitos os valores do coletivo e a mudança do entendimento dos pareceristas, enfatizando o regime da associação enquanto adequado para a comunidade por ser “amplo e versátil”, além de “cientificamente avançado e eficiente”. Nessas idas e vindas a associação só foi ser reconhecida de fato em outubro de 2019, porém só veio a conseguir o CNPJ um pouco depois.

Figura 14 – Trabalhos associativos

Foto: Rose Steinmetz

A Casa Amarela passou por uma etapa semelhante em relação a Ouvidor 63. No dia 12 de setembro, o coletivo voltou a se encontrar com representantes da prefeitura para dar andamento às negociações. A perspectiva, no entanto, era bastante diferente, à essa altura o coletivo conseguiu o apoio do Instituto Sarasá - uma das maiores referências em restauro de patrimônio histórico no Brasil - para se encarregar do projeto de recuperação do imóvel. Nessa reunião apresentou-se um projeto em que o próprio instituto se encarregaria de conseguir as verbas e recursos para executar as obras, colocando a condição que isso aconteceria desde que os ocupantes permanecessem na ocupação e fizessem parte do processo. A parceria com o instituto aconteceu devido ao interesse e afinidade mútuos nos projetos que ambos desenvolviam: se por um lado, a parte de reformas e restauro do casarão representavam um grande desafio para o coletivo da Casa Amarela, por representarem um alto custo e grande especialização do serviço, uma vez que se trata de um imóvel histórico e tombado, por outro o instituto possuía enorme interesse em realizar esse projeto. Isso se deu porque o Instituto Sarasá encontrou na Casa Amarela uma configuração única para poder implementar o conceito de zeladoria colaborativa e afetiva que o instituto propõe, na qual não se visa realizar grandes obras de restauro por serem caras e ineficientes nesse tipo de imóvel. Ao invés disso, a proposta desse conceito é a de capacitar a comunidade que se forma entorno de determinado imóvel a realizar pequenos, porém acertados, reparos cotidianamente, criando vínculos afetivos e de apropriação

do espaço e dando vida a ele. Esse tipo de prática e de relação com o espaço vem a ser exatamente o que o coletivo da Casa Amarela já fazia por conta própria e também propunha através do seu modo gestão coletiva do espaço.

O encaixe que se forma com essa parceria foi capaz de potencializar a capacidade de ação do coletivo e a ressoar dentro das burocracias estatais. Com a proposta dessa parceria, a situação toma outro direcionamento, ganhando contornos de grande entusiasmo por ambas as partes. Por ter sido apresentado um projeto bastante viável - em uma solução que todos os envolvidos e a cidade saem ganhando, como ainda não havia acontecido ao longo de todo o processo envolvendo a Casa Amarela -, passaram-se a serem logo levantadas possibilidades de termos de concessão de uso e outras alternativas de regularizarem a ocupação.

Para isso, no entanto, o coletivo teria que se regularizar formalmente para conseguir estabelecer essas parcerias, sendo também solicitada a abertura de uma associação. Apesar de ter optado por um modelo mais convencional (presidencialista, mesmo que apenas no papel), o processo de abertura da associação também foi extremamente complicado. Com diversas idas e vindas ao cartório, em função de já haver uma associação registrada na Casa Amarela por uma gestão anterior, foi necessário realizar a atualização dessa; ir atrás de membros antigos, coletar assinaturas e fazer devidos registros, algo que irritou a prefeitura por atrasar as negociações.

Figura 15 - Apresentação de projeto

Foto: George de Santi

A situação da Casa Amarela, no entanto, teve uma reviravolta que quase se tornou dramática. Durante uma das reuniões com a SMC, o coletivo da Casa Amarela foi informado que o processo de reintegração de posse continuava em andamento e que estava para ser emitida uma data para novo mandato de reintegração. Isso aconteceu devido a uma falha de comunicação (intencional, ou não) da prefeitura em não notificar o Ministério Público de que as negociações já estavam em andamento, requisitando assim a suspensão do processo. O cenário assim, voltou a ficar instável para o coletivo de ocupantes, uma vez que o processo de reintegração estava novamente em eminência e as dificuldades de formalização burocrática estavam desagradando a prefeitura, que passou a pressionar o coletivo, ameaçando encerrar as negociações e correr com o processo de reintegração caso o processo de regularização não fosse agilizado.

Aqui podemos tomar outra dimensão da institucionalização como foco. A institucionalização de eventos pregressos aparece como atuante mesmo depois que esses eventos já passaram e a interação entre a SMC e a Casa Amarela encontra-se em um outro momento. O registro de uma associação realizado por uma gestão anterior, acaba limitando a ação dos próprios ocupantes atuais, não necessariamente por reativar uma disputa pela gestão do espaço, visto que a atualização dos nomes do cadastro foi bastante amigável e tranquila, mas

por ter tido um custo de tempo precioso, em um momento tenso e também por direcionar uma forma específica de associação, não havendo muita margem para inovação ou criação nessa instância, como foi o caso da Ouvidor 63. Por outro lado, temos uma ambiguidade na relação do poder público nessa situação. O processo de reintegração de posse que foi reativado para que a prefeitura não fosse multada pelo MP enquanto seguiam as negociações quase inviabilizou os trabalhos realizado pela SMC em parceria com a Casa Amarela, que avançavam em um sentido positivo para ambos. Esse processo judicial, por sua vez, apesar de refletir a disputa entre outros atores da burocracia estatal e os ocupantes, não deixou de ser utilizado pela SMC como forma de pressionar os ocupantes para se formalizarem o quanto antes e em um formato que fosse mais conveniente para os interesses da SMC.

Em meio a todo esse cenário de negociações, avanços e revezes jurídicos para ambas as ocupações, um de episódio que ganhou grande relevância foi a audiência pública de conciliação realizada em 6 de novembro de 2019. Essa audiência já possuía um caráter diferente das demais por desenhar um cenário mais favorável, apesar de incerto, para o coletivo da Ouvidor 63. Após terem afastado nas audiências anteriores a possibilidade de reintegração de posse por risco estrutural do edifício e a “alternativa” da compra do edifício, o coletivo teria a chance de apresentar mais detalhadamente os seus trabalhos perante a justiça e buscar uma decisão que favorecesse o coletivo de uma maneira mais ajustada a forma de trabalho que vinham fazendo até então. Outro fator relevante é o juiz convocar para essa audiência, além das partes interessadas, diversos órgãos de governo, nas áreas da cultura e habitação, principalmente, para comporem a audiência⁵⁷, indicando uma abordagem mais intersetorial para tratar da questão, como ainda não havia sido realizado, apesar de tentativas anteriores de se enquadrar a questão sobre esse prisma por parte dos ocupantes.

⁵⁷ As entidades convocadas pelo juiz foram: Secretaria Estadual da Habitação; Secretaria Municipal da Habitação; Secretaria Estadual da Cultura; Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo; Conselho Municipal da Habitação; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo; Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Além disso, as partes também puderam convocar outras entidades e pessoas para comporem a audiência. A Ouvidor 63 convocou uma lista grande de apoiadores, inclusive eu, para apresentarem depoimentos nessa sessão.

Figura 16 - Audiência

Foto: Rose Steinmetz

Para essa audiência o coletivo da Ouvidor 63 preparou uma apresentação que explorou a transversalidade dos serviços sociais que a comunidade prestava a sociedade. Para além das atividades culturais, oficinas, shows apresentações etc., foi ressaltado o trabalho que era feito na economia criativa, através da prática do “recicla” em diversas áreas, como na moda sustentável, na utilização de materiais reaproveitados na constante reformulação dos espaços e mesmo como matéria prima nas artes plásticas. O trabalho do coletivo de mães e pais da ocupação também foi de grande destaque, por expor uma pedagogia própria da ocupação, na formação de uma pequena nova geração permeada pela arte e pela criatividade, mostrando que o espaço não é somente adequado para menores, ao contrário de imagens estereotipadas de ocupações como lugares inseguros e insalubres, como também oferece um enorme potencial de desenvolvimento infantil e empoderamento. A apresentação expôs a diversidade dos integrantes da ocupação em sua composição social e internacionalidade, além de ressaltar que se tratam de pessoas de baixa renda que vivem na ocupação, sendo essa necessária para que esses artistas possam viver de seu trabalho no centro da cidade.

O direito a cidade foi por sua vez evocado na fala, por gravação de vídeo, da urbanista Raquel Rolnik. De acordo com a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), a Ouvidor 63 realiza na prática a garantia de moradia e cultura no centro da cidade para pessoas de baixa renda de maneira autogerida, sendo uma prova de que é possível realizar uma outra forma de gestão pública. Por fim, Rolnik enfatiza que essa forma seria inclusive

prevista em termos legais, sob os termos das definições do uso social da propriedade e dos instrumentos para o reconhecimento do usufruto coletivo de áreas de interesse social, chamando assim pelas suas implementações para o caso da Ouvidor 63⁵⁸.

A audiência contou ainda com as falas de diversos apoiadores, porém as falas mais assertivas e que acabaram dando o tom da audiência vieram dos professores Caio Santo Amore e de João Sette Whitaker, ambos do LabHab da FAU-USP. Esses dois atores tiveram um lugar de destaque nas suas falas, visto que o último deles já havia sido secretário de habitação durante gestão Haddad (PT) e ambos trabalharam com o Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço, que teve o seu piloto na ocupação da Ouvidor no final dos anos 90. Essa experiência já havia levantado e proposto soluções, de maneira coletiva e interdisciplinar, para grande parte dos problemas de requalificação e de uso social daquele mesmo imóvel vinte anos atrás, com a diferença de que era o Movimento por Moradia no Centro (MMC) que ocupava o prédio naquela ocasião, ao invés dos coletivos de artistas de agora.

Em sua intervenção⁵⁹, o professor João Whitaker foi assertivo ao afirmar que os possíveis riscos que o prédio poderia apresentar eram decorrentes do seu desuso, sendo esse traço a principal característica do prédio nas últimas décadas. De acordo com o professor, o desuso possibilitaria o agravamento de problemas estruturais pela falta de manutenção e zeladoria, além de se tornar o prédio vetor de doenças e possível ponto para o crime organizado. Sendo assim, a responsabilização pelo desuso deveria ser voltada ao proprietário, por permitir, por incapacidade ou negligência, que essa situação de abandono se perpetue. No caso, além do governo do estado de São Paulo, proprietário do prédio, a prefeitura também seria responsável pela situação, uma vez que essa dispõe mecanismos e é responsável por regular o uso e ordenação do solo, a fim de evitar a proliferação de espaços vazios e incentivar o uso através da regulação. O professor compara os mecanismos de punição que existem na jurisprudência brasileira para proprietários privados que não fazem uso de seus imóveis como notificações, aumento progressivo de IPTU e até desapropriação, com a ausência de mecanismos que são operados quando esse imóvel é público. Esse descompasso levaria à situação daquela audiência, em que a ação estava sendo movida contra os artistas que deram o uso que o Estado não conseguiu nos últimos anos, ao invés de se estar sendo endereçada ao Estado a

⁵⁸ Depoimento de Raquel Rolnik está disponível na página do *Facebook* da Ouvidor 63: <<https://www.facebook.com/2819412408076367/videos/525698328254471>>. Acesso em: 13/10/2020.

⁵⁹ A intervenção do professor João Whitaker foi gravada e está disponível na página do *Facebook* da Ouvidor 63 <<https://www.facebook.com/watch/?v=603880967021664>>. Acesso em: 15/10/2020.

responsabilização pelos problemas estruturais do prédio. O professor saúda o intuito da audiência em se buscar uma solução no sentido de potencializar o trabalho do coletivo de artistas e finalmente estimular o uso desse imóvel. Por fim, Whitaker destaca que o caso da Ouvidor 63 é emblemático por combinar as funções sociais de moradia e de cultura, propondo que se forme um grupo de trabalho composto por responsáveis da prefeitura, do governo do estado, do coletivo de ocupantes e de assessorias técnicas para se pensar em modelo de regularização adequado para esse caso em específico.

Após essa fala, a audiência foi se encaminhando nesse sentido. Foram afastados outros argumentos evocados pela procuradoria que pudessem redirecionar o debate, como o argumento de que os ocupantes deveriam respeitar as “filas” por habitação, isto é, entrarem em um cadastro em programas de políticas públicas de habitação, como o Minha Casa Minha Vida, e esperarem o chamamento como os demais, não sendo justo, que eles ultrapassassem essa lista de espera ao ocuparem o prédio. O argumento foi fortemente repudiado pela Defensoria Pública, que expôs o entendimento que não existe algo como uma fila única para a habitação, nem que isso seria desejável, havendo um “feixe de filas” que viria da convergência de diferentes casos, ou seja, não seria nem justo, nem lógico, remover uma comunidade que já desempenha um papel de cumprimento da função social da propriedade e garante o direito a habitação (e a cultura, no caso), para realocá-la em outro contexto, desestruturando-a e aumentando os *déficits* que se busca diminuir, tudo em função do cumprimento de uma suposta fila. Esse entendimento passou a se tornar uma postura recente da Defensoria Pública, em função da pressão exercida por pelos movimentos de moradia e seus apoiadores, com especialistas em políticas públicas, pesquisadores etc., como veio a informar Whitaker posteriormente. O “argumento das filas” é historicamente utilizado para deslegitimar a ação de movimentos desse tipo, sendo significativo que Defensoria Pública o tenha rebatido, mostrando acordo com não só os ocupantes da Ouvidor 63, mas como também com outras lutas populares históricas.

Outro argumento que foi mais uma vez afastado foi o da venda do prédio para os ocupantes. Mesmo após demonstrarem as contas e exporem que o tipo de economia criativa que desenvolvem não seria compatível com os valores propostos pelo governo do estado, essa possibilidade foi levantada novamente. Mais uma vez, foi explicada que essa era uma das ideias menos viáveis de solução, dados os motivos já colocados anteriormente. No entanto, nessa nova argumentação foi adicionado - novamente por João Whitaker - que seria ainda mais injusto o Estado ser financeiramente recompensado pela sua própria irresponsabilidade. De acordo com

o professor, o Estado que estaria em dívida em primeiro lugar, por ter permitido o abandono do prédio, e por sua incapacidade de regular alguma forma de uso, sendo que várias já haviam sido propostas para aquele edifício em específico, mantendo a coerência com a sua fala anterior e pressionando para que essa hipótese fosse retirada da mesa de negociação.

Essa fala expõe uma racionalidade perversa da administração pública para esse caso. O processo de sucateamento de serviços e espaços públicos como forma de justificar a sua privatização é uma prática conhecida de governos neoliberais. No caso das ocupações, essa racionalidade está no centro do problema a ser combatido pelos ocupantes: a especulação imobiliária e os processos de valorização da terra pelo seu abandono, que geram *déficits* habitacionais e gentrificação nos centros urbanos. Como discutido, esse processo tem o Estado como agente chave para levar adiante essa manutenção de desigualdades. Chamam a atenção, para o caso do imóvel da Rua do Ouvidor, número 63, os esforços que o Estado desempenhou para manter o imóvel vazio durante as décadas em que as duas ocupações lá aconteceram. Tanto a ocupação promovida pelo MMC na virada dos anos 2000, quanto a promovida pelos artistas atualmente apresentaram uma série de propostas e estudos, junto a assessorias técnicas, de como seria possível devolver esse imóvel ao uso público, enquanto realizavam isso na prática. No entanto, essas propostas e esses trabalhos parecem ser ignorados ao se apresentar uma proposta de venda do espaço. Mais do que isso, a proposta de venda do imóvel não é direcionada a qualquer ator - como poderia ter sido efetivada ao logo desses anos, em constatando-se que isso seria benéfico para o Estado – mas, para os próprios atores que estão empenhados em recuperá-lo e em denunciar essa lógica de se auferir lucro sobre o abandono. Chega a parecer irônica a situação, mas ela revela o quão arraigada essa lógica está na administração pública em questão⁶⁰.

Políticos e representantes de entidades fizeram coro as falas anteriores em prol da Ouvidor 63, reafirmando o desejo de que a audiência apontasse para uma negociação que garantisse a permanência dos ocupantes e a continuidade dos trabalhos com o reconhecimento

⁶⁰ A compra de imóveis por coletivos ou movimentos de ocupação pode ocorrer em diversas situações, não há nada de intrinsecamente errado com isso. Há registros de compras de imóveis por esses movimentos em que se chegou a uma negociação e que ambas as partes estiveram de acordo. Na Europa, existem fundos de organizações sociais que incentivam esse tipo de prática, como me informou o professor Giuseppe Micciarelli, que atua na esfera legal pela regularização de ocupações a partir de Nápoles. Algumas organizações obtêm recursos para a compra por meio de fundos como esse ou organizam uma forma de financiamento próprio. Outras, chegam a comprar os imóveis ocupados por valores simbólicos como 1 euro, por exemplo, a depender da negociação com o governo ou proprietário. O que causa espanto para o caso da Ouvidor 63 é a surdez e a fixação que essa proposta traz ao ser recolocada na mesa de negociação, ignorando o histórico de mobilização social em torno daquele edifício e as condições concretas do coletivo de ocupantes presentes em arrecadar os valores estipulados.

da administração pública. Nesse cenário, formou-se um ambiente bastante favorável ao coletivo de artistas, isolando os representantes do estado e do município, que chegaram inclusive a se desentender, tentando responsabilizar um ao outro pelas críticas. Aqui pudemos observar as tensões internas às burocracias do Estado em relação ao caso da Ouvidor 63. Enquanto os procuradores do município e do estado demonstravam interesse em se livrar da situação, passando a responsabilidade para outros atores, seja com a venda do prédio para os ocupantes, seja tentando transferindo o enquadramento do problema para outro setor da burocracia, representantes da Defensoria Pública, da SMC, Secretaria de Habitação, além dos outros atores sociais se mostraram dispostos a colaborar para a permanência da ocupação e para o encaminhamento de uma forma de regularização adequada para o caso.

Outro tensionamento veio acerca do uso da palavra “híbrido”, mencionada pelo codeputado estadual Jesus dos Santos (PDT), da Bancada Ativista, levantando um duplo entendimento: se se referia ao uso que se faz do espaço, cultural e de habitação, ou se se tratava da forma de gestão, híbrida enquanto gerida por Estado e sociedade civil conjuntamente. Essa ambiguidade é interessante pois pode se tratar de todos esses sentidos, afinal tudo isso estava em discussão, tudo isso estava em disputa.

Podemos pensar essa situação pelo conceito de desentendimento de Rancière (1996). Ao passo que os ocupantes pressionam pelo reconhecimento da sua forma de organização, que destoa dos modelos aceitos e previstos pelo arcabouço estatal, a promotoria processa essa demanda como ininteligível e procura determiná-la dentro de uma esfera do controle institucional. Além disso, esse desentendimento coloca em evidência a interação multifacetada entre as ocupações e os diferentes agentes do Estado. Esse caráter híbrido, ainda indefinido e que se procura entender reflete os diferentes interesses em jogo colocados nessa audiência. Temos, por um lado, algumas burocracias estatais tentando levar esse conceito para um ponto de vista da gestão, como forma de garantirem um maior controle do poder público sobre a ocupação. Por outro lado, a apresentação dos ocupantes enfatiza a transversalidade dos usos colaborativos do prédio e como isso se reflete atravessando diversos setores de política pública, pressionando por uma forma de institucionalização mais flexível, que atenda às demandas de reconhecimento da ocupação e dos diferentes projetos desenvolvidos lá, porém respeitando a sua organização interna. Não se trata, pois, de uma falha de comunicação, visto que a exposição deixava evidente o sentido da discussão. A promotoria age no sentido de manutenção da ordem como forma de frear uma possível redistribuição estética, tentando restringir o entendimento do conceito para essa situação.

Por fim, dado esse embate em perspectiva, foi levantada a ausência de instrumentos específicos para lidar com o caso da Ouvidor 63, justamente pela dupla função social que exerce, não sendo possível chegar a um acordo naquela sessão. Desse modo, o juiz de conciliação pede a suspensão da liminar de reintegração de posse e determina a criação de um grupo de trabalho para se chegar a um modelo de regularização a ser apresentado na próxima audiência, prevista para seis meses depois.

O resultado da audiência foi recebido pelo coletivo da Ouvidor 63 como uma vitória e um alívio, por ter afastado a possibilidade de reintegração de posse e dado uma nova perspectiva de realmente se avançar na consolidação legal da ocupação⁶¹. Diante da possibilidade de abertura de um precedente que esse novo cenário colocava, a colegiada da Associação Cultural Ouvidor 63 continuou a se reunir semanalmente com o advogado, pesquisadores e apoiadores para tratar das questões futuras. Nessas reuniões foram discutidas as possíveis estratégias e modelos jurídicos que pudessem servir para o caso da Ouvidor 63, sendo discutidos ferramentas como concessões de uso, prazo de concessão e renovação, outorgas onerosas pelos serviços já prestados pelo coletivo - de recuperação do prédio, inclusive -, criação de um conselho de ZEIS 3 para região, acompanhamentos de reuniões sobre PPPop, entre outras. Tive a oportunidade de colaborar com essas reuniões trazendo algumas experiências internacionais, onde esse tipo de regulamentação já existe e os diferentes processos que levaram a esse reconhecimento, levando a diferentes formas jurídicas, mais ou menos inovativas, para o reconhecimento de ocupações com características próximas a da Ouvidor 63. Dessas reuniões saiu a iniciativa de se elaborar um questionário e um texto de apresentação para circular por diversas ocupações no mundo - mas principalmente na Europa, onde se há mais documentação, acesso e legislações disponíveis -, chamando por colaboração em questões jurídicas e para eventuais outras parcerias. Foram disparados e-mails para mais de 40 ocupações, e tendo a devolutiva de ocupações culturais que são referências em seus países como a Can Battló, em Barcelona e a Das Gängeviertel, em Hamburgo, que colaboraram respondendo às perguntas e enviando cópias de seus contratos firmados e dos projetos apresentados para com suas respectivas municipalidades. Além disso, entramos em contato com a Kasa Invisível e o Espaço Comum

⁶¹ Em conversa com um dos ocupantes em julho de 2019, o tom era de grande pessimismo. Quando perguntei a respeito de como andava o processo e quais seriam as possibilidades para resistir a essa tentativa de reintegração de posse ele descartou qualquer possibilidade de chegar a qualquer acordo com o Estado. Na visão dele, o Estado não tinha interesse nenhum em manter a ocupação funcionando e assim que pudesse iria reprimi-la, e não haveria como resistir quando isso acontecesse, sabendo-se que a força utilizada seria completamente desproporcional. Assim, havia a expectativa que um resultado desfavorável na justiça encaminharia para esse cenário praticamente irreversível.

Luís Estrela, ambas ocupações autogeridas que desempenham funções socioculturais na cidade de Belo Horizonte. Nas reuniões e trocas de e-mail que foram feitas com essas ocupações foi possível iniciar um canal para a troca experiências, informações sobre luta por permanência e reconhecimento, além da abertura para a colaboração para a realização de atividades diversas em um futuro próximo⁶².

O resultado da audiência pública da Ouvidor 63 teve desdobramentos para o caso da Casa Amarela. No dia 28 de novembro, a Secretaria Municipal de Cultura do município convocou o coletivo da Casa Amarela para uma nova reunião, da qual fui convidado a participar pelo coletivo. A esse ponto, a situação continuava incerta, devido ao processo de reintegração ainda estar em andamento, principalmente pela situação da ocupação do anexo, que apesar de não possuir relação com o coletivo da Casa Amarela entrava no mesmo processo devido a certidão do terreno ser a mesma. Como sugestão para resolver esse entrave e dar continuidade às negociações, a própria secretaria cita e sugere que se convoque uma audiência pública de conciliação como fez a Ouvidor 63. Otimista em relação aos resultados obtidos nessa audiência, a secretaria vê nessa estratégia uma forma de se obter um efeito suspensivo do processo de reintegração por algum tempo. Esse tempo extra permitiria que se resolvesse a situação da ocupação do anexo e simultaneamente, pudesse encaminhar uma negociação diretamente entre a Secretaria Municipal de Cultura - a qual o imóvel havia sido repassado pelo IPREM, mas que não pode tomar posse por esse já estar ocupado quando a transferência foi feita – e o coletivo da Casa Amarela, visando a implementação de um centro cultural no imóvel, o que convergia com a agenda de ambas as partes, apesar do formato ainda não ter sido definido.

4.3 Ocupações na pandemia, voltar-se para dentro, espera e redes de apoio mútuo

Com a pandemia do Corona Vírus em 2020 as audiências públicas agendadas foram suspensas, bem como foram congelados os grupos de trabalho encarregados de estudar modelos e apresentar uma proposta para o caso da Ouvidor 63. No caso da Casa Amarela, a primeira audiência que trataria propriamente da situação do coletivo de artistas é que foi suspensa, apesar de em 10 de janeiro desse ano ter sido realizada uma audiência para se discutir a situação da

⁶² Apesar de passarem por uma situação diversa da Ouvidor 63 – a Kasa Invisível é uma ocupação em um conjunto de imóveis privados se encontra-se sob ameaça de reintegração de posse, ao passo que o Espaço Comum Luís Estrela já é um centro cultural regularizado, mas não desempenha função de moradia -, a experiência foi muito rica em termos de trocas e da criação de uma rede de contatos para fora de São Paulo.

ocupação no anexo ao lado da Casa Amarela, sendo determinada a reintegração de posse parcial (somente do anexo) para o dia 14 de março e não havendo mais recursos legais cabíveis para aquela ocupação⁶³.

A pandemia, trouxe de imediato questões bem mais graves do que o andamento da regularização para as ocupações. Sem a possibilidade de receber público e de se apresentarem em outros luars fora das ocupações, todas as atividades programadas foram suspensas e as fontes de renda foram abruptamente reduzidas, tendo em vista que a economia criativa dessas ocupações gira basicamente em torno da interação com o público seja nas apresentações de rua ou dentro dos espaços ocupados. A alternativa das *lives* que foi a mais comumente adota e popularizada no meio cultural, por coletivos e artistas renomados, conhecidos ou não, ao longo da quarentena se mostrou mais uma dificuldade, uma vez que não havia uma estrutura prévia para se adequar as condições para a transmissão de atividades nesse formato. A ausência de equipamentos próprios como câmeras, computadores, microfones, luzes etc., bem como o acesso a uma conexão de internet potente que permitisse a estabilidade da transmissão, que eram problemas de falta de estrutura antigos das ocupações, passaram a se fazer muito mais urgentes.

No caso da Casa Amarela, essa dificuldade foi contornada bastante em função da parceria que os artistas haviam estabelecido no ano passado com a Tribuna Afro Brasileira, que disponibilizou equipamentos para a criação de um mini estúdio de gravação dentro do casarão, que somado ao trabalho de um número reduzido de colaboradores possibilitou a gravação de uma série de espetáculos de teatro, monólogos em sua maioria, com linguagem acessível em libras, além da realização de um festival *online*. O caso da Ouvidor 63 foi mais dramático. O coletivo dispunha de menos recursos e de praticamente nenhuma rede de conexão com internet para o prédio, o que deixa a situação mais grave se pensarmos que há um número muito maior de ocupantes que se encontraram impossibilitados de levarem de qualquer forma o seu trabalho

⁶³ A ocupação do anexo do complexo arquitetônico da Visconde de Ouro Preto, em que se situa a Casa Amarela, era gerida por um grupo autônomo não ligado a nenhum movimento social, e mantinha-se fora da vista pública como estratégia de permanência (tipo de ocupação já mencionado no Capítulo II), não publicizando as demandas da ocupação e nem estabelecendo relações com outras ocupações, inclusive com a Casa Amarela, que de acordo com relatos dos artistas-residentes, realizaram pouquíssimas atividades em conjunto, mais voltadas para as crianças da outra ocupação. A decisão pela reintegração parcial se deveu por conta de a estrutura do anexo estar severamente mais deteriorada do que a da Casa Amarela, que passou por reformas nos anos 90 quando foi uma creche, diferentemente do anexo que ficou décadas abandonado. Além disso, os ocupantes do anexo já haviam negociado e recebido benefícios da Assistência Social para deixarem o local - acordo que foi oferecido, mas não aceito para os ocupantes da Casa Amarela -, o que do ponto de vista jurídico esgotava a possibilidade de recursos para permanecer no local. A reintegração parcial ocorreu de fato no dia 14 de março de 2020, não havendo conflitos graves, mas sob um clima de enorme tensão por todas as partes, como me relatou um ocupante da Casa Amarela.

para fora do prédio. Os principais dispositivos utilizados pela Ouvidor 63 durante os primeiros meses da quarentena foram os aparelhos celulares e os pacotes de dados de cada artista-residente⁶⁴, no compartilhamento de vídeos, músicas e fotos do cotidiano na ocupação. Algumas filmagens de apresentações e registros mais detalhados foram feitas somente quando uma fotografa, das colaboradoras mais ativas, voltou a frequentar o prédio, depois de uma baixa no primeiro momento da pandemia na cidade de São Paulo.

A situação pandêmica exigiu, para muitas pessoas e coletivos, um movimento de voltar-se para dentro, o que se tornou um lugar comum de se dizer, porém no caso dessas ocupações artísticas assume uma conotação bastante significativa. Nesse sentido, foram intensos os trabalhos internos realizados em ambas as ocupações tanto no que se refere a manutenção do espaço, na (re)organização dos coletivos e na busca de estratégias de sobrevivência e de formação de redes de solidariedade durante a crise.

Figura 17 – Trabalho só

Foto: Rose Steinmetz

⁶⁴ Algumas reuniões com colaboradores de fora chegaram a ser bastante precárias - como as reuniões da colegida da associação, por exemplo -, tendo de ser feitas via *whatsapp*, o que limitava o número de participantes externos a ocupação e dificultava a escuta das falas dos ocupantes, uma vez que a depender do número de participantes (por volta de 15, na média) esses ficavam muito distantes de um único celular posicionado do lado oposta da mesa. Outro exemplo eram reuniões que necessitavam de computador com internet para acontecerem e precisavam ser agendadas com grande antecedência e dependiam da disponibilidade de empréstimo de um ou outro morador, sendo que apenas um andar contava com conexão com internet. Contudo, as reuniões não deixaram de acontecer e a comunicação não foi interrompida por momento algum.

Uma questão que tomou bastante destaque no cotidiano das duas ocupações durante a quarentena foram as reformas dos imóveis. Novamente, a Casa Amarela contou com uma maior infraestrutura de suporte, devido a colaboração que já estava em andamento com o Instituto Sarasá desde as negociações com a secretaria de cultura do município no ano de 2019. Obras emergenciais mais pontuais foram autorizadas pela prefeitura ainda no começo da pandemia, sendo que em 3 de setembro foi assinado um termo de permissão para a continuação das obras de restauro no casarão envolvendo a colaboração entre o coletivo dos ocupantes e o escritório do instituto. As circunstâncias do distanciamento social, no entanto, não permitiram que o processo do restauro fosse iniciado da maneira como era esperado pelo projeto inicial dessa colaboração. Não foi possível trabalhar destarte com o conceito de zeladoria coletiva e afetiva, em que seriam realizadas oficinas com ocupantes, colaboradores, apoiadores e estudantes de restauração para ensino das técnicas e dos processos de restauro na medida em que iriam se reformando os espaços do casarão, de maneira que a própria comunidade que se formou em torno da ocupação se apropriasse desse processo e desse espaço.

Figura 18 - Zeladoria

Foto: George de Santi

Na Ouvidor 63, se por um lado não se contava com a estrutura de um escritório de arquitetura ou algo que o valha, por outro os esforços dos artistas-residentes nas reformas foram intensificados, assim como as campanhas por doação de materiais. Com os materiais

arrecadados e com a reciclagem de outras estruturas foram realizadas obras: no terraço, deixando-o em melhores condições para a horta coletiva; na estrutura do teatro do subsolo; na criação de uma brinquedoteca na garagem; na construção de um estúdio de gravação de música; e na reestruturação da biblioteca, para citar algumas. Além disso o coletivo buscou por diversos profissionais que pudessem colaborar com uma vistoria do prédio organizada pelos próprios ocupantes, procurando obter um laudo oficial que atestasse que não há riscos estruturais para o prédio, como já havia sido constatado algumas vezes, por diversos grupos de estudos de arquitetos e outros profissionais que visitaram e realizaram outros trabalhos no prédio, mas ainda não havia sido oficializado em vistoria pela perícia.

Figuras 19 e 20 – Quem vê *close* não vê corre

Fotos: Rose Steinmetz

O momento de convivência mais intensa também foi utilizado para se repensar as próprias estruturas dos coletivos. Em termos de organização, a Ouvidor 63 realizou diversas assembleias com o intuito de reformular o estatuto interno (*estatuto de fato*), visando garantir maior participação nas decisões coletivas e deixando mais claros os direitos e deveres dos ocupantes de maneira geral. Foi discutida e deliberada a inclusão de algumas sanções para aqueles que não cumprirem com atividades fundamentais como não comparecer a portaria no seu turno ou não participar das assembleias injustificadamente, algo que ainda não estava colocado nas formulações anteriores. Atenção especial foi direcionada nesse processo a grupos específicos como o de mães e pais, que nas reuniões do coletivo, com apoio de pesquisadores e pedagogos, deram início a elaboração de um plano político-pedagógico para estruturar um projeto de educação próprio: multicultural, de empoderamento e voltado para a justiça social e às artes e a arte-educação, obviamente, para as cerca de 20 crianças que moram na ocupação⁶⁵. Donos de animais de estimação também se reuniram para definir alguns acordos comuns como referentes a compra de ração, limpeza do prédio, cuidado com os animais, responsabilização por danos causados a outros ocupantes, locais em que é permitida a circulação dos bichos, uso

⁶⁵ A criação de projetos pedagógicos em ocupações e em outros movimentos sociais, como o MST, é uma prática comum que visa complementar a formação das crianças que vivem nesses contextos, ressaltando os valores do movimento e as suas especificidades enquanto algo positivo, ajudando no combate ao preconceito que essas crianças podem vir a sofrer fora da ocupação, como ouvi de algumas mães em ambas as ocupações, em que os filhos/as passaram por essa discriminação, na escola pública, por exemplo, e também colocando as crianças como agentes desse processo, como parte do coletivo, como propõe a pedagoga Márcia Gobbi, ao comentar de seus trabalhos em reunião com a Ouvidor 63.

de coleiras e etc; pontos mais pacíficos, mas que não raras vezes geram problemas quando não discutidos. Por fim foram discutidas as regras para os hóspedes da ocupação. Esse último grupo gera bastante controvérsia pela própria característica de se estar em um lugar mais liminar dentro da ocupação, sendo mais indefinidas as suas responsabilidades. Foram levantadas questões sobre direito a voto em assembleia, possível responsabilização dos hospedeiros por algum problema com o hóspede e regras para evitar a permanência de pessoas que já foram pautadas em assembleia ou até mesmo expulsas da ocupação, através do reingresso enquanto hóspede convidado. Ainda na Ouvidor 63, foram realizadas rodas de conversa nesse período sobre antirracismo pelos e para os próprios integrantes da ocupação, enquanto uma formação interna.

Durante o período de isolamento social a Casa Amarela passou por reformulações na sua organização também, porém de uma maneira bastante diferente da Ouvidor 63. Em função das negociações já em andamento com a Secretaria de Cultura do município, o coletivo da ocupação já estava com um número bastante reduzido de integrantes morando no casarão; após deliberações internas do coletivo, que vêm de discussões desde 2019, chegou-se à decisão de se abrir mão da função de moradia da ocupação, tornando-a, uma vez regularizada, um centro cultural que continuasse com a proposta, a forma de trabalho e autogestão do coletivo, ou seja trazendo a arte e a cultura periféricas para o centro da cidade de maneira acessível, aberta e coletiva. É uma decisão dura de ser tomada, tendo em vista toda a história de luta e de resistência do coletivo para se manter naquela ocupação. Em conversa com um dos integrantes sobre o assunto, na época que essa discussão estava acontecendo internamente, fui informado que a perspectiva não era a de perda, mas a de reconhecimento e consolidação de um ciclo e de um projeto. Nessa que foi uma das conversas mais abertas e sinceras que tive ao longo de todo o trabalho de campo, esse ocupante me falou o quanto era significativo poder consolidar esse espaço, poder pensar em uma perspectiva trabalho de longo prazo ao invés de se preocupar com instabilidades e ameaças um dia após o outro dia e como isso, para ele, trabalhador da cultura e que vinha de movimento de ocupação antes de ir para a Casa Amarela, era um passo importantíssimo - não só para ele, mas para os artistas e coletivos que colaboram com o espaço e também para o movimento.

Dar consolidação a certos projetos para poder se concentrar em levar outros adiante é no fundo o que move os processos de institucionalização em geral. No caso das ocupações culturais isso ganha uma densidade por envolver batalhas do dia a dia dos ocupantes para realizarem seus projetos - não só de trabalho, como também de vida dos seus participantes.

Acompanhar o quão desgastante pode ser entrar e sair de repetidos processos de reintegração de posse, de suportar a hostilidade de vizinhos, resolver conflitos internos e lidar com literalmente todo tipo de contingência, todo tipo de “b.o.” que um espaço aberto a toda a população pode proporcionar, dá outra dimensão do que um processo de institucionalização pode significar. As experiências de vida e de luta não se perdem, é claro, elas ficam gravadas nos corpos que estiveram presentes, mas a possibilidade de consolidar a trajetória do movimento que levou a essas experiências na Casa Amarela sem ter que passar por estes desgastes de novo e de novo também guarda um grande potencial de transformação. Usar da institucionalização como forma de expandir o potencial dos projetos e atender aos anseios do movimento, em particular, e de uma camada sistematicamente excluída da população em um nível mais amplo é uma ação astuta e demonstra um poder de criatividade operando por dentro da instituição. Mesmo se aproximando do formato de um centro cultural, esse espaço não se torna um centro cultural qualquer, ele traz consigo toda essa trajetória de luta e toda a inovação nas formas de gestão e convívio para dentro do âmbito institucional, alargando essas fronteiras.

A conversão para um centro cultural “ocupado”⁶⁶ possibilitaria uma projeção maior dos artistas e mais espaço para o desenvolvimento de mais atividades, tendo em vista que a disposição do casarão apresenta um grande potencial para diversos usos compartilhados de ateliês, salas de ensaio, estúdios etc., mas se torna mais limitado se esses cômodos e salas são utilizados para habitação. Há que se fazer uma escolha entre utilizar os espaços para atividades ou para moradia, a partir de certo ponto. Vale lembrar que o projeto da primeira gestão da Casa Amarela não previa moradia a longo prazo no local, somente a abertura de espaços para ateliês compartilhados. Todavia, como as negociações e audiências não tiveram seguimento até então, um grupo reduzido do coletivo continua residindo na ocupação, com o intuito de não deixarem a ocupação vaga enquanto não tivessem o contrato assinado com a prefeitura, evitando darem brecha para uma tentativa de desalojamento enquanto o processo não se encaminha⁶⁷. O processo de “desocupação”, ou de pós-ocupação, na terminologia que usam alguns movimentos

⁶⁶ A expressão aqui está sendo utilizada de maneira a se referir a forma de gestão e ao projeto, ligados a trajetória da ocupação, uma vez que regularizado e sem pessoas morando, o espaço deixa de ser uma ocupação. Podemos pensar em uma eX-ocupação, no sentido proposto por Massimo Canevacci. Na Europa, se faz essa diferenciação no nome do espaço quando esse é regularizado: passa-se de Centro Social Ocupado Autogerido (CSOA) X, para Centro Social Autogerido (CSA) X, por exemplo.

⁶⁷ O único momento em que os ocupantes deixaram voluntariamente o casarão vago foi em um acordo com a prefeitura, que necessitava que não houvesse pessoas nem bens por um dia para que o imóvel pudesse ser passado para a posse da Secretaria de Cultura, podendo assim dar continuidade com as negociações, processo que estava há alguns anos parado por os ocupantes terem permanecido resistindo no local, antes de haver essa negociação. A própria secretaria se encarregou de armazenar os materiais dos artistas em seus espaços durante esse processo. A transferência da posse ocorreu sem maiores problemas e os ocupantes voltaram logo em seguida.

de moradia, da Casa Amarela reduziu bastante o quantingente de artistas, que porém se mantiveram ativos, como já comentado, desenvolvendo projetos pessoais e para o coletivo, funcionando talvez de uma maneira mais próxima ao projeto do funcionamento do centro cultural, contando com parcerias de institutos e entidades, além de um trabalho mais próximo ao da SMC.

Figura 21 – Um outro lugar

Foto: George de Santi

Apesar dos intensos trabalhos internos que se sucederam devido a pandemia, não era possível voltar-se exclusivamente para dentro para nenhuma das ocupações, uma vez que o sustento dessas depende em grande escala da interação com o público, impedido de frequentá-las. Dessa forma, foi vital para ambas as ocupações integrarem redes de apoio mutuo que surgiram durante a pandemia, em que pudessem receber recursos para além de suas próprias doações e também pudessem repassar esses recursos no território ou trocarem por atividades e outros trabalhos artísticos oferecidos pelas ocupações. Uma das primeiras ações nesse sentido

veio da Casa Amarela, que em abril de 2020 já estava realizando uma parceria com a Rede de Apoio Humanitário nas e das Periferias para receber recursos e funcionar como um ponto de distribuição de mantimentos e produtos de higiene para pessoas em situação de rua no centro. A ocupação abriu os seus os portões para disponibilizar esses itens e forneceu uma estrutura com pia para higienização, que foi chamado de Muro de Gentilezas. Além disso, os ocupantes também contribuíram no preparo e distribuição de alimentos pelo território, na confecção de máscaras a partir de roupas recicladas e na distribuição para outras instituições de mantimentos recebidos através dessa rede.

A Ouvidor 63, por sua vez, integrou outra rede de apoio mútuo, além de ter se aproximado da ocupação 9 de Julho, coordenada pelo MTSC, que ajudou no repasse de recursos e com outras questões organizativas e de estrutura. Como contrapartida, no dia 12 de outubro, Dia das Crianças, o circo da Ouvidor 63 foi a ocupação para realizar uma apresentação especial para as crianças da 9 de Julho. A aproximação com a 9 de Julho já vinha de outros anos e de outros momentos e lutas, como nas discussões do PPPop e no próprio contato com a Dona Carmen Silva, coordenadora da ocupação que alguns membros da Ouvidor 63 possuíam, porém, essa aproximação aumentou durante a pandemia, devido a 9 de Julho ser uma das ocupações de maior estrutura e destaque no centro, e também pela candidatura de Dona Carmen Silva para vereadora nas eleições de 2020, que chegou a convidar a Ouvidor 63 para apoiar sua candidatura⁶⁸.

⁶⁸ O coletivo não apoia formalmente a candidatura, apesar da boa relação, mantendo um dos princípios da ocupação que é o apartidarismo. Esse princípio também é seguido pela Casa Amarela. Por vias de esclarecimento, esse princípio não significa que os coletivos são contra os partidos ou na despolitização, apenas que os coletivos de ocupantes preservam sua autonomia em relação às estruturas partidárias. Isso também não quer dizer que os ocupantes não se relacionem com essas estruturas ou com determinados políticos, como acabamos de ver.

Figura 22 – De ocupa para ocupa

Foto: Rose Steinmetz

Outra articulação importante foi a que se formou em torno dos editais e auxílios emergenciais para a cultura. Os artistas organizaram mutirões de cadastro para conseguir, para além do auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal, acesso aos recursos destinados a Lei Aldir Blanc, enquanto trabalhadores da cultura, mas também para investir no espaço. Outros editais nesse período que receberam grande destaque no circuito das ocupações foram as duas edições o do mapeamento e premiação de Gestão Comunitária em Espaços Públicos Ociosos de São Paulo, elaboradas a partir do Bloco de Ocupações Culturais da Periferia. Esses editais preveem o mapeamento de espaços ocupados autogeridos que desenvolvem atividades socioculturais, além de estipular, no primeiro edital, uma premiação no valor de 30 mil reais para 15 ocupações selecionadas por uma comissão composta por representantes do governo e representantes da sociedade civil indicados pelas ocupações participantes do edital. Apesar de se enquadrarem nos pré-requisitos do edital, tanto a Ouvidor 63 quanto a Casa Amarela ficaram de fora da primeira edição devido ao fato de não possuírem um CNPJ com mais de três anos de existência, como requerido para a inscrição no edital. Por conta de algumas exigências burocráticas e por problemas na articulação e comunicação entre as ocupações culturais, o primeiro edital acabou tendo um baixo índice de ocupações inscritas,

apenas 17, sendo a maioria delas integrantes do Bloco de Ocupações Culturais da Periferia, assunto que será mais abordado na análise adiante⁶⁹.

Até o presente momento da escrita da dissertação, não foi verificada a ocorrência de nenhum caso de Covid-19 nas ocupações, felizmente, já que o cenário de uma possível onda de contágio nas ocupações é desesperador. Tendo em vista a concentração de pessoas, de todas as faixas etárias e de pessoas dentro dos grupos de risco, uma onda de contaminação colocaria a vida de muitas pessoas em perigo. Além disso, uma contaminação traria ainda mais dificuldades nesse cenário delicado para a articulação dos coletivos, devido ao momento de falta de recursos e de trabalho por conta da quarentena e da necessidade de se estar bastante organizados e focados para as negociações com a prefeitura, que apesar de estarem em suspenso, caminham para momentos decisivos.

Figura 23 – Pequena reunião pandêmica

Foto: Rose Steinmetz

⁶⁹ Tanto a confirmação da inscrição no segunda edital de Gestão Comunitária de Espaços Públicos Ociosos, quanto o deferimento dos repasses da Lei Aldir Blanc para as ocupações ainda não aconteceram, até o momento presente da escrita dessa dissertação.

Capítulo 5 – Desdobramentos: desafios de uma análise da ação cultural e da ação pública

Nesse capítulo procura-se aprofundar a análise de como as ocupações culturais da Ouvidor 63 e da Casa Amarela se inserem na malha institucional do Estado. O processo de institucionalização das ocupações, que se intensifica a partir de 2019, trouxe uma série de questionamentos para as próprias ocupações e uma série de novos problemas colocados por esse tipo específico de ocupação para o poder público. Apesar de ainda se tratar de uma disputa nova na cidade de São Paulo, esse tipo de interação encontra ressonância nas experiências europeias abordadas nos capítulos anteriores, o que torna interessante a análise por poder realçar o que há de especificidades e de inovações próprias dos casos de São Paulo, assim como as correspondências que podemos encontrar.

Ocupações de assentamentos são muito comuns no Brasil desde os anos 70, ao passo que as ocupações de edifícios em centros urbanos passam a ocorrer sistematicamente a partir de 1997 (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017). O formato de uma ocupação cultural, no entanto é bastante recente, sendo as experiências voltadas a esse propósito desde o princípio, da Casa Amarela e da Ouvidor 63, duas das primeiras que receberam destaque. Na Europa, esse formato já existe há bastante tempo e apresenta diversos *outcomes* em termos de política pública: *reframings* de políticas, institucionalização em diversos graus, repressão, resistência, tolerância, formação de movimentos organizados, redes de apoio mútuo, experiência de democracia horizontal e auto gestão. O interesse no formato de ocupação de projetos (PRUIJT, 2013) no Brasil, visa assim proporcionar um maior conhecimento de como essa forma de organização se manifesta no Brasil e as relações políticas e institucionais que são ativadas a partir da sua interação com o poder público. Apesar de existirem diversos estudos sobre ocupações produzidos por autores/as brasileiros/as, o olhar direcionado para ocupações de projeto ainda constitui um campo embrionário dentro da literatura brasileira (BOGADO; MANZANO; SOLANAS, 2019). Todavia, foge ao escopo dessa pesquisa realizar uma análise sistemática e comparativa entre os casos brasileiros e europeus. A análise proposta vai no sentido de uma comparação entre os processos internos dos casos estudados, porém acredita-se que a literatura produzida na Europa apresente uma série de categorias, conceitos e formas de análise que colabore para iluminar essa análise, sendo esse um primeiro passo importante para

futuras análises que vão no sentido de se construir essas pontes nos estudos do fenômeno das ocupações de maneira ampliada.

Dadas essas condições, Aguilera e Smart (2016) afirmam que ambos hemisférios, na verdade tem muito o que trocarem uns com os outros, ao invés de esbarrarem em suas diferenças. À exemplo dessa troca, podemos observar como as largas políticas de regularização de territórios informais que acontecem no Sul e “viajam” para outros países, ou como as ocupações do Norte conseguem obter recursos públicos para se desenvolverem sem perderem sua radicalidade.⁷⁰

Os autores colocam que a relação que os movimentos de ocupação desenvolvem com os governos é de fundamental importância para a compreensão do fenômeno. A questão das ocupações coloca um problema de grande complexidade para governantes que, por um lado não podem simplesmente combater a formação de ocupações sendo que existe um problema habitacional e pessoas sem lares, por outro, não sendo capazes de resolverem esse problema, governantes não reconhecem as ocupações como legítimas por isso implicar na revelação da sua falta de capacidade em governar a cidade (AGUILERA; SMART, 2016). Nesse dilema, as ações dos governantes variam dentro de uma escala de ações, que vão de um polo de repressão sistemática as ocupações, a outro extremo de buscarem ativamente a regularização dessas. Todavia, o mais comum são ações que ocorrem em uma zona cinzenta da tolerância, que podem ter diferentes motivações, como a incapacidade de se reprimir efetivamente, ou os altos custos políticos e econômicos implicados nessa ação ou, em outra chave, a regularização em formas parciais com contrapartidas ou, em certas circunstâncias, devido à falta de opção do poder público (SMART; AGUILERA, 2020).

Ainda de acordo com os autores, a persistência desse fenômeno em ambos os hemisférios vem de o fato que as políticas públicas criam tanta ilegalidade quanto resolvem. O reconhecimento de determinado tipo de ocupação ou de grupos de ocupantes em uma região pode significar na perseguição de outros que o Estado apresenta maior dificuldade em lidar (AGUILERA; SMART, 2016). O que fica patente na comparação entre Norte e Sul Global é que apesar do enquadramento enquanto atividade ilegal ou informal em ambos os casos, os

⁷⁰ A campanha Despejo Zero organizada por diferentes movimentos sociais evidenciou essa luta em uma escala global durante a pandemia, realizando um ato online com a participação de representantes de diversos movimentos ao redor do mundo que abordaram os diferentes contextos da luta pelo direito a habitação, as formas de resistência e agendas futuras para se avançar nessa pauta. Chamada para o ato *online* organizado pela campanha disponível em: < <https://polis.org.br/noticias/instituicoes-e-movimentos-sociais-organizam-ato-online-internacional-contra-despejos-e-remocoes/>>. Acesso em: 04/12/2020.

sistemas legais e políticos provém arenas em que os movimentos de ocupação podem colocar suas pautas politicamente, evitarem reintegrações de posse e pressionarem por mudanças legislativas, sendo os processos de reintegração, institucionalização ou tolerância muito menos relacionados as legislações específicas de cada país do que ao processo político que é mobilizado em torno dessa causa (AGUILERA; SMART, 2016).

O levantamento dos diferentes níveis institucionais acionados que são relevantes para esses casos é um ponto de partida importante, uma vez que, na área da cultura, os coletivos de artistas encontram-se em uma situação híbrida de gestão do espaço público. Ao ocuparem prédios públicos, ocupantes promoverem uma grade de atividades culturais sem regulamentação formal da prefeitura, apesar da existência de mecanismos e da orientação institucional para isso.

Considerando o arcabouço institucional existente e as trajetórias das duas ocupações estudadas, como as dimensões da ação cultural, praticada pelos ocupantes e a da ação pública, desempenhada principalmente pelo poder municipal, interagem no processo de disputa em torno das ocupações culturais? Como esse desafio duplo se manifesta em suas nuances, avanços e dificuldades nas tentativas de estabelecer políticas claras voltadas às ocupações culturais? Apresento algumas considerações, a partir desta investigação, que talvez possam ajudar a elucidar esse problema: 1) ausência de um dispositivo específico para lidar com esse tipo de parceria, que transita na fronteira da legalidade, coloca entraves para essa interação; 2) a diversidade de objetivos e recursos das ocupações artísticas leva a uma miríade de possíveis resultados vindos dessa interação, sendo necessário estudos específicos para cada caso; 3) o caráter questionador das ocupações, em suas concepções ideológicas e modos de organização horizontais e autogeridos, conflita com os modelos de operação do Estado; 4) o desentendimento entre ocupações artísticas e poder público acerca das ideias de políticas públicas para a cultura.

5.1 Da disponibilidade de dispositivos institucionais

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo aprovado na gestão Haddad (PT, 2013-2016) estabelece as diretrizes de políticas urbanas a serem seguidas, reconhecendo a implementação de Zonas de Interesse Social (ZEIS) e Zonas Especiais de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural (ZEPEC - APC) como instrumentos de gestão urbana para alcançar

uma série de objetivos, dentre eles: aumentar o direito a cidade e a cidadania, regulação fundiária, promover a gestão participativa, reconhecer diversidades urbanas, estimular a oferta de serviços e equipamentos sociais e culturais e, finalmente, a preservação e valorização de imóveis destinados à formação, produção e exibição pública de produtos culturais e artístico⁷¹.

Somado a esse, o Plano Municipal de Cultura⁷², aprovado em 2016 prevê nas metas 7 e 8 maiores mecanismos de incentivos a gestões colaborativas, a espaços independentes e a uma melhor ocupação dos espaços públicos. O PMC destina ações específicas de médio e longo prazo voltadas a identificação e regularização de espaços públicos ocupados por coletivos de artistas por meio de acordos de gestão colaborativa. A meta de médio prazo aprovada no plano prevê que até 2021, estejam reguladas as ocupações voltadas para arte e cultura identificadas na primeira fase do programa.

Um último instrumento, frequentemente mencionado por gestores públicos, que é relevante para se entender o repertório do poder público para lidar com os casos das ocupações artísticas é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (lei 13.019/2014)⁷³, referido como MROSC. Esse marco regulatório tem como objetivo flexibilizar e desburocratizar as ações de parceria entre Estado e Sociedade Civil, simplificando a celebração de contratos de gestão compartilhada ao não exigir nenhuma titulação específica por parte das OSC, mas focando em outros critérios como tempo mínimo de existência, comprovação das capacidades e atividades da organização e responsabilidade com os recursos públicos, quando há financiamento envolvido. Reconhecendo as Organizações da Sociedade Civil (OSC) como legítimas no exercício de funções públicas, por possuírem expertise e inventividade, o marco regulatório exalta a colaboração mútua entre Estado e Sociedade Civil como positivas para uma gestão pública mais democrática. A construção MRSOC se deu em um contexto de descrédibilização da atuação das ONGs e articuladoras junto ao Estado; apesar de uma grande presença desses atores da sociedade civil na implementação de políticas públicas, questionava-se a transparência com que esses atores atuavam (MENDONÇA; FALCÃO, 2016). A institucionalização do MRSOC dessa forma responde a uma institucionalização programática (GURZA LAVALLE, SWAKO, 2019) desses atores como forma de garantirem a legitimidade

⁷¹ Publicação sobre o PDE disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/um-plano-para-preservar-o-patrimonio-e-valorizar-as-iniciativas-culturais-2/>>. Acesso em: 04/06/2019.

⁷² Publicação completa do Plano Municipal de Cultura de São Paulo disponível em: <https://issuu.com/smcsp/docs/pmc_final>. Acesso em: 04/06/2019.

⁷³ Publicação completa do MROSC disponível em: <http://portal.convenios.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes_SG_PR/LIVRETO_MROSC_WEB.pdf>. Acesso em: 04/06/2019.

do seu trabalho através da comprovação de registros legais, convênios, contratos de parceria com o Estado. A lei sofre uma série de alterações no processo de tramitação e é aprovada em 2015, tendo como principais mudanças simplificações nos termos de exigências (MENDONÇA; FALCÃO, 2016). No entanto como apontam Mendonça e Falcão (2016), existe uma grande resistência ao processo de mudança institucional, persistindo uma "cultura do controle burocrático", muito restrita em termos de visão de parcerias de gestão entre Estado e OSC, o que levaria a problemas de coordenação e entraves nessas interações.

Contudo, apesar dos avanços que o MROSC apresenta em termos de flexibilização, maior autonomia de gestão e atuação em redes (MENDONÇA; FALCÃO, 2016), até agora, se têm notícia de apenas duas tentativas de regulação de ocupações artísticas, através do uso do MROSC: a do Casarão da Vila Guilherme, que desde 2016 se tornou um Centro Cultural integrante da Secretaria Municipal de Cultura, e a da Ocupação Cultural Mateus Santos, em Ermelino Matarazzo⁷⁴, que durante seis meses teve fomento da prefeitura, mas voltou a ilegalidade, após o incidente envolvendo a negociação de renovação de contrato de gestão colaborativa com o ex-secretário de cultura André Strum⁷⁵.

Ambos os Planos Municipais e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil foram fruto de intenso envolvimento da Sociedade Civil no processo de elaboração. Por meio de consultas e audiências públicas, diversas organizações e movimentos sociais de diversos setores puderam expor suas pautas e demandas. Essas, por sua vez, foram incorporadas, reformulando as diretrizes iniciais com o intuito de melhor adequá-las às realidades dos diferentes territórios e das diferentes linguagens, no caso da cultura.

Não obstante, essa maior participação e disputa de atores da sociedade civil em esferas institucionais não se traduz necessariamente em políticas públicas para o setor da cultura. Nos últimos anos, o setor da cultura organizado na sociedade civil aparece como um dos mais atuantes em diferentes níveis de governo, sendo, por um lado, propositivo em espaços e

⁷⁴ O movimento cultural articulado a partir de Ermelino Matarazzo é de grande importância para se compreender parte dos movimentos de cultura periféricos atuais, tendo um papel de destaque na formação do Movimento Cultural das Periferias e do Bloco de Ocupações Culturais das Periferias. A Ocupação Cultural Mateus Santos foi fruto de uma mobilização ao longo de anos demandando equipamentos culturais no bairro por meio de ações como *slams* e outras intervenções nas praças das imediações para chamar a atenção da população para o espaço abandonado. O projeto enviado para a regularização dessa ocupação, em um primeiro momento, foi recebido como modelo para a implementação da regularização de outras ocupações. Porém, tanto o contrato quanto a implementação da regularização de outras ocupações foram logo interrompidos.

⁷⁵ Periferia em Movimento. "Vou quebrar sua cara", diz secretário de Cultura de Dória a agente cultural da Zona Leste. **Periferia em Movimento**. 30 mai 2017. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/vou-quebrar-sua-cara-diz-secretario-de-cultura-de-doria-agente-cultural-da-zona-leste/>> Acesso em: 04/06/2019.

instâncias de planejamento e deliberação participativas, como esses citados e, por outro, se mobilizado para fiscalizar o cumprimento de políticas já estabelecidas e protestar contra cortes de programas, congelamentos no orçamento. Todavia, esse setor tem sido sistematicamente alvo de ataques a agentes culturais, desmontes de instituições e espaços e interrupções de programas⁷⁶, chegando a ter o seu orçamento (o menor, historicamente, entre as pastas) reduzido em mais de 50% nos últimos dez anos⁷⁷, em um nível estadual, prejudicando a continuidade das políticas públicas e a própria credibilidade dos processos participativos. Esses processos, apesar de abrirem espaços para a escuta de demandas locais, apresentam dificuldades em traduzi-las em políticas públicas que perdurem no tempo, em especial ao se considerar políticas de formação artística e de público e de capacitação dos gestores e produtores culturais, setores mais sensíveis às discontinuidades.

Os impasses mostram como a falta de transparência e diálogo nas formas híbridas de gestão podem provocar conflitos e discontinuidades na administração de políticas públicas. Podem, de maneira inversa, resultar em desencaixes entre as práticas e discursos de coletivos e do poder público, sendo importante atentar-se para os processos intermediários que levam a essas tomadas de decisões e que concepções de políticas culturais as sustentam, a fim de se compreender melhor os processos de mudanças institucionais provocados por essas interações (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2016, pp. 7-8).

Existe também uma dificuldade conceitual e prática em se estabelecer critérios e indicadores de avaliação para delimitar as áreas de atuação do poder público no campo cultural, resultando na fragmentação de políticas para as culturas e na discontinuidade de projetos (ROMÃO NETTO, 2015), tornando incertos os rumos tanto das ocupações, quanto da gestão cultural governamental.

O reconhecimento da categoria “ocupação” no Plano Municipal de Cultura apresenta uma forma de institucionalização simbólica (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2019) ao deslocar o entendimento desse tipo de ação e organização social. Passa-se de uma valoração negativa, como por exemplo, entendido como sinônimo ao termo “invasão”, utilizado comumente para designar atos ilegais de quebra do direito à propriedade, e passa a compor o

⁷⁶ Periferia em Movimento. #Retrospectiva2017: Quase quebraram a cara da Cultura. **Periferia em Movimento**. 26 dez 2017. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/retrospectiva2017-quase-quebraram-cara-da-cultura/>>. Acesso em: 04/06/2019.

⁷⁷ DULCE, E. Dória ameaça cultura no Estado de São Paulo: orçamento caiu pela metade desde 2010. **Brasil de Fato**. 6 abr 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/06/doria-ameaca-cultura-no-estado-de-sao-paulo-orcamento-caiu-pela-metade-desde-2010/>>. Acesso em: 04/06/2019.

vocabulário do repertório de ação do poder público, como uma manifestação legítima e capaz de ser alvo de intervenção do Estado na forma de parcerização. A disputa pelo reconhecimento do termo “ocupação” é uma pauta antiga dos movimentos sociais de moradia (NEUHOLD, 2009; BRACONI, 2017), como uma forma de expressar não só uma inversão valorativa, mas também trazer a ideia de transformação pelo uso de um espaço. Articulada para o Plano Municipal de Cultura essa categoria provavelmente vem da atuação do Bloco de Ocupações Culturais das Periferias, em ação conjunta ao MCP, de pressionar por uma definição de metas específicas para as ocupações culturais, visto que essa rede de ocupações tem sido um dos principais atores na implementação dessas metas, através participação na elaboração e avaliação dos Editais de Mapeamento e Premiação de Gestão Colaborativa de Espaços Públicos Ociosos.

Se tratando de uma institucionalização do tipo simbólica, cabe aqui uma reflexão sobre a noção de ocupação quando associada a uma prática ou movimento artístico ou cultural, que se torna mais polissêmica do que quando pensada em outro registro. Não é raro encontrar instituições de arte e cultura que fazem o uso do termo para designar eventos ou exposições nos seus próprios espaços, o que destoa da definição básica de ocupação que estamos utilizando neste trabalho, isto é, a utilização de um espaço sem o consentimento do proprietário (PRUIJT, 2003; MARTÍNEZ, 2013). Tão pouco o uso do termo reflete a luta social travada por coletivos e movimentos sociais ou as suas formas de auto-organização, reapropriação e abertura dos espaços. Por que então se utiliza esse termo, nesses ambientes? Segundo Oliveira Neto (2012), esse tipo de apropriação já havia sido bastante criticado em meados dos anos 2000 em função de uma exposição que ocorreu no Paço das Artes intitulada “Ocupação”, em que o sentido do emprego da palavra era o de criticar a situação de abandono da instituição pelo poder público, convocando os artistas a “ocuparem” o espaço. Nessa discussão artistas que de fato estavam trabalhando em/com ocupações, como na ocasião da *ACMTSC*, criticaram o uso leviano e apaziguado que se fez do termo, desassociado da luta pelo direito ao espaço urbano e contra a propriedade privada⁷⁸.

Essa mesma discussão foi levantada diversas vezes pelos ocupantes da Ouvidor 63 e da Casa Amarela, criticando o uso indiscriminado que se faz do termo no meio artístico e cultural. O contexto político em que isso ocorre, no entanto, é diferente; com o movimento do *Occupy Wall Street* de 2011, o uso de ocupações políticas volta à tona, depois de uma certa

⁷⁸ A discussão completa está disponível em: http://www.canalcontemporaneo.art.br/quebra/archives/2005_06.html. Acesso em: 04/12/2020.

desmobilização dos Dias de Ação Global (MAYER, 2013). Desse momento em diante, a prática de se ocupar espaços como forma de protesto e reivindicação passa a compor o repertório de ação de diversos movimentos sociais, não se restringindo a, predominantemente, movimentos de luta por habitação. No Brasil isso também ocorre, como mencionado no capítulo 2, especialmente após as Jornadas de Junho de 2013. As instituições de arte e cultura, como diversos setores da sociedade, respondem a essa nova cultura de mobilização incorporando o termo para dentro de suas estruturas, como forma de demonstrar abertura e canais de participação. Um exemplo bastante concreto disso é a criação de um programa de ocupação artística na FUNARTE, após essa ter diversas unidades ocupadas no ano de 2016. Isso não se restringe a essa instituição que foi palco do movimento de artista contra a extinção do MinC, mas é observável em diversos programas da prefeitura de São Paulo (e de outras cidades) e outras instituições privadas, como a Caixa Cultural e Itaú Cultural, por exemplo. Se pensarmos a partir dos termos de Martínez (2014), podemos entender a ação dos desempenhada pelos movimentos dessa leva com tendo um efeito de consolidação de novas instituições, uma vez que geraram certa aceitação social dessa forma de organização em um circuito convencional. De fato, existe a percepção dentro do meio das ocupações com que trabalhei de que quanto mais utilizado for o termo, melhor é para a luta política das ocupações, pois demonstra uma vitória do movimento na disputa do imaginário comum. Todavia, essa aceitação pode ser bastante limitada, uma vez que só aceita dentro dos espaços já tradicionais e devidamente controlados em suas intervenções via editais e normas dos espaços. Desse modo, podemos tomar por referência também o trabalho de García et al (2019) e questionar se não ocorre na verdade uma relação de plágio, de discursos e de categorias dos movimentos; ao invés de uma interação mais profunda, que de fato altera essas estruturas, ocorre uma apropriação estetizada do termo.

A expressão “gestão compartilhada”, por sua vez, também reflete um processo de institucionalização que alarga as capacidades do Estado de responder a diversidade dos movimentos encontrados na Sociedade Civil. Não se trata, porém, do reconhecimento de uma ordem simbólica, mas sim de uma dimensão técnico-prática (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2019), por se referir a um instrumento administrativo, encontrado nas formas de organização da sociedade civil, como no caso das ocupações artísticas, que passa a ser entendido como uma possibilidade de modelo de gestão mais atento às dinâmicas da sociedade. Mais do que apenas refletir uma lógica técnico-administrativa, o uso de instrumento está associado com as disputas que levaram a sua implementação, visto que, uma vez institucionalizados, esses passam a

condicionar a ação dos atores, não sendo neutros e expressando uma determinada relação de poder (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007).

De acordo com o diagnóstico sobre gestão compartilhada de equipamentos públicos⁷⁹, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU-PMSP) e a UNESCO, espaços culturais autônomos, sejam eles pontos de cultura ou ocupações, representam cerca de 56% dos equipamentos culturais públicos da cidade. Esses espaços são de grande relevância para o acesso e fruição da cultura, especialmente quando levados em consideração em sua distribuição territorial, sendo mais frequentes em regiões periféricas que apresentam um déficit de equipamentos em relação a população, que por vezes acabam sendo os únicos espaços culturais de um bairro, ao passo que em áreas mais ricas e centrais há uma concentração dos equipamentos públicos.

O documento ainda atesta uma dificuldade do poder público em readequar ou ampliar sua rede de equipamentos para cobrir essa defasagem, sugerindo o modelo de gestão compartilhada para incorporar esses espaços autônomos ao aparato estatal. No entanto, essas tentativas esbarram em entraves jurídicos e burocráticos. Os coletivos culturais autônomos apresentam dificuldades para lidar com a burocracia que essa regularização requer, ao passo que o próprio governo não dispõe de um arcabouço jurídico adequado para lidar com casos de arranjos institucionais mais complexos e informais, como no caso das ocupações.

Apesar de apresentar, dentro da meta 7, uma ação explícita para o fomento e a regularização de espaços ocupados por coletivos artísticos no Plano Municipal de Cultura, os instrumentos que são previstos para isso não entram nas particularidades das ocupações artísticas, referindo-se aos objetos de ação em termos mais genéricos como “espaços públicos e espaços independentes com possibilidades de ressignificação urbana através da ação cultural”, como na ZEPEC-APC do Plano Diretor Estratégico.

Importantes para abranger um grande número de possíveis espaços de interesse sociocultural, esse grau de generalização, todavia, não leva em conta a situação de marginalidade das ocupações artísticas, em que os ocupantes, por definição, não possuem contratos de uso do espaço e também, nos casos da Casa Amarela e da Ouvidor 63, residem de forma irregular no imóvel. Isso leva a uma complicação por envolver questões técnico-práticas, como, como se considera um espaço de moradia dentro de um equipamento de cultura? E outras

⁷⁹ Documento disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/gestao-compartilhada-de-equipamentos-publicos/>>. Acesso em: 05/06/2019.

mais fundamentais, como, considerando-se a forma de gestão horizontal das ocupações, como estabelecer um contrato, nos moldes em que propõe o MRSOC sem que se crie hierarquias entre os indivíduos e os grupos?

Além disso, a rotatividade dos membros e dos coletivos que fazem a gestão dos espaços ocupados não acompanha o ritmo das chamadas, editais e contratos da prefeitura, sendo mais flexíveis e móveis (OWENS, 2013). Muitos nas ocupações apresentam um estilo de vida nômade, enxergando a ocupação como um local de passagem em uma jornada mais extensa. Ou seja, não há como garantir que um indivíduo fique determinado tempo até a política acordada seja entregue; apesar de haver a possibilidade de um compromisso em torno de um contrato ou de um acordo, os integrantes das ocupações têm amplo direito de entrada e saída, dependendo apenas de sua vontade para deixarem a ocupação. Assim, os contratos em rede, mencionados pelo MROSC também acabam sendo insuficientemente inclusivos ao se pensar como isso operaria na realidade das ocupações artísticas. Nesse molde, todos os grupos envolvidos em um contrato desse precisam de um grau razoável de formalização, prestação de contas e comprovação de capacidades e de atividade, além de responderem diretamente ao grupo ou organização que firmou o contrato. Isso destoa de maneira substantiva da proposta das ocupações que é a de gerir o espaço público de maneira horizontal e sem estabelecer barreiras formais para os diversos artistas que lá chegam para apresentar os seus projetos; sabe-se que essas barreiras somente excluem os que tem menos acesso aos equipamentos culturais e a fruição artística.

Nota-se que não são levados em conta traços básicos e constitutivos das ocupações artísticas como: a horizontalidade da gestão, a abertura a qualquer um que queira participar ou propor um projeto, o incentivo a artistas marginais e sem apoio institucional e por fim, o entendimento do espaço como um local de formação artística e de residência. Essas características, quando não consideradas, acabam levando a impasses no momento de estabelecer os contratos, por exigirem mudanças internas demasiadamente repressivas para as ocupações artísticas, alterando fundamentalmente seus propósitos, e, portanto, se tornando pouco interessante nesses termos para uma grande parte dos membros das ocupações.

Existe uma inadequação do encaixe via MROSC para os casos das ocupações culturais da Casa Amarela e da Ouvidor 63. Apesar de refletirem processos de disputa e negociação entre Estado e Sociedade Civil com o intuito de facilitar e a parceria e a autonomia na gestão de políticas públicas, os atores que protagonizaram essas disputas destoam bastante das formas de

organização e atuação dessas ocupações. Por um lado, o MROSC reflete a disputa de ONGs, articuladoras e outros atores da Sociedade Civil já bastante institucionalizados e com uma outra estrutura e arcabouço de recursos para se beneficiarem desse ponto de acesso. Por outro lado, a inclusão da categoria gestão compartilhada via MROSC como forma de regularização da parceria entre ocupações culturais e Estado no PMC reflete um efeito pregresso da institucionalização na forma de atuação da prefeitura, procurando fazer com que as ocupações se adequem a uma forma já conhecida de regularização. No entanto, esse desencaixe vem à tona quando confrontado nos casos específicos⁸⁰.

A audiência pública que abriu o grupo de trabalho para se estudar uma forma adequada de realizar a regularização da Ouvidor 63 evidencia esse ponto. Nessa audiência constatou-se a limitação das ferramentas disponíveis pelo Estado para lidar com um caso híbrido de uso do espaço público envolvendo a ocupação. Se por um lado instrumentos normalmente utilizados para fins dessa natureza, como o Termo de Permissão de Uso (TPU), instrumento bastante simples e que confere algum grau de controle por parte do Estado, não era adequado para lidar com o caso, por não poder ser conferido para a função de moradia, por outro lado, instrumentos como a concessão real de uso para termos de moradia, bastante utilizada por ocupações voltadas para a habitação, não se mostrava uma alternativa, por não permitir outras atividades, como econômicas e culturais dentro do espaço. Ambas as funções são indispensáveis para a Ouvidor 63, desnecessário dizer, além do espaço ser bastante adequado para isso e favorecer esse uso misto.

A falta de um dispositivo específico para lidar com usos mistos de espaços levanta questões não somente para a falta de repertório estatal para lidar com o caso de ocupações voltadas à cultura como também sobre o descompasso do poder público em articular diferentes setores para atender a necessidade crescente de flexibilização das estruturas no tempo presente. Ainda nessa audiência foi proposto pelo professor João Whitaker se pensar em uma ideia de residência-artística que seja um dispositivo capaz de congregiar essas duas funções de uma maneira que fosse *inteligível* para o Estado sem que se precisasse realizar grandes inovações jurídicas, como um caminho pragmático e viável de se seguir com as negociações. A ideia de

⁸⁰ Tendo em vista as ocupações selecionadas para a premiação no primeiro edital de Gestão Comunitária de Espaços Públicos Ociosos de São Paulo, os coletivos integrantes do Bloco de Ocupações das Periferias já anteciparam esse tipo de regularização e se organizaram para preencher os requisitos formais, que são bem próximos aos exigidos pelo MROSC. Isso indica que esse tipo de regularização não é completamente inviável para ocupações culturais. No entanto, cabe ressaltar que para os casos da Ouvidor 63 e da Casa Amarela ela gera entraves, pois essas ocupações se organizam de modo diferente das ocupações do Bloco.

residência-artística vai bem de encontro com a proposta da ocupação, que como procurei expor nesse trabalho e como é um dos requisitos, inclusive estatutário, compartilhado entre os ocupantes da Ouvidor 63: para se poder morar dentro da ocupação é necessário desenvolver algum projeto artístico, próprio ou participando dos existentes, se dispondo a oferecer um retorno em atividades diversas e abertas a um público mais amplo⁸¹.

Ao passo que esse processo de institucionalização ainda está em suspenso, devido ao congelamento do grupo de trabalho durante a pandemia, outros processos avançaram. No ano de 2020, um dos episódios de grande relevância foi o lançamento do edital de mapeamento e premiação de Gestão Comunitária de Espaços Públicos Ociosos na Cidade de São Paulo, elaborado a partir do Bloco de Ocupações da Periferia, do qual a Ouvidor 63 e a Casa Amarela acompanham e participam das discussões. Esse edital é o primeiro lançado com o intuito de implementar as metas 7 e 8 do Plano Municipal de Cultura e voltado especificamente para ocupações culturais. É curioso, no entanto, que no edital não apareça o termo “ocupação”, nem no nome, mas apareça “gestão comunitária”. Em conversa com os ocupantes sobre o processo de elaboração desse edital, foi mencionado que houve uma intensa disputa para se inserir o termo ocupação no edital, porém esse foi barrado pelos representantes do poder público, sendo adotada uma formulação genérica e ampla para se designar a atividade das ocupações culturais, como forma de acordo para que o edital fosse lançado. Isso levanta a questão, porque para o chamamento de atividades em instituições tradicionais se utiliza o termo “ocupação” e para o direcionamento de políticas públicas específicas para ocupações de fato, se evita o uso do termo? Ou, qual é o perigo de se reconhecer a atuação e organização das ocupações da maneira que ela é, não como um simulacro ou nos termos que autoridades gostariam que elas fossem?

Mais do que um problema semântico, a sedimentação que se forma entorno desses processos possui efeitos bastante concretos: para a primeira edição do edital, pouquíssimas ocupações conseguiram se cadastrar para a primeira fase, a do mapeamento, 17, no total, ao

⁸¹ Tive a oportunidade de discutir com o professor e os ocupantes se esse conceito, apesar de promissor para um encaminhamento, já não estaria bastante associado a uma prática institucional bastante individualizada, programada e comprometida com a entrega de determinados resultados. A preocupação era a de não se engessar institucionalmente em torno de um conceito que difere da vida que se leva dentro de uma ocupação como a Ouvidor 63, pautada pelo compartilhamento (de espaços, materiais, lutas e afetos), colaboração (artística e nas funções do dia a dia) e também pela possibilidade de simplesmente estar aberto/a a ir criando e encerrando seus próprios ciclos de acordo com a experiência e avaliação de cada um/a. A discussão caminhou para a possibilidade de uma ressignificação que seria feita do conceito a partir da experiência na ocupação, uma vez esse sendo institucionalizado. Manter-se-ia em aberto essa discussão sobre o conceito ao mesmo tempo em que se procuraria uma forma de articular essa discussão com uma solução legal mais pragmática.

passo que outras 16 inscrições que não atendiam aos critérios foram realizadas, e posteriormente barradas pela banca avaliadora. Instituições como a Escola da Cidade enviaram inscrição por entenderem que possuíam projetos que se enquadravam nos termos “gestão comunitária em espaços públicos antes ociosos”, o que indica uma ambiguidade que prejudica o entendimento e a execução da política pública.

Com essa discussão, podemos avaliar que a institucionalização das ocupações culturais se faz bastante problemática, em certa medida por, em São Paulo, o governo municipal não possuir em seu arcabouço as capacidades necessárias para lidar com essa forma de organização social. Em contrapartida, nota-se um conflito de interesses em aceitar verdadeiramente essas formas de organização de maneira a incorporá-las, quando existe a oportunidade e a articulação para que isso aconteça.

A discussão travada sobre institucionalização de ocupações na Europa traz elementos importantes para refletirmos sobre esse ponto. Se por um lado é próprio das ocupações, em especial as de projeto, introduzir e fomentar experimentações sociais em lógicas que escapam a racionalidade do Estado e do regime neoliberal de governança metropolitana, por outro existem diversos pontos de convergência, ou de encaixe, em que a institucionalização dos repertórios de organização e categorias utilizadas pelos movimentos de ocupação pode ocorrer. Como discutido para o caso de Amsterdam, o governo local procurou articular os encaixes com o movimento de maneira a atender as suas próprias pautas, produzindo um efeito de disciplinação e controle sobre o movimento, ao reconhecer as categorias que esse mesmo estava propondo - uma institucionalização simbólica -, como forma de inovação social que seria traduzida em políticas públicas. Por outro lado, no caso de Barcelona, por exemplo, o movimento de ocupações foi capaz de articular um domínio de agência, elegendo, inclusive a prefeita da cidade, o que levou a criação de formas jurídicas inovadoras que iam no sentido de regularizar as ocupações de maneira muito próxima a organização já praticada por elas. Em São Paulo existe uma disputa em aberto: se por um lado, o governo parte de um diagnóstico semelhante ao de Amsterdam e procura integrar as ocupações ao aparato estatal por meio de políticas públicas, por outro lado, o movimento de ocupações culturais luta pelo reconhecimento de suas próprias formas e categorias, como em Barcelona, levando a uma relação ambígua e descontínua - como procurei explorar até aqui -, mas que caminha em diversos sentidos simultaneamente.

5.2 Das diferentes trajetórias das ocupações Casa Amarela e Ouvidor 63

Isso nos leva ao segundo ponto dessa análise, considerando a heterogeneidade dos coletivos que compõem os movimentos de ocupação, no caso aqui, as de projetos, voltadas para as artes e a cultura, quais foram os elementos das trajetórias das ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63 que levaram as diferentes formas de interação com o Estado?

A relação que as ocupações artísticas possuem com suas respectivas vizinhanças é de grande importância para se compreender o tipo de estratégias que desenvolvem (VAN SCHIPSTAL; NICHOLLS, 2014). Os repertórios de ação mobilizados para reivindicarem sua legitimidade varia bastante conforme a composição dos membros e coletivos que compõem a ocupação podendo apresentar um viés mais ou menos conflitivo com o Estado ou mais aberto a colaboração. A diferentes políticas públicas promovidas, os públicos que essas atraem e com quem dialogam também contribuem bastante para a possibilidade de se promover um encaixe socioestatal ou não. Van Schipstal e Nicholls (2014) analisam a trajetória de duas ocupações em Berlim, ressaltando as diferentes estratégias que cada uma adota, considerando as características internas de cada uma e a relação que possuem com o poder local, tendo em vista que uma se localiza em um distrito conservador e a outra em um progressista da cidade. Aqui, um movimento analítico semelhante se torna interessante para se pensar os casos da Casa Amarela e da Ouvidor 63 em São Paulo.

A Casa Amarela faz fronteira com um bairro altamente elitizado, Higienópolis, historicamente desenvolvido para abrigar uma nova elite que vinha para a cidade no começo do século passado, e conhecido por, recentemente, ter rejeitado uma estação metrô, pois a associação de moradores tinha medo que isso pudesse trazer “gente diferenciada” para o bairro⁸². Dessa forma, o projeto da Casa Amarela acaba sendo altamente conflitivo com os interesses da região, por trazer, para o centro a cultura e a estética da periferia. São frequentes as reclamações de uma parte da vizinhança por conta do modo de vida e do modo de vestir que os artistas tem, e o tipo de atividade que desenvolvem, reclamações sobre barulho e os pixos da fachada também são comuns⁸³. Muitas vezes, é claro, essas impressões são preconceituosas e

⁸² CIMINO, J. Moradores de Higienópolis se mobilizam contra estação de metrô. **Folha de São Paulo**. 13 ago 2010. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1308201011.htm> >. Acesso em: 24/03/2021.

⁸³ A matéria que melhor ilustra essa visão foi publicada pela Veja São Paulo: QUINTELLA, S. Mansão da Mãe Joana. **VEJA São Paulo**. 12 mar 2016. Disponível em: < <https://vejasp.abril.com.br/cidades/invasao-mansao-consolacao-festas-ilegais/> >. Acesso em: 02/03/2021. Com uma chamada sensacionalista e com a participação de uma delegada vizinha da ocupação, a matéria compõe uma série de outras matérias que foram publicadas com o

muitos desses moradores sequer visitaram o espaço para se informar do que ocorre lá. Além disso, o edifício lateral que faz parte do complexo arquitetônico era uma ocupação de moradia autônoma, que frequentemente era acusada de abrigar assaltantes do bairro, o que gera uma indistinção total em uma parte dos vizinhos, que chegam a classificar todos como “bandidos” por estarem “invadindo” as propriedades. Como então os coletivos da Casa Amarela resistem em um cenário tão avesso?

Figura 24 – Noite cheia

Foto: George de Santi

Apesar do descontentamento de uma parte da vizinhança, a Casa Amarela conta com o apoio de uma outra parte da vizinhança que se dispôs a conhecer o seu trabalho e de declarações de vizinhos artistas de grande destaque como atrizes e cantoras famosas. O público que participa das atividades, ainda assim, é em maior parte constituído por moradores da periferia, que encontram no centro um local de fácil acesso e de referência em algumas atividades, como no caso das oficinas de *Dancehall*. Uma estratégia que vem funcionando muito bem para legitimar a permanência da ocupação no território são as atividades que a Casa Amarela desenvolve em parceria com as escolas públicas e bibliotecas da região, promovendo atividades sobre o ensino de história da África e indígena, sendo inclusive recomendadas as atividades entre os diretores e diretoras de escolas da região. Além disso os artistas da Casa Amarela se tornaram uma

intuito de desqualificar o trabalho dos ocupantes e de influenciar inclusive judicialmente o processo de reintegração de posse da ocupação.

referência de articulação no desenvolvimento de atividades culturais no centro, uma vez que o Estado não forma quadros com esse perfil de articulação regional e periférica no seu interior, sendo os artistas da ocupação chamados para coordenar projetos ou participarem da curadoria de festivais e programas, que envolvem tanto o poder público quanto associações e iniciativas privadas, como nos casos da Virada da Educação e da Virada Cultural e também no programa Estéticas da Periferia e no CLIPE.

Ou seja, apesar de ter uma relação de não fácil trato com o bairro, a Casa Amarela consegue se articular de outras maneiras para “justificar” a sua permanência no local. Recorre-se com alguma frequência a parcerias com o poder público no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas oficiais, bem como o trabalho com escolas e instituições de ensino como forma de enraizamento e entrada para se conhecer as outras atividades que a ocupação desenvolve por conta própria. Isso demonstra uma característica de maior disposição de colaboração com o poder público, sem, no entanto, recair em algum tipo de cooptação, uma vez que a Casa Amarela continua desenvolvendo suas atividades principais, voltadas a cultura afro, indígena e periférica, e segue com os mesmos princípios organizacionais e tendo consciência de seu papel de confrontamento cultural, pela localidade em que está e também pela forma e conteúdo das atividades que promovem.

Figuras 25 e 26 - Contação de histórias

Fotos: George de Santi

A Ouvidor 63, por sua vez, se localiza no centro histórico de São Paulo, em uma saída entre o Terminal Bandeira e o Largo São Francisco, ou seja, em um ambiente comercial e de intensa movimentação de pessoas de todos os cantos da cidade. Por não possuir vizinhos diretamente ao lado - além da vendinha que sempre fica até mais tarde em frente ao prédio e do hotel com que divide o quarteirão e mantém boas relações -, a ocupação não encontra muita aversão a suas atividades por parte dos transeuntes da região, apesar de serem direcionadas algumas hostilidades eventualmente. Esses, pelo contrário, passam com o olhar atento ao prédio grafitado e é comum vê-los parar para perguntar do que se trata esse edifício com os artistas que estão fazendo a portaria. Para além de não provocarem conflito com os moradores do entorno tão abertamente, a localização permite aos artistas realizarem uma grande variedade de atividades utilizando o próprio espaço físico do entorno, como a fachada do prédio da frente como tela de projeção de filmes e intervenções visuais, e a passarela elevada do Terminal Bandeira como passarela de desfile de roupas e de ensaios de circo e de bandas.

Figuras 27 e 28 - Desfile

Fotos: Rose Steinmetz

Figura 29 - Release

Foto: Rose Steinmetz

Por despertar essa curiosidade e às vezes um certo fascínio por parte dos passantes, a ocupação da Ouvidor 63 atrai projetos dos mais diversos como gravação de clipes de rappers famosos, comerciais de perfume de marcas de renomadas de moda, reunião de organizações políticas, além das muitas pessoas que viajam de outros estados e países para fazerem uma

residência artística na ocupação. Isso garante a Ouvidor 63 uma grande rede de apoiadores em diversas instâncias, o que contribui o fortalecimento da ocupação em momentos de crise, como quando ameaçada de reintegração de posse. Como ressaltado por Martínez (2014), a formação de redes com outros movimentos é uma característica fundamental das ocupações desse tipo para manter seus próprios princípios de radicalidade ao passo que realiza colaborações mais convencionais com Estado e outras instituições. Nesse ponto, a Ouvidor 63 é pródiga em criar essas redes e relações, vide os diversos festivais organizados como forma de levantar apoio e recursos contra tentativas de reintegração de posse e a presença de apoiadores de setores, como o universitário e de ativistas da cultura, por exemplo, nas audiências públicas.

No entanto, essa maior liberdade e fluidez na composição e gestão dos projetos acaba dificultando a elaboração de parcerias com o Estado. Dificilmente há algum acordo entre os moradores se se deve ou não estabelecer parcerias com o Estado, enquanto coletivo da Ouvidor 63 como um todo, uma vez que muitos que estão lá vieram justamente por não concordarem as formas de atuação do Estado ou por possuírem inclinações ideológicas anarquistas ou fortemente anticapitalistas, não querendo reproduzir modos hierarquizados e mercadológicos de produção de cultura dentro da ocupação. Parcerias pontuais com coletivos ou até mesmo grandes empresas, como com a vizinha Red Bull Station, para a II Bienal, acabam sendo mais fáceis de serem aprovadas (não sem polêmica, é claro) do que comprometimentos com o poder público. Mais recentemente, os coletivos que compõem a ocupação têm procurado mais esse tipo de acesso, via editais de cultura direcionados a projetos específicos, como no caso dos coletivos de circo, por exemplo.

Por um lado, por terem um apoio amplo e não necessitarem de tanta moderação para não provocarem conflito no território, a Ouvidor 63 consegue preservar um caráter mais agudo nos questionamentos e nas suas intervenções na cidade, seguindo o mote inicial da ocupação e atraindo colaboradores quanto mais conseguem promover esse espaço de liberdade e criação. Por outro lado, a falta de coesão interna e de disposição para parcerias com o poder público pode vir a ser uma questão dificultadora para a ocupação em momentos de crise. A respeito desse ponto, Pruijt (2003) observa como pode ser que a regularização da ocupação nos moldes do Estado acabe se tornando a última opção caso não se consiga barrar uma reintegração de posse. A falta de um posicionamento ou a dificuldade de coletar documentos oficiais para a comprovação de que as atividades desenvolvidas são realmente significativas para o território, como em um contrato com a prefeitura atestaria, podem vir a ser um fator dificultador em um enfrentamento legal para defender seus propósitos iniciais.

Martínez (2014) observa que a apresentação de um enquadramento mais conciso de pautas é um fator que favorece a resistência e a possibilidade de negociações em um nível superior com o Estado, isto é, no que se refere a forma de regularização. Se por um lado o projeto desenvolvido e apresentado pela Casa Amarela é mais focado e direcionado, dadas as próprias características do coletivo que faz a gestão do espaço, por outro, a articulação de redes múltiplas e instáveis que se formam ao redor da Ouvidor 63 torna mais difícil se apontar um enquadramento único de demandas. De fato, no caso da Casa Amarela se reconhece inclusive o trabalho realizado pelo coletivo como uma referência no território, o que leva a uma criação de vínculos institucionais mais fortes com a realização de sucessivas parcerias com o poder público e com outras instituições de educação e cultura, por exemplo, em torno de um mesmo eixo de atividades. No entanto, o feixe de pautas e demandas que é articulado a partir da Ouvidor 63 não necessariamente constitui um problema. Como foi observado em audiência pública, a apresentação de prestação de serviços para a sociedade em diversas frentes simultaneamente despertou interesse em se buscar novas formas de se incentivar esse tipo de uso do espaço público de maneira a potencializar esses usos múltiplos. É verdade que se trata de uma tarefa mais complexa de arranjo institucional, pois envolve algum grau de inovação jurídica, porém é justamente nesse tipo de inovação social que se verifica a força do projeto desenvolvido pela ocupação.

Nesse ponto de interação com o Estado, a ideia de se “justificar” a presença no território como algo útil e produtivo para a sociedade é praticamente inevitável (FELICIANTONIO, 2016; DADUSC; 2019; VAN SCHIPTAL; NICHOLLS, 2014). Como discutido no primeiro capítulo, essa forma de enquadramento estaria associada a uma governamentalidade neoliberal, em que a lógica competitiva se sobrepõe a garantia de direitos fundamentais. Articular essa lógica de maneira a produzir subversões dentro do aparato estatal sem se reproduzir uma ordem meritocrática que é criticada pelas ocupações é tarefa delicada. Tanto a Casa Amarela quanto a Ouvidor 63 fazem isso, de forma habilidosa. Sem comprometer seus objetivos e projetos principais, as duas ocupações apresentaram estratégias diferentes para conseguir apoio e realçar as suas próprias características, ao invés de simplesmente moldá-las em função das exigências do Estado, o que afasta um diagnóstico de cooptação ou de institucionalização terminal (PRUIJT, 2003).

Podemos observar dois momentos mais nítidos em que se verificou um encaixe a partir dos projetos das ocupações com diferentes atores do Estado. O primeiro deles é o projeto de restauro da Casa Amarela, em que as propostas da SMC e do coletivo de ocupantes converge,

abrindo um canal de diálogo mais comprometido para as negociações. O segundo é a troca do juiz de reintegração de posse no caso da Ouvidor 63, que apresenta um perfil mais sensível às causas de movimentos sociais e redireciona o andamento do caso.

A parceria estabelecida entre a Casa Amarela e o Instituto Sarasá apresentou uma combinação que ia de encontro aos planos da prefeitura de restaurar o casarão e implementar um centro cultural no imóvel, proposta que não era levada adiante devido aos altos custos das obras e da situação irregular do imóvel. Ao apresentarem uma solução viável e atrelada a permanência do coletivo como gestor das atividades no imóvel como condição para a execução, os ocupantes da Casa Amarela foram capazes de avançarem no processo de institucionalização do projeto realizado pelo coletivo no território. Esse processo configura um encaixe, não só por conferir acesso ao coletivo da ocupação à burocracia estatal, mas também por restringir as possibilidades de novas tentativas de reintegração de posse ou a atuação de outros atores, por exemplo imobiliários, de disputarem a concessão do imóvel. Coloca-se em perspectiva o efeito de sedimentação de disputas no tempo, uma vez que se atrela a permanência do coletivo ao projeto de restauro, afastando o acesso de outros atores ao mesmo tempo em que se condiciona parcialmente a ação do coletivo de ocupantes a entrega do projeto.

Figura 30 – Novas estruturas, as mesmas dinâmicas

Foto: George de Santi

O histórico de desenvolverem parcerias com o setor público e outras entidades é outro fator importante dessa relação, uma vez que isso encaminhou um formato peculiar de negociação. Diferentemente da Ouvidor 63, a negociação da Casa Amarela seguiu um rumo extrajudicial predominantemente, em negociação direta com a Secretaria Municipal de Cultura. Os agentes da SMC, por sua vez, se mostravam mais abertos ao diálogo e predispostos a regularização do imóvel, com a cessão de uso para o coletivo que já estava lá atuando e já havia realizado diversas parcerias com a secretaria. A interação com outras burocracias estatais, como foi o caso da Ouvidor 63, em que a posse do imóvel era da Secretaria de Fazenda do Estado, se mostrou menos aberta ao diálogo e a negociação, tendo em vista que praticamente todo o processo de negociação ocorreu em função do processo de reintegração de posse, até uma virada desse caminho em novembro de 2019.

A articulação que culmina na audiência pública da Ouvidor 63 reúne uma série de atores em apoio a ocupação e apresenta como novidade o processo uma alteração em um elemento chave que é o juiz que recebeu o caso. Verifica-se um realinhamento em todo o enquadramento da questão após cinco anos de disputa. Mesmo que não articulado intencionalmente pelo movimento dos artistas-ocupantes, ocorre um encaixe posicional⁸⁴ (GURZA LAVALLE et al, 2019) de grande relevância, uma vez que a decisão do juiz redireciona o processo para uma negociação mais favorável ao coletivo de artistas. Nota-se a formação de uma articulação mais acertada com o judiciário do que propriamente com o executivo, que ainda encontra dificuldades para lidar com o caso.

Diferentemente do que ocorre com o caso da Casa Amarela, a insistência pela via judicial se mostrou produtiva para a Ouvidor 63. A articulação que se formou nessa frente contou com o assessoramento do advogado, inúmeras reuniões com apoiadores e diversas pesquisas sobre formas de instrumentos e outras experiências de institucionalização de ocupações de projetos em outros lugares do Brasil e do mundo. Esse acúmulo surtiu efeito na disputa institucional e podemos avaliar previamente que essa ação conjunta está direcionando

⁸⁴ Apesar de não estar diretamente relacionado com os coletivos de ocupação culturais, o juiz Antônio Augusto Galvão de França apresenta uma trajetória de atuação alinhada a diferentes movimentos sociais, tendo tomado decisões contra ações policiais e remoções na cracolândia, por exemplo. Ele é membro da Associação Juízes para a Democracia. Além disso, o juiz tem textos publicados comentando a obra de Mark Fisher e uma publicação de Vladimir Safatle. Acredito não se tratar mera coincidência um juiz com esse perfil atuar em um campo tão sensível aos movimentos sociais como nas decisões de reintegração de posse, ainda mais com um entendimento pouco convencional de se levar adiante os processos buscando a regularização. Se o encaixe posicional pressupõe a intencionalidade de um movimento de ocupar uma posição chave dentro das burocracias, podemos supor que a presença do dr. Antônio Augusto Galvão de França seja em parte por conta de sua trajetória pessoal e em parte em conta da atuação de algum outro tipo de organização.

o processo para alguma forma legal inovadora, no sentido de contemplar a configuração pouco convencional da ocupação sem causar grandes alterações na organização já construída pelos ocupantes. Mais do que isso, a sedimentação desse processo no arcabouço do Estado, pode tornar possível que futuras interações desse tipo sejam facilitadas, caso venha a se consolidar a criação de um novo instrumento específico para a regularização de ocupações que fazem uso misto, ou híbrido, do espaço.

Nota-se, todavia, que esse processo não é unilateral e afeta também as próprias estruturas das ocupações nessa interação. Em ambas foram criadas associações formais como requisitos para a continuidade das negociações. Mais do que uma mera formalidade, de uso puramente tático e que não representa uma questão no funcionamento da ocupação *de fato*, a formação de uma representação legal levou a uma série de processos internos. No caso da Ouvidor 63 isso se faz mais notável, uma vez que o coletivo procurou inovar inclusive no próprio formato de associação registrado, de maneira a aproximar a estrutura da entidade jurídica com a estrutura de organização coletiva. Foi criada ainda, uma estrutura nova dentro da organização da ocupação que é a colegiada, específica para tratar de questões legais ligadas a ocupação e que possui reuniões e dinâmicas próprias, somando-se as outras estruturas como a assembleia geral, assembleias dos andares, comissões específicas e reuniões dos coletivos.

Figuras 31 e 32 – Associação de fato e de direito

Fotos: Rose Steinmetz

Na Casa Amarela, por outro lado, não foi necessariamente a formalização de uma associação - que já existia, e já se contava com o apoio jurídico prévio - que afetou a estrutura da ocupação no processo de interação com o Estado. A decisão de se abrir mão da função de moradia como forma de se consolidar o trabalho ali realizado teve um grande impacto na forma de organização dessa ocupação. Esse impacto não pode ser afirmado como necessariamente melhor ou pior para a ocupação, visto que esse processo ainda não se consolidou devido a pandemia e é cedo para avaliações. Contudo, isso indica uma transformação no modo de funcionamento do coletivo ocasionado em resposta a interação com o Estado. Partindo da deliberação interna do coletivo de que maneira mais adequada para agir diante dessa nova situação de possibilidade de regularização seria abrir mão da função de moradia, os artistas-ocupantes passam a se reorganizar tendo em vista outros objetivos.

Carlos (2016; 2019) identifica esse processo como de complexificação das estruturas dos movimentos sociais. Segundo a autora, movimentos sociais também criam novas estruturas, repertórios de ação e instituições próprias conforme interagem com o Estado, de maneira a obterem mais efetividade em suas ações. Martínez (2018) também prevê esse movimento, mesmo que esse ocorra como um efeito secundário da ação das ocupações, uma vez que o autor considera a diversidade de objetivos dentro do movimento e que nem todas as ocupações buscam ativamente adentrar a estrutura do Estado via institucionalização, preferindo manter os espaços à margem dessa interação.

De todo modo, podemos notar que em ambos os casos trabalhados nessa pesquisa, o procedimento de como ocorre a interação entre Estado e as ocupações artísticas não corresponde a um modelo único. Essa interação pode produzir resultados bastante distintos, quando levada em consideração os diferentes recursos e propósitos de cada uma das ocupações ao longo de suas trajetórias, podendo haver um alinhamento mais facilmente com as demandas do Estado e do território, ou não. Mostra-se necessário, todavia, a criação de dispositivos que possibilitem a execução de alguns tipos de parcerias mais longas e continuadas e outros mais flexíveis e pontuais que levem em conta as diferentes realidades e possibilitem diferentes tipos de contribuições que as ocupações podem trazer em suas propostas. Considerando ainda o Diagnóstico sobre Gestão Compartilhada desenvolvido pela própria prefeitura, o *déficit* de equipamentos públicos por região no município de São Paulo está diretamente relacionado com a ausência de dispositivos legais que atendam e viabilizem a diversidade de arranjos institucionais que envolvam esses espaços alternativos e independentes, sendo necessário se pensar novas formas de trabalho conjunto.

5.3 Do caráter questionador e das formas de organização das ocupações culturais

A emergência de ocupações artísticas autogestionadas direcionadas para a execução de projetos culturais voltados para o público da cidade de São Paulo sugere uma nova experiência urbana de no que tange aos mecanismos de participação popular na administração do espaço público. A interação entre os coletivos de ocupação cultural e o Estado não significa somente a possibilidade de possibilidade de aplicação de novos conjuntos de práticas de gestão, mas também no questionamento de valores, procedimentos e estruturas na esfera pública onde se dá o debate sobre a gestão cultural. Além disso, a utilização de espaços subutilizados na cidade gera mobilização social, uma vez que essas ações são construídas em um nível de coordenação horizontal dentro da sociedade civil. A questão da relação entre sociedade civil e Estado passa a envolver novos atores e discursos nos espaços públicos que passam a deliberar acerca de temas como o uso do espaço urbano, a participação popular e a produção cultural, adquirindo contornos ambíguos no que tange à articulação entre essas duas esferas.

O documentário *Dinâmicas, Flutuações e Pontos Cegos*⁸⁵, de Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira e Priscila Lima investiga as relações que os novos coletivos culturais trazem para o campo da cultura em São Paulo. Partindo das vozes de artistas, gestores culturais e pesquisadores da cultura que atuam nesses coletivos, reflete-se sobre os desafios de se pensar a política cultural em relação às dinâmicas emergentes. Os coletivos culturais expõem a contradição de uma política cultural centrada no equipamento, que se faz próxima em sua dimensão física, mas distante em um acesso real a sua fruição. Como coloca Toni Cross, do *Coletivo Coletores*, a burocratização presente na dinâmica interna para se desenvolver alguma atividade nesses espaços impossibilita que a ação aconteça de uma maneira plena. Bia Sankofa, artista e gestora, complementa esse posicionamento ao reconhecer que os equipamentos cumprem um papel estruturante na política pública, mas quem dá vida a esses equipamentos são os movimentos, coletivos e grupos culturais.

Isso chama o foco para se pensar a relação entre equipamento cultural e seu vínculo com o território e com os modos de se fazer cultura praticados pelos diferentes agentes culturais, em especial os coletivos autônomos, que estão na ponta dessa produção. Essa relação que desde sua concepção deveria ser constante, é dificultada pela gestão pública e pelo próprio desenho das políticas culturais. Murilo Pace Vernier e Guilherme César, ambos gestores culturais, entendem o fomento de um ciclo de participação como fundamental para a gestão das políticas públicas de cultura, em que as contradições sejam trazidas para dentro dos espaços culturais e não evitadas. O afastamento traria um aprofundamento de uma relação violenta e contraditória com esses coletivos. Apesar de haver *déficit* de equipamentos em diversas regiões, especialmente as periféricas, o maior entrave para um maior ajuste entre o setor autônomo da cultura e o Estado estaria em não se compreender o tempo dos coletivos e a informalidade com que operam nas políticas públicas, segundo Aluizio Mariano, também do *Coletivo Coletores*.

Essa lógica de não se compreender as formas emergentes de produção cultural traz problemas para outros programas estruturantes das políticas culturais, como os editais e o fomento a linguagens específicas. Flávio Camargo, do *Coletivo Coletores*, observa que ao não levarem em conta a fluidez e a informalidade, esses programas organizam o setor cultural em uma lógica da produção e venda de produtos culturais, que leva a competição entre agentes

⁸⁵ Documentário disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2LmLi9XGPCU&t=1s>>. Acesso em: 26/03/2021.

culturais em um mesmo território ou que guardariam alguma proximidade artística entre si. É suplantada a dimensão do processo que muitas vezes é o que impulsiona o fazer cultural.

As falas dos participantes do documentário vão no sentido de apontar o desencontro entre as dinâmicas da ação cultural e a ação pública. Chamam por um maior diálogo com as instituições culturais, mas principalmente por uma mudança nos modelos de gestão que são praticados. A novidade e o desafio estariam em se pensar de maneira mais próxima aos coletivos os desenhos de políticas públicas. De acordo com os integrantes do *Coletivo Coletores*, o Estado não deveria se furtar em se relacionar com esse campo autônomo da cultura, mas mediar a relação entre os coletivos e potencializar as trocas entre os atores.

As ocupações culturais se inserem nesse caldo dos coletivos autônomos devido aos seus modos de organização e a sua relação com a produção cultural na cidade. Para além de questionarem - ao mesmo tempo em que oferecem soluções para - a falta de espaços culturais, especialmente no caso das ocupações culturais das periferias, esses coletivos colocam em confronto as concepções tradicionais de uso do espaço (público) cultural. Levam a todas as etapas da produção e da gestão do espaço a abertura à participação e a possibilidade de uma maior flexibilização entre trabalhos administrativos e artísticos, inclusive entre esses dois. Nos casos das ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63, essas tensionam mais fortemente esse aspecto do funcionamento interno dos equipamentos culturais, uma vez que estão situadas no centro da cidade, local que concentra a maior parte dos equipamentos públicos. Se se faz necessária criação de mais espaços nessa região pela ação direta e recuperação de prédios abandonados pelos próprios artistas é porque existe uma parte da comunidade artística que não se vê reconhecida ou contemplada pelos equipamentos já estabelecidos. Além disso, essas duas ocupações trazem para o centro da cidade não só as formas de organização de coletivos culturais periféricos, como também abrem espaços para outros coletivos e para o público das periferias da cidade exercerem suas ações culturais de maneira plena no centro da cidade, servindo como pontos de conexão entre territórios. O conflito toma uma dimensão simultaneamente organizacional e territorial, expressando a desigualdade e o distanciamento no setor cultural institucional.

Nota-se uma marcante oposição dos coletivos artísticos e culturais à forma que o governo e uma parte da comunidade política da cultura entendem como se deve gerir as políticas culturais em São Paulo. Existe um campo de conflito entre esses novos atores e gestores de políticas e equipamentos culturais já consolidados, levantando assim um problema de

governança nesse setor. A seleção de grupos para a execução de políticas de cultura e as formas de expressão contempladas são questionadas devido a nebulosidade com que são estabelecidos os critérios de seleção e a respeito da participação efetiva durante o processo de elaboração dessas políticas, chamando atenção para os mecanismos que garantem a legitimidade de políticas, e não somente voltando o olhar para seus resultados.

Contratos que utilizam o MROSC, e em geral acordos que envolvem OSCs na gestão da cultura, focam seus indicadores em metas e resultados, não atentando para os processos que envolvem a produção de políticas públicas nas ocupações. Em primeiro lugar, os processos de deliberação nas ocupações se dão de maneira muito distinta do que na implementação de uma política pública via OSC; ao passo que nas ocupações artísticas decide-se o que será feito através de assembleias semanais, em que todos tem o mesmo poder de decisão, nos contratos de parceria do Estado com as OSCs, normalmente é uma política pública de interesse do Estado que é decidida pelos agentes estatais e implementada pela organização, em que as OSCs possuem maior flexibilidade na parte administrativa enquanto o Estado possui maior poder de decisão. É claro que nas parcerias desse último tipo, os atores podem agir coordenadamente e atenderem aos interesses de ambos. O que quero ressaltar aqui é que o processo de deliberação entre aqueles que propõem as atividades e as implementam nas ocupações artísticas ocorre de maneira horizontal e isso, por si, tem valor, pois gera um processo muito mais transparente, em que os grupos e indivíduos são capazes de se apropriarem de cada parte do processo, desenvolvendo habilidades de negociação e discussão pública, em espaços com menos constrangimentos institucionais.

Dessa forma, não há uma delegação meramente executiva das políticas governamentais a terceiros (apesar das ocupações poderem cumprir essa tarefa também, em momentos específicos). Tão pouco há espaços esvaziados de poder de decisão, considerando que todos os presentes nas assembleias têm voz, voto e responsabilidades iguais perante as deliberações - uma pessoa não propõe uma atividade sem estar envolvida na sua realização. Aguilera (2013) comenta esse traço da auto-gestão nas ocupações como uma possível resposta em relação ao problema da ação coletiva de Olson; para se usufruir dos benefícios de uma ocupação, como possuir um teto e um espaço de trabalho e criação sem custos de aluguel é preciso se tornar um ocupante: colaborar com as tarefas de manutenção, portaria, cozinha, programação e produção das atividades, deliberações internas e administração, evitando possíveis *free-riders* ao se diluírem as tarefas e as hierarquias.

Isso ocorre em oposição aos contratos de OSC na gestão da cultura, pois nesses são concentrados grande parte dos recursos em poucas organizações, e não bem distribuídos nas possíveis organizações que poderiam estar atuando em seus territórios. Além disso, não há uma política clara para os aditamentos e nem para as renovações de contrato (ROMÃO NETTO, 2015), tornando esses tipos de parceria de difícil responsividade. Pouco se sabe se é o Estado ou a organização responsável pela renovação/interrupção do contrato e menos ainda se sabe sobre como são decididas as políticas e como são selecionados os artistas envolvidos nessas políticas.

Como discutido na seção 3.3, alguns autores consideram a atuação de ocupações de projetos como opostas a noção de governança metropolitana, por entenderem esses espaços como nós de resistência a uma lógica neoliberal de organização social (MUDU, 2013; UNIVERSIDAD NÓMADA, 2008). Ao instituírem espaços alternativos que operam a partir de outra lógica, a de abertura de espaços (DE MOOR, 2016) e comunização dos meios de vida (GRAZIOLI; CACIAGLI, 2108), os coletivos de ocupação culturais tensionam e reivindicam a disputa pelo espaço urbano. Se tomarmos a noção de governança como uma forma flexível de apaziguamento do conflito e da diferença, temos que na avaliação do governo da cidade de São Paulo, um dos principais instrumentos levantados para lidar com o problema colocado pelas ocupações é a parcerização via MROSC, que tende a beneficiar organizações da sociedade civil mais homogêneas e convencionais nas suas estruturas, e que também trabalham em uma lógica de eficiência de mercado. Como constatado pelas próprias avaliações e relatórios produzidos pela prefeitura, como no Diagnóstico sobre Gestão Compartilhada e no balanço da primeira fase do mapeamento e premiação do edital de Gestão Comunitária de Espaços Públicos Ociosos, encontrou-se uma resistência em se realizar a regularização desses espaços de maneira convencional, destacando-se sempre a necessidade de se pensar em formas alternativas que respeitem as organizações internas das ocupações.

Isso ocorre por conta de a dimensão do processo aqui receber centralidade; para além da fase de deliberação e implementação, o processo criativo e de formação dos artistas-ocupantes é de grande importância para a gestão dos projetos. Não se procura um artista renomado para fazer a exposição ter visibilidade, gerando grandes filas e números de bilheteria e acesso; nas ocupações artísticas e culturais, pelo contrário, muitos dos que apresentam seus trabalhos são artistas autodidata que não encontram espaço no circuito cultural convencional por não possuírem formação e não terem acesso ao meio. Dessa forma, os artistas-ocupantes e convidados acabam tendo uma passagem em que trocam seus conhecimentos com outros

artistas-ocupantes e com o público, ao se apresentarem, exporem e realizarem oficinas, transitando por diversas linguagens. Os próprios artistas-ocupantes passam por um processo de desenvolvimento e formação cotidiano, diferentemente do que ocorre em um centro cultural convencional, em que cada indivíduo contratado se restringe apenas a sua função, de educador, artista, faxineiro, gestor, reparador etc.

Figuras 33 e 34 - Funções

Foto: Rose Steinmetz

Esse tipo de organização das ocupações culturais, por sua vez, questiona o papel das hierarquias e da educação formal, ao promulgar que todos são aptos para realizarem todas as funções desde zeladoria a comunicação, de curadoria a apresentações de rua no farol, todos podem contribuir e aprender novos ofícios e colaborar para uma vida comunitária em que não tenham que ser seguidas hierarquias. Essa ética do *faça-você-mesmo* (D.I.Y.) tem uma origem anarquista e busca uma maior independência de instâncias centralizadoras tanto dentro das organizações, por questionarem a figura do líder, ou do gestor, como aquele que possui algum conhecimento notável e único, como fora delas também, por possibilitarem, um maior leque de conhecimentos que aumentam o repertório de ação de seus praticantes nos diferentes espaços.

Como colocado por Cedillo (2007) a criação de novas instituições que respondam aos anseios das formas emergentes de organização social é da maior importância e ocupações de projeto são espaços centrais para isso. Esses espaços permitem a experimentação e fluidez dos seus membros na composição e na forma de atuação, sendo capazes de produzirem resultados inovadores em formas de gestão e mais ajustados a níveis locais (HIRST, 1994; GARCÍA et al, 2018), baseando-se em princípios comunitários e de compartilhamento de saberes e de modos de vida (MARTÍNEZ, 2012; MAYER, 2013). Especialmente no setor da cultura essa se faz uma questão necessária, uma vez que considerada a desigual distribuição de equipamentos e o desinvestimento do setor público em programas de formação, em São Paulo. Como discutido anteriormente, criatividade na cidade neoliberal não representa o privilégio de uma classe específica, mas uma necessidade para se sobreviver (BUCHHOLZ, 2015). As ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63 surgem assim como, simultaneamente, uma ação direta para se propor alternativas a ausência de políticas específicas para artistas marginais no centro da cidade, como também uma ação cultural, no sentido de formar um ambiente de experimentação e criação de novos mundos nesse processo de abertura do espaço (OLIVEIRA, 2007).

Por se tratar de uma mudança nas subjetividades das pessoas, esses processos são muito mais percebidos no dia a dia das ocupações, no desenvolvimento de novas habilidades e mudanças na visão de mundo das pessoas que se envolvem com esses espaços. No entanto, podemos observar alguns momentos em que isso é colocado de maneira pública através das relações institucionais.

A II Bienal da Ouvidor 63 reflete bem esse caráter de afronta aos modos convencionais de gestão cultural, trazendo a centralidade do processo em primeiro plano para a realização de um evento de grande escala. Para além do questionamento mais evidente, do evento se dar paralelo com o maior evento do circuito das artes da cidade de São Paulo, toda a construção que se deu através dos laboratórios e trabalhava-se transversalmente com a ideia de curadoria coletiva e de evidenciação, discussão e troca de processos criativos. Desde o início desse processo não houve a estipulação da obrigatoriedade de entrega de resultados pré-determinados pelos grupos formados a partir dos laboratórios. Procurou-se também repensar os espaços institucionais das artes ao se trazer curadores renomados para discutirem arte contemporânea e curadoria dentro do prédio da ocupação, ao invés de realizar essas discussões na sede da Red Bull Station, que articulou o contato com alguns desses curadores.

O projeto de reforma da Casa Amarela, em parceria com o Instituto Sarasá, toca exatamente no cerne dessa questão. Ao proporem o conceito de zeladoria em uma chave afetiva e colaborativa, enfatiza-se justamente o processo de reforma como uma forma de ativação das relações que a ocupação desperta no território. Mais do que uma entrega, de um plano que a prefeitura não conseguiu desenvolver e executar durante anos, a maneira como que se realizaria esse projeto era condicionante a sua realização.

Em outro nível institucional, o reconhecimento das ocupações artísticas da Casa Amarela e da Ouvidor 63 enquanto Pontos de Cultura sugere essa mesma compreensão. O programa, em sua concepção normativa, toma o conceito de aproximação como de fundamental importância, ao se preocupar mais em beneficiar os processos criativos de participação e elaboração coletiva dentro da comunidade, de maneira que seus integrantes se apropriem da sua própria produção local, ao invés de mirar na produção final (SILVA, 2011, p. 92). A sua concepção chama a atenção para o viés político que pensa a intervenção cultural como maneira de diálogo intercultural e de reivindicação de determinados usos de espaços urbanos (idem).

No entanto, a tônica das relações entre poder público e ocupações culturais foi a da ambiguidade. Artistas das ocupações são convocados para desenvolverem atividades em parcerias específicas com a prefeitura, ao mesmo tempo em que esses artistas são ameaçados de perderem o espaço em que trabalham, mantêm, habitam e se relacionam com a comunidade local. As mesmas gestões alternam o entendimento de não conceberem legitimidade ao trabalho desenvolvido pelas ocupações com o entendimento de que as ocupações são importantes para o setor criativo da cidade. Ao passo que o selo do programa, conferido pelo governo estadual

reconhece e valoriza esse mesmo trabalho desenvolvido no território, no sentido de promoverem engajamento local, novas ações culturais e novos diálogos com a cidade (DORNELES, 2011, p.237), em um nível municipal as sucessivas tentativas de reintegração de posse prejudicam a continuidade e o planejamento dos projetos desenvolvidos nas ocupações.

Podemos entender a ambiguidade desse tratamento pela chave da tolerância, como colocam Aguilera e Smart (2020). A tolerância opera em uma zona cinzenta, entre reconhecimento e a repressão, não se concretizando em nenhuma das pontas. Se por um lado o governo municipal não foi capaz de reprimir as ocupações da Ouvidor 63 e da Casa Amarela por conta da resistência articulada pelos ocupantes, via combinações de disputas jurídicas, táticas não-convencionais e mobilização de redes de apoio, por outro lado, os processos de regularização que foram estudados até então ainda esbarram na ausência de dispositivos específicos para tratarem dos casos. Existe um problema de capacidades estatais no nível municipal para operacionalizar as categorias e modos de organização dos movimentos para dentro de suas estruturas, mesmo reconhecendo que esses são importantes para uma melhor distribuição, acesso e utilização dos espaços públicos da cidade.

Ao se pensar a relação dos governos estaduais e municipais como proponentes ou colaboradores dos Pontos de Cultura, o objetivo é potencializar as atividades já existentes em suas localidades, respeitando suas dinâmicas internas e conferindo autonomia, protagonismo e empoderamento. A ideia de gestão compartilhada aparece, nesse sentido, como uma “subversão estatal”, ao ouvir aqueles que não são ouvidos em seus termos, alterando a forma de relação de forças em um sentido positivo para Estado e Sociedade Civil (SANTOS, 2011, p.170). Todavia, algumas questões devem ser problematizadas a partir dessa preposição, pois percebe-se um desencontro dos termos utilizados pelos agentes culturais e os agentes estatais. Tomando a própria ideia de gestão compartilhada, por exemplo, percebe-se um diferente uso empírico do termo, uma vez que nas ocupações artísticas esse conceito é compreendido como uma forma de autogestão comum e coletiva, ao passo que na visão do Estado isso se formalizaria por uma espécie de parceria público-privada, destoando de forma substantiva em termos de princípios organizacionais adotados para a efetivação da política.

As diretrizes do programa Cultura Viva, que orientam a implementação dos Pontos de Cultura, e a prática de abertura de espaços (DE MOOR, 2016) das ocupações culturais convergem nesse ponto. A necessidade então, seria de se entender as práticas culturais existentes *nos seus próprios termos*, e não forçar uma reorganização dos coletivos para se obter

esse acesso. O balanço que se faz do programa Cultura Viva atualmente aponta para os entraves burocráticos do próprio programa que foram minando o seu alcance e implementação, até o seu desmonte recente (TURINO, 2013). A proposta descentralizadora e de paradigma antropológico proposta pela gestão Gilberto Gil-Juca Ferreira perde fôlego e efetividade nas gestões seguintes, apesar de ter passado por alterações visando corrigir e facilitar os trâmites burocráticos para os beneficiários (idem). No caso da Casa Amarela e da Ouvidor 63 isso fica claro com o recebimento do selo do programa, mas que não resulta na obtenção de recursos por meio da premiação. Após um primeiro momento de celebração pelo reconhecimento, o selo logo passa a ser visto pelos coletivos de ocupantes muito mais como um vínculo institucional que pode trazer alguma proteção legal do que como um dispositivo de fomento para as suas atividades.

Chama a atenção a inversão que ocorre entre os objetivos dessa política pública e os seus efeitos para as ocupações culturais. A proposta de se entender as políticas culturais em um registro antropológico, isto é, da alteridade, da diferença não se mostrou suficientemente capaz de traduzir essas diferenças para dentro do arcabouço estatal, na própria operacionalização da política. Por outro lado, as ocupações culturais fazem uso dessa estrutura, mesmo que pouco efetiva aos seus objetivos culturais, como proteção institucional.

As tentativas de regularização de ocupações culturais em São Paulo parecem esbarrar em um problema semelhante. Os diagnósticos que apontam para a descentralização e o reconhecimento das atividades já existentes praticadas pelos coletivos de ocupação cultural não encontram eco nas formas de implementação disponíveis pelo Estado. Nota-se um descompasso entre a lógica questionadora da produção cultural e a lógica de mercado aglutinadora e consensual, que prevalece na gestão cultural (SANTOS, 2011). A cultura é entendida como um campo político estratégico de mudança institucional e discursiva, dando vozes a cultura marginalizada e alterando as relações de poder hegemônicas entre Estado e Sociedade Civil, ensejando uma reconfiguração da dimensão ética da vida social (idem). Mais do que reconhecer as diferenças das formas organizativas no setor cultural é preciso compreendê-las a fundo e se elaborar maneiras em que essas possam colaborar aos seus modos com a gestão pública da cultura.

Lúcia Oliveira (2018) toca exatamente nesse ponto ao criticar a postura distanciada das instituições culturais. A ausência no compartilhamento das inquietações dos diferentes públicos e da abertura a participação de maneira a fomentar tensões prementes, desloca a maior parte

das instituições para fora do novo ecossistema cultural. A dimensão político-social, na perspectiva democrática, deve se fazer presente nessas instituições. Como inerente ao exercício democrático e a própria prática da cultura, a abertura dos espaços para a reverberação de vozes dissonantes causa conflitos e transformações. Através desses pontos de tensionamento são criadas novas subjetividades. Uma abertura radical, como propõem as ocupantes, se não pelas vias institucionais, pela tomada dos espaços vazios (ou por ambas). As formas com que se organizam as ocupações culturais mostram que se fazem necessários espaços novos em que o encontro gere experiências interculturais e inclusivas. O questionamento colocado pelas ocupações culturais vai no sentido de uma reconfiguração de todo o sistema cultural, e por conseguinte, do modo de vida que levamos. Marcam as relações de poder que geram entraves institucionais e colocam essas experiências à margem, de maneira contraproducente para o próprio setor da cultura e para o aprofundamento democrático. Se inserem pelo conflito enquanto formas emergentes capazes de tensionarem as fronteiras entre política e cultura.

5.4 Do desentendimento acerca da concepção de políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo

Essa seção visa refletir sobre qual é o papel da política no desenvolvimento de novas políticas públicas que melhor atendam às dinâmicas culturais de uma cidade tão diversa e efervescente como São Paulo, que se coloca no cenário nacional e global das grandes metrópoles. A necessidade de se firmar como uma cidade criativa, atrativa de investimentos, capaz de realizar grandes feitos com poucos recursos e de maneira inventiva, dialoga diretamente com uma lógica neoliberal competitiva, em que as cidades são vendidas como marcas por seus gestores no mercado internacional (ARANTES, 2000; MAYER, 2013). Essas políticas passam necessariamente pela produção de valor dos espaços através da requalificação urbana e do empreendedorismo cultural (idem), transformando espaços tidos como deteriorados em *cases* de “sucesso”. As ocupações culturais interagem de maneira complexa e podem apresentar um papel ambíguo nesse contexto, como já discutido. Quais os tensionamentos que ocupações culturais no centro colocam para a cidade de São Paulo?

As políticas culturais de São Paulo, nos últimos anos vem seguindo algo desse modelo com a concentração de grandes eventos patrocinados por grandes marcas em espaços públicos centralizados. Alguns exemplos são as políticas de concentração de grandes eventos no Vale do Anhangabaú, na gestão Haddad (PT), e a higienização e perseguição da arte de rua,

representada principalmente pelo pixo, no início da gestão Dória (PSDB)⁸⁶. Essas políticas apontam para o modelo acachapante sobre que tipo de cultura deve ser investido na cidade, no caso, os megaeventos e iniciativas de *marketing* cultural (GRUMAN, 2011), por trazerem retorno e visibilidade para a gestão de plantão⁸⁷. Simultaneamente, são efetuados cortes, interrupções e congelamentos de verbas em programas de formação continuada e com foco nas periferias, sobretudo na gestão Dória-Covas (PSDB)⁸⁸.

As ocupações artísticas poderiam ser entendidas como espaços suscetíveis aos efeitos dessas políticas por poderem desencadear processos gentrificadores no bairro através da atração de uma classe artística seguida de um plano de “revitalização” do bairro. Tendo um apelo *underground*, as ocupações poderiam ser alvo de políticas de regularização ou de parcerias para grandes eventos, que seguem essa lógica. Esse fenômeno ocorre em outras partes do mundo, sendo o exemplo clássico o bairro do SoHo em Nova Iorque, ou na assimilação de uma estética suja e *underground* como cartão de visitas oficial de Berlim (VAN SCHIPSTAL; NICHOLLS, 2014).

Acredito ter argumentos suficientes para descartar essa possibilidade nos casos estudados. Em primeiro lugar, os artistas que residem nesses espaços poucas vezes possuem um perfil de classe média e, portanto, não detém grande poder aquisitivo para despertar uma valorização dos preços e aluguéis da região, tendo pouco efeitos no território, nesse sentido. Em segundo lugar, não se observa um plano de requalificação urbana para aquelas regiões que gire em torno disso: no local em que fica a Ouvidor 63 não há notícias de alguma grande incorporadora interessada no prédio (que já foi a leilão duas vezes e não recebeu nenhum lance) ou em seu entorno. Na região em que fica a Casa Amarela seria difícil, senão ilógico, imaginar um processo de gentrificação numa das áreas mais ricas da cidade, apesar de já ter havido sondagem de outras instituições interessadas no casarão. Questões como essa são debatidas com muita assiduidade por colocarem em pauta os princípios da ocupação em determinadas situações, sendo discutidos os possíveis ganhos e perdas que as intervenções no território podem

⁸⁶ ALESSI, G. A 'maré cinza' de Doria toma São Paulo e revolta grafiteiros e artistas. **El País**. 24 jan 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199_418307.html >. Acesso em: 25/03/2021.

⁸⁷ GIOVANAZ, D. Gestão cultural de Doria e Covas focou em megaeventos e reforçou “política de balcão”. **Brasil de Fato**. 7 nov 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/07/gestao-cultural-de-doria-e-covas-focou-em-megaeventos-e-reforcou-politica-de-balcão> >. Acesso em: 08/12/2020.

⁸⁸ GOMES, R. Marca de Covas e Doria na cultura da cidade de São Paulo em quatro anos foi o desmonte. **Rede Brasil Atual**. 30 out 2020. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/10/covas-e-doria-desmonte-cultura-na-cidade-de-sao-paulo-em-quatro-anos/> >. Acesso em: 08/12/2020.

trazer para o futuro da ocupação, para as relações internas entre os artistas-residentes e para a própria imagem coletiva da ocupação.

O que pretendo sugerir então é de outra natureza. Se as ocupações artísticas apresentam ideais e modelos de gestão distintos dos que são colocados pelo poder público, em uma chave especulativa e higienizadora colocada pela ideia do empreendedorismo cultural (vide a mudança do nome da Secretaria de Cultura para Secretaria de Cultura e Economia Criativa), como devem ser entendidas as críticas postas pelas ocupações artísticas em um sentido de promover uma cidade mais justa e diversa culturalmente? De que maneira isso afeta as relações entre ocupações artísticas e Estado na produção de políticas culturais?

As políticas culturais cumprem um importante papel no desenvolvimento integrado. A relação entre desenvolvimento e cultura se dá em diferentes dimensões, uma vez que essa atravessa os demais processos democráticos, como os de produção de equidade, diversidade e construção de identidades, possuindo uma importância política ampla em aspectos ligados a valores cívicos e ao desenvolvimento social (SILVA; ARAUJO, IPEA, 2010). Na vertente neodesenvolvimentista, a participação de atores políticos e sociais é vista como positiva para a formulação de políticas mais coerentes e mais legítimas por estarem apoiadas em consensos mais amplos e não em decisões impostas e contrárias aos desejos da sociedade (GOMIDE; PIRES, 2014, p. 18). Para compreender como essa participação ocorre e quais mecanismos coordenam e expandem os canais de comunicação entre Estado e sociedade civil, torna-se importante uma análise dos processos de interação entre atores sociais e estatais na produção de políticas públicas.

As diversas ideias sobre as políticas de cultura (o que se fomentar, a maneira como devem ser geridas, e os critérios de justiça que se associam aos *outputs* entregues) se dão em arranjos institucionais complexos. Esses arranjos colocam em perspectiva relacional os espaços de participação e negociação com a sociedade e a maneira que essa interação é operacionalizada (LOTTA; VAZ, 2015, p. 177). Arranjos complexos trazem inovações nas relações federativas, intersetoriais e de participação, produzindo respostas mais complexas para os problemas de políticas públicas e melhores mecanismos de controle e execução. Ao deslocarem o modelo de gestão hierarquizado, setorial e funcional para uma forma mais transversal, intersetorial, sistêmico e participativo é possível se fomentar políticas públicas mais ajustadas aos contextos específicos (LOTTA; VAZ, 2015).

A noção de gestão compartilhada e de ocupação da cidade promovida pelo governo municipal destoa fundamentalmente do que vem sendo trabalhado nas ocupações culturais. Essas procuram garantir justamente um espaço para os artistas dissonantes e fomentar o desenvolvimento cultural local, ao invés de simplesmente produzir valorização do solo por meio de práticas padrões de entretenimento. O ponto de se ocupar um espaço público subutilizado decorre da desigualdade na distribuição de estruturas básicas, como moradia (PRUIJT, 2003; 2013) e de equipamentos culturais e oportunidades de se seguir uma carreira artística (AGUILERA, 2013), que já altamente estratificada socialmente e restrita a pequenos circuitos de prestígio. As noções propostas pelos coletivos culturais de ocupação provêm assim, uma alternativa para a profissão e uma cidade mais acessível a todos.

As ocupações culturais, colocam assim em disputa a concepção de política pública que vem sendo adotada para a cultura. Criticam o modelo neoliberal competitivo, baseado na exploração da cultura como uma *commodity* ou como um atrativo para o investimento pouco preocupado com o desenvolvimento do território, mas sim com a sua requalificação como forma de geração de lucro. As ocupações culturais em questão possibilitam a permanência de artistas das periferias daqui e de outras cidades e países, no centro da cidade, local mais favorecido por equipamentos culturais e com maiores possibilidades de se apresentarem, exporem, conhecerem pessoas e circularem pelos diferentes espaços que a localidade proporciona. Ao realizarem isso, contribuem para a reflexão e, talvez, para a criação de uma nova identidade do que é ser artista em São Paulo.

Após as primeiras tentativas de reintegração de posse da Casa Amarela e da Ouvidor 63, observou-se uma reconfiguração no perfil dos artistas e na identidade das ocupações como um todo. Essas voltaram-se predominantemente para as estéticas periféricas e para a reivindicação da presença de corpos dissidentes, ou indisciplinados, nos termos de Oliveira (2007), em locais privilegiados da cidade. A formação de novas subjetividades a partir desse conflito pelo espaço urbano opera uma ruptura com uma subjetividade neoliberal e no empoderamento dessas comunidades em uma chave de realização, ao invés da frustração ou do endividamento (FELICIAntonio, 2016).

No trabalho de Neuhold (2009) recupera-se a dimensão da política no conflito urbano ao se verificar que o movimento de moradia no centro de São Paulo nada mais estava reivindicando do que direito de habitar em uma área central da cidade que historicamente havia sido planejada para expulsar a população mais pobre que residia e trabalhava naquela

região. Questionam-se os modelos consensuais que foram sendo estabelecidos pela administração pública e o setor imobiliário. Divisões que postulavam áreas de interesse de mercado e, portanto, voltadas a população de maior renda são colocadas em questão através da ação de ocupação dos imóveis abandonados nessas áreas por parte dos movimentos. O litígio colocado por esses movimentos se manifesta de uma forma bastante concreta ao reapropriarem os edifícios para si e com isso colocarem no debate público a questão da moradia no centro de São Paulo.

Vera Pallamin (2015) parte da filosófica de Rancière para analisar manifestações artísticas contemporâneas na cidade de São Paulo através das relações entre o estético e o político. Como enfatiza a autora, para o filósofo, ambos se constituem mutuamente:

Essa mútua constituição reformula, sob novos horizontes, a compreensão sobre as relações entre criação e resistência, uma vez que uma ação política é, ao mesmo tempo, intervenção e luta sobre o sensível, no modo como é configurado, percebido, dividido e compartilhado (PALLAMIN, 2015)

De acordo como Rancière (1996), não há política sem poética, isto é, não há uma reconfiguração do sensível sem que haja uma imaginação radicalmente diferente do que já está colocado e que essa se manifeste através do litígio. Para Pallamin, as intervenções culturais contemporâneas colocam o espaço público como arena da controvérsia política, em que horizontes e valores nem sempre são mutuamente compatíveis, e que por isso mesmo não devem ser evitados, mas encarados com maior atenção.

Ocupações culturais reivindicam a possibilidade de estabelecerem espaços em que a lógica de competição entre artistas é suplantada pela utilização de maneira comum das estruturas do espaço, pela horizontalidade dos momentos de deliberação e pela troca de conhecimentos e experiências. Essa reivindicação se dá em oposição à condição de grande parte da comunidade artística fica de fora desse circuito, tanto no âmbito público, por não ter estrutura suficientemente aberta (OLIVEIRA, 2018), quanto no âmbito privado, por ser altamente restritivo. A própria lógica de produção cultural das políticas públicas da cultura, assume uma visão produtivista e estimula a competição entre artistas por prêmios e editais, conforme expresso no documentário *Dinâmica, Flutuações e Pontos Cegos*. Dessa forma, os coletivos que compõem as ocupações culturais, enquanto atores públicos de um movimento social, criam um senso de comunidade de litígio (RANCIÈRE, 1996), ao reconhecerem-se

como artistas marginalizados enquanto coletivo e tomarem para si uma parte que não lhes é distribuída pelo poder público.

A partir da distinção entre a política e o político (MOUFFE, 2005; RANCIÈRE, 1996) podemos pensar as ocupações artísticas nos seus aspectos que escapam a uma análise institucional mais restrita. A distinção presente em ambos os autores coloca a *política* como um campo muito mais amplo de disputa, que envolve a própria concepção do que é percebido como campo de disputa, apresentando um potencial de transformação a partir do dissenso, ao invés de buscar pontos de acordo entre movimentos dissidentes e poderes hegemônicos. Nesse sentido, a literatura sobre políticas públicas e capacidades estatais informa muito sobre o *político*, ou seja, as formas institucionalizadas e aceitas de se fazer o jogo político, não se abrindo para as possibilidades que confrontem esses próprios modos. Uma leitura mais nuançada dos processos de institucionalização das disputas que movimentos contemporâneos fazem talvez capte melhor como a dimensão da política opera nessa disputa. Vínculos mais fluídos, formações de subjetividades, ações disruptivas e as prefigurações performadas por esses movimentos são elementos relevantes para se entender os sentidos dessas disputas. O processo de amarração dessas formas de contenção em forma reconhecidas forjadas dentro das instituições, se mostra um desafio mais complexo e ambíguo, como procurei colocar para o caso das ocupações culturais.

Jacques Rancière, ao analisar a relação entre estética e política, pensa a noção de “fábrica do sensível” como a constituição de um mundo comum pelo entrelaçamento de uma pluralidade das atividades humanas, não de maneira meramente cumulativa, mas em uma distribuição polêmica de maneiras de ser e das ocupações em um mesmo espaço possível (RANCIÈRE, p. 63, 2009). Ou seja, a partilha do sensível apresenta uma dupla conotação, uma noção de todo conjecturada aos recortes que uns e outros fazem desse todo em sua composição; um comum partilhado e partes exclusivas (RANCIÈRE, p. 15, 2009).

Dessa forma, manifestações desse tipo carregariam a possibilidade de se instaurar o dissenso, noção central para o pensamento de Rancière sobre a própria concepção de política e sua relação com a estética. O dissenso é entendido pelo autor como o motor da política, por mover uma disputa sobre a constituição do comum, dando visibilidade ao que é designado e o que não é nesse mundo comum (idem).

As ocupações culturais, em um nível micro, também possuem esse caráter de fomentar um imaginário utópico na prática. Incomodam o sistema vigente de cultura por não serem

passíveis de assimilação, tornando latente o caráter de exclusão que esse sistema impõe para uma parte da comunidade de artistas marginais. Ao mesmo tempo, as experiências comunitárias de organização social promovidas pelas ocupações culturais geram uma alternativa não só ao sistema de produção excludente, mas também a forma e estilo vida que esses artistas passam a experimentar. Baseado em princípios de horizontalidade, democracia direta e de autogestão do comum, a mobilização gerada em torno das ocupações culturais extrapola os limites de uma simples crítica às injustiças do modelo de gestão cultural da cidade. Amplia-se o alcance para além de um universo restrito de apoiadores da causa das artes e da cultura, mas a um leque de segmentos sociais que podem se sensibilizar e conectar com esses ideais e usos criativos do espaço público (MARTÍNEZ, 2015).

As ocupações culturais no centro de São Paulo nos ajudam a refletir sobre algumas das questões envolvendo a ambiguidade nas práticas de gestão cultural na cidade. Por se manterem ativas durante seis anos em uma situação indefinida, entre marginalidade e reconhecimento, questionando as práticas do Estado, ao mesmo tempo que provendo serviços que esse deveria se encarregar, as ocupações culturais jogam luz sobre as disputas que guiam esse processo, apontando para outras realidades possíveis. Podemos considerar os casos trabalhados nessa pesquisa como sendo instituições anômalas, uma vez que ao observarmos suas trajetórias, notamos a predominância do conflito e do desenvolvimento de atividades contraculturais (MARTÍNEZ, 2014; 2015). No entanto, isso não implica na ausência de relações com o Estado, mas o foco direcionado na ação direta transformadora na vida das pessoas envolvidas (idem).

Anômalas, ou monstruosas, sem dúvidas em um sentido criativo, por abrirem espaços através de táticas disruptivas e promoverem uma transformação real na vida das pessoas na prática. Todavia, considera-se também essa anomalia pelo fato das ocupações se situarem em uma zona cinzenta nas suas interações com o Estado, na medida em que pressionam por reconhecimento ao passo que resistem. Diferentemente do que observa a literatura europeia sobre ocupações, existe um grande peso em se buscar formas de institucionalização das ocupações. Longe de representar uma forma de desmobilização ou de perda da radicalidade, a disputa institucional apresenta um grande potencial de intensificação dos projetos desenvolvidos. Qual forma de institucionalização e quais disputas se dão e torno dessa construção são questões mais apropriadas para se entender essa dinâmica. Movimentos de ocupação se tornam menos anômalos quando consideramos esse processo de disputa institucional como uma parte de seus objetivos e não como uma imposição externa. Diversos movimentos sociais identificados com o conceito de ocupação adotam essa estratégia como

forma de avançar em suas lutas, no contexto brasileiro e latino-americano, tendo conseguido resultados expressivos institucionalmente, como bem observam Smart e Aguilera (2016). Existem sedimentações institucionais das lutas passadas desses movimentos em relação com os governos que influenciam nessa interação, como se verificou para o caso da utilização do MRSOC com forma de regularização das ocupações culturais, por exemplo. O duplo desafio de se avançar nas frentes da ação cultural e da ação pública institucional simultaneamente para o caso das ocupações culturais torna essa disputa ambígua, envolvendo interesses e discursos dos atores que são de certa forma incompatíveis, antagonistas, a princípio. O quão cada ator consegue empurrar as fronteiras das instituições para alargar as suas capacidades de atuação é uma das expressões do processo de mudança social.

O desentendimento entre as gramáticas das ocupações artísticas e do poder público leva ao um impasse jurídico-burocrático em momentos em que ocorrem negociações entre esses atores. Essas negociações, por sua vez, apresentariam dificuldades de encaminharem alguma solução ou acordo, uma vez que os termos são desentendidos⁸⁹ nesse diálogo, que na verdade, refletem diferentes visões de mundo sobre gestão cultural e o conflito de interesses entre o poder público e os ocupantes sobre a forma com que essa disputa é sedimentada dentro das instituições.

Se tomarmos o dissenso, como conceitua o filósofo Jaques Rancière (1996), como o motor da política, as ações diretas das ocupações culturais promovem mudanças e renovações nas formas como percebemos e praticamos a política como forma de experiência, contribuindo para a invenção de uma nova política. Colocam, através da partilha⁹⁰ do que é sensível, em disputas do que é considerado campo de disputa, ou seja, daquilo que é comum e recorte do comum ao mesmo tempo. Traduzem o poder de criação de sujeitos em novas formas de comportamento e paradigmas da organização social, que é, nesse sentido, ao mesmo tempo pública e comunal (UNIVERSIDAD NÓMADA, 2008). A partir desse dissenso os ocupantes da Ouvidor 63 e da

⁸⁹ A racionalidade do desentendimento em Rancière não significa uma falta de informação ou uma compreensão errônea de algo que é expresso. É antes de tudo a desconsideração da capacidade de fala dotada de sentido, de produção de *logos*, que uns fazem de outros. Assim, opera como forma de exclusão da partilha do sensível, uma vez que outros não podem participar dessa divisão polêmica, por sua fala ser considerada ruído. O desentendimento supõe a utilização inclusive dos mesmos termos por partes distintas, em que os sentidos antagônicos que são mobilizados sobre o mesmo termo configuram um campo de disputa, porém uns desentendem o sentido que outros atribuem como forma de não abertura de efetivação política (portanto, polícia).

⁹⁰ No filosófica de Rancière partilha assume a dupla conotação de fratura (como em “partir em dois”, por exemplo) e de redistribuição (como em “compartilhar”). É precisamente esse duplo sentido que se reivindica para se pensar a ação das ocupações culturais: romper com normas vigentes (do sistema cultural tradicional, da noção de propriedade) e de redistribuição (abertura), material e estética, que advém dessa nova reconfiguração sensível.

Casa Amarela procuram instituir as suas próprias construções de organização social, suas práticas, categorias e visões de mundo, colocando em litígio concepções e instituições vigentes.

A partir dessas reflexões, podemos pensar as formas de relação ora conflituosas, ora colaborativas entre as ocupações artísticas e o Estado, indicam que para obtermos modelos de gestão cultural mais adequados ao nosso tempo, contexto e espaço, devemos entender mais profundamente as formas alternativas de organização que surgem na atualidade. Compreender as estruturas de desigualdade em vigor que mobilizam essas novas maneiras de se organizar socialmente a aturem pelas brechas é senão uma cartografia de por onde os desejos contemporâneos fluem. Os desejos e os anseios que levam ao ato da ocupação e compõem seu posterior processo de construção coletiva, revelam o potencial de transformação da ação cultural em níveis micro e macropolíticos. A institucionalização das formas emergentes de organização social em coletivos de ocupações culturais não só atende aos seus participantes de maneira direta, mas também se comunaliza no espaço urbano, abrindo espaços físicos, simbólicos e institucionais. O poder de criação dessas novas formas ocorre fundamentalmente pelo conflito, porém não se restringe ao momento do embate. Ele se sedimenta nos corpos, nas subjetividades e nas formas institucionais. As ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63 ativam disputas em todas essas dimensões por meio de caminhos não-óbvios e ainda incertos.

Considerações finais

Habitar as ambiguidades

Um olhar atento para as ambiguidades das relações políticas e sociais pode revelar uma riqueza incomensurável de conflitos, disputas, inovações e criatividade que estruturam um processo mais amplo de mudança. Durante a pesquisa fui movido pelo desejo de entender essa ambiguidade para o caso das ocupações culturais no centro. Ao longo desta dissertação procurou-se contribuir para um entendimento mais adensado sobre um fenômeno específico que é o surgimento de ocupações de cunho eminentemente cultural e artístico no centro de São Paulo e as suas interações com o poder público. A situação de indefinição, de altos e baixos, a mistura de precariedade com uma enorme potência criativa me chamou a atenção para os processos contemporâneos que estavam acontecendo.

O desafio de trabalhar com novas formas de organização social, no calor do momento e com processos em abertos, ao invés de observar movimentos já consolidados, processos conhecidos e teorias *a priori* foi tão estimulante quanto desgastante. Esse caminhar perguntando do processo de pesquisa levou a vários encontros e situações com as quais pude aprender e tecer novas relações que ajudassem a entender as diferentes camadas que estavam atuando simultaneamente. Aprendi com os artistas-ocupantes sobre o fazer política na prática, sobre processos criativos e sobre a disputa política institucional do ponto de vista da resistência.

Desde 2014 as Ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63 atuam no território de maneira a promover novas formas de engajamento e participação social. Por meio da ação direta e tendo como principal bandeira a luta por uma cultura acessível e colaborativa, os coletivos das ocupações, promovem o trabalho de artistas marginalizados pelos sistemas das artes e da cultura institucional. Mais do que uma luta por inserção em um sistema que repele trajetórias diversas, essa ação toma forma de uma mudança cultural profunda.

A tarefa de se estranhar, questionar e se propor novos modos de produção de arte e vida não é simples nem certa. Perpassa as esferas públicas e privadas, confundindo-as e tensionando as instituições já consolidadas. Abrem espaço para as instituições emergentes.

Os coletivos artísticos e culturais, ao se apropriarem de maneira coletiva dos espaços públicos e implementarem uma autogestão da produção artística e da manutenção do edifício ocupado, criam um emaranhamento entre as esferas da vida, da arte e do trabalho. Essas esferas se conectam pela própria experiência de se fazer um movimento de tomada de autonomia das formas de elaboração de sentido da vida, recusando-se a seguir um modo convencional de vida simplesmente dado por um poder constituído. De diferentes modos, percebe-se como a vida nas ocupações afeta a produção e o processo criativo dos artistas-residentes, bem como o convívio em um espaço de criação livre e de apoio mútuo também desperta uma concepção de questionamento das estruturas vigentes fora da ocupação, tanto por parte dos artistas como do público que frequenta o espaço.

As relações entre essas ocupações e o Estado, como procurou-se argumentar, foi marcada pela ambiguidade, alternando momentos de resistência/repressão, com momentos de negociação, acordos e colaborações. Ambiguidade essa advinda do próprio lugar de se habitar nas fronteiras: legal/ilegal, público/privado, coletivo/pessoal, arte/vida. A realidade complexa que se forma nesses traços - de separação, mas também de junção - para o caso das ocupações culturais, requer traduções novas que sejam capazes de lidar com esse nível fronteiro de ação.

Figura 35 – Habitar as ambiguidades

Foto: Rose Steinmetz

Foto: Rose Steinmetz

Foto: Rose Steinmetz

Foto: Rose Steinmetz

Foto: Rose Steinmetz

Foto: Giorgi de Santi

Foto: George de Santi

Estamos na plateia de uma peça de teatro ou em uma reunião jurídica? O advogado vai informar um processo ou dar uma deixa? O malabarista está esperando que lhe lancem os malabares, as claves, as facas e todo tipo de objeto, ou espera apenas o bulbo de uma lâmpada nova para realizar a troca? Número de Freak Show ou um ajuste na barra de proteção da janela? O que montam os ocupantes? Uma instalação? A próxima exposição? Ou criam um novo quarto com uma divisória? Muita atenção, é um slam ou uma reunião de emergência? Baile ou resistência? Estamos saindo em um cortejo ou estamos prestes a entrar em uma audiência pública?

Di Giovani (2015) analisa as ocupações pelas experiências contemporâneas na fronteira entre a arte e o ativismo, que tem como característica criarem espaços de liminaridade. De acordo com a autora, o lugar em que as ocupações preservam seu “poder liminar” é o corpo. Através da insubmissão, são ativadas e reativadas nos corpos as memórias sociais de lutas incompletas, reflexões sobre o momento e a abertura para se sair transformado, ou seja, de transformar as próprias condições. As imagens criadas pelas ocupações colocam a disputa política em outra perspectiva, isto é, “são imagens que politizam porque capturam o reflexo de certos modos de praticar o espaço aprendidos e lembrados pelos corpos” (GIOVANI, 2015, p. 23).

Vesudevan (2011) analisa os movimentos de ocupação na Alemanha de 1968 em diante chamando atenção para a dimensão performativa que esse tipo de manifestação apresenta na produção de novos espaços comuns e de contracartografias urbanas. O autor aproxima os movimentos de ocupação com as vanguardas artísticas através da quebra da percepção sensível que esses gestos políticos colocam no espaço, sendo consideradas “esculturas sociais”, nos termos de Joseph Beuys.

Essas práticas colaborativas podem apresentar um potencial disruptivo ao se manifestarem como “autênticas políticas do anônimo”, isto é, dando visibilidade às formas de vida que desafiam consensos pré-estabelecidos na sociedade, adquirindo um nome coletivo e requalificando uma dada situação, atuando, portanto, como uma forma de partilha do sensível (FABRINNI, p. 56, 2014 apud RANCIÈRE, 2005).

A dimensão da vida e do trabalho coletivo nas ocupações assemelha-se muito aos processos criativos e aos *statements* fundamentais da arte contemporânea de criação de significados a partir de relações entre intervenções artísticas, o público, os artistas e o mundo social que envolve tudo isso (FABRINNI, 2014). Criam-se narrativas múltiplas de possibilidades de se experienciar a cidade a partir de suas falhas estruturais. Através desse embaralhamento, as ocupações da Ouvidor 63 e da Casa Amarela configuram uma forma de ação cultural, no sentido de fomentarem processos transformadores na vida das pessoas envolvidas (OLIVEIRA, 2007), como já ressaltado, tanto materialmente, quanto subjetivamente.

A ambiguidade constitutiva das ocupações culturais expressa uma urgência de não apenas se repensar os modos de vida e de produção cultural, mas fazê-los, pô-los em prática. De dar vazio ao potencial criativo emergente. De se experimentar com novas formas de

organização, mas também de experienciar esse processo, de sair transformado/a dele. Essa ambiguidade quando confrontada com a lógica tradicional, de instituições culturais ou estatais, traz para dentro das instituições o conflito, o dissenso e o desentendimento, próprios dos fazeres culturais e democráticos. As instituições vigentes não se mostram adequadas e nem verdadeiramente receptivas ao diálogo e a uma mudança de seus modos. Expressam uma ambiguidade de outra ordem em relação aos coletivos das ocupações culturais, oscilando entre reconhecimento e repressão. Mover as instituições por dentro passa por criar novas instituições por fora, próprias, adequadas aos desejos mais imediatos. Isso não quer dizer pensá-las separadamente, mas nas suas interações. As ocupações culturais movem uma disputa em um sentido amplo, questionando termos, lugares, modos e subjetividades. Ressignificar as categorias e os termos em que são elaboradas as interações socioestatais de maneira a ajustar e cristalizar essas lutas é um processo de transformação social árduo, porém fundamental para a construção de uma sociedade em que se possa viver os desejos no presente. Habitar as ambiguidades desses processos se faz necessário para entender as novas formas de organização social e a maneira que essas encaixam, ou não, com as formas estabelecidas.

As ocupações culturais trazem à tona todas essas discussões. Se por um lado Estado e Sociedade Civil se constituem mutuamente, por outro estética e política também. Inovações verdadeiras só são possíveis se existe uma imaginação radicalmente oposta colocando em disputa aquilo que não se podia se colocar em disputa. Isto é, sem pedir licença. Tomar para si, porém sem fazer disso propriedade. As ocupações da Casa Amarela e da Ouvidor 63 ousam ir além do que é dado, do que é consenso. Incomodam. Não são passíveis de soluções fáceis. Abrem frestas, escancaram falhas. Transformam isso em arte, em modo de vida, em instituições. Embaralham tudo isso. É justamente aí onde se encontra o potencial criativo que move das formas contemporâneas de organização social em busca de outros mundos possíveis.

Figura 36 – A vida é luta

Foto: Rose Steinmetz

Futuras agendas de pesquisa

O presente estudo se propôs a seguir um eixo exploratório em sua abordagem, reconhecendo os alcances e as limitações que esse tipo de pesquisa pode apresentar. Refletir os caminhos adotados e apontar novos é uma das funções desse tipo de análise. O trabalho de se entender o que move os desejos pra os casos do novo fenômeno das ocupações culturais colocaram novas questões de pesquisa, das quais tentei lidar com esta dissertação. Naturalmente, algumas dessas questões continuam em aberto, bem como outras foram surgindo com o processo da pesquisa. Essa seção final procura fazer um balanço da pesquisa e apontar para novas possibilidades de caminhos a serem seguidas adiante.

Durante o a pesquisa, foi necessária uma busca ampliada por referências desse tipo de manifestação ao redor do mundo para se traçar uma base conceitual para avançar com o trabalho. Procurou-se discutir que um entendimento mais restrito sobre ocupações, geralmente associadas a um repertório de ação de movimentos sociais de moradia, era insuficiente para tratar dessas novas experiências. Por outro lado, um entendimento demasiadamente amplo do

termo, como se tornou um modismo, a partir de uma certa época, também representava uma perda cognitiva para se entender o fenômeno em suas diferentes manifestações. Buscou-se então, com a primeira parte desse trabalho ordenar essa diversidade de maneira a torná-la um pouco mais compreensível para os casos brasileiros. As definições elaboradas pela literatura europeia sobre o assunto se mostraram úteis para se delimitar esse fenômeno e ressaltar o que há de específico nele, em comparação a outros movimentos sociais. Em especial, a tipologia fornecida por Hans Pruijt (2013) colaborou para um melhor discernimento entre as ocupações voltadas para a moradia e as que desenvolvem atividades múltiplas através de um uso híbrido do espaço, as ocupações de projetos. Essa diferenciação e caracterização, não só estava ausente na literatura brasileira, o que dificultava a conceitualização do objeto de pesquisa, como também não fazia parte do arcabouço estatal, como vimos anteriormente, gerando um problema empírico.

Uma inquietação que surge com esse primeiro movimento é o de se pensar como essa tipologia se relaciona de uma maneira mais profunda com os diferentes contextos do Sul Global. Seguindo a agenda de pesquisa lançada por Aguilera e Smart (2016; 2020), ocupações nos dois hemisférios guardam uma série de semelhanças, mas também de diferenças fundamentais. A tipologia de Pruijt (2013) lida bem com os casos investigados nesta pesquisa, e com ocupações de edifícios em contexto urbano, de maneira geral. No entanto, essa parece restrita para uma série de outras formas de manifestações de ocupações, especialmente se considerado o contexto latino-americano. Ocupações de assentamentos em terrenos urbanos e rurais parecem ser o tipo preponderante nesses contextos e permanecem subteorizadas pela literatura europeia e insuficientemente inseridas nas tipologias. Trazer uma perspectiva desde o Sul para essas teorias e tipologias pode contribuir para um entendimento mais rico do fenômeno de maneira geral. Em um nível teórico mais denso, o que as epistemologias do Sul colocam de problemas para essas teorias?

Por outro lado, a investigação sobre ocupações de caráter cultural nas diferentes realidades do Sul Global ainda carece de material empírico sistematizado. Poucos são os estudos que tocam nessa intersecção, o que indica um desbalanço no campo, uma vez que o estudo de ocupações de outros tipos, como de assentamentos recebe um grande destaque em diversas áreas há algumas décadas. Além disso, os poucos estudos que existem sobre as relações ocupações e cultura e ocupações culturais variam imensamente no registro, sendo necessário se procurar fazer uma melhor costura entre eles, visando um adensamento do assunto. O que têm a dizer as culturas híbridas do Sul (CANCLINI, 2017) sobre essa relação?

O problema dessa pesquisa foi tratado pela chave da institucionalização de movimentos sociais, que se mostrou produtiva para fazer a ponte entre a literatura específica sobre ocupações desenvolvida na Europa e a literatura sobre relações entre Sociedade Civil e Estado desenvolvida no Brasil. Identificou-se pontos de encontro entre as formulações de cada teoria, assim como pontos de divergência. Procurou-se então articulá-las de maneira complementar para se pensar os casos de interesse desta pesquisa. Se por um lado a literatura específica sobre ocupações apresenta resultados e padrões de interação interessantes e resultados inovadores em termos de políticas públicas, por outro, essa literatura não era muito precisa a respeito de como essa interação ocorre. A análise dos casos mostra que, mais do que isso, essa literatura se mostra inadequada por não captar as nuances que estruturam as relações entre ocupações culturais e Estado. A maneira com que essa interação ocorre pode, inclusive contribuir com os projetos das ocupações por meio da institucionalização, sendo mais interessante se observar que tipo de institucionalização interessa às ocupações e como elas atuam para forjá-lo.

Torna-se interessante pensar quais os mecanismos que facilitam e quais os que dificultam essa interação ao redor do mundo. Analisar os processos dessas interações pode fornecer mapas em termos de mobilização social e de arquitetura institucional capazes de ajustar essa relação, não de maneira a eliminar o conflito, pois esse é constitutivo, mas de torná-lo mais propositivo e criativo. Pensar em como avançar com esse diálogo sem se esbarrar nos entraves conhecidos de sempre, algo que seria caro, inclusive, para essa pesquisa em um nível de ação, visto que é exatamente nesse ponto em que se travam as negociações entre Estado e algumas ocupações culturais, como a Ouvidor 63, por exemplo. Que ferramentas novas podem ser úteis para os casos brasileiros que já foram experimentadas alhures?

Em um campo teórico mais amplo, procurou-se contribuir com o tensionamento das categorias e modos de interação socioestatais. Ao se analisar casos que destoam do padrão de movimentos sociais que informam a literatura, trazendo o que há de próprio das ocupações culturais para se pensar como essa interação pode em alguns casos apresentar sérios desencaixes. Ao se problematizar a maneira que é feita a tradução dos modos de organização e categorias de movimentos sociais para dentro do arcabouço do Estado, procurou-se trazer para o debate a dimensão do conflito e do desentendimento, nos termos de Rancière, como uma forma de se realizar a política em seu sentido amplo.

Nesse ponto, caberia uma reflexão mais aprofundada sobre o papel que jogam o conflito e a criatividade nos processos de institucionalização. Mais do que pressupostos teóricos, essas

dimensões parecem ter consequências subexploradas nas teorias de interação socioestatais. Pensar as dimensões do conflito e da criatividade nos processos de institucionalização abre portas para o estudo de movimentos de ocupação e de outros movimentos contemporâneos. Como pensar a maneiras com que as culturas híbridas, mais fluídas, de menor escala, coletivistas, autonomistas, contenciosas e flexíveis interagem com a gestão pública? Qual o papel do Estado nesse novo contexto?

A presente pesquisa notavelmente não visou resolver esses problemas, mas colocá-los em tela. Abrir agendas e trabalhos futuros, priorizando as construções coletivas nos processos de produção do conhecimento. Pensar que formas de se institucionalizar as criações coletivas no meio acadêmico também figuram no horizonte de pesquisa e trabalho. Encerro esse trabalho aberto às trocas e colaborações em todas essas frentes e nas que ainda estão por vir.

Referência Bibliográficas

- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre o Estado e sociedade? **Sociologias**, vol. 13, n. 28, 2011.
- AGUILERA, Thomas. Configurations of squats in Paris and the Ile-de-France Region. **Squatting in Europe: Radical spaces, urban struggles**, p. 209, 2013.
- AGUILERA, Thomas. The squatting movement (s) in Paris: Internal divides and conditions for survival. In: **The Urban Politics of Squatters' Movements**. Palgrave Macmillan, New York, 2018. p. 121-144.
- AGUILERA, Thomas; SMART, Alan. Squatting, north, south and turnabout: A dialogue comparing illegal housing research. **Public goods versus economic interests: Global perspectives on the history of squatting**, p. 29-55, 2016.
- AGUILERA, T., & SMART, A (2020). Towards a political economy of toleration of illegality: comparing tolerated squatting in Hong Kong and Paris. In: Grashoff, U. (2020). **Comparative Approaches to Informal Housing Around the Globe** (p. 286). UCL Press.
- ALONSO, Angela et al. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANDRADE, Diogo Prado Fleury de. A ocupação enquanto estratégia de ação política do movimento secundarista em Goiânia. 2016.
- ARANTES, Otilia et al. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, v. 1, p. 11-74, 2000.
- ARCHER, Margaret Scotford; ARCHER, Margaret S. **Structure, agency and the internal conversation**. Cambridge University Press, 2003.
- ARONI, Rafael. As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2017.
- ASARA, Viviana. The Redefinition and Co-Production of Public Services by Urban Movements. The Can Batlló Social Innovation in Barcelona. **Partecipazione e conflitto**, v. 12, n. 2, p. 539-565, 2019.
- ATELIER OCCUPATO ESC. The metropolis and the so-called crisis of politics, 2008

- AZOMOX (2015). Gender and squatting in Germany since 1968. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.
- BAIOCCHI, Gianpaolo; GANUZA, Ernesto. Popular democracy: The paradox of participation. **Stanford University Press**, 2016.
- BARBOSA, F.; ARAÚJO, H. Indicador de desenvolvimento da economia da cultura. **Brasília, DF: IPEA**, 2010.
- BARROS, José M.; ZIVIANI, Paula. O programa Cultura Viva e a diversidade cultural. BARBOSA, F.; CALABRE, L.(Edits.). Pontos de cultura: olhares sobre o programa Cultura Viva, p. 61-89, 2011.
- BOGADO, Diana; MANZANO, Noel; SOLANAS, Marta. WALKING WITH THE RIGHT TO THE CITY. **Social Ecology and the Right to the City**, p. 155.
- BOOKCHIN, Murray. **Social anarchism or lifestyle anarchism: an unbridgeable chasm**. Edinburgh: ak Press, 1995.
- BOSCHMA, Vincent. (2015). The Autonomous Zone (de Vrije Ruimte) In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.
- BRACONI, Julio Cesar. **A disputa pela moradia na região central de São Paulo: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BRAGAGLIA, Francesca; KRÄHMER, Karl. 'Art Barricades' and 'Poetic Legitimation' for squatted spaces: Metropoliz, Rome and Cavallerizza Reale, Turin. **Tracce Urbane. Rivista Italiana Transdisciplinare di Studi Urbani**, v. 2, n. 4, 2018.
- BRASIL, Amíria Bezerra; CAVALCANTI, Emanuel. Ocupe o Cocó: um caso de resistência e insurgência em Fortaleza/CE. **XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pósgraduação e Pesquisa de Planejamento Urbano. Belo Horizonte**, 2015.
- BUCHHOLZ, T. (2015). Creativity and the capitalist city. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.
- BRYSON, John M.; CROSBY, Barbara C.; BLOOMBERG, Laura. Public value governance: Moving beyond traditional public administration and the new public management. **Public administration review**, v. 74, n. 4, p. 445-456, 2014.

CANCLINI, Néstor García. **CULTURAS HÍBRIDAS, PODERES OBLÍQUOS**. 2017.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. **Rio de Janeiro: Dp&A**, 2005.

CARLOS, Euzeneia. **Cooperação e conflito na relação movimentos sociais e estado**. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 35, p. 321-350, 2017.

CARLOS, Euzeneia. Capítulo 3 A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações. **Movimentos sociais e institucionalização**, p. 165, 2018.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: proposições analíticas e desafios metodológicos**. **ANPOCS**, 2016.

CARMONA, Pablo et al. **Social centres: Monsters and political machines for a new generation of movement institutions**. **European Institute for Progressive Cultural Policies**, 2008.

CLEMENS, E. "Organizational repertoires and institutional change: women's group and the transformation in the U.S. politics, 1890 – 1920". **American Journal of Sociology**, vol. 98, 1993.

COLECTIVO SIN TICKETS. **Errancias. Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia**. **Madrid: Traficantes de Sueños**, 2004.

COLECTIVO SITUACIONES. **Algo más sobre la Militancia de Investigación. Notas al pie sobre procedimientos e (in) decisiones**. **Malo, M. Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia**, p. 93-110, 2004.

COPIANO, Letícia Prudência. **Atuação dos estudantes secundaristas e as influências políticas culturais**. 2017. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

DADUSC, Deanna; DEE, E. T. C. **The criminalisation of squatting: Discourses, moral panics and resistances in the Netherlands and England and Wales**. **Moral rhetoric and the criminalisation of squatting. Vulnerable demons**, p. 109-132, 2015.

DADUSC, Deanna. **Enclosing autonomy: The politics of tolerance and criminalisation of the Amsterdam squatting movement**. **City**, v. 23, n. 2, p. 170-188, 2019.

DADUSC, Deanna. Criminalising activist spaces: Privatisation, public order, and moral order. In: **Urban Change and Citizenship in Times of Crisis: Figurations of Conflict and Resistance**. Routledge, 2020.

DAGNINO, EVELINA. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n. 5, outubro, 2014.

DE ÁVILA GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. **Capacidades Estatais e Democracia**, p. 15, 2014.

DEBELLE, Galvão et al. Squatting cycles in Barcelona: identities, repression and the controversy of institutionalisation. In: **The Urban Politics of Squatters' Movements**. Palgrave Macmillan, New York, 2018. p. 51-73.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. 1991.

DEE, E. T. C. The production of squatters as folk devils: Analysis of a moral panic that facilitated the criminalization of squatting in the Netherlands. **Deviant Behavior**, v. 37, n. 7, p. 784-794, 2016.

DEE, E. T. C. (2018). Flowers shed petals: The political squatters' movement and social centres in Amsterdam.

DEE, E. T. C. The Political Squatters' Movement and Its Social Centres in the Gentrifying City of Rotterdam. In: **The Urban Politics of Squatters' Movements**. Palgrave Macmillan, New York, 2018. p. 187-208.

DE FARIA, Flavia. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 7, n. 3 jul-dez., p. 33-48, 2020.

DELLA PORTA, Donatella; RUCHT, Dieter. Left-libertarian movements in context: A comparison of Italy and West Germany. **The politics of social protest: Comparative perspectives on states and social movements**, p. 229-272, 1995.

DE MOOR, Joost. Practicing openness: Investigating the role of everyday decision making in the production of squatted space. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 2, p. 410-424, 2016.

- DORNELES, P. Território e territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul: Programa Cultura Viva. Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea, p. 229-245, 2011.
- EMIRBAYER, Mustafa; MISCHÉ, Ann. What is agency?. **American journal of sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.
- FABRINNI, R. (2017). Fronteiras entre arte e vida. **Artefilosofia**, (17), 41-60.
- FELICIANTONIO, Cesare di. Subjectification in times of indebtedness and neoliberal/austerity urbanism. **Antipode**, v. 48, n. 5, p. 1206-1227, 2016.
- FLORIDA, Richard L. et al. **Cities and the creative class**. Psychology Press, 2005.
- FRAESER, Nina. Gängeviertel, Hamburg. **Making room: Cultural production in occupied spaces**, p. 172-177, 2015.
- GALLO, I. C. D. Á. (2008). Punk: Culture and Art. *Varia Historia*, 24(40), 747-770.
- GARCÍA, Robert González; CORTINA-ORIOL, Mercé; AGUILERA, Thomas. Movimientos de okupación y políticas públicas urbanas: los casos de Madrid, Barcelona y Bilbao. **Revista Especializada en Investigación Jurídica**, n. 5, 2019.
- GIOVANNI, Julia Ruiz Di. Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 13-27, 2015.
- GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439 - 455, Set./ Dez., 2008.
- GRUMAN, Marcelo. Estado moderno, políticas públicas e democracia cultural: o caso brasileiro. **Coletânea de Políticas Públicas de Cultura: práticas e reflexões**. Org. Lucio Rennó. Brasília: Universidade Católica de Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, Mai./Ago., 2011.
- GRAZIOLI, Margherita; CACIAGLI, Carlotta. Resisting to the neoliberal urban fabric: Housing rights movements and the re-appropriation of the 'Right to the City' in Rome, Italy. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 29, n. 4, p. 697-711, 2018.

GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela Luz; BICHIR, Renata Mirándola. Artigo: Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 37-55, 2004.

GURZA LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. "SEEING LIKE A SOCIAL MOVEMENT": Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas 1. **Novos Estudos**, n. 114, p. 411-434, 2019.

GURZA LAVALLE, Adrian Gurza et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. **Movimentos sociais e institucionalização**, p. 21, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Assembly**. Oxford University Press, 2017.

HARVEY, David. **Producao Capitalista Do Espaco**, a. Annablume, 2005.

HIRST, Paul. Democracy and governance. **Debating governance**, p. 13-35, 2000.

HOLM, A., & KHUN, A. (2011). Squatting and urban renewal: The interaction of squatter movements and strategies of urban restructuring in Berlin. **International journal of urban and regional research**, 35(3), 644-658.

JAMESON, Fredric. Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism Durham: Duke University Press 1991, 6. Aufl. 1995, 438 S.

JEFFARES, Stephen; SKELCHER, Chris. Democratic subjectivities in network governance: AQ methodology study of English and Dutch public managers. **Public Administration**, v. 89, n. 4, p. 1253-1273, 2011.

LAPOUJADE, David; TAORMINA, Mike. Desert Islands: And Other Texts, 1953--1974. 2004.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments—from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. **Governance**, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007.

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**, p. 13-20, 2010.

LOPES, Ana Catarina Pinto de Sousa et al. O papel da arte na reabilitação urbana. Uma análise comparativa. 2014.

LOTTA, Gabriela Spanghero; VAZ, José Carlos. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 171, 2015.

MALO, Marta et al. Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. **Madrid: Traficantes de Sueños**, 2004.

MARQUES, E. *Estado e redes sociais: Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Revan/Fapesp.

MARQUES, E. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, 2006.

MARQUES, E. Government, Political Actors and Governance in Urban Policies in Brazil and São Paulo: Concepts for future Research Agenda. **Brazilian Political Science Review**, 7(3), 2013.

MARTÍNEZ, M. A.; PIAZZA, G.; PRUIJT, H. Introduction, Squatting in Europe: Radical Spaces. **içinde Squatting Europe Kollektive (der.), Urban Struggles, Brooklyn, NY: Autonomedia**, p. 11-16, 2013.

MARTINEZ, Miguel A. The squatters' movement in Europe: a durable struggle for social autonomy in urban politics. **Antipode**, v. 45, n. 4, p. 866-887, 2013.

MARTINEZ, Miguel A. The Squatters' Movement in Spain. A local and global cycle of urban protests. In: **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Minor Compositions, 2013. p. 113-138.

MARTINEZ, Miguel A. How Do Squatters Deal with the State? Legalization and Anomalous Institutionalization in Madrid. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 38, n. 2, p. 646-674, 2014.

MARTINEZ, Miguel A. Squatting for Justice: Bringing Life to the City. In: **Making Room: Cultural production in Occupied Spaces**. Other Forms and the Journal of Aesthetics and Protes, 2015.

MARTINEZ, Miguel A. Bitter wins or a long-distance race? Social and political outcomes of the Spanish housing movement. **Housing Studies**, v. 34, n. 10, p. 1588-1611, 2019.

- MARTÍNEZ, Miguel A. Good and Bad Squatters? Challenging Hegemonic Narratives and Advancing Anti-Capitalist Views of Squatting in Western European Cities. **Culture Unbound: Journal of Current Cultural Research**, v. 11, n. 1, p. 165-189, 2019.
- MAYER, Margit. Preface. In: Kollektive, S. E. (Ed.). (2013). *Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles*. Minor Compositions. 2013.
- MCANULLA, Stuart. Structure and agency. **Theory and methods in political science**, v. 2, p. 271-91, 2002.
- MENDONÇA, Patricia; FALCÃO, Domenica Silva. Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, n. 68, 2016.
- MILLIGAN, Rowan Tallis. The Politics of Occupation in the Neoliberal City. 2018.
- MILLIGAN, Rowan Tallis. The politics of the crowbar: Squatting in London, 1968-1977. **Anarchist Studies**, v. 24, n. 2, p. 8, 2016.
- MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: Toward a political economy of place. **American journal of sociology**, v. 82, n. 2, p. 309-332, 1976.
- MOORE, Alan. Art + Squat = X. 2012.
- MOORE, Alan; SMART, Alan (Ed.). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms, 2015.
- MORAES, Alana et al. Junho está sendo. **Junho: potência das ruas e das redes**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 10-21, 2014.
- MOUFFE, Chantal. **On the political**. Routledge, 2011.
- MUDU, Pierpaolo. Resisting and Challenging Neoliberalism: The Development of Italian Social Centers. 2013.
- NASCIMENTO, Silvana. A cidade no corpo. Diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 19, 2016.
- NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NUNES, Ariel. Pontos de cultura e os novos paradigmas das políticas públicas culturais: reflexões macro e micro-políticas. **II SEMINARIO INTERNACIONAL DE POLITICAS CULTURAIS**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. Corpos indisciplinados. **Ação Cultural em tempos de biopolítica**. São Paulo: Beca, 2007.

OLIVEIRA NETO, Sebastiao. **Situação Prestes Maia: o processo de colaboração entre artistas, coletivos artísticos e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Ocupação Prestes Maia/São Paulo (2003-2007)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OWENS, Lynn. Have Squat, Will Travel. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles**, p. 185, 2013.

PALLAMIN, Vera. Arte, cultura e cidade: aspectos estético-políticos contemporâneos. **Editora Annablume**. São Paulo, 2015.

PANTERA ROSA. Moverse en la incertidumbre. Dudas y contradicciones de la investigación activista. **Malo, M. Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia**, p. 191-205, 2004.

PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 121-148, 2017.

PIZZINATO, Adolfo et al. Mapeamento de ações coletivas de ocupação urbana: uma análise etnofotográfica. **Revista de Ciências Humanas**, 2016.

PRECARIAS A LA DERIVA. De preguntas, ilusiones, enjambres y desiertos. Apuntes sobre investigación y militancia desde Precarias a la Deriva [Madrid]. **Posse, Derive Approdi, Precarias a la Deriva, Grupo**, v. 116, p. 81-92, 2004.

PIOTROWSKI, Grzegorz. Squatted social centers in Central and Eastern Europe. **International Center for Research and Analysis, Working Paper**, 2011.

POLANSKA, Dominika V.; PIOTROWSKI, Grzegorz. The transformative power of cooperation between social movements: Squatting and tenants' movements in Poland. **City**, v. 19, n. 2-3, p. 274-296, 2015.

PRUIJT, H. (2003). Is the institutionalization of urban movements inevitable? A comparison of the opportunities for sustained squatting in New York City and Amsterdam. **International journal of urban and regional research**, 27(1), 133-157.

PRUIJT, Hans. Is the institutionalization of urban movements inevitable? A comparison of the opportunities for sustained squatting in New York City and Amsterdam. **International journal of urban and regional research**, v. 27, n. 1, p. 133-157, 2003.

PRUIJT, H. (2013). Squatting in Europe. **Squatting in Europe: Radical spaces, urban struggles**, 17-60.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Partilha do sensível*. 2009.

REITER, Bernd. The epistemology and methodology of exploratory social science research: Crossing Popper with Marcuse. 2013.

RODRIGUES, Higor Pinto. O ocupe Cocó e a luta popular pelo direito à cidade em Fortaleza. 2016.

ROGGERO, Gigi. Breves notas sobre o método. Produção de saber e copesquisa. **Lugar Comum–Estudos de Mídia, Cultura e Democracia Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Laboratório Território e Comunicação–LABTeC/ESS/UFRJ–Vol 1, n. 1,(1997)–Rio de Janeiro: UFRJ, n. 39–jan-abr 2013, p. 91.

ROMÃO NETTO, J. V. Gestão de políticas de cultura e qualidade da democracia: São Paulo, 10 anos de um modelo ainda em construção. São Paulo, 2015.

SALVINI, Francesco. The moons of Jupiter: Networked institutions in the productive transformations of Europe, 2008

SÁNCHEZ CEDILLO, Raúl. Towards New Political Creations: Movements, Institutions, New Militancy. **M. Casas-Cortés & S. Cobarrubias (Trans). transversal. instituent practices. Retrieved January**, v. 13, p. 2014, 2007.

SANTOS, Eduardo Gomor dos. Formulação de políticas culturais: Leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva. In: BARBOSA, Frederico Organizador; CALABRE, Lia Organizador. Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. 2011. Cap 6. p. 155 – 178.

SCHWANDT, Thomas A. et al. Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. **Handbook of qualitative research**, v. 1, p. 118-137, 1994.

SEVERIEN, P. Autoria compartilhada: cinema, ocupação, cidade. V!RUS, São Carlos, n. 17, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 22 Mar. 2021.

SILVA, Liliana Souza. Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva. In: BARBOSA, Frederico Organizador; CALABRE, Lia Organizador. Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. 2011. Cap. 3. p. 89 – 110.

SILVA, A. L., & COSTA, M. C. (2018). MAIO DE 68: A BRECHA & VINTE ANOS DEPOIS. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 1(32), 151-158.

SHAPIRO, Ian. Problems, methods, and theories in the study of politics, or what's wrong with political science and what to do about it. **Political theory**, v. 30, n. 4, p. 596-619, 2002.

SHUKAITIS, Stevphen; GRAEBER, David. (Ed.). **Constituent imagination: Militant investigations, collective theorization**. Oakland, CA: Ak Press, 2007.

SKOCPOL, T. Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States. Cambridge, MA: **Harvard University Press**, 1992.

SORDI, Denise Nunes de; MORAIS, Sérgio Paulo. Os estudantes ainda estão famintos!": ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. **Religación: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Quito/Ecuador**, 2016.

SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Ed.). **Squatting in Europe: radical spaces, urban struggles**. Minor Compositions, 2013.

SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Ed.). **The squatters' movement in Europe: commons and autonomy as alternatives to capitalism**. Pluto Press, 2014.

SQUATTING EVERYWHERE KOLLECTIVE (Ed.). **Squatters in the Capitalist City: Housing, Justice, and Urban Politics**. Routledge, 2019.

STOKER, GERRY. Governance as theory: five propositions. **UNESCO**, 1998.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião pública**, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.

TEATRO VALLE (2015). Teatro Valle. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.

TURINO, Célio. O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma. **Revista Murro em Ponta de Faca**, n. 7, p. 5-6, 2013.

UITERMARK, Justus. The co-optation of squatters in Amsterdam and the emergence of a movement meritocracy: a critical reply to Pruijt. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 28, n. 3, p. 687-698, 2004.

UITERMARK, Justus. The co-optation of squatters in Amsterdam and the emergence of a movement meritocracy: a critical reply to Pruijt. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 28, n. 3, p. 687-698, 2004.

UNIVERSIDAD NÓMADA. Mental Prototypes and Monster Institutions: some notes by way of an introduction. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms. 2015

VAN SCHIPSTAL, I. L., & NICHOLLS, W. J. (2014). Rights to the neoliberal city: The case of urban land squatting in 'creative' Berlin. **Territory, Politics, Governance**, 2(2), 173-193.

VASUDEVAN, Alex. Dramaturgies of dissent: the spatial politics of squatting in Berlin, 1968–. **Social & Cultural Geography**, v. 12, n. 03, p. 283-303, 2011.

VESTHEIM, Geir. Cultural policy and democracy: an introduction. **International journal of cultural policy**, v. 18, n. 5, p. 493-504, 2012.

WARREN, Mark E. **Democracy and association**. Princeton University Press, 2001.

ZINOVICH, J. (2015). Christiania: how they do it and for how long. In: Moore, A., & Smart, A. (Eds.). (2015). *Making room: Cultural production in occupied spaces*. Other Forms.

Filmografia

CREATIVITY and the Capitalist City. Tino Buchholz. Amsterdam, 2011. (55 min.)

DINÂMICAS, Flutuações e Pontos Cegos. 1 vídeo (24:14 min). Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira e Priscila Lima. Disponível em: [Dinâmicas, Flutuações e Pontos Cegos](#). Acesso em: 26/03/2021.

ERA o Hotel Cambridge. Eliane Caffé. São Paulo, 2016. (99 min.).

ESPERO Tua (Re)volta. Eliza Capai. São Paulo, 2019. (93 min.).

LA ESTRATÉGIA del caracol. Sérgio Cabrera. Colômbia: Caracol Televisión, 1993. (216 min.).

Espetáculo

QUANDO quebre queima. Coletiva Ocupação e Martha Kiss Perrone. São Paulo, 2018.